



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO ESPÍRITO SANTO

FERNANDO OLIVEIRA LEAL

AS OCUPAÇÕES ESTUDANTIS SECUNDARISTAS NO BRASIL E NO ESPÍRITO SANTO (2015-2017): PROCESSO DE ENFRENTAMENTO A IMPOSIÇÃO DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO E DA EC 95 DO GOVERNO DE MICHEL TEMER

**VITÓRIA
2021**



Centro de Educação

Programa de Pós-Graduação em Educação

FERNANDO OLIVEIRA LEAL

**AS OCUPAÇÕES ESTUDANTIS SECUNDARISTAS NO BRASIL E NO ESPÍRITO
SANTO (2015-2017): PROCESSO DE ENFRENTAMENTO A IMPOSIÇÃO DA
REFORMA DO ENSINO MÉDIO E DA EC 95 DO GOVERNO DE MICHEL TEMER**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial de qualificação para obtenção do título de Mestre em Educação, na linha de pesquisa “Educação, Formação Humana e Políticas Públicas”.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Lima

VITÓRIA
2021

FERNANDO OLIVEIRA LEAL

AS OCUPAÇÕES ESTUDANTIS SECUNDARISTAS NO BRASIL E NO ESPÍRITO SANTO (2015-2017): PROCESSO DE ENFRENTAMENTO A IMPOSIÇÃO DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO E DA EC 95 DO GOVERNO DE MICHEL TEMER

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial de qualificação para obtenção do título de Mestre em Educação, na linha de pesquisa “Educação, Formação Humana e Políticas Públicas”.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Lima

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcelo Lima (presidente)
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof.^a Dr.^a Gilda Cardozo Araújo
Universidade Federal do Espírito Santo
(Membro Interno)

Prof.^a Dr.^a Ana Carolina Galvão Marsiglia
Universidade Federal do Espírito Santo
(Membro Interno)

Prof.^a Dr.^a Lia Tiriba
Universidade Federal Fluminense (Membro externo)

**VITÓRIA
2021**

Às e aos estudantes que ocuparam suas escolas.
Aos meus pais, Neuza Oliveira da Cunha Leal e Antônio Fernandes Leal.
À minha esposa e companheira, Amanda Stafanato Verediano.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Neuza Oliveira da Cunha Leal e Antônio Fernandes Leal, por tudo o que fizeram por mim.

À minha esposa e companheira, Amanda Stafanato Verediano, pelas contribuições, pela paciência e pela escuta.

Ao meu orientador, Marcelo Lima, pela imensa contribuição ao trabalho, por acreditar no tema, torná-lo viável, factível e de qualidade.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFES, por possibilitar a realização da dissertação, pela qualidade do curso de mestrado e pelo atendimento.

Aos professores Carlos Eduardo Ferraço, Eliza Bartolozzi Ferreira, Gilda Cardoso de Araújo, Marcelo Lima, Reginaldo Célio Sobrinho e Sandra Soares Della Fonte pela contribuição de suas disciplinas e conversas.

Aos membros da banca, Ana Carolina Galvão Marsiglia, Gilda Cardoso de Araújo e Lia Tiriba, pela imensa contribuição para o trabalho.

Ao grupo de pesquisa Gestão, Trabalho e Avaliação Educacional pelos debates, conversas e contribuições.

Aos demais orientandos de Marcelo Lima, em especial, Sandra Renata Muniz Monteiro, Renan dos Santos Sperandio, Débora de Freitas Costa e Marcos Lengrub da Silva, pelo convívio, pelas discussões e pelo estudo e pesquisa em conjunto.

Aos secretários do Programa, Analice Gusmão Lyra, Diogo Dias Breda, Roberta Dalfior Cola e Quézia Tosta, pela solicitude e paciência.

Aos colegas da turma 32 do mestrado, pela companhia, pelas conversas e pelo debate.

Aos jovens que ocuparam suas escolas, em especial Karini Bergi Albanez, Marcellly de Campos, Brenda Lau e Yuri Silva Muniz pelas conversas e orientações.

Aos colegas de trabalho na EEEFM Vila Nova de Colares, pela compreensão e incentivo.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa que possibilitou o desenvolvimento da pesquisa.

RESUMO

Nesta pesquisa analisamos o processo de ocupações de escolas como movimento social de resistência às políticas educacionais neoliberais de austeridade fiscal no Brasil e no estado do Espírito Santo em 2015 e 2016. Com base em categorias como Estado, bloco no poder, hegemonia, guerra de movimento e guerra de posições, evidenciamos as ações de resistência de estudantes, trabalhadores e pesquisadores da educação ao movimento de construção da hegemonia dessa política educacional advinda do bloco no poder. Inicialmente, desenvolvemos a análise documental de fontes diversas (oficiais, da mídia empresarial, da mídia alternativa, dos movimentos sociais e de suas repercussões nas redes sociais) que dão conta dos processos de formulação de reformas neoliberais focalizadas no ensino médio. Complementarmente, entrevistamos 04 lideranças, protagonistas dos processos de ocupação em 04 escolas de ensino médio na Grande Vitória, que se mostraram relevantes pelo tamanho e pela força do processo de ocupação. Nesse contexto, mapeamos, identificamos e analisamos as reações organizadas do movimento estudantil que, em nível nacional e local, enfrentaram os desdobramentos hegemônicos de aprovação e implementação da PEC do teto dos gastos e da reforma do ensino médio no Brasil e no Espírito Santo. No Brasil, ocorreram centenas de ocupações entre 2015 e 2016, em pelo menos seis estados, com destaque para São Paulo. No final de 2016, foram milhares de escolas ocupadas, com destaque para o Paraná, com cerca de 850 ocupações. No Espírito Santo, ocorreram diversas formas de luta pela educação, protagonizadas por variados sujeitos sociais de origem popular entre 2015 e 2016. No final de 2016, os estudantes capixabas ocuparam 71 escolas públicas, além de 03 campus do Ifes e 16 prédios da Ufes. A entrada em cena desses sujeitos políticos jovens, de origem trabalhadora, notadamente de empregos de baixa remuneração, especialmente mulheres, negros e negras e jovens LGBT, trouxe a ocupação de escolas como nova forma de luta na educação, potencializando a auto-organização estudantil, o debate democrático, o envolvimento amplo de diversos setores democráticos na configuração de uma retaguarda para o movimento ocupacional e a experimentação da responsabilização pela sua própria escola e conseguiu dar novo fôlego às lutas pela educação brasileira e, em unidade com outros setores sociais, pode significar uma mudança qualitativa na luta de classes. Assim, mesmo que a ampla articulação de camadas médias, de aparelhos privados de hegemonia e de aparelhos ideológicos e coercitivos de Estado, sob a égide do bloco no poder, para desarticular e reprimir os estudantes, tenha conseguido garantir a aprovação da Lei nº 13.415/17 e da EC nº 95/16, os estudantes conseguiram ampliar forças, engajando novos sujeitos nas lutas sociais, garantindo alguns pequenos recuos na lei da reforma do ensino médio, em comparação com a MP inicial. No Espírito Santo, as ocupações ajudaram a produzir uma importante recomposição das forças do bloco do poder, culminando na desistência, por parte de PH, de concorrer à reeleição e na eleição de Renato Casagrande (PSB), que reviu muitas das posições do projeto educacional, atrasando a implementação da reforma do ensino médio em nível local, enfraquecendo a legitimidade do Programa Escola Viva e diminuindo a ingerência do movimento empresarial “ES em Ação” na Sedu.

Palavras-chave: Ocupações estudantis. PEC nº 241/2016. MP nº 746/2016. Políticas educacionais e juventude.

ABSTRACT

In this research, we analyzed the process of school occupations as a social movement of resistance to the neoliberal educational policies of fiscal austerity in Brazil and the state of Espírito Santo in 2015 and 2016. Based on categories such as the State, power bloc, hegemony, war of movement, and war of position, we highlight the resistance actions of students, workers, and education researchers to the movement of building hegemony of this educational policy arising from the power bloc. Initially, we developed documentary analysis from different sources (official, business media, alternative media, social movements, and their repercussions on social networks) that account for the processes of formulating neoliberal reforms focused on the last stage of basic education. In addition, we interviewed 04 important leaders, protagonists of the occupation processes in 04 high schools located in the Vitória metropolitan zone, which were relevant for the size and strength of the occupation process. In this context, we mapped, identified, and analyzed the organized reactions of the student movement that, at the national and local levels, faced the hegemonic consequences of approval and implementation of the PEC's expenditure ceiling and the reform of secondary education in Brazil and Espírito Santo. In Brazil, there were hundreds of occupations between 2015 and 2016, in at least six states, especially São Paulo. At the end of 2016, thousands of schools were occupied, especially in the state of Paraná, with around 850 occupations. In Espírito Santo, there were several forms of struggle for education, led by various social subjects of popular origin between 2015 and 2016. Thus, at the end of 2016, Espírito Santo students occupied about 71 public schools, in addition to 03 Ifes campuses and 16 Ufes buildings. The entry on the scene of these young political subjects, of working origin, especially in low-paid jobs, especially women, blacks, LGBT youths, brought the occupation of schools as a new form of struggle in education, enhancing student self-organization, democratic debate, the broad involvement of diverse democratic sectors in setting up a rearguard for the occupational movement and experimenting with accountability for their school, and managed to breathe new life into the struggles for Brazilian education and, in unity with other social sectors, can mean a qualitative change in the class struggle. Thus, even if the broad articulation of medium stratus, of private hegemonic apparatus and ideological and coercive State apparatus, under the aegis of the power bloc, to dismantle and repress students, has managed to guarantee the approval of Law 13.415/17 and the Constitutional Amendment 95/17, the students were able to expand their forces, engaging new subjects in social struggles, guaranteeing some small setbacks in the law on the reform of secondary education, in comparison with the initial MP. In Espírito Santo, the occupations helped to produce an important recomposing of the forces of the power bloc, culminating in the resignation, by PH, of running for re-election and in the election of Renato Casagrande (PSB), who revised many positions of the educational project, delaying the implementation of the reform of high school at the local level, weakening the legitimacy of the Escola Viva Program and reducing the interference of the ES em Ação business movement within Sedu.

Keywords: Student occupations. Proposal Constitutional Amendment No. 241/2016. Provisional Measure No. 746/2016. Educational policies and youth.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: PM agride estudante durante manifestação em São Paulo, em 2015.....	78
Figura 2: Escola ocupada por estudantes em Goiás.	82
Figura 3: Ocupação da Escola Estadual Prefeito Mendes de Moraes, no Rio de Janeiro.	84
Figura 4: Oficina de música durante ocupação do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente Maria Alves Carioca, em 18 de maio de 2016.....	87
Figura 5: Estudantes do Paraná fazem protesto contra a reforma do ensino médio em Curitiba.	92
Figura 6: Familiares e imprensa em frente à Escola Estadual Santa Felicidade, em Curitiba, onde um aluno foi assassinado, no dia 24 de outubro de 2016.	93
Figura 7: Protesto contrário às ocupações em frente ao Colégio Estadual Lysímaco Ferreira da Costa, Curitiba (PR).	94
Figura 8: Movimento contrário às ocupações tenta derrubar o portão para forçar a desocupação do Colégio Estadual Lysímaco Ferreira da Costa, Curitiba (PR).....	95
Figura 9: Número de escolas ocupadas por estado em 29 de outubro de 2016, segundo a Ubes.	97
Figura 10: MBL organiza ato contra ocupações em frente ao Colégio Estadual Lysímaco Ferreira da Costa, em Curitiba (PR) no dia 27 de outubro de 2016.	100
Figura 11: Ocupantes e apoiadores fazem manifestação e bloqueiam a rua em frente ao Colégio Estadual Pedro Macedo, em Curitiba (PR).....	101
Figura 12: Movimento Desocupa Paraná e MBL fazem protesto contra as ocupações em Curitiba (PR).	102
Figura 13: Estudantes ocupam o Centro Regional de Educação em Curitiba (PR).	103
Figura 14: Assembleia de estudantes organizado pelo DCE define por ocupação na Universidade Federal do Paraná, em Curitiba	104
Figura 15: Centenas de pessoas formaram uma corrente humana para proteger a ocupação do Colégio Pedro Macedo, ameaçada por manifestantes contrários em Curitiba (PR).....	105
Figura 16: Desocupação do Colégio Estadual Professor Loureiro Fernandes em Curitiba (PR) acompanhada pela PM no dia 07 de novembro de 2016	107
Figura 17: 1.400 estudantes ocupam a Reitoria da Universidade de Brasília, no Distrito Federal, no dia 31 de outubro de 2016	108
Figura 18: Assembleia de estudantes durante ocupação do Colégio Estadual do Paraná	108

Figura 19: Assembleia de estudantes durante ocupação do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, no dia 26 de outubro de 2016	110
Figura 20: Assembleia estadual das ocupações no Paraná reuniu 600 estudantes no Colégio Estadual Loureiro Fernandes, em Curitiba (PR) no dia 26 de outubro de 2016.....	113
Figura 21: Protesto de estudantes contra o Escola Viva em frente à Assembleia Legislativa do Espírito Santo no dia 10 de junho de 2015.....	117
Figura 22: Estudantes e moradores fecham a Avenida Talma Rodrigues Ribeiro contra a implementação do Escola Viva em unidade de Vila Nova de Colares, em Serra, no dia 18 de março de 2015	118
Figura 23: Estudantes fazem manifestação contra o PEV em frente à ALES, em Vitória, e conquistam a retirada do pedido de urgência do projeto e uma reunião do governo com uma comissão de sete estudantes.....	119
Figura 24: Estudantes acampam em frente à SEDU, em Vitória, protestando contra a aprovação do PEV.....	120
Figura 25: Estudantes ocupam a Escola Conde de Linhares, em Colatina, em protesto contra a implementação do PEV na unidade escolar, no dia 10 de dezembro de 2015	121
Figura 26: Estudantes ocupam SRE, em São Mateus, contra a implementação do PEV na EEEFM Marita Motta, dia 07 de dezembro de 2015.....	122
Figura 27: MST e outros movimentos sociais ocupam a Sedu, em Vitória, contra o fechamento de escolas do campo, dia 16 de fevereiro de 2016	124
Figura 28: Protesto feminista em Vitória, no dia 08 de março de 2016, reuniu diversas mulheres e movimentos sociais no “Bloco das Feministas na rua contra o machismo, o racismo e o capital”	125
Figura 29: Movimentos sociais ocupam o Palácio Anchieta, em Vitória, contra o fechamento de escolas do campo e por medidas para combater a crise hídrica no estado, entre outras pautas, no dia 08 de março de 2016.....	126
Figura 30: Movimentos sociais organizam almoço coletivo durante ocupação do Palácio Anchieta, Em Vitória, no dia 08 de março de 2016	127
Figura 31: Estudantes e Servidores do Ifes protestam nas ruas da capital contra as reformas do governo Temer, no dia 24 de outubro de 2016.....	131
Figura 32: Estudantes e Servidores do Ifes em protesto na frente do Palácio Anchieta, em Vitória, contra as reformas do governo Temer, no dia 24 de outubro de 2016.....	132
Figura 33: Estudantes e Servidores do Ifes em protesto contra as reformas do governo Temer na escadaria do Palácio Anchieta, em Vitória, no dia 24 de outubro de 2016	132

Figura 34: Aulão organizado por estudantes durante ocupação de prédio da Ufes, no campus de Goiabeiras, em Vitória, no dia 26 de outubro de 2016.....	133
Figura 35: Estudantes conversam em momento de descontração durante ocupação do campus do IFES de Cachoeiro de Itapemirim, no dia 24 de outubro de 2016	134
Figura 36: Estudantes ocupam e fecham portões do Ifes Vitória, impedindo a entrada de servidores e alunos, no dia 31 de outubro de 2016.....	135
Figura 37: Aulão sobre a PEC n° 241/2016 com defensores públicos na Escola Agenor Roris, em Vila Velha, divulgada pela página do Facebook do Ocupa Agenor, no dia 24 de outubro de 2016	137
Figura 38: Aula de geografia urbana organizada e divulgada no Facebook pelo Ocupa Almirante na Escola Almirante Barroso com professores voluntários, no dia 24 de outubro de 2016...	138
Figura 39: Foto de estudantes do Ocupa Estadual durante ocupação do Colégio Estadual, em Vitória, divulgada pela página do Facebook do movimento, no dia 24 de outubro de 2016 .	139
Figura 40: Foto de estudantes no Ocupa Penedo divulgada pelo movimento, na Escola Maria Penedo em Cariacica, no dia 24 de outubro de 2016.....	139
Figura 41: Grupo de samba Regional da Nair faz apresentação na Escola Almirante Barroso, em Vitória, organizada e transmitida ao vivo pelo Facebook do Ocupa Almirante, no dia 25 de outubro de 2016.....	141
Figura 42: Artista capixaba André Prando faz show na escola Almirante Barroso, em Vitória, organizado e transmitido ao vivo pelo Facebook do Ocupa Almirante, no dia 26 de outubro de 2016	143
Figura 43: Estudantes da Escola Viva de São Pedro ocupam a unidade, no dia 01 de novembro de 2016	147
Figura 44: Estudantes em frente à Escola Viva de São Pedro, em Vitória, aguardam suposto retorno das aulas mesmo sem decisão de desocupação pelos manifestantes, no dia 03 de novembro de 2016	150
Figura 45: Foto do Facebook do Ocupa Conde na Escola Conde de Linhares, em Colatina, mostra estudantes em luta contra a PEC n° 241 a MP n° 746 e o Programa Escola Viva, no dia 27 de outubro de 2016	151
Figura 46: Situação das escolas ocupadas no Espírito Santo em 04 de novembro de acordo com a Sedu	153
Figura 47: Paróquia São Pedro Apóstolo faz vigília em apoio aos ocupantes em frente à Escola Viva de São Pedro, em Vitória, no dia 07 de novembro de 2016	157

Figura 48: Estudantes contrários à ocupação tentam abrir a escola Ary Parreiras, em Cariacica, no dia 08 de novembro de 2016.....	158
Figura 49: Aluno contrário às ocupações ferido, aparentemente por uma mordida, em confusão na escola Hilda Miranda entre estudantes contra e a favor da ocupação da escola, no dia 09 de novembro de 2016	159
Figura 50: Protesto unificado com estudantes, movimentos sociais, sindicatos e centrais sindicais contra as reformas do governo Temer em frente ao Palácio Anchieta, em Vitória, no dia 11 de novembro de 2016.....	162
Figura 51: Protesto unificado com estudantes, movimentos sociais, sindicatos e centrais sindicais contra as reformas do governo Temer caminhando pelas ruas de Vitória, no dia 11 de novembro de 2016	163
Figura 52: Estudantes ocupam a Sedu, em Vitória, contra a MP n° 746/2016 e a PEC n° 241/2016, no dia 17 de novembro de 2016	165
Figura 53: Manifestação das centrais sindicais em frente à Sedu, contra as reformas do governo Temer e em apoio às ocupações de escolas protagonizadas pelos estudantes, no dia 25 de novembro de 2016	166

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Situação das escolas ocupadas no Espírito Santo em 04 de novembro de acordo com a Sedu	152
Tabela 2: Situação das escolas ocupadas no Espírito Santo em 07 de novembro, segundo a Sedu	155
Tabela 3: Escolas ocupadas em Vitória no dia 11 de novembro de 2016, segundo a Sedu ...	159

LISTA DE SIGLAS

ABL – EEEFM Aristóbulo Barbosa Leão
AGU – Advocacia-Geral da União
AI-5 – Ato Institucional nº 5
Ales – Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo
Ande – Associação Nacional de Educação
Anpae – Associação Nacional de Política e Administração da Educação
ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
App-Sindicato – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná
Bancada BBB – Bancada da Bala, do Boi e da Bíblia
BNCC – Base Nacional Comum Curricular
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Brics – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
Cedes – Centro de Estudos Educação e Sociedade
Ceet – Centro Estadual de Ensino Técnico
CF/88 – Constituição Federal de 1988
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
CNE – Conselho Nacional de Educação
CTB – Central dos Trabalhadores do Brasil
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DCE – Diretório Central dos Estudantes
DCnem – Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio
DRU – desvinculação das receitas da União
EC – Emenda Constitucional
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
EEEF – Escola Estadual de Ensino Fundamental
EEEFM – Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio
EEEM – Escola Estadual de Ensino Médio
Eepéf – Escola Estadual Pública de Ensino Fundamental
EEUEF – Escola Estadual Unidocente de Ensino Fundamental
EJA – Educação de Jovens e Adultos
Emef – Escola municipal de Ensino Fundamental

Enem – Exame Nacional do Ensino Médio
ES – Espírito Santo
Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
GRB – Grêmio Rui Babosa
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ideb – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
Ifes – Instituto Federal do Espírito Santo
IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves
Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
JCA – Colégio Estadual José Carlos de Almeida
JSB – Juventude Socialista Brasileira
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros
MBL – Movimento Brasil Livre
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MEC – Ministério da Educação
Mercosul – Mercado Comum do Sul
MP – Medida Provisória
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OAB – Ordem de Advogados do Brasil
ONG – Organização Não Governamental
OS – Organizações Sociais
PEC – Proposta de Emenda Constitucional
PEE – Plano Estadual de Educação
PEV – Programa Escola Viva
PGE-PR – Procuradoria Geral do Estado do Paraná
PH – Paulo Hartung
PIB – Produto Interno Bruto
PM – Polícia Militar
Pnae – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNE – Plano Nacional de Educação

PR – Paraná

Proeja – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

ProEMI – Programa Ensino Médio Inovador

Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

ProUni – Programa Universidade Para Todos

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSDB – Partido da Social-Democracia Brasileira

PSL – Partido Social Liberal

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos Trabalhadores

Reuni – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

Seed - Secretaria de Estado de Educação do Paraná

Sedu – Secretaria da Educação do Estado do Espírito Santo

Sindiupes – Sindicato dos(as) Trabalhadores(as) em Educação Pública do Espírito Santo

Sinepe-ES – Sindicato das Empresas Particulares de Ensino do Espírito Santo

Sinpro-ES – Sindicato dos Professores no Estado do Espírito Santo

SRE – Superintendência Regional de Educação

TCH – Teoria do Capital Humano

TCU – Tribunal de Contas da União

TJ-ES – Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo

TPE – Todos Pela Educação

TRE-ES – Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo

TRE-PR – Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

Ubes – União Brasileira de Estudantes Secundaristas

Ueses – União Estadual dos Estudantes Secundaristas do Espírito Santo

Ufes – Universidade Federal do Espírito Santo

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Umes – União Municipal dos Estudantes

Unasul – União de Nações Sul-Americanas

UnB – Universidade de Brasília

UNE – União Nacional dos Estudantes

Unicef – Fundo das Nações Unidas para a Infância

Upes – União Paranaense de Estudantes Secundaristas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1. ELEMENTOS TEÓRICOS.....	37
1.1. ESTADO E HEGEMONIA.....	37
1.2. VALORES E ESTRATÉGIAS NEOCONSERVADORAS	42
1.3. ELEMENTOS PRIVATIZANTES E NEOLIBERAIS.....	46
1.4. MOVIMENTOS SOCIAIS E DE RESISTÊNCIA	49
1.5. UMA ARTICULAÇÃO NECESSÁRIA ENTRE OS CONCEITOS	54
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	57
2.1. AS REFORMAS DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL.....	57
2.2. REAÇÃO DOS PESQUISADORES CRÍTICOS À REFORMA DO ENSINO MÉDIO	62
3. PRIMEIROS ELEMENTOS DA PESQUISA: GUERRA DE MOVIMENTO PELA CONTRA-HEGEMONIA AO PROJETO DE EDUCAÇÃO	66
4. OCUPAÇÕES ESTUDANTIS NO BRASIL: EXPERIÊNCIAS DE ENFRENTAMENTO ÀS MEDIDAS GOVERNAMENTAIS DE ATAQUE AO DIREITO À EDUCAÇÃO.....	74
4.1. OCUPAÇÕES ESTUDANTIS CONTRA AS MEDIDAS EDUCACIONAIS DE GOVERNAMENTAIS ESTADUAIS.....	75
4.1.1. São Paulo.....	75
4.1.2. Goiás.....	80
4.1.3. Rio de Janeiro.....	82
4.1.4. Ceará	85
4.2. OCUPAÇÕES NACIONAIS DE ENFRENTAMENTO ÀS MEDIDAS DO GOVERNO TEMER (REFORMA DO ENSINO MÉDIO E PEC DO TETO DE GASTOS)	88
4.2.1. Paraná	89
5. OCUPAÇÕES LOCAIS DE ENFRENTAMENTO ÀS MEDIDAS DOS GOVERNOS ESTADUAL (PROGRAMA “ESCOLA VIVA”) E FEDERAL (PEC Nº 241/2016 E A MP Nº 746/2016).....	116
5.1. OCUPAÇÕES ESTUDANTIS LOCAIS DE ENFRENTAMENTO À POLÍTICA EDUCACIONAL DO GOVERNO DO ESPÍRITO SANTO (GESTÃO 2015-2018)	116
5.2. OCUPAÇÕES CONTRA AS MEDIDAS DO GOVERNO FEDERAL (PEC Nº 241/2016 E A MP Nº 746/2016)	130
5.2.1. Ocupações na rede federal: as experiências do IFES e da UFES	130

5.2.2. Ocupações nas escolas públicas estaduais.....	136
6. A VIVÊNCIA ESTUDANTIL NAS OCUPAÇÕES CAPIXABAS: ANÁLISE DE QUATRO IMPORTANTES ESCOLAS DA GRANDE VITÓRIA	171
6.1. OCUPA AGENOR.....	171
6.2. OCUPA ALMIRANTE.....	187
6.3. OCUPA ESTADUAL	199
6.4. OCUPA ABL.....	212
6.5. AS OCUPAÇÕES DE ESCOLAS CAPIXABAS	226
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	229
8. REFERÊNCIAS	234
ANEXO 1: FONTES	246
ANEXO 2: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ALUNOS	263

INTRODUÇÃO

A história da educação brasileira, longe de seguir uma linha reta de desenvolvimento, é marcada por avanços e recuos, desvios e atalhos, associados à própria dinâmica da luta de classes no país. Assim, a educação é alvo de diversas reformas e de enfrentamentos oriundos de diferentes projetos societários ao longo do século XX e, mais recentemente, do século XXI.

Na esteira das proposições burguesas e conservadoras para a educação brasileira, delinea-se, de maneira assumida, explícita e mitigada, uma visão dualista da escola. Essa concepção ganhou força e capacidade para ser implementada nos momentos da história em que houve, na sociedade, uma correlação de forças favorável a determinados blocos no poder com aspirações conciliatórias, antidemocráticas e até totalitárias. Destacamos aqui o período ditatorial de Getúlio Vargas, a ditadura militar e o neoliberalismo iniciado na década de 1990, dos quais emergiram mudanças educacionais que ganharam materialidade, a exemplo da Lei Orgânica do Ensino Secundário, de 1942, também conhecida como Reforma Capanema, da Lei nº 5.692/71 de Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º grau, e da Reforma da Educação Profissional, Decreto-Lei nº 2.208/97.

Do lado das propostas educacionais concebidas nos períodos democráticos, com forte presença e participação de setores dos movimentos sociais e educacionais, vemos a predominância de concepções que, mesmo que em parte, vislumbram uma educação que forme para mundo do trabalho, para a vida em sociedade e para a cidadania, integrando o ensino propedêutico com o ensino profissional e tecnológico, abrindo a possibilidade de acumular forças para outro projeto educacional, politécnico e com perspectivas de formação omnilateral, mas inviável no capitalismo, principalmente de caráter dependente, como o brasileiro. Desse lado, destacamos a Lei de Diretrizes e Bases nº 4.024/61, promulgada no governo de João Goulart (PTB); a Constituição Federal de 1988 (CF/88), no período de redemocratização; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)¹ nº 9.394/96, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB); o Decreto-Lei nº 5.154/04, que regulamenta a educação profissional; a Lei nº 11.741/08, que institucionaliza e integra as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica; a Lei nº 12.061/09, que assegura o acesso de todos os interessados ao ensino médio público; a Emenda Constitucional nº 59/09, que determina o fim gradual da incidência da Desvinculação

¹ Vale destacar que a aprovação desta LDBEN significou o descarte da proposta de LDB construída durante nove anos pela sociedade civil e que trazia os anseios dos movimentos sociais que atuam na educação.

das Receitas da União (DRU) sobre os recursos federais para a educação; a Lei nº 12.351/10, que diz respeito à exploração e à produção de petróleo, gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, cria o Fundo Social e dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; e a Resolução nº 02 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCnem), de 2012, durante os governos liderados pelo PT, que realizou um governo contraditório, pois embora fizesse concessões econômicas aos trabalhadores, não potencializava sua organização; ao mesmo tempo, potencializava a organização da fração hegemônica do bloco no poder e atendia, prioritariamente, suas demandas, conforme analisaremos no capítulo seguinte. Com o aprofundamento da crise econômica no Brasil em 2014 e a perda da base de sustentação do governo Dilma Rousseff (PT), um golpe de estado jurídico-parlamentar-midiático foi implementado, colocando no poder o vice-presidente Michel Temer (MDB) e inaugurando um processo de ofensiva aos direitos e às conquistas sociais, democráticas e populares, entre as quais destacamos a reforma do ensino médio e a emenda constitucional do teto dos gastos, reconfigurando o bloco no poder e mudando a correlação de forças sociais.

A Medida Provisória da reforma do ensino médio (MP nº 746/16), aprovada como Lei nº 13.415/2017, e a Proposta de Emenda à Constituição do teto dos gastos (PEC 241 durante a tramitação na Câmara dos Deputados e PEC 55 na tramitação no Senado), aprovada como EC nº 95/2016, foram propostas pelo governo Temer (MDB) em seu primeiro ano como presidente do Brasil. A primeira reformulou o currículo do ensino médio em todo o país, excluindo disciplinas, tornando algumas poucas obrigatórias e a maioria optativa, visando, segundo o próprio governo, conectar o ensino com a “realidade do mercado de trabalho”. A segunda impôs um teto de gastos públicos durante 20 anos fiscais consecutivos, afetando, entre outras áreas, a educação em todos os níveis. Ambas propunham mudanças significativas e opostas aos poucos avanços conquistados no Plano Nacional de Educação (PNE) do decênio 2014 – 2024, que continha pautas progressistas devido à pressão realizada pelo movimento educacional, mas que representava, em sua maioria, as demandas educacionais privatistas das forças organizadas do capital.

Contrários a tais medidas, estudantes secundaristas, e do ensino fundamental e superior, ocuparam suas escolas (e faculdades), num movimento de forte envergadura e protagonismo popular. As ocupações ocorreram em todo o território nacional, alcançaram a marca de 1.177 escolas ocupadas e 102 universidades ainda em 29 de outubro (CARAZZAI, 2016d) e

realizaram o enfrentamento às propostas do Governo Federal, num debate entre os estudantes e com a sociedade sobre a temática, e construindo espaços de sociabilidade dentro da escola. Essas ocupações foram iniciativas dos estudantes, que contaram com o apoio de diversas frações de classe, organizadas ou não, da sociedade. Foi uma luta que se generalizou na sociedade e tinha uma pauta essencialmente defensiva, de luta para impedir retrocessos na educação.

Essas ocupações sofreram diversos ataques e tentativas de dissuasão por parte do Governo Federal e de governos estaduais. Tais ataques vieram da grande mídia, da estrutura jurídica ou da burocracia escolar, de movimentos conservadores como o Movimento Brasil Livre (MBL), todos interessados na aprovação das mudanças. Logo, as duas iniciativas do Governo foram temas relevantes no ano de 2016, estando no centro das lutas e confrontos em torno das políticas educacionais brasileiras. Partimos, pois, da ideia de que essas lutas não são isoladas e compõem um nexo de unidade-distinção com o panorama nacional e internacional vivido desde 2013.

Nesse contexto, buscamos analisar o processo de ocupações de escolas como movimento social de resistência às políticas educacionais neoliberais de austeridade fiscal no Brasil e no estado do Espírito Santo em 2015 e 2016. Esse intento exigiu, inicialmente, a análise do processo nacional de institucionalização da reforma do ensino médio, a partir de sua formulação oficial e da reação de entidades e pesquisadores do setor de educação, para compreender o que gerou a mobilização estudantil. Com isso, seguimos para os objetivos específicos de analisar, primeiramente, a resistência estudantil materializada nas ocupações de escolas ocorridas em todo o Brasil em 2015 e em 2016 contra as políticas educacionais neoliberalizantes e pautadas na austeridade fiscal propostas por diversos governos estaduais e pelo governo federal e, em segundo lugar, as ocupações estudantis ocorridas no estado do Espírito Santo no mesmo período, contra o Programa Escola Viva e o fechamento de escolas, turmas e turnos propostas pelo governo Paulo Hartung (MDB), bem como às propostas neoliberais do governo Temer (MDB). A partir desses objetivos, evidenciaram-se algumas questões como: como se desenrolou o processo de ocupações de escolas no Brasil e no estado do Espírito Santo? Que classes e frações de classe se aliaram e se opuseram aos estudantes, em defesa de quais interesses e utilizando que métodos de luta?

Metodologicamente, consideramos que o tema estudado foi a resistência às políticas educacionais neoliberais no estado do Espírito Santo durante os anos de 2015 e 2016.

Consideramos as lutas desses dois anos como momentos distintos de um mesmo processo porque essas políticas são, ao mesmo tempo, desdobramentos do processo nacional de institucionalização dessas reformas, e sua própria antecipação por meio da implementação do Programa Escola Viva.

Na etapa nacional da pesquisa, analisamos documentos vinculados ao processo legal e acadêmico, e de posicionamentos políticos de aparelhos de hegemonia diversos. Foram analisadas, portanto, a MP nº 745/16 e a Lei nº 13.415/17, ambas legislando sobre a reforma do ensino médio, e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), visando identificar objetivos, marcos teóricos e legais. Além desses documentos, analisamos ainda entrevistas, notícias e posicionamentos veiculados pela grande mídia nacional, pelas organizações empresariais promotoras da reforma e pelo próprio MEC.

Para estabelecer a contra hegemonia no discurso, analisamos também o posicionamento de entidades nacionais contrárias à reforma, como distintos movimentos sociais e estudantis, partidos políticos, centrais sindicais e entidades ligadas ao debate e à luta por políticas educacionais, tais como a Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae), a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) e o Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes). No mesmo viés, visitamos a produção teórica de professores e pesquisadores que atuam na pesquisa sobre políticas educacionais, posto que o campo da política educacional no Brasil tem a dupla característica de ser campo de investigação e de ação/articulação política (STREMEL, 2016).

Na etapa estadual, foram analisados, por meio de entrevistas, os posicionamentos e as ações dos sujeitos afetados pela implementação dessa reforma, assim como notícias e posicionamentos oficiais sobre a temática. Nesse sentido, utilizamos matérias veiculadas na grande mídia, principalmente da Rede Gazeta, filial da TV Globo no estado, e entrevistas realizadas com estudantes que tiveram papel destacado nas ocupações de escolas. Assim, procedemos com a análise de notícias, entrevistas e posicionamentos veiculados na grande mídia local e por órgãos de imprensa das entidades promotoras da reforma, bem como das entrevistas realizadas com os estudantes. Com isso, objetiva-se responder às questões que movem este trabalho, analisando o processo de ocupações estudantis, as forças políticas envolvidas contra e a favor dos estudantes, como atuaram e seus interesses.

Esta pesquisa é, portanto, essencialmente qualitativa e é entendida como “[...] atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade” (MINAYO, 2002, p. 16). Em sua metodologia, busca-se uma abordagem dialética, que visa mostrar que os fenômenos e processos são compostos por elementos exteriores e interiores, numa relação de oposição e complementaridade entre base material e pensamento (MINAYO, 2002).

Marx (2008) afirma que as relações jurídicas e as formas de Estado têm raízes nas condições materiais de existência.

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui e estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (MARX, 2008, p. 45).

Dessa forma, as contradições entre as forças produtivas e as relações de produção podem, quando maduras, abrir uma época de revolução social. Assim, com a transformação da base econômica vemos a transformação da superestrutura. Com isso, concordamos com o autor quando ele afirma que são as contradições da vida material que explicam a consciência do ser (MARX, 2008).

A isso, Engels (1998) complementa informando que o fator econômico é o determinante final e não o único. Portanto, as determinações superestruturais influenciam e podem ser preponderantes no curso das lutas históricas.

Assim, partimos da sociedade burguesa como totalidade inclusiva e macroscópica para a compreensão, através de sucessivas aproximações, das ocupações estudantis de 2015 e 2016 como totalidade composta por polos contraditórios e que compõe esta totalidade mais ampla e complexa. Para isso, partimos da análise do contexto global existente, aproximando da realidade brasileira, das discussões sobre as reformas educacionais, sobre os movimentos sociais e de resistência, até alcançar as lutas estudantis em todo o Brasil e, finalmente, no estado do Espírito Santo, dentro do período já citado (NETTO, 2011).

Com isso, realizamos a identificação das características socioeconômicas, políticas e ideológicas das entidades e sujeitos listados, baseados em fontes primárias e secundárias, pretendendo identificar interesses, visões de mundo e posicionamento sobre a reforma.

Utilizamos entrevistas semiestruturadas, com um roteiro de questões sobre o tema estudado e com discussões de temas que foram desdobrados das questões/respostas e com entrada em outros temas relevantes. A análise de notícias, reportagens e artigos ampliaram o entendimento socioeconômico, histórico e político dos processos estudados, assim como do processo histórico de maturação das opiniões e do desenrolar das ações no tempo (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009). De posse dos dados, passamos à sua ordenação, mapeando-os e organizando-os. Em seguida, passamos à sua classificação, com base em nossa fundamentação teórica, para identificar elementos relevantes e visando articular os dados já organizados e classificados com o nosso referencial teórico para responder à pergunta motriz desta pesquisa.

Para compreender o ponto de vista do projeto do bloco no poder no estado do Espírito Santo, buscaremos os elementos constitutivos do discurso hegemônico presente na mídia local (com foco em matérias da Rede Gazeta) e no material publicitário vinculado ao governo estadual e ao movimento empresarial “Espírito Santo em Ação”. Nesse sentido compreendemos, tal como Gomes (2018), que tais meios de comunicação funcionam como aparelhos privados de hegemonia, disputando a narrativa para ganhar adesão ativa e passiva da população às reformas pretendidas pelo grande capital e pelo governo. Fazem, supomos, uma disputa para a consolidação de uma hegemonia burguesa no estado, razão pela qual, também recorreremos às entrevistas semiestruturadas com estudantes partícipes das ocupações, que têm posições alternativas à veiculada na grande imprensa.

Na mesma trilha de Gomes (2018), acreditamos que as redes sociais se tornaram espaços de articulação política muito importantes, com forte influência na iniciação das lutas estudantis. Nelas ocorre a conjunção da luta na realidade com a luta no mundo virtual. Assim, essas redes foram de suma importância para a realização das ocupações, para o processo de comunicação das atividades, das demandas, das dificuldades e dos enfrentamentos do cotidiano das ocupações, e para articular uma larga gama de apoiadores distintos, além de ser ponto de articulação entre as diversas ocupações.

Nesse sentido, também serão entrevistados estudantes que participaram do processo de lutas em algumas escolas da Grande Vitória, destacadamente no Colégio Estadual, onde o Programa Escola Viva fora impedido de ser implementado pela resistência estudantil; na Escola Estadual de Ensino Médio (EEEM) Almirante Barroso, uma das primeiras escolas ocupadas em 2016 e que contou com forte apoio de membros da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), devido à proximidade geográfica; na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio

(EEEFM) Aristóbulo Barbosa Leão, a maior escola do município de Serra, o mais populoso do estado, e também a primeira escola ocupada no município; e a EEEFM Agenor Roris, em Vila Velha, também uma das primeiras a ser ocupada no estado. Assim, as escolas escolhidas estão entre as primeiras escolas estaduais ocupadas no Espírito Santo e foram referência para seus municípios e para o estado no processo de ocupação, sendo importante compreender os desdobramentos da ocupação nesses locais para compreender o todo.

Dessa forma, nossa pesquisa se dará em duas principais etapas que vão da análise documental do discurso oficial e da resistência ao contato direto com os sujeitos envolvidos no processo contra hegemônico à implementação da reforma do ensino médio, bem como da implantação do Programa Escola Viva. Nesse movimento, buscaremos analisar os vários discursos, cotejando seus conteúdos em relação aos interesses explícitos e ocultos nos documentos e nas falas dos sujeitos para, assim, compreender o processo de construção da hegemonia educacional em tela e destacar a contribuição dos movimentos sociais para sua reavaliação como política legítima, e defender os direitos dos jovens a uma educação de qualidade.

O atual modo de acumulação capitalista é protagonizado pelo capital financeiro, que impõe para as outras frações do capital, para o trabalho e para as relações sociais existentes, uma lógica de busca por lucros de curto prazo em que tudo é volátil, instável e descartável. Essa lógica tem intensificado o desenvolvimento das forças produtivas, a exploração extensiva e intensiva da força de trabalho, a concentração e centralização do capital e a ampliação do exército industrial de reserva, promovendo, cada vez mais, a desvinculação entre a esfera financeira e a produtiva. Para que esse modo de acumulação capitalista se efetivasse, foi necessário combinar a reestruturação produtiva com o neoliberalismo e a globalização, considerados elementos estruturais para garantir a existência do modo de acumulação vigente. Essa combinação tem servido para subordinar o capital produtivo ao capital financeiro, atuando na esfera microeconômica para o aumento da produtividade do trabalho, e aprofundando a concorrência intercapitalista para aumentar a acumulação do capital.

A globalização do capital liberalizou os mercados nacionais por intermédio da abertura comercial e financeira, e da internacionalização da economia, que possibilitou o surgimento de redes produtivas mundiais (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2009). No atual cenário, não são os Estados nacionais que regulam a estrutura oligopolista de competição capitalista, mas as 500 maiores corporações transnacionais. Assim, vive-se num contexto de monopólio global da

produção e da distribuição da riqueza, no qual as grandes corporações transnacionais têm mais poder que os Estados nacionais (POCHMANN, 2017). O neoliberalismo surge para reforçar a flexibilização e os dois processos anteriores, defendendo a eficiência do livre mercado e sua capacidade de autorregulação como forma de desmontar o Estado de Bem-Estar Social e as políticas keynesianas. A proposta estabelecida no Consenso de Washington², de reduzir o Estado e sua intervenção na economia, aponta para a necessidade de redirecionar a atuação do Estado para privatização de empresas públicas, extinção dos monopólios estatais, redução e flexibilização dos direitos trabalhistas, privatização dos sistemas previdenciários e dos serviços públicos de saúde, energia, telecomunicações, segurança e educação (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2009).

Tal receituário levou países dependentes e periféricos, como o Brasil, à internacionalização do parque produtivo nacional, à privatização do setor público e à desindustrialização, com agravamento da crise econômica e social pela ausência de crescimento da produção e pelos altos níveis de desemprego e exclusão. O acesso aos fluxos financeiros passou a depender da alta taxa real de juros interna, da valorização da taxa de câmbio, do estímulo às importações e do enfraquecimento das exportações de produtos de maior valor agregado (POCHMANN, 2017). Com isso, houve desnacionalização da economia, reprimarização das estruturas produtivas e das pautas de exportação, crescimento das dívidas externa e pública, e perda de soberania na definição da política econômica (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2009). Esse período neoliberal não ocorreu sem resistência e construção de alternativas. Em contraposição à hegemonia mundial do neoliberalismo surgiu, no início dos anos 2000, um processo de resistência pautado nas relações sul – sul, ou seja, entre países dependentes. Vale atentar, entre as diversas iniciativas, para a denominada Brics – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul –, que reúne os países com o maior potencial de crescimento do mundo, com uma pauta terceiro-mundista questionadora do neoliberalismo defendido pelos Estados Unidos e responsável por projetar a China no cenário mundial (BERRINGER, 2014).

² Encontro ocorrido em 1989, na capital dos Estados Unidos, em que se realizou uma série de recomendações visando ao desenvolvimento e à ampliação do neoliberalismo nos países da América Latina. Essa reunião foi convocada pelo *Institute for International Economics*, sob o nome de “*Latin America Adjustment: How Much has Happened?*”, e envolveu instituições e economistas de perfil neoliberal, além de pensadores e administradores de países latino-americanos (PENA, R. F. A. **Consenso de Washington**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/geografia/consenso-washington.htm>. Acesso em: 21 jul. 2019).

Na América Latina, um ciclo progressista elegeu governos com uma pauta considerada por Berringer (2014) como pós-neoliberal, privilegiando reformas econômicas progressistas com elementos neodesenvolvimentistas, buscando maior distribuição de renda, soberania e políticas públicas (BERRINGER, 2014; DA SILVA, 2015).

Como nos alerta Da Silva (2015), cabe distinguir os “governos progressistas” em “renovadores” e “refundadores”. Os primeiros, têm ênfase em políticas públicas sem mudanças estruturais, com transformações graduais e intervenção na economia via regulação e novos investimentos, sobretudo, infraestruturais, como ocorreu na Argentina e no Brasil. Os segundos, predominaram em locais onde houve crise orgânica da sociedade para além das insuficiências do neoliberalismo, o que resultou em crise de hegemonia das classes dominantes e em mudanças mais profundas, com ruptura e reconstituição da institucionalidade, das relações de poder, dos sistemas partidários e da estrutura estatal, extrapolando a divisão clássica dos 03 poderes de Montesquieu e valorizando, de forma mais profunda, a participação popular, como ocorreu na Bolívia, no Equador e na Venezuela (DA SILVA, 2015).

O Brasil viveu nesse período um governo neodesenvolvimentista encabeçado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e sustentado por uma larga base heterogênea, com interesse em promover o crescimento econômico e a transferência de renda. Esse período pode ser identificado por um desenvolvimentismo fraco, limitado pelo período neoliberal e com menores taxas de crescimento, industrialização e embate com os interesses do capital internacional, se comparado com o período desenvolvimentista. O neodesenvolvimentismo proporcionou modesto crescimento econômico, com também modesta distribuição de renda e valorização da indústria, posto que aceitou a divisão internacional do trabalho e a reativação do papel primário-exportador do país (BOITO JR., 2012). Segundo Boito Jr. (2012), as frações de classe que aderiram a esse projeto integraram parte da burguesia interna e dos movimentos sociais que, em certa oposição ao imperialismo, deram sustentação a um projeto voltado, majoritariamente, aos interesses da burguesia interna. Esse projeto atendeu também algumas demandas do proletariado urbano, que buscava geração de empregos e aumento real de salários; das classes médias, interessadas em concursos públicos e na valorização do funcionalismo público; do campesinato, que necessitava dos investimentos em agricultura familiar e de abertura do mercado institucional; e dos desempregados e subcontratados. No entanto, a crise global iniciada em 2008, no seu desdobramento mais atual, colocou em xeque esse arranjo.

Dessa forma, os governos neodesenvolvimentistas encabeçados pelo PT não seriam um exemplo de direção moral dos trabalhadores, respeitando a exploração capitalista, como interpretava Oliveira (2018), mas sim de um governo dirigido econômica, política e ideologicamente pela burguesia interna, fração hegemônica do bloco no poder nesse período. A perspectiva do “avesso do avesso”, em que existe uma hegemonia burguesa operada pelos dominados não nos parece uma especificidade brasileira, mas parte central da identificação do que é o Estado burguês, como instância que condensa as contradições da formação social existente e trabalha para manter a atual estrutura dessa formação social e que, para isso, pode incluir, em seu interior, indivíduos de outras classes para operar a dominação burguesa, conforme veremos adiante. Por outro lado, como mostra Paulani (2010), principalmente o primeiro governo Lula foi marcado por uma política econômica ortodoxa, com elevação do superávit primário, da taxa básica de juros, do corte de liquidez, pelo pagamento da dívida externa, reforma previdenciária, independência do Banco Central e aprovação da Lei de falência, visando à credibilidade com os investidores estrangeiros. Portanto, mesmo que em parte, e não sendo um governo neoliberal, o governo Lula implementou medidas neoliberais, argumento que reforça a ideia de ser o neodesenvolvimentismo um desenvolvimentismo limitado pelos parâmetros do atual período neoliberal existente no mundo.

Nesse período, não só o governo como também as forças de esquerda hegemônicas no país focaram sua atuação na luta institucional, esvaziando a luta e a organização popular, ao mesmo tempo que fortalecia a organização dos setores da burguesia interna, demonstrando um otimismo excessivo sobre a estabilidade das instituições democráticas no Brasil, que via ser possível manter as conquistas populares somente por meio da ocupação de cargos no governo, sem considerar as possibilidades de rompimento da ordem a partir da ação das forças neoliberais ou a necessidade de transformações estruturais mais profundas ligadas a um processo de revolução nacional, democrática e popular, nos termos de Florestan Fernandes.

A globalização tem sofrido com a diminuição do comércio mundial (1,7%) frente à expansão do Produto Interno Bruto (PIB) mundial (3,1%), em 2016, assim como houve recuo da internacionalização das finanças de 20,6% do PIB mundial, em 2007, para parcos 2,6% em 2015, e queda nas importações em todo o mundo. Conjuntamente, vê-se a retomada de políticas protecionistas e de expansão de gastos militares em diversos países do centro dinâmico do capitalismo mundial, propiciado pela ascensão de forças nacionalistas na Europa e nos Estados Unidos e pelo enfraquecimento da União Europeia (POCHMANN, 2017). Em 2013, a crise mundial atinge o preço das *commodities*, resultando em forte queda de seu preço. Com isso, os

países latino-americanos de economia dependente, e com produção e pauta de exportação primordialmente primário-exportadora, entraram em estagnação e recessão econômica, o que facilitou a aparição de crises políticas nos países latino-americanos de governo progressista, entre eles o Brasil (POCHMANN, 2017).

No Brasil, as forças neoliberais, representadas pelo grande capital internacional e financeiro, em conjunto com a burguesia brasileira subordinada e associada aos interesses imperialistas, arregimentaram a alta classe média, bem como setores da burguesia interna e neoconservadores para derrotar o projeto neodesenvolvimentista (BOITO JR., 2016). Assim, foi dado um golpe parlamentar, jurídico e midiático, juntamente com a elite da Polícia Federal e do Ministério Público Federal, visando estabelecer um governo neoliberal com Michel Temer à frente, implantando as reformas neoliberais propostas no programa “Ponte para o Futuro”, construído por seu partido, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). No governo Temer, o país alinhou-se, de forma passiva e subordinada, à globalização neoliberal, tentando transitar para uma sociedade de serviços em meio a uma desindustrialização com reprimarização das exportações e vai, paulatinamente, transformando o Estado em simples Estado Gendarme³. Tais medidas mostram um comprometimento desse governo com as classes dominantes e com o programa neoliberal (POCHMANN, 2017). A subordinação à globalização afeta a soberania nacional e prejudica as articulações sul – sul como o Mercado Comum do Sul (Mercosul), a União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e o Brics, em favor de tratados de livre comércio. Junto a isso, ocorre o processo de privatização das poucas estatais existentes e o abandono da política de promoção da internacionalização da economia brasileira, a partir do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Soma-se a isso, o impulso maior de reprimarizar as exportações e utilizar o fundo público para gerar lucros da financeirização da riqueza (POCHMANN, 2017).

O baixo dinamismo econômico torna difícil aumentar a carga tributária e, assim, o governo optou por reduzir as despesas públicas destinadas aos mais pobres para melhor atender às necessidades do mercado financeiro. Portanto, a Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016 (EC-95/16), estabelece o teto dos gastos públicos, pelos próximos 20 anos,

³ Estado Gendarme (ou Guarda-noturno): reserva a prestação da Segurança Pública e outros serviços essenciais ao Estado e descarta os demais serviços (sociais) aos recursos individuais disponíveis, aos interesses de mercado ou à sorte de cada um. No pensamento inaugural do liberalismo de John Locke (séculos XVI-XVII), o Estado Gendarme é responsável pela segurança e pela civilização que daí decorre; como Guarda-noturno, o Estado é o vigilante que assegura a passagem da guerra ao convívio organizado. Enfim, para Locke, o estado de guerra é oposto ao estado de natureza (MARTINEZ, Vinício. O que é o Estado? **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 18, n. 3771, 28 out. 2013. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/25616>. Acesso em: 20 jul. 2019).

para sustentar a acumulação de capital por meio de transferências do Estado brasileiro às despesas financeiras, fazendo um governo que atende a uma minoria da população, menos de um terço (POCHMANN, 2017). A reforma trabalhista, por sua vez, vem para ampliar as possibilidades de extração de mais-valia para o capital produtivo, com redução de direitos e ampliação da terceirização, submetendo os trabalhadores, ainda mais, às inseguranças do mercado e à precarização do trabalho (TEIXEIRA *et al.*, 2017). Com isso, amplia os lucros extraordinários necessários à globalização, ao neoliberalismo e ao capital financeiro.

Vale destacar, portanto, que houve diminuição da desigualdade social durante os anos 2000 e início dos anos 2010, devido ao sistema de proteção social, destacadamente o Programa Bolsa Família e as demais formas de transferência de renda indexadas ao salário-mínimo, assim como a própria política de aumento do salário-mínimo e as melhorias no padrão demográfico e educacional. Tanto é que, no período mencionado, o ritmo de diminuição da desigualdade no Brasil fora de 0,7 pontos no coeficiente Gini⁴. Outros países que obtiveram êxito na diminuição das desigualdades tiveram ritmo mais modesto, porém, por prolongado período, alcançando décadas contínuas de diminuição das desigualdades, como ocorrera em países como a Holanda (queda de 0,2 pontos por 43 anos) e a Suécia (0,5 pontos por 33 anos) (SOARES, 2010). Assim, segundo Soares (2010), para que no Brasil não mais coexistissem grandes favelas e condomínios de luxo, fome no sertão nordestino e executivos viajando de aviões particulares e um grande contingente de trabalhadoras domésticas nas casas da classe média, seria necessário que o índice de 0,7 se mantivesse por 24 anos, mudando o padrão civilizatório brasileiro. Depende, assim, mais do fôlego para uma longa caminhada que da velocidade impressa.

A questão que se coloca são os limites estruturais das políticas de distribuição de renda adotadas pelos governos neodesenvolvimentistas de Lula e Dilma. A proteção social tem limites diversos como os orçamentários e administrativos. O Bolsa Família já atendia, em 2010, boa parte de quem poderia ser atendido pela política em questão. Para dar continuidade à redução da desigualdade, passou a ser necessário abrir novos campos de batalha, como a política tributária, as desigualdades raciais e regionais, a política industrial e a educacional, aumentando o leque e o escopo das reformas (SOARES, 2010). Portanto, a diminuição das desigualdades no Brasil passou a depender do enfrentamento mais contundente do neoliberalismo e do imperialismo, com a construção de uma política distributiva mais decisivamente

⁴ Índice Gini: instrumento de medição da desigualdade e concentração de renda. Varia de 0 a 1 e quanto mais próximo de 1 maior é a desigualdade.

desenvolvimentista, ou, até mesmo, aproximando-se da experiência dos países refundadores, com a experiência do novo constitucionalismo latino-americano, com reformas estruturais mais profundas que enfrentam os interesses burgueses (seja da burguesia associada ou interna) para a garantia de interesses das classes trabalhadoras urbanas, rurais, formais e precarizadas, dos camponeses e da baixa classe média. Porém, o aumento da pobreza em 2015 alcançou 19,3%, criando 3,6 milhões de novos pobres; o aumento da pobreza em 33% no período de 2014 a 2017, representando 23,3 milhões de novos pobres no país; a queda da renda média em 3,44% entre 2015 e 2018, principalmente entre os mais jovens, os menos escolarizados e os responsáveis dos domicílios e; principalmente, o aumento do desemprego, que fez cair o poder de compra das famílias brasileiras em 1,9%, são elementos que demonstram a reversão da tendência de diminuição das desigualdades no país. Tanto que a renda média dos brasileiros caiu 7%, e a dos 5% mais pobres caiu 14% com o congelamento do Bolsa Família, em 2015. Assim, os mais pobres perderam muito mais que a média geral da nação (NERI, 2018).

Esta pesquisa é motivada, inicialmente, pelo nosso envolvimento com o movimento estudantil e nossa atuação nos movimentos sociais e de juventude, tendo acompanhado e auxiliado as ocupações estudantis ocorridas em fins de 2016. Compreender o tema em tela diz respeito à prática social própria do professor-pesquisador, trazendo a possibilidade de enriquecer a compreensão do processo vivido, alcançando uma visão sintética do processo para construção de uma nova prática social. A escolha do objeto de pesquisa diz respeito à busca pela compreensão da importância da educação no processo de construção de hegemonia na sociedade, pois, como afirma Saviani (2012), a sociedade e a educação não podem ser compreendidas como elementos autônomos, posto que a educação educa para viver e cumprir um determinado papel, possibilitando aos sujeitos apropriarem-se de ferramentas para alterar a realidade vivida. Isso indica, claramente, que a educação é um campo de disputa de consciências no qual as classes sociais buscam fortalecer seus projetos societários.

Ao analisar a relação entre os projetos de sociedade e de educação, ressalta-se uma intensa reciprocidade dialética. Segundo Lombardi (2010), para compreender tal relação, é preciso levar em conta que “[...] a educação (e o ensino) é determinada, em última instância, pelo modo de produção da vida material” (LOMBARDI, 2010, p. 20). Como o capitalismo revoluciona constantemente sua base técnica de produção, mudam também as funções dos trabalhadores e as combinações sociais do processo de trabalho. Isso significa uma mudança contínua de ramo de produção e da divisão do trabalho, exigindo adaptabilidade e fluidez do trabalhador e, constantemente, lançando-o ao desemprego. Tal movimentação, identificada por

Marx em meados do século XIX, é hoje muito mais profunda e radicalizada devido às características próprias do período de hegemonia neoliberal existente no mundo (MARX, 2013).

O atual modo de acumulação capitalista exige, portanto, o desenvolvimento desses comportamentos e habilidades nos trabalhadores individuais para continuar funcionando, para gerar cada vez mais lucros extraordinários, desmontar qualquer nível de consciência sindical que defenda os interesses dos trabalhadores e para impedir o desenvolvimento de uma consciência revolucionária e, conseqüentemente, de uma força revolucionária capaz de ser o motor das mudanças estruturais necessárias em um país dependente como o Brasil. Os conservadores visam manter o equilíbrio e a harmonia social; os reformistas, promover ajustes para resolver disfunções sociais e; os revolucionários, transformar radicalmente a sociedade. Burgueses apoiados na teoria positivista, e revolucionários, no socialismo. Por vezes, até os interesses hegemônicos colocam-se como inovadores e transformadores da educação para defenderem uma concepção conservadora de educação e, no final das contas, realizarem a manutenção e a reprodução do atual modo de acumulação capitalista (LOMBARDI, 2010).

No momento atual de crise do capital, as reformas educacionais tanto têm servido para responder aos objetivos de financeirização do capital e de esvaziamento do Estado, como tem participado do processo de validação de uma hegemonia neoliberal que busca formar para o trabalho simples e a eliminação da esfera pública e da sustentação dos direitos sociais.

O governo Temer promoveu diversas reformas de conteúdo neoliberal no Brasil, sustentado por diversos setores burgueses. Isso traz a necessidade de melhor compreender as reformas da educação a partir desse mesmo viés: como é o projeto de determinadas classes ou setores de classes para a educação, visando servir, da melhor maneira possível, aos seus interesses. Tal abordagem mostra-se necessária e útil para as análises do atual processo de luta e de disputas envolvendo a educação, tanto para analisar as propostas do Governo e de forças de direita, do mais amplo leque político, como para compreender as reações progressistas a esse processo e o desenvolvimento dessa luta. As reformas são vistas aqui como reinvenção dinâmica do itinerário da vida, dos conflitos, das relações existentes na prática administrativa, política e educacional. Na educação brasileira, as reformas atuam, normalmente, sobre o tripé professores, métodos e currículos, vistos como ultrapassados e ineficientes. Dessa forma, propõem a articulação entre o novo, o moderno e o progresso, colocando o modelo, até então vigente, como ineficiente, atrasado, velho e tradicional. Isso mostra o embate entre forças pelo controle do Estado e qual projeto é mais acertado para levar progresso ao país (FILHO;

NASCIMENTO; SANTOS, 2008). As reformas educacionais ganharam força na América Latina nas décadas de 1980 e 1990, sendo divididas em três gerações: expansão do ensino básico; políticas de gestão e avaliação dos sistemas e alterações de projetos pedagógicos e currículos; e compartilhamento de obrigações entre Estado e sociedade. Tais reformas pretendiam adequar a educação pública às transformações econômicas, sociais, políticas e culturais vividas no capitalismo atual, mas não resolveram muitos problemas pelo baixo investimento financeiro, em comparação com a alta demanda da escola pública (FILHO; NASCIMENTO; SANTOS, 2008).

Vale ressaltar que essas reformas colocavam o sucesso da nova proposta como responsabilidade dos professores e estavam associadas, geralmente, a reformas mais amplas das sociedades, dependendo delas para prosperarem. Muitas vezes, porém, colocou-se que as reformas pretendidas, para a sociedade, dependiam, em maior ou menor medida, da efetivação da reforma educacional. Além disso, a escolarização tardia, presente nos países latino-americanos com desigualdades no acesso à educação básica, no rendimento e na qualidade, está vinculada à pobreza e à exclusão social (FILHO; NASCIMENTO; SANTOS, 2008).

No Brasil, especificamente, as reformas das décadas citadas passaram pela universalização do ensino fundamental, convivendo com baixa qualidade do ensino e com altas taxas de repetência e evasão no ensino secundário. A descentralização aumentou a autonomia das escolas, mas sobrecarregou o trabalho administrativo, sem a devida contrapartida em condições infraestruturais das unidades de ensino. Além disso, o controle e a responsabilização são feitos mediante avaliações de larga escala e incentivos aos professores por desempenho, enquanto as reformas atuam para privilegiar a formação para o mercado de trabalho, em detrimento da formação para a cidadania (FILHO; NASCIMENTO; SANTOS, 2008). No atual embate pelos rumos da educação, são feitas diferentes análises sobre quais os problemas centrais da educação brasileira que devem ser enfrentados e como poderiam ser resolvidos para, assim, atender às demandas educacionais em voga. Uma discordância central está no posicionamento dos que defendem que as mudanças devem ser curriculares, de conteúdos e de posturas dos professores, e dos que defendem que mudanças infraestruturais devem ser realizadas para melhorar as condições de aprendizagem dos alunos. Em suma, uma oposição entre “o que se deve ensinar” e “em que condições se ensina”. Tendo isso em vista, vale fazer um breve diagnóstico da educação e do ensino médio no Brasil, em geral, e no estado do Espírito Santo, em específico.

O censo escolar de 2017, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), mostra que a educação brasileira possui mais de 57 milhões de matrículas na educação, sendo 8,5 milhões na educação infantil; 27,3 milhões no ensino fundamental; 7,9 milhões no ensino médio; 3,6 milhões na educação de jovens e adultos; 1,8 milhões na educação profissional; e 8 milhões na educação superior (BRASIL, 2018). Apenas 68% da população entre 15 e 17 anos frequenta a escola, e quase 80 milhões de pessoas com 15 anos ou mais possuem ensino fundamental ou médio incompletos e não frequentam a escola. Da população entre 15 e 24 anos, mais de 17 milhões estão fora da escola. Entre os jovens com 19 anos de idade, 53,1% concluíram o ensino médio e, ao se considerar a renda, vê-se grande desigualdade, pois entre os 20% mais ricos, 79% concluíram essa etapa da educação básica, e entre os 20% mais pobres, apenas 36,4% alcançaram o mesmo nível educacional.

No período de dez anos, formaram-se, a cada ano, cerca de 1,8 milhões de pessoas no ensino médio, sendo que o número de matrículas caiu gradativamente nesse mesmo período, alcançando uma queda de 5% (BRASIL, 2018). Por sua vez, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que afere o fluxo escolar e as médias de desempenho, mostra uma estagnação da qualidade educacional e o não cumprimento das metas estabelecidas no PNE, tendo, portanto, lacunas na aprendizagem. O estudo do Inep, de 2017, mostra evasão e abandono de 12,7% no primeiro ano do ensino médio e de 11% em cada um dos anos subsequentes (BRASIL, 2018). O Censo Escolar Inep/2015 mostra que somente 23% das escolas possuem a infraestrutura adequada prevista na meta 7 do PNE (2014-2024). Além disso, o relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), de 2014, mostra que 44% das escolas têm laboratório de ciências, 66% têm biblioteca e 59% têm rede de esgoto. As disparidades regionais são enormes: enquanto na região Sul, 36% das escolas têm as condições previstas na meta 7, na região Norte, apenas 5% das escolas têm tais condições (SILVA; KRAWCZYK, 2016). Destarte, o próprio TCU considera a infraestrutura insuficiente para alcançar a meta parcial de escolarização líquida de jovens de 15 a 17 anos, que deveria ter sido alcançada em 2016. Além disso, se considerado o aumento da carga horária diária de quatro para sete horas, a precarização deve aumentar ainda mais (SILVA; KRAWCZYK, 2016).

Quando se realiza o corte estadual e olhamos os dados do Espírito Santo, observa-se que o Ideb, no período de 2005 a 2013, ficou acima das metas projetadas pelo Inep nos anos iniciais do ensino fundamental (foi projetado 5,3 e alcançou-se 5,4), e abaixo do projetado, mas sem queda, nos anos finais da mesma etapa de ensino (projetou-se 4,7 e alcançou-se 4,2) e no ensino médio. No ano de 2013, as taxas de aprovação atingiram 92,9% nos anos iniciais do ensino

fundamental e 81,6% nos anos finais. Mesmo com essa diferença, houve melhora nos anos finais da rede estadual, cujos índices passaram de 77,6%, em 2011, para 82,1%, em 2013 (IJSN, 2017). Quando se foca no ensino médio, vê-se que não houve crescimento nos índices do Ideb no período de 2011 a 2013, mas houve um crescimento da aprovação na rede pública de 71,3% para 74,7%, diferentemente do ocorrido no período de 2007 a 2011, quando o estado sempre apresentou dados inferiores à média nacional e à da região Sudeste e queda na taxa de aprovação. Esses dados mostram a necessidade de investimento em aprendizagem e em ações para a permanência do estudante na escola, assim como o imperativo de fortalecer as redes municipais e estadual para alcançar os patamares estabelecidos pelo MEC (IJSN, 2017). Mesmo assim, entre 2005 e 2013, a rede estadual teve um crescimento maior no Ideb que a rede privada em todo o ensino fundamental e no ensino médio. Com esse panorama, reafirma-se, no quadro estadual, a necessidade de universalizar o acesso ao ensino médio para os jovens em idade compatível e garantir a melhoria da qualidade da aprendizagem. Veem-se as dificuldades ao observar que o atual PNE coloca como meta uma taxa líquida de matrícula no ensino médio de 85% dos jovens até 2024. Contudo, apenas 66,7% dos jovens com 16 anos, no Brasil, concluíram o ensino fundamental, e no Espírito Santo, 67,6%. Para alcançar a meta, o Estado deveria ampliar a taxa de concluintes na idade adequada em 27,4% (IJSN, 2017). Além disso, no estado, as matrículas de jovens de 15 a 17 anos, no primeiro ano do ensino médio, superam em 40% o número de concluintes do ensino fundamental, o que mostra uma alta taxa de reprovação e de abandono, sem levar em conta pessoas fora dessa faixa etária. De acordo com o sítio eletrônico do Observatório do PNE, enquanto, no Brasil, 54,4% dos jovens de 15 a 17 anos estão no ensino médio, na região Sudeste, esse índice é de 62,8% e, no Espírito Santo, é de 56,7%. Dados do Inep, de 2013, sobre o estado, apontam que 55,33% dos jovens entre 15 e 17 anos estão matriculados no ensino médio. Com isso, restam 44,67% dos jovens nessa faixa etária fora da escola ou no ensino fundamental. Ademais, 22,49% dos estudantes do ensino médio estão fora dessa faixa etária (IJSN, 2017). Tais dados demonstram a necessidade de garantir aprendizagem, acesso e permanência na idade certa no ensino fundamental e no ensino médio. Levando em conta a necessidade – já expressa pelo Inep e pelo TCU – de infraestrutura adequada para tornar possível o cumprimento dessas metas, faz-se necessário ver alguns números do Espírito Santo expostos no Censo realizado pelo Inep.

Se considerarmos apenas as escolas públicas no estado do Espírito Santo, veremos que, em 2014, ano em que o Paulo Hartung foi eleito governador com a educação como um dos eixos centrais de sua campanha, e ano anterior à formulação do Plano Estadual de Educação

(PEE) e da implementação do Programa Escola Viva, apenas 38% das escolas contavam com biblioteca, 45% com laboratório de informática, 11% com laboratório de ciências, 33% com quadra de esportes, 12% com sala de leitura, 57% com sala para diretoria, 59% com sala para os professores, 25% com sala para atendimento especial e 10% com sanitário fora do prédio. Além disso, apenas 57% das escolas dispunham de máquina copiadora, 41% de retroprojetor, 61% de internet e 45% de banda larga. No que diz respeito à acessibilidade, 27% eram acessíveis a portadores de deficiência e 33% tinham banheiros acessíveis (QEDU, 2015, *apud* SILVA; KRAWCZYK, 2016).

Tais dados colocam-se como obstáculos à implementação de uma reforma educacional que atinja as 20 metas propostas no próprio PEE e que dizem respeito à educação infantil, aos ensinos fundamental e médio, à inclusão, à alfabetização infantil, à educação integrada, ao Ideb, à elevação da escolaridade e da diversidade, à alfabetização e ao índice de analfabetismo de jovens e adultos, à Educação de Jovens e Adultos (EJA) integrada à educação profissional, à própria educação profissional, à educação superior, à titulação de professores da educação superior, à pós-graduação, à formação e à valorização dos professores, à gestão democrática e ao financiamento da educação (IJSN, 2017). Portanto, qualquer reforma educacional, que tenha por objetivo resolver os problemas candentes da educação brasileira, deve visar à universalização do ensino, juntamente com a melhora das condições físicas, materiais e de trabalho para que a escola seja de qualidade e atrativa para os jovens, garantindo, assim, sua permanência (KRAWCZYK; SILVA, 2016).

1. ELEMENTOS TEÓRICOS

Destacamos, neste capítulo, alguns elementos contextuais históricos e conceituais que nos ajudam a pensar nosso objeto de pesquisa e que vão estar presentes no desenvolvimento de nossas análises sobre o enfrentamento no campo de disputa pela hegemonia do Estado feito pelos movimentos sociais de resistência às forças neoconservadoras, privatizantes e neoliberais.

1.1. ESTADO E HEGEMONIA

Nicos Poulantzas (1977b) considera a formação social como uma superposição de diversos modos de produção diferentes, sendo que um detém o papel dominante. Assim, a formação social capitalista tem o predomínio do modo de produção capitalista. A diversidade de modos de produção coexistentes leva a existência de várias classes sociais diferentes dentro de uma formação social específica, sendo a burguesia e o proletariado as duas classes fundamentais na formação social capitalista. Dessa forma, as classes sociais surgem como conjunto de agentes sociais condicionados pelas ações políticas que tomam, pela sua posição ideológica e, principalmente, pelo lugar que ocupam no processo de produção. Assim, a luta de classes é o enfrentamento entre classes com interesses contrários pela prevalência de seus interesses econômicos, políticos ou ideológicos, tendo como marca as ideias de “classe em si” como luta no nível econômico e “classe para si” como luta política.

O Estado tem como função particular ser fator de coesão dos níveis de uma formação social, servindo, portanto, para a manutenção da unidade dessa formação social e impedir sua transformação. Em outras palavras, o Estado visa a manutenção da ordem social estabelecida e faz isso impedindo a explosão do conflito político. Esse é o significado da afirmação que mostra como papel do Estado a condensação das contradições entre os diversos níveis de uma formação social existente. Ele cumpre seu papel através de suas funções particulares: técnico-econômica, política e ideológica. Dessa forma, o Estado gere o processo e a produtividade do trabalho, mantém a ordem no conflito político de classes e administra as políticas educacionais. Mesmo assim, todas essas funções são sobredeterminadas pela função política de manutenção da unidade da formação social (POULANTZAS, 1977b).

Em outras palavras, o Estado burguês garante a dominação de classe e representa os interesses políticos da burguesia, qual seja, a reprodução das relações de produção capitalistas

e a manutenção da formação social existente (PEREIRA, 2016; BUGIATO, 2016). Mesmo assim, o Estado aparenta não ser instrumento de dominação política burguesa devido ao direito burguês, que isola os indivíduos, e ao burocratismo, que representa a unidade no povo-nação (LIMA; GIL, 2016). O direito burguês é baseado na ideia de sujeito-indivíduo, que promove a atomização do sujeito, dificultando a organização da classe dominada. Já o burocratismo permite a entrada de indivíduos de diferentes origens de classe atuando em cargos na estrutura de Estado, possibilitando uma certa autonomia da sua atuação frente às relações econômicas, submetidas aos interesses políticos da classe dominante (PEREIRA, 2016; BUGIATO, 2016; PINHEIRO, 2016).

Mesmo presente dentro do Estado (lugar próprio da política e, portanto, da luta política de classes), as classes dominadas estão dissolvidas e atomizadas. Por outro lado, a função própria de reprodução da formação social vigente faz do Estado o lugar da unidade contraditória entre as frações da classe burguesa. Tal unidade é o bloco no poder (PINHEIRO, 2016; BUGIATO, 2016).

O bloco no poder é uma particularidade do Estado capitalista e ocorre devido à existência do sufrágio universal, que permite a unidade contraditória particular das classes e frações de classes dominantes na sua relação com o Estado capitalista. Aqui, a hegemonia se aplica entre as classes e frações de classe dominante politicamente para que uma classe ou fração exerça dominância sobre as demais e sendo o fator que possibilita a unidade contraditória e complexa dessas classes e frações. A unidade ocorre sob a égide da fração hegemônica que constitui seus interesses econômicos em interesses políticos capazes de manter a unidade política pelo interesse geral do bloco no poder, que é a exploração econômica e a dominação política (POULANTZAS, 1977b). Assim, a fração hegemônica não só lidera a unidade política do Estado burguês, como também orienta as ações estatais promovendo a constituição e o (re)posicionamento das demais frações de classe no interior do bloco (BUGIATO, 2016). Além disso, é importante frisar que o bloco no poder não conta com divisão de poder entre as frações burguesas que o compõem, pelo contrário, é a fração hegemônica do bloco no poder que domina, a partir de seus interesses, tanto as demais classes e frações do bloco no poder, quanto o conjunto da sociedade (POULANTZAS, 1977b). Com relação ao bloco no poder, a fração hegemônica:

[...] polariza os interesses contraditórios específicos das diversas classes ou frações do bloco no poder, constituindo os seus interesses econômicos em interesses políticos, representando o interesse geral comum das classes ou frações do bloco no poder:

interesse geral que consiste na exploração econômica e na dominação política (POULANTZAS, 1977b, p. 234).

Assim, a fração hegemônica consegue impor seus interesses econômicos específicos ao conjunto do bloco no poder e se colocar como representante do interesse geral desse bloco por meio do Estado. Para o resto da sociedade, a fração hegemônica tenta se colocar como representante do interesse geral do conjunto da sociedade através de sua função ideológica e da relação com possíveis classes aliadas ou apoio, complexificando ainda mais a atuação dessa fração (POULANTZAS, 1977b). Porém, o profundo fracionamento da burguesia, que pode chegar a sacrificar o interesse geral em nome de interesses particulares, faz com que ela seja incapaz de operacionalizar toda essa correlação de forças e de classes, dependendo do Estado para realizar essa tarefa. Assim, o Estado utiliza a sua unidade própria e a autonomia relativa para se constituir como fator de unidade do bloco no poder, organizando a unidade política sob a égide da fração hegemônica do bloco no poder. “Nesse sentido, a unidade do poder de Estado reside, em última análise, na sua relação particular com a classe ou fração hegemônica, do fato da correspondência unívoca do Estado com os interesses específicos dessa classe ou fração” (POULANTZAS, 1977b, p. 298).

Carnoy (1988) afirma que as classes e frações de classes partícipes do bloco no poder ocupam os aparelhos de Estado e utilizam-no em prol de seus interesses, sendo que os aparelhos controlados pela fração hegemônica do bloco no poder exercem dominância sobre os demais aparelhos, hierarquicamente. Portanto, embora essa visão destoe um pouco do afirmado anteriormente, não podemos ignorar as lutas internas existentes entre as frações do bloco no poder dentro do Estado, mesmo que o conjunto do aparelho de Estado esteja submetido aos interesses da fração hegemônica, posto que, em determinados contextos, frações não hegemônicas tentam acumular forças e aliados para impor seus interesses específicos como gerais e tornarem-se hegemônicas. Além disso, a visão que endossamos não nos impede de ver “funções positivas” no Estado, principalmente como indutor econômico e tomando medidas positivas para a classe trabalhadora, devido à pressão realizada por essas nas várias esferas de luta. Da mesma forma, é possível visualizar que os aparelhos responsáveis pela repressão, pela ideologia e pela economia, comumente, acumulam e permutam funções. Existe, ainda, a possibilidade de utilizar a democracia representativa como mecanismo para limitar, minimamente, o poder das classes dominantes, posto que a utilização das eleições pela população em geral só se tornou possível graças às lutas de massas que obrigaram a burguesia a incluir os despossuídos no jogo democrático, mesmo que as classes dominadas só participem

do poder político na condição de dominada, de forma subalterna e sem modificar o núcleo do Estado (CARNOY 1988; POULANTZAS, 1985). Porém, nenhum desses elementos induzem alterações suficientes no interior do Estado para poder considerá-lo “condensação das relações de classes” e, portanto, um instrumento cuja dominância dependa de qual classe tem mais força na sociedade. Isso porque, mesmo com a possibilidade de algumas alterações, o Estado continua atuando submetido à fração hegemônica do bloco no poder e com o interesse político de manter inalterada a formação social existente. Isso se torna ainda mais patente quando analisamos a realidade social brasileira.

Ao analisar as características da burguesia brasileira, Florestan Fernandes (1981a) alerta sobre seu caráter antidemocrático que, ou governa de forma autocrática, ou impõe, de cima para baixo, ao sentir-se ameaçada pela classe trabalhadora, uma ditadura preventiva. Sua existência, enquanto classe dominante, faz-se por meio da sobreacumulação, da superexploração e da sobredominação do proletariado. A burguesia não poderia manter seu regime de exploração e dominação da classe trabalhadora caso houvesse uma revolução democrática e nacional. Por isso, a classe dominante visa garantir melhores condições de competição com a burguesia dos países centrais e imperialistas, mesmo sendo atrelada e subordinada a ela, o que faz da burguesia brasileira o principal agente contrarrevolucionário (FERNANDES, 1981a, 1981b; CARDOSO, 1997). Assim, essa burguesia não implementa as transformações típicas da revolução burguesa clássica, sejam as revoluções agrícola, urbana, industrial, nacional ou democrática, e é mais propensa a dedicar-se à aceleração do desenvolvimento capitalista, modernizando a economia e deixando as demais áreas de lado. Com isso, o proletariado torna-se o sujeito capaz de, junto às massas populares, levar a cabo tais reformas no Brasil. Para tanto, é preciso dar conteúdo socialista a tais demandas e agir em duas frentes articuladas: a revolução dentro da ordem e a revolução contra a ordem, visando, assim, criar coesão sem criar confusões na classe trabalhadora, e incidir na burguesia para fazer parte dela, abandonando tanto seu pró-imperialismo típico, como os setores mais retrógrados da burguesia brasileira (FERNANDES, 1981b).

Para melhor compreender o desenvolvimento da luta de classes no Brasil hoje, devemos utilizar alguns conceitos gramscianos. Operamos aqui com as ideias de hegemonia, guerra de movimento e guerra de posição. A hegemonia envolve o convencimento pela luta ideológica, somada à utilização da força e da coerção por forças políticas e movimentos reais das classes, nas esferas política e econômica, por seus interesses. Trata-se, assim, de direção e domínio com unidade econômica, política, moral e intelectual da sociedade, disputada, a priori, pela guerra

de posição⁵. Portanto, a consolidação de uma hegemonia como consenso popular sofre influência das lutas das classes dominadas por concessões, que são impostas como conquistas ao bloco no poder, possibilitando aos dominados melhores condições de vida e garantindo a governabilidade para as classes dominantes (LIGUORI; VOZA, 2017).

A guerra de posição, embora seja considerada a forma central da luta de classes em sociedades democrático-burguesas, não exclui momentos de guerra de movimento. A guerra de movimento, pode ser a forma central de desenvolvimento das lutas em momento de franco e encarniçado embate de classes pelo poder e também pode ocorrer em momentos específicos na guerra de posições, como em ocasiões de greve geral e em lutas baseadas na espontaneidade das massas vista, aqui, como momento embrionário da consciência histórico-política, carente de direção política e incapaz de conduzir a unificação do movimento e indicar um caminho de superação permanente dessa condição. Mesmo assim, a espontaneidade é fundamental para o desenvolvimento da luta de classes e contém “elementos de direção consciente” capazes de reverter “imediatismos” e “aventureirismos” (LIGUORI; VOZA, 2017). Em outros termos, a luta espontânea não é espontânea por ocorrer do nada, nem por não ter objetivos políticos, mas por carecer de uma direção política vocacionada para luta pelo poder de Estado e organizada para operar o embate entre as classes.

A formulação que apresentamos sobre a relação dialética entre guerra de movimento e guerra de posição mostra que a guerra de movimento pode ser capaz de mudar a correlação de forças entre as classes sociais no interior da guerra de posições, podendo resultar em melhores condições para que as classes dominadas desenvolvam a guerra de posições. Da mesma forma, a guerra de posições pode ser útil para assegurar melhores condições para que as classes dominadas consigam irromper a guerra de movimentos com maior efetividade e capacidade de alcançar vitórias, conseguindo fazer frente aos ataques provenientes do bloco no poder. Assim, não concordamos com análises que secundarizam a importância da guerra de movimentos em democracias burguesas com a sociedade civil desenvolvida e que minimizam a importância da guerra de posições em países com a sociedade civil pouco desenvolvida. Não secundarizar os momentos de guerra de movimento dentro de um período de guerra de posições ou a passagem de um período de guerra de posições para um de guerra de movimentos e vice-versa está

⁵ Luta preparada pelo Estado e pelas classes sociais em “tempos de paz”, disputando “terreno” na sociedade civil para consolidar uma hegemonia nas estruturas das democracias modernas, nas quais a luta de classes se desenvolve, prioritariamente, como guerra de posição, podendo ter momentos de guerra de movimento, sendo essa a conquista das posições decisivas na política, a partir de uma “guerra aberta” (LIGUORI; VOZA, 2017).

diretamente relacionado com a articulação da revolução dentro da ordem com a revolução contra a ordem, numa perspectiva revolucionária de conteúdo socialista.

A partir dessa formulação, compreendemos a necessidade de não analisar os aspectos econômicos de forma determinista, mas pelos aspectos econômicos, políticos e ideológicos do objeto pesquisado, tendo claro que no centro dessa análise deve estar a luta entre as classes sociais, motor da história, desenvolvida pelo desenrolar das contradições existentes. Ou seja, com essa perspectiva, pretendemos identificar a ação estatal na reforma do ensino médio e na reação às ocupações como atitudes motivadas pelos interesses da fração hegemônica do bloco no poder, e a ação dos estudantes como ato motivado pelo desejo de defesa dos interesses de sua classe social no âmbito educacional, tendo em vista que a burguesia brasileira atua contra a democratização da educação por temer uma maior conscientização das massas populares, que poderia colocar em xeque sua dominação de classe. Com tal abordagem poderemos, ao mesmo tempo, fugir de interpretações que supervalorizam a ação de indivíduos isolados e desorganizados e evitar análises deterministas, incapazes de ver o potencial de transformação da realidade a partir da luta de classes nas diversas esferas em disputa.

1.2. VALORES E ESTRATÉGIAS NEOCONSERVADORAS

O movimento fascista, originado na Itália no ano de 1919, espalhou-se por toda a Europa e teve forte expressão mesmo em outros continentes. Tal movimento é caracterizado historicamente como um partido de base popular, composto por militares nacionalistas que atuam conjuntamente com as elites tradicionais contra as liberdades democráticas e promovem a limpeza étnica por meio da violência (ALVARO; MELO, 2018). Além disso,

O fascismo é uma resposta à crise de hegemonia, a incapacidade das classes dominantes para manter a ordem política por meio dos canais normais da democracia liberal. O fascismo é, por definição, um partido-movimento de caráter profundamente antiliberal. A novidade do fascismo está em que ele é um movimento de massas, com uma base social predominantemente pequeno-burguesa e plebeia, que procura solucionar uma crise de hegemonia por meio da violência direta (ALVARO; MELO, 2018, p. 73).

Esse movimento teve a pequena-burguesia tradicional como vanguarda, impacto popular⁶ entre os jovens e as mulheres, recebeu apoio dos camponeses que viviam sob relações

⁶ O termo impacto popular congrega desde a adesão ativa e incondicional, passando pelo apoio circunstancial, até a resignação passiva e neutralização pelo medo do avanço da repressão (POULANTZAS, 1977a).

feudais, de setores da pequena-burguesia rural e pouca entrada no campesinato pobre. Por outro lado, foi baixo o apoio da classe operária, que se manteve fiel às suas organizações tradicionais (POULANTZAS, 1977a). A ideologia fascista tem elementos heterogêneos e molda seu discurso para cada segmento a que se dirige. Isso fundamenta seu ideal corporativista, materializado no uso de estruturas institucionais e na permanente luta de classes no interior dos aparelhos fascistas. Havia, portanto, nas cúpulas fascistas, uma centralização do poder acompanhada de uma descentralização nas classes; como também havia luta interna e forte luta de classes no interior dos organismos fascistas (POULANTZAS, 1977a).

O fascismo convivia com grandes deserções ao realizar seu programa antipopular, mas quando pautas nacionalistas ganhavam eco, o fascismo ganhava apoio, mostrando a centralidade da questão nacional. Além disso, a absorção do desemprego mostrou-se o principal fator para ampliar o impacto fascista (POULANTZAS, 1977a). A esquerda contribuiu com a ascensão fascista ao deixar as massas desorientadas e desarmadas frente ao acossamento ideológico do fascismo. Ou seja, não soube fazer a luta ideológica de forma eficiente. Além disso, mostrou-se incapaz de realizar mudanças estruturais que alavancassem esses países rumo a mudanças estruturais socializantes (POULANTZAS, 1977a).

O que é de outra forma mais importante de verificar é que, de fato, certas classes populares que se inclinaram para o fascismo fizeram-no por causa da impotência dos Partidos Comunistas Italiano e Alemão em atingirem objetivos revolucionários e iniciar um processo de transição para o socialismo, tendo estas frações, face a essa carência, considerado de fato que o fascismo estaria mais apto a conseguir estes objetivos: grandes grupos destas frações transferiram durante algum tempo as suas aspirações revolucionárias para o fascismo (POULANTZAS, 1977a, p. 69).

Portanto, foi uma conjunção de fatores que possibilitou a ascensão fascista à época. Visando desvelar os aspectos que tornaram possível a atual ascensão fascista, trazemos aqui o pensamento de diversos autores sobre a presença fascista em países da América Latina.

O fascismo na América Latina constituiu-se uma força real e moderna, colocada em prática pelo capital internacional e pela burguesia dependente, como resposta à revolução cubana. A presença fascista indica uma capitulação política de um “nacionalismo burguês” frente ao imperialismo para desenvolver objetivos contrarrevolucionários e empreender uma guerra civil aberta ou velada contra a revolução dentro da ordem e a revolução contra a ordem (FERNANDES, 1981a). Na América Latina, a democracia e a república são distorcidas constantemente pelos objetivos totalitários da classe social dominante, que utiliza o Estado para enfraquecer a integração nacional e colocar em prática uma concepção totalitária de utilização

do poder. Por isso, o Estado Autocrático Burguês e o governo sofrem uma tendência permanente de fascistização (FERNANDES, 1981a).

O totalitarismo de classe atua como um quase-fascismo, junto ao ultrapresidencialismo, ao mandonismo, à centralização demasiada do poder e à ditadura legal. Ou o próprio aparato democrático burguês atua como se fosse um Estado de exceção, ou facilita uma passagem rápida para um verdadeiro Estado de sítio, de exceção ou ditatorial (FERNANDES, 1981a). Esse movimento torna-se relativamente mais fácil quando a sociedade civil se mostra débil, sem organização das massas e sem instituições sólidas o suficiente para fazer oposição à fascistização.

Se a ordem civil é fraca, [...] a ausência de oposição organizada ou de oposição organizada bastante eficiente, o caráter ocasional e a impotência relativa da resistência cívica permitem quer fascistizar certas funções essenciais e estratégicas do Estado (sem tocar em outras condições, estruturas e funções), quer atingir uma rápida fascistização de tais funções do Estado (e mesmo de todo o Estado) se as circunstâncias o exigirem (FERNANDES, 1981a, p. 22).

Com a fascistização, as classes dominantes mantêm a aparência democrática enquanto fortalecem o controle político para a “defesa da ordem” e a aniquilação da oposição às classes dominantes. Dessa forma, o fascismo latino-americano não se expressou como um forte movimento de massa capaz de fazer a doutrinação das massas, mas como a exacerbação autoritária da luta de classes pela repressão política e opressão social pelo Estado (FERNANDES, 1981a).

O fascismo na América Latina dispensa, assim, os símbolos, a elaboração ideológica, as grandes lideranças e as organizações de massas e fundamenta-se mais no uso das estruturas de poder para, por meio da violência, negar a universalização de direitos e as garantias sociais, garantindo a manutenção dos privilégios, interesses, valores e estilos de vida das classes dominantes. Além disso, a ausência de um líder carismático centraliza o poder em uma plutocracia ou numa oligarquia (FERNANDES, 1981a). Não é, portanto, o fascismo, um fenômeno extinto, mas transformado. Perpetuou-se como ideologia e força política organizada, ajustada à democracia pluralista, mas utilizando-se de estruturas e dinamismos fascistas, tornando-se, assim, um fascismo difuso e fluido, forte dentro do Estado e do governo, mas, sobretudo, impregnado em toda a sociedade (FERNANDES, 1981a).

O autor vê como possível o surgimento de um novo processo de fascistização generalizada com força ideológica, organizativa e de manipulação das massas dentro de uma

democracia pluralista que fortaleça a contrarrevolução mundial quando os acordos pelo alto não podem mais ser feitos (FERNANDES, 1981a). Nesse sentido, é preciso aferir se a atual onda fascista brasileira se manifesta como fascistização difusa e fluida de certas estruturas de Estado, ou se está em marcha um processo de fascistização generalizada, abarcando a sociedade e as instituições, em seus diversos níveis. Para entender esse momento, é central compreender a fascistização que emerge atualmente no Brasil e no mundo.

A alta classe média foi a classe que menos ganhou com os governos do PT, diferentemente do que ocorreu com as classes populares e com a grande burguesia interna, as maiores beneficiadas nesses governos. Isso gerou dificuldades para os setores médios manterem seu padrão de vida. A melhora das condições de vida das classes populares lhes possibilitou frequentar espaços antes exclusivos das classes médias e da burguesia. Tal elemento ilumina a motivação econômica que fez da classe média a maior força social presente nas manifestações de 2013 e de 2015, e a fração de classe mais ativa no atual processo de fascistização do Brasil, no *impeachment* ilegal de Dilma e na campanha presidencial de Jair Bolsonaro (CHAUÍ, 2016). Essa alta classe média tem por visão a abertura comercial ampla, a venda das estatais, a redução dos investimentos e o alinhamento passivo do Brasil com os Estados Unidos. São contra as políticas sociais e a prioridade nos gastos sociais por ameaçarem sua posição econômica e social e por verem tais investimentos como desperdício do imposto pago por eles (BOITO JR., 2016).

A derrubada de Dilma Rousseff retratou um processo de esvaziamento da democracia, de desmonte do modelo democrático vigente e de fortalecimento da extrema-direita, posto que as instituições operaram claramente com tal intuito, realizando o impedimento sem motivação jurídica clara e com o objetivo de derrotar política, moral e ideologicamente a esquerda brasileira (BURITY, 2018; MIGUEL, 2016). O fundamento do golpe foi um consenso entre o vice-presidente Michel Temer e o então presidente da câmara dos deputados, Eduardo Cunha, em conivência com o MDB e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), entre outros partidos e políticos, principalmente os componentes da chamada “bancada BBB”: da “Bala” (vinculada a policiais militares, grupos de extermínio e milícias privadas), do “Boi” (grandes proprietários de terra e criadores de gado) e da “Bíblia” (neopentecostais homofóbicos e misóginos) (GOMES, 2016; LOWY, 2016).

O golpe amplificou o processo de polarização da sociedade atingindo um patamar em que os blocos são abertamente antagônicos e inimigos, impossibilitando o diálogo e a formação de consensos (ORTELLADO; SOLANO; MORETTO, 2016). A atual ofensiva conservadora

tem uma base ideológica diversa, conjugando aspectos de “fascismos” com “conservadorismos” e “fundamentalismos”, que se manifestam na religião, na política e nas relações interpessoais. Tal ofensiva tem, portanto, diferentes matizes que começaram a convergir com as manifestações de 2013⁷, dentre as quais se destacam a teologia da prosperidade neopentecostal e o conservadorismo pentecostal (FRATESCHI, 2018). Assim, embora a fascistização tenha ganhado força real e passou a ser mais bem identificado e analisado a partir da eleição de Jair Messias Bolsonaro em 2018, não podemos negar a existência e a influência desse processo no período anterior, nem ignorar que o golpe de 2016 e as mobilizações de rua realizadas pela direita e pela extrema-direita tenham contribuído para a ascensão desses grupos políticos. Portanto, vemos a reação às ocupações de escolas como parte desse processo de fascistização da sociedade brasileira, mesmo que protagonizado por sujeitos que não necessariamente tenham se convertido ao bolsonarismo.

1.3. ELEMENTOS PRIVATIZANTES E NEOLIBERAIS

A direita e a extrema-direita fascista brasileiras têm como princípio filosófico, e pretensamente econômico, a austeridade. Tal ideia é um programa de concentração de renda que tem sido apresentado como remédio para a crise econômica e para o aumento da dívida pública. O arrocho fiscal proposto desmonta as políticas públicas e aumenta a influência do setor privado nas decisões estatais, além de ser uma resposta às demandas do bloco no poder às custas dos direitos sociais das classes subalternas (DWECK; OLIVEIRA; ROSSI, 2018). A Emenda Constitucional nº 95/16 é uma das principais políticas de austeridade do governo Temer e implanta um ajuste fiscal que coloca em xeque o pacto social da CF/88. Essa EC contrai a política fiscal, impedindo-a de desenvolver uma ação anticíclica, e reduz os gastos do governo federal na economia. Assim sendo, a EC nº 95/16 é um projeto de Estado mínimo incompatível com a garantia dos direitos sociais e com a CF/88, que aumenta o abismo social já existente (DWECK; OLIVEIRA; ROSSI, 2018).

⁷ A esquerda brasileira hegemonizou as ruas desde as “Diretas Já”; mas, nas manifestações realizadas em 2011 contra a corrupção, os protestos de 2013, com pautas diversas, mas que foram canalizadas para o tema da corrupção e com hostilidade contra a esquerda; e a Marcha Para Jesus, realizada por neopentecostais contra a corrupção e para “defender o Brasil”, canalizaram e ampliaram o antipetismo como um movimento contra a esquerda como um todo. Em 2015, a hegemonia de esquerda nas ruas foi quebrada pela campanha em prol do *impeachment*, que resultou no golpe midiático jurídico e parlamentar contra a presidente eleita (TATAGIBA, 2018).

Vale destacar que o termo “austeridade” vem da filosofia moral e valoriza o comportamento rigoroso, disciplinado, com sacrifício, parcimônia e sobriedade para reprimir comportamentos dispendiosos. Na política, esse discurso moral é transplantado para o plano público, atribuindo características humanas ao governo. Portanto, a austeridade visa promover o crescimento por meio de cortes de gastos e ajuste econômico (DWECK; OLIVEIRA; ROSSI, 2018). Os defensores dessa proposta argumentam que a austeridade iria reequilibrar a economia, reduzir a dívida pública e possibilitar a retomada do crescimento econômico pela recuperação da credibilidade com os agentes econômicos privados, baseados na ideia de que o governo deve tratar o orçamento público como se trata o orçamento familiar, no qual só se gasta o dinheiro disponível (DWECK; OLIVEIRA; ROSSI, 2018).

Porém, a austeridade pode levar a um processo em que o corte de gastos reduz o investimento, levando à diminuição da arrecadação e redundando em novos cortes, repetidamente. Isso porque a metáfora que compara o gasto público ao familiar desconsidera o papel estatal de promotor do desenvolvimento, visto que, quando o gasto familiar e de empresas é reduzido, diminui-se o emprego, o consumo e a renda. Portanto, o governo deve atuar para contrabalancear a tendência contracionista do setor privado e evitar o estabelecimento de um “ciclo vicioso” (DWECK; OLIVEIRA; ROSSI, 2018). Há, nessa proposta, um movimento de transferência de recursos públicos de programas sociais para o pagamento de juros, o que significa o enriquecimento dos mais ricos em detrimento da garantia dos direitos básicos da população (DWECK; OLIVEIRA; ROSSI, 2018). Seus defensores estão, portanto, intrinsecamente ligados ao neoliberalismo e pautam, sobretudo, por uma visão gerencialista do Estado e das políticas públicas. Para melhor compreender esse processo, pode-se destacar a construção do Todos Pela Educação (TPE), organização de empresários que influenciam diretamente os rumos da educação brasileira desde meados dos anos 2000.

Nesse período fortaleceu-se um amplo movimento de articulação e organização do empresariado brasileiro, resultando na construção de diversos aparelhos privados de hegemonia que atuam como intelectuais orgânicos coletivos (MARTINS, 2016). Ocorreu de mesma forma na educação, em que diversas entidades empresariais foram criadas para intervir na educação brasileira, destacadamente na educação básica pública.

Há vários anos observa-se que estas agências vêm atuando como *intelectuais orgânicos coletivos*, pois: mobilizam setores; promovem parcerias; exercem influência e pressões sobre os governos no sentido de reformar as políticas educacionais, incorporando outros sujeitos nos processos decisórios sobretudo os setores empresariais. [...] esses organismos têm como uma de suas estratégias

incorporar intelectuais que atuem junto às instâncias de poder, às universidades, às associações de classe ou aos canais influentes de comunicação (MARTINS, 2016, p. 25).

Diversas empresas, ONGs e movimentos empresariais criados para atuar na educação brasileira articularam-se para dar vida a uma nova organização, o TPE, que é composto por grandes empresas e fundações promotoras da responsabilidade social empresarial e do investimento social privado, além de órgãos governamentais. O TPE tem seu núcleo formado por intelectuais orgânicos com influência em diversos ramos da sociedade civil, em diferentes frações de classe e nos governos (MARTINS, 2016). Os seus interesses declarados são:

[...] universalizar o acesso e garantir a permanência na escola; assegurar o aprendizado em cada etapa de ensino; avaliar, valorizar e responsabilizar os educadores; ampliar o turno escolar; profissionalizar a gestão com foco na aprendizagem; ampliar a participação da família e da comunidade, bem como assegurar os recursos, a transparência e o monitoramento da execução das ações públicas (MARTINS, 2016, p. 40).

Esses interesses foram sintetizados em cinco grandes bandeiras: construir um currículo nacional; valorizar os professores; fortalecer, como forma de orientar as políticas públicas, o papel das avaliações, principalmente as de larga escala; responsabilizar gestores; e melhorar as condições de aprendizagem utilizando o contraturno para reforço e recuperação escolar (MARTINS, 2016). O TPE tem três proposições básicas advindas da análise de que o atual período conjuga três grandes crises na educação básica pública: a crise de qualidade, a crise de responsabilidade e a crise de gerenciamento (MARTINS, 2016).

A crise de qualidade é mensurada e explicitada no mal desempenho dos estudantes em avaliações de larga escala, sendo imperativo trabalhar por uma “educação básica necessária”, focada nos resultados e tendo como preocupação fundamental “[...] o processo aprendizagem-ensino, traduzido em resultados mensuráveis, obtidos por meio de avaliações externas” (MARTINS, 2016, p. 58). A crise de responsabilidade manifesta-se não só na suposta incapacidade do setor público para gerir sozinho a educação, mas também na falta de interesse da sociedade civil e no baixo engajamento do empresariado nesse tema. A mudança desse panorama exigiria o desenvolvimento da corresponsabilidade, que seria a conjugação de dois elementos: a criação de uma nova cultura de atuação com ao poder público, que incorpora diversos setores da sociedade sob a liderança do empresariado; e a delimitação, pelo setor empresarial, das responsabilidades de cada um dos setores participantes do cotidiano escolar – pais, alunos, professores e gestores (MARTINS, 2016). A crise de gerenciamento identifica a gestão pública como ineficiente e propõe o gerencialismo com a utilização da lógica

empresarial, focada em eficiência e em resultados mensuráveis, na gestão pública. Assim, o principal problema da gestão educacional seria a falta de planejamento e a distribuição dos recursos financeiros existentes, e não a ampliação do investimento em educação ou sua gestão democrática (MARTINS, 2016).

Tal proposta incorpora novidades gerenciais do modelo toyotista à gestão da educação pública. O foco passa a ser, então, os resultados, buscando “fazer mais com menos”, estabelecer um rigoroso controle de qualidade e exigir, de cada “colaborador”, uma postura corresponsável e participativa para atingir as metas estabelecidas pelo empresariado, eliminar o desperdício e apresentar profissionais qualificados e preparados para lidar com a flexibilidade necessária para resolver problemas e atender demandas. Portanto, o TPE incorpora preceitos da Teoria do Capital Humano (TCH) ao compreender a educação como estratégica para o desenvolvimento econômico, social, político e cultural do país, com foco no desenvolvimento da empregabilidade, em tempos de precarização, terceirização e desemprego estrutural (MARTINS, 2016).

1.4. MOVIMENTOS SOCIAIS E DE RESISTÊNCIA

Na temática dos movimentos sociais e de resistência, começamos resgatando a análise de Fernandes (2008), que distingue o movimento socialista do partido político. O movimento socialista seria uma confluência de forças contra a ordem vigente, visando, seja às reformas gradualistas e dentro da ordem, seja à destruição dessa mesma ordem de forma revolucionária. Por outro lado, o partido organiza essas forças de forma institucional e para aplicá-la em fins conscientes e deliberados. Para o autor, quando o movimento social é forte, o partido consegue atuar, inclusive, na desagregação da ordem; mas quando os movimentos sociais são fracos, os partidos são igualmente débeis, mostrando uma interdependência entre ambos no desenvolvimento do contexto histórico. Assim, quando a classe trabalhadora está arranjada em suas organizações sociais, sindicais e de base, essas entidades tomam centralidade na dinâmica da luta de classes e nos esforços dos revolucionários, que ganham vigor. Quando o dinamismo do movimento socialista é forte, o partido consegue atuar como centro organizador, centralizando e concentrando as forças sociais (FERNANDES, 2008).

Isso visibiliza o desenvolvimento da guerra de posições – sem prescindir da utilização eventual da guerra de movimentos – no interior da sociedade de classes, para que a hegemonia

estabelecida seja confrontada pelas forças populares, a fim de estabelecer uma nova hegemonia, desta vez popular (LIGUORI; VOZA, 2017). Vem daí a importância de caracterizarmos os movimentos sociais. Gohn (2011, p. 335) caracteriza os movimentos sociais como “[...] ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas”. São, assim, forças sociais organizadas que realizam pressões diretas e indiretas para resistir ao velho e construir o novo, que liberta a partir da criatividade e da inovação sociocultural, criando identidades coletivas, sentimento de pertencimento social e capacidade política para sujeitos considerados excluídos, reunindo os dispersos. Apresentam, portanto, identidade própria, projeto de vida e de sociedade e fazem oposição a forças sociais hegemônicas. Contribuem, pois, no processo de organização e conscientização da sociedade com ações práticas de pressão e têm certa continuidade e permanência.

A autora expõe que, por seu caráter sociopolítico e histórico, os movimentos sociais também sofrem transformações em contextos históricos diferentes. Assim, os movimentos sociais brasileiros da década de 1980 foram marcados pela resistência e superação da ditadura militar. Na década de 1990, começa um processo de surgimento de fóruns temáticos e de institucionalização dessas organizações, influenciando políticas públicas e resistindo à implementação de políticas neoliberais no país, juntamente com as reivindicações de setores profissionais, como os vinculados ao transporte urbano e de carga e ao funcionalismo público, sobretudo, os vinculados à saúde e à educação. No século XXI, os movimentos sociais são marcados pelas transformações econômicas, sociais e políticas das últimas décadas e encarnam, em si, várias inovações e novas características (GOHN, 2011).

O estabelecimento de políticas neoliberais, via reformas do Estado, descentralizou e institucionalizou o atendimento à área social, com canais de mediação e programas sociais. Além disso, tais reformas deslocaram as tensões para o plano cotidiano, com aumento da violência, diminuição do trabalho formal e dos direitos individuais e precarização do trabalho, entre outros. Isso contribuiu para a desorganização dos antigos movimentos e das formas de atuação dos movimentos comunitários de base, criando arranjos e atores, organizados em ONGs, associações e organizações do terceiro setor (GOHN, 2011). Assim, constituíram-se novos movimentos de caráter pluriclassista, transnacionais, com viés antiglobalização e altermundista. Houve também o fortalecimento de algumas demandas seculares, como a posse e propriedade da terra para produção agrícola e movimentos indígenas com o resgate do seu modo de viver,

além do fortalecimento de movimentos identitários, que reivindicam direitos culturais de sua etnia, religiosidade e nacionalidade, e de movimentos ambientalistas (GOHN, 2011).

Presentemente, há forte atuação dos movimentos sociais por meio de redes e da utilização da internet e das tecnologias de informação. A formação da militância ocorre mais pela experiência direta que pelo estudo de textos e escolas de formação. Em alguns casos, os movimentos foram criticados por transformar meios em fins, centrando-se mais no impacto midiático de suas ações, influenciando a opinião pública por intermédio do embate de ideias e de símbolos, que nas conquistas concretas em termos políticos e econômicos (GOHN, 2011).

No decorrer do milênio, também se destaca a retomada do movimento estudantil e da área educacional, como um todo, estabelecendo-se como marco a Revolta dos Pinguins, em 2006, no Chile, as ocupações de universidades públicas no Brasil e o protagonismo de profissionais da escola básica, como ocorrera no ano de 2006, em Oaxaca, México, além da atuação de diversos movimentos sociais na área educacional, como o MST, no Brasil. Essa perspectiva traz, para compreender o processo de seu desenvolvimento, a necessidade de visualizar o movimento estudantil e de educação em perspectiva histórica (GOHN, 2011). Gohn (2011) identifica a luta por educação como luta por direitos e pela construção da cidadania, abrangendo tanto movimentos sociais que atuam em diversas áreas e trabalham principalmente no campo da educação não-formal, como os movimentos de estudantes e trabalhadores da educação, em sua atuação na educação formal.

A União Nacional dos Estudantes (UNE) foi fundada em 1937 como “entidade máxima dos estudantes” e atuou na luta antifascista durante a Segunda Guerra Mundial. Após a guerra, a UNE foi protagonista na campanha “O Petróleo é Nosso”, contando também com o protagonismo secundarista com a criação da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubes). Tal processo resultou na criação da Petrobras, em 1953 (UBES, 2019; UNE, 2019). A década de 1960 foi marcada pela atuação das Ligas Camponesas e pela utilização do método Paulo Freire para a alfabetização. Além disso, UNE e Ubes participaram da campanha da legalidade, para que João Goulart assumisse a presidência da república, e da Frente de Mobilização Popular, defendendo as reformas de base. A UNE criou a UNE Volante e atuou com os Centros Populares de Cultura (GOHN, 2011; UBES, 2019; UNE, 2019).

Durante a ditadura, a UNE, a Ubes e os grêmios escolares foram colocados na ilegalidade. Nesse contexto, o movimento estudantil foi protagonista da resistência à ditadura

e participou das mobilizações de maio de 1968, com destaque para a Passeata dos Cem Mil e dos 50 mil no velório do estudante Edson Luís, morto pela ditadura em uma manifestação (GOHN, 2011; UBES, 2019; UNE, 2019). Nos anos 1970, com a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) e o recrudescimento da repressão às entidades estudantis, com a tortura e o assassinato de lideranças estudantis, destaca-se a atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) na educação não-formal e de professores em associações de classe e na resistência universitária (GOHN, 2011; UBES, 2019; UNE, 2019). Na década de 1980, acentua-se o trabalho da educação popular, articulado às “Diretas Já” e à nova constituinte, visando disputar o processo para o estabelecimento de leis que potencializassem o protagonismo popular e uma educação emancipadora. Nesse contexto, a UNE e a Ubes se reorganizam e buscam sua legalização e a aprovação da Lei do Grêmio Livre (GOHN, 2011; UBES, 2019; UNE, 2019). Por sua vez, a década de 1990 foi marcada pela atuação estudantil na campanha “Fora Collor”, com os “Caras Pintadas”, destacando a crítica às políticas neoliberais. Também houve lutas contra as políticas neoliberais e as privatizações viabilizadas no governo de Fernando Henrique Cardoso, e a mercantilização da educação. Somado a isso, foi fundamental a luta pelo caráter da nova LDBEN e as reivindicações por contratação de professores, aumento das verbas para a educação e suas formas de financiamento (GOHN, 2011; UBES, 2019; UNE, 2019).

No século XXI, o movimento estudantil atuou no processo de expansão universitária do governo Lula, que resultou na criação do Reuni e do ProUni, políticas que não foram consenso entre os estudantes, mas promoveram a ampliação de universidades e do número de estudantes universitários. Além disso, houve forte atuação estudantil nas lutas pela desmilitarização das polícias militares, pelo fim do extermínio da juventude negra, pela democratização dos meios de comunicação, pelo passe-livre nos transportes e pela mobilidade urbana como um todo. Nesse contexto, tomou centralidade a luta por uma educação pública de qualidade, sintetizada na pauta dos 10% do PIB para a educação e pelo Fundo Social do Pré-sal, reivindicações aprovadas no PNE de 2014, que estabeleceu o percentual requerido, num prazo de 10 anos. Juntamente, houve a aprovação da destinação de 75% dos royalties do petróleo e 50% do Fundo Social do Pré-Sal para a educação (UBES, 2019; UNE, 2019). Com o golpe jurídico-parlamentar de 2016, tais conquistas, bem como um conjunto de outras medidas, foram revertidas pelo governo Temer. O governo em cena ainda implementou a Emenda do Teto dos Gastos Públicos e a Reforma do Ensino Médio, que atingiram fortemente a educação (UBES, 2019; UNE, 2019), e impulsionaram as lutas estudantis iniciadas em 2016, pauta desta dissertação.

Nesse contexto, Santos Júnior e Lavoura (2017) resgatam a formulação de Saviani, que aponta a necessidade de unir o trabalho pedagógico ao trabalho político, sendo o primeiro centrado em possibilitar aos estudantes o acesso aos conhecimentos clássicos, e o segundo, pautado na atuação nos espaços de organização de base (sindicatos, grêmios, centros acadêmicos e diretórios centrais dos estudantes). Assim, o conhecimento letrado e o desenvolvimento da cidadania poderiam ser associados ao desenvolvimento da consciência de classe, o que ganha muito mais consistência na organização da luta de classes. Santos Júnior e Lavoura (2017) indicam, com isso, que o sindicato e a escola devem ser entendidos como espaços de luta de classes, exigindo ação consciente e organizada, direta e intencional, assim como o aprofundamento da unidade. Tais entendimentos complementam a abordagem de Gomes (2018), que identifica os estudantes partícipes das ocupações de 2016 como jovens trabalhadores-estudantes. Para justificar tal abordagem, o autor identifica as condições de vida desses jovens, que moram em bairros de periferia, dependem da educação pública para ter acesso à cultura escolar e, por isso, visualizam, na escola, a única possibilidade de ascensão social e de preparação para o trabalho. São jovens que necessitam trabalhar para complementar a renda de suas famílias, estando submetidos, na ampla maioria dos casos, a condições precárias de trabalho e ao perigo constante do desemprego, que assola a juventude da classe trabalhadora. Nesse sentido, Gomes (2018), numa perspectiva gramsciana, identifica a atuação mais recente dos jovens trabalhadores-estudantes como germe do que denomina de vontade coletiva. Ou seja, apesar de não se organizar por meio de um partido ou como nova hegemonia para a construção de uma nova sociedade, ressalta-se a emergência de uma vontade coletiva. Essa vontade coletiva caracteriza a movimentação dos estudantes que ocorreu pela tática de ocupação. Tais eventos foram capazes de semear a luta por transformação social ao transformar “[...] vontades individuais em vontades coletivas” (GOMES, 2018, p. 107) por meio do trabalho coletivo, do autogoverno e da auto-organização, desenvolvendo nova práxis.

Reiterando essa ideia, Mascarenhas *et al.* (2017) expõem que as ocupações estudantis apontaram outra forma de viver o cotidiano escolar e o processo educacional, sendo uma forma de resistência ao autoritarismo presente nas escolas secundárias de todo o país. O principal ganho dessas manifestações foi a demonstração da “[...] capacidade dos integrantes da comunidade escolar de organizar, administrar, vivenciar a escola de uma maneira horizontalizada, não autoritária e com uma divisão de trabalho muito respeitosa” (MASCARENHAS *et al.*, 2017, p. 64). Isso traz à luz a importância da ocupação como forma de luta. As ocupações não são novidade para os movimentos sociais brasileiros, haja vista serem

largamente utilizados por movimentos sociais do campo e da cidade, com destaque para os movimentos de sem-terra e de sem-teto. Cunha, Machado e Marsiglia (2017) advogam que, no contexto urbano da luta por moradia, realizada por movimentos sociais que buscam uma reforma urbana, o espaço urbano é arena da luta de classes, posta a apropriação que o capital faz da cidade, entre outros meios, pela ação estatal e pela especulação imobiliária. Nesse sentido, o capital utiliza esse território para gerar lucro enquanto a classe trabalhadora, mormente suas frações mais pauperizadas, são marginalizadas e perdem seu direito à cidade, sobretudo, o direito à moradia. Assim, as ocupações aparecem como espaços legítimos de luta pelo direito à moradia e à cidade, por uma reforma urbana que inclua, de forma humanizada, o trabalhador; e como espaço de aprendizagem e formação de consciência, a partir das experiências de luta de classes.

No âmbito educacional, Girotto (2016) afirma que as ocupações também se apresentam como forma de reapropriação dos espaços da cidade e da vida, tanto por ocorrerem as transformações já mencionadas, quanto pelo fato de as escolas públicas afetadas pelas reformas estarem inseridas, territorialmente, em bairros de periferia, e trazerem, como público, os jovens trabalhadores-estudantes. Nesse contexto, Ramos e Frigotto (2017) apontam a unidade das forças progressistas na Frente Brasil Popular como espaço de unidade de partidos, sindicatos e movimentos sociais, estudantis e de juventude, que pretendem o aprofundamento do trabalho de base e a construção de um projeto de nação voltado para as necessidades do da classe trabalhadora, denominado Projeto Brasil Popular. Com as afirmações acima, vemos apontada a necessidade de robustecer a organização de base, nos locais de trabalho e de estudo, assim como nos sindicatos, nos movimentos sociais e nos organismos estudantis, com vistas a fortalecer o movimento socialista dentro da educação.

1.5. UMA ARTICULAÇÃO NECESSÁRIA ENTRE OS CONCEITOS

Colocada a importância das categorias destacadas para o entendimento da realidade, passamos à relevância de se compreender como elas se articulam, teoricamente, para a construção desta dissertação.

Em primeiro lugar, se o Estado visa manter a formação social existente e reproduzir as relações de produção, é preciso compreender a ofensiva neoliberal e neoconservadora, em seu comando e em suas práticas, como parte do processo de acirramento da luta de classes, com o

avanço desses setores da sociedade, mais especificamente dos interesses de uma burguesia internacional, aliada à burguesia associada e a setores da burguesia interna e das classes médias. Tal ofensiva não representa um avanço puramente ideológico desses setores, mas uma imbricação de fatores econômicos, políticos e ideológicos, com primazia dos econômicos. Assim, vemos no desenrolar da crise econômica internacional, e na sua manifestação no Brasil e na América Latina, a diminuição das taxas de lucro como disparador desse processo. A radicalização das propostas neoliberais através do discurso de austeridade, propondo o desmonte dos direitos básicos inscritos na CF/88 e a ampliação da privatização, retratam um avanço dos interesses das classes e de frações de classe citadas para reposicionar o país na luta geopolítica mundial, de forma subordinada ao imperialismo estadunidense, para reorganizar a economia e maximizar os lucros, em detrimento dos direitos e das condições de vida das classes dominadas, ampliando a superexploração do trabalho.

As pretensões burguesas não se realizam de forma pacífica, sem resistência das demais classes, trazendo a necessidade de ampliação do discurso ideológico para convencer os setores populares da necessidade do ajuste e do recrudescimento da repressão e do controle para impedir que a resistência a esse processo seja eficiente. Com isso, vemos um processo de gestação de um novo padrão de repressão do Estado, com ampliação da sobredominação, mais antidemocrático e mais autocrático, reforçando o totalitarismo de classe, processo esse que se revela na ofensiva jurídica contra setores democráticos e progressistas e no avanço do discurso, das práticas e das forças neofascistas, seja no Estado, seja no seio da sociedade civil. Como retrato desse processo, vê-se um rearranjo do bloco no poder, com hegemonia da burguesia internacional e primazia de setores de direita, extrema-direita e neoconservadores. Embora a unidade desse bloco ocorra por meio da política econômica neoliberal ortodoxa extremada, privatizante e com discurso de austeridade, vemos que esse processo levou ao predomínio da extrema-direita, pregando a manutenção da ordem a todo custo, com intenso ativismo de setores da classe média alta, de setores militares e do fundamentalismo pentecostal e neopentecostal, tendo como marco as eleições de 2018. Esses setores avançam em sua organização e na formação de um perfil cada vez mais claro dos sujeitos envolvidos e de suas pautas.

O cenário atual indica o início de um longo processo de avanço neoliberal, neoconservador e neofascista, que traz, para as forças democráticas e progressistas, a necessidade de revisão de seu programa, de suas estratégia e táticas, bem como de fortalecer o retorno às bases, conectando sua força, suas pautas e sua ação com as aspirações das classes dominadas e propondo um longo processo de enraizamento da organização de base e a formação

de novas lideranças populares, justificando, assim, a necessidade de se compreender as principais lutas populares contra a ofensiva neoliberal. Neste trabalho, temos o foco ajustado para a resistência à Reforma do Ensino Médio, evento de grandes proporções no Brasil pós-golpe, assunto que aprofundaremos adiante. O foco é pertinente, posto que o contexto atual traz, como um de seus desdobramentos, no âmbito ideológico, a intenção – do bloco no poder – de reformulação da educação brasileira com fins de esvaziar o pensamento crítico, impedindo o acesso dos trabalhadores não só às teorias críticas, progressistas, de esquerda e socialistas, como também ao conhecimento científico e elaborado, resgatando uma perspectiva dualista da educação, como veremos a seguir.

2. REVISÃO DE LITERATURA

A reforma do ensino médio, aprovada pela Lei nº 13.415/17, modificou pontos importantes da LDBEN nº 9394/96, os quais passamos a descrever brevemente aqui. A carga horária mínima, que era de 800 horas, passou para 1.000 horas, devendo ser ampliada para 1.400 horas nos 5 anos seguintes. O ensino de língua estrangeira, que era parte diversificada do currículo, no qual o estudante deveria optar por uma língua entre as escolhidas pela comunidade escolar, passou a ofertar, única e obrigatoriamente, o ensino de língua inglesa a partir do 6º ano do ensino fundamental. Os princípios da proteção e defesa civil e da educação ambiental deixaram de ser obrigatórios, podendo ser abordados, ou não, como temas transversais.

A inclusão de novos conteúdos curriculares na BNCC passou a depender de aprovação no CNE e da homologação do MEC. A BNCC ficou vinculada aos direitos e objetivos de aprendizagem no ensino médio. Foram introduzidos 5 itinerários formativos, a saber, linguagens e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias, ciências humanas e sociais aplicadas e técnico profissional, sendo obrigatório, nos 3 anos do ensino médio, somente o ensino de língua portuguesa e de matemática. Assim, deixam de ser obrigatório para todos, em todos os anos, as demais disciplinas, tais como filosofia e sociologia, que deixam de ser componentes curriculares obrigatórios e passam a ser conteúdo.

Esses são alguns dos pontos mais importantes da reforma, e vale buscar compreender como se posicionaram pesquisadores, entidades e movimentos sobre a referida reforma.

2.1. AS REFORMAS DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL

Neste item, abordaremos, de forma breve, o conteúdo das diversas reformas educacionais que atingiram o ensino médio ou o antigo grau secundário, a partir da abordagem de alguns autores atuais. Fazemos isso por compreender que as reformas educacionais não surgem do nada, mas fazem parte de um complexo enfrentamento e do desenvolvimento histórico não só de concepção pedagógica, como também de visão de mundo e de sociedade. Remontaremos, então, às reformas ocorridas no século XX e início do século XXI.

Ferreira (2017) expõe que, na década de 1930, o ensino médio brasileiro passou a conviver com a segmentação e a diferenciação própria da dualidade. Para Ramos e Frigotto (2016), a Reforma Capanema, realizada em 1942, durante a Era Vargas, fez com que os alunos

escolhessem uma área de vocação para aprofundamento dos estudos. Assim, o ginásio ficou dividido em um ramo científico e outro, clássico. Com isso, houve gerações que, ou nunca estudaram química e física, ou nunca estudaram ciências humanas.

A Lei Orgânica do Ensino Secundário, promulgada pelo Estado Novo em 1942, destinou as modalidades do ramo científico e do ramo clássico para os jovens da classe dominante, os quais formava para o prosseguimento dos estudos no ensino superior e para integrarem os quadros dirigentes da sociedade brasileira (LINO, 2017). Por outro lado, organizou a formação técnica e profissional para os pobres, dividindo-a em ensino agrícola, comercial, industrial e normal, e impedindo o prosseguimento dos estudos daqueles que advinham dessa classe para o ensino superior (RAMOS; FRIGOTTO, 2016; LINO, 2017).

Lino (2017) também afirma que, no período democrático de 1946 a 1964, a LDB nº 4.024/61 estabeleceu a equivalência dos cursos secundários técnicos e de formação geral para o ingresso no ensino superior. Esse fator, associado ao processo de modernização do país, gerou um aumento da demanda por vagas no ensino superior. Durante a ditadura militar, a Emenda Constitucional nº 01/1969 ampliou o ensino fundamental, determinou a obrigatoriedade de oito anos de escolaridade entre 07 e 14 anos de idade, e criou uma profissionalização obrigatória e muito diversificada no segundo grau, atribuindo um caráter de terminalidade ao ensino médio e freando a demanda pelo ensino superior (LINO, 2017). Nesse sentido, os técnicos formados pelos cursos profissionalizantes seriam absorvidos pelo mercado de trabalho, então carente de técnicos de nível médio. Por outro lado, as escolas particulares ignoraram a nova legislação e continuaram realizando a formação propedêutica preparatória para o ensino superior. Portanto, a formação técnica e profissional deu-se como um itinerário formativo destinado aos pobres, no qual não se estudaria filosofia e sociologia e se passaria, de forma superficial, pela história e geografia (RAMOS; FRIGOTTO, 2016; CUNHA, 2017).

Mesmo com essas leis e com a criação de instituições de ensino superior privadas – que diminuiriam a demanda sobre as universidades federais –, a pressão popular por vagas de nível superior não havia diminuído e, assim, a Lei nº 7.044/82 desobrigou a formação profissional, colocando-a como possibilidade, oferecendo cursos superiores de curta duração, que passaram a ser chamados de cursos técnico-profissionalizantes, para satisfazer a demanda existente (CUNHA, 2017). Com o fim da ditadura militar, a CF/88 abriu as portas para promover a educação como um direito social inalienável e dever do Estado. Isso propiciou o movimento que vemos desde a década de 1990, de aumento progressivo das matrículas. A Lei de Diretrizes

e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96 representou uma vitória dos interesses comerciais sobre o movimento educacional e a educação politécnica e omnilateral, pois foi uma proposta elaborada por Darcy Ribeiro, com o intuito de substituir a proposta intensamente debatida com a sociedade e a comunidade escolar pelo movimento educacional e que renunciava um sistema nacional de educação, para além do atual sistema nacional de ensino.

Mesmo assim, a LDBEN possibilitou que o ensino médio, como formação básica, preparasse o estudante para o exercício de profissões técnicas. Ademais, reconheceu o ensino médio de caráter propedêutico como última etapa da educação básica, cujas tarefas compreendiam a consolidação dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, a preparação para o prosseguimento dos estudos em nível superior, para a inserção no mundo trabalho e para a cidadania, e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico dos estudantes, aliando teoria e prática (FERREIRA, 2011, 2017; RAMOS; FRIGOTTO, 2016). Porém, o Decreto Lei nº 2.208/97⁸, expedido pelo então presidente da república, Fernando Henrique Cardoso, impediu a realização do ensino integrado, estabelecendo a formação profissional e técnica como itinerário separado, paralelo ou posterior ao ensino médio de caráter propedêutico. Com isso, a crise de identidade do ensino médio foi aprofundada, e os alunos de origem popular foram obrigados a permanecer mais tempo em escolas de estrutura precária, enquanto houve grande expansão do ensino técnico privado em todo o país (FERREIRA, 2017; FRIGOTTO, 2016).

A democratização da educação, principalmente nos anos 2000, baseou-se principalmente no aumento de vagas e matrículas. O centro da ação estatal era a luta pela inclusão social de setores excluídos e não a luta contra as desigualdades existentes. Focou-se na luta pelo desenvolvimento de um mínimo bem-estar social para a parcela excluída da população, gerando um suposto equilíbrio entre exclusão e inclusão por intermédio de políticas compensatórias. Com isso, tentou-se remediar o efeito, a exclusão, em vez de resolver a causa, ou seja, a desigualdade. Isso mostra uma preocupação muito maior em atenuar os conflitos sociais, que em transformar a estrutura educacional para gerar oportunidades iguais para os diferentes sujeitos sociais (FERREIRA, 2011; FRIGOTTO; CIAVATTA, 2011).

Durante o governo Lula, o MEC organizou dois grandes seminários para debater o ensino médio e a educação profissional envolvendo comunidade acadêmica, sistemas de ensino

⁸ Revogado posteriormente, pelo Decreto nº 5.154, de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm.

público e privado e sindicatos, que apontaram como fulcral a reconstituição da educação integrada, na perspectiva de integrar o ensino médio regular à educação profissional (FERREIRA, 2017). Com esse intuito, o Decreto nº 5.154/04 retoma o ensino médio integrado fundamentado em trabalho, ciência e cultura, criando a expectativa de travessia para uma formação politécnica e omnilateral (RAMOS; FRIGOTTO, 2016). Posteriormente, esse Decreto tornou-se a Lei nº 11.741/08, que redimensionou, institucionalizou e integrou a educação profissional técnica de nível médio à educação de jovens e adultos e à educação profissional e tecnológica, possibilitando a formação para o trabalho e a habilitação profissional em estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional (FERREIRA, 2017). Assim, a oferta da educação profissional e tecnológica poderia ser articulada – integrada ou concomitante – ou subsequente ao ensino médio. A forma concomitante deveria ocorrer durante o ensino médio, mas em outra instituição; e a subsequente, após o término do ensino médio regular.

A oferta da educação profissional integrada ao ensino médio cresceu 129,7% no Brasil, tendo aumento de 149% na rede pública e de 111,2% na rede privada, no período entre 2001 e 2013 (FERREIRA, 2011). Mesmo assim, é preciso destacar que o ensino integrado funcionava muito mais como um ensino simultâneo que verdadeiramente integrado, constituindo-se um passo na direção desejada, mas não sua realização plena (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005). Além disso, a Lei nº 12.061/09 assegurou o acesso a todos os interessados em cursar o ensino médio, enquanto a EC nº 59/09 garantiu a educação básica gratuita e obrigatória para todos na idade de 04 a 17 anos (FERREIRA, 2017). A educação passou a ser obrigatória nessa faixa etária e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) passou a incluir o ensino médio e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) (FERREIRA; POCHMANN, 2016).

As DCnem, de 2012, discutidas por organizações científicas e movimentos em defesa da educação básica no Brasil, foram uma conquista por reconhecerem a relação entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura e por considerá-los como integradores do conhecimento, na perspectiva do trabalho como princípio educativo. A partir das DCnem, criaram-se programas como o Ensino Médio Inovador (ProEMI) e o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), que trabalham na perspectiva politécnica, do trabalho como princípio educativo, mesmo limitados pela diminuição da carga horária e pela criação de cursos com mais independência que integração na relação entre ensino médio regular e formação profissional, em razão das

dificuldades de gestão pedagógica e financeira e da quantidade pouco expressiva de matrículas para as necessidades nacionais (FERREIRA, 2017; FERREIRA; POCHMANN, 2016; FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005).

Por outro lado, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) contou com amplo investimento estatal e apoio empresarial para desenvolver um ensino tecnicista voltado para formar uma força de trabalho barata para a indústria brasileira (FERREIRA, 2017; FERREIRA; POCHMANN, 2016; FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005). A quantidade de jovens na escola aumentou significativamente na última década, assim como a diminuição da evasão, principalmente entre os mais pobres. Isso criou melhores condições para que filhos e filhas de trabalhadores entrassem, mais bem colocados, no mundo do trabalho. Mesmo assim, a quantidade de jovens na escola está aquém da demanda nacional, e muito mais longe está a quantidade de jovens que terminam o ensino médio na idade apropriada. O cenário torna-se ainda pior quando analisamos o acesso ao ensino superior ou quando se faz o recorte étnico-racial (FERREIRA; POCHMANN, 2016).

Nesse contexto de análise, não só a evasão ainda é grande, como há jovens que sequer conseguiram a oportunidade de sentarem-se nos bancos escolares. O fracasso escolar é causado tanto pela fragilidade das políticas educacionais, quanto pelos fatores relativos à pobreza no país, principalmente quando relacionamos esse fenômeno com as desigualdades históricas existentes no Brasil, tanto em termos sociais quanto raciais (FERREIRA; POCHMANN, 2016). No quesito financiamento, a Constituição de 1934 atrelava os impostos à educação, estabelecendo um mínimo constitucional de investimento. Esse atrelamento foi desobrigado pela Constituição de 1937; o mesmo ocorreu quando a LDB nº 4.024/61 vinculou impostos ao ensino e a ditadura desvinculou-os com a Lei nº 5.692/71 (MELO; SOUSA, 2017). Mais uma vez, com a LDBEN nº 9.394/96, estabeleceu-se mínimos constitucionais obrigatórios para investimento em educação com vinculação de impostos. Depois, o PNE (2014-2024) estabeleceu, em sua vigésima meta, a vinculação de 10% do PIB à educação, verba garantida pela Lei nº 12.351/10, que estabeleceu um regime de exploração e produção de petróleo que privilegiava a empresa estatal e criava um fundo social que destinava recursos provenientes do pré-sal para a educação e a saúde. Com menos de um ano de governo Temer, a EC nº 95/16 estabeleceu um teto nos gastos sociais que impede a realização dessas metas e aprovou lei desobrigando o regime de partilha criado em 2010 (MELO; SOUSA, 2017).

Dessa forma, pode ser visto no desenrolar do século XX e no início do século XXI, uma disputa no seio da sociedade pelo caráter, pelo objetivo e pela função do ensino médio. Nessa linha temporal, tivemos uma visão ligada aos interesses do mercado e protagonizado ora por forças ditatoriais, como na Era Vargas e no Regime Militar, ora por forças neoliberais, como na década de 1990. Por outro lado, nos períodos democráticos, houve o crescimento de propostas protagonizadas pelo movimento educacional e popular, que davam à educação um caráter de formação para a vida em sociedade, a cidadania e o trabalho, criando, assim, uma formação mais próxima da perspectiva de formação de um sujeito integral. Após construir essa perspectiva histórica, em conjunto com a percepção do contexto atual vivido no Brasil, podemos passar à exposição e análise da Lei nº 13.415/17, que institui o “novo ensino médio”.

2.2. REAÇÃO DOS PESQUISADORES CRÍTICOS À REFORMA DO ENSINO MÉDIO

Aqui registraremos o posicionamento de alguns pesquisadores críticos à reforma do ensino médio, no período de 2016 e 2017, ou seja, durante o processo de tramitação e aprovação da nova lei. Assim, serão expostos estudos de Frigotto e Saviani. Para Frigotto (2016), autores como Desttut de Tracy defenderam uma escola dualista no século XIX baseados na ideia de que os homens são desiguais por natureza e, portanto, deveria haver uma escola rica em conhecimento para aqueles destinados a dirigirem a sociedade, e uma escola rápida e pragmática para os que se destinavam, por natureza, ao trabalho árduo. A MP nº 746/16, proposta pela presidência da república, foi sancionada em 16/02/2017 e publicada no dia posterior como Lei nº 13.415. Essa Lei altera a LDBEN nº 9394/96, o Fundeb, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e o Decreto-Lei nº 236/67, sobre a radiodifusão. Além disso, também revoga a Lei nº 11.161/05, que tornava obrigatória a oferta da língua espanhola e facultativa a matrícula para o aluno, e institui a política de fomento à implementação de escolas de ensino médio em tempo integral (BRASIL, 2017a). O governo Temer trata a referida lei como a lei do “novo ensino médio”, que estabelece a reforma dessa etapa da educação básica. Afirma que a reforma do ensino médio promoverá melhorias na educação do país e o combate à evasão escolar, pois a flexibilização da grade curricular tornará o ensino médio mais atraente para os jovens ao permitir que eles escolham uma área de estudos para aprofundamento.

Com isso, o ensino médio aproximará ainda mais a escola da realidade dos estudantes à luz das novas demandas profissionais do mercado de trabalho. E, sobretudo, permitirá que cada um siga o caminho de suas vocações e sonhos, seja para seguir os estudos no nível superior, seja para entrar no mundo do trabalho (BRASIL, 2017b).

As duas principais mudanças promovidas pela famigerada lei do ensino médio seriam o aumento da carga horária de 800 para 1.400 horas, e a composição curricular com 60% de disciplinas obrigatórias e 40% de disciplinas optativas, na qual o aluno deverá optar por uma área de conhecimento para aprofundamento, podendo ser: linguagens e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias, ciências humanas e sociais aplicadas ou formação técnica e profissional (BRASIL, 2017c). A proposta inicial do governo era ter como únicas disciplinas obrigatórias matemática, português e inglês, mas, após pressões advindas da sociedade civil, o governo recuou momentaneamente e inseriu educação física, arte, sociologia e filosofia (BRASIL, 2017b). Essas alterações não se sustentariam após a aprovação da BNCC, como veremos adiante.

Frigotto (2016) contesta a versão oficial e afirma que tratar evasão e desinteresse escolar como fenômenos causados por um suposto excesso de disciplinas no currículo esconde a péssima infraestrutura das escolas públicas em relação a laboratórios, auditórios, espaços de arte, cultura, esporte e lazer, e a desvalorização dos profissionais da educação, vulneráveis ao adoecimento físico e mental por trabalharem em dois ou três turnos para ter um salário que atenda suas necessidades básicas. Assim, a reforma esconde o objetivo de provocar um “[...] fatiamento do ensino médio, com violenta redução de suas finalidades e da formação que deveria ser básica, unitária e comum a todos os estudantes” (FRIGOTTO, 2016, n.p.). Acaba, assim, com a característica, própria do ensino médio, de ser etapa final da educação básica e universal (FRIGOTTO, 2016).

A proposta do governo fortalece a ideia de uma escola dualista, na qual há uma escola secundária superior para educar, política e tecnicamente, os que devem dirigir a sociedade, e outra escola primária profissional para formar força de trabalho, inculcar nas massas a ideologia burguesa e impedir o desenvolvimento da ideologia proletária (SAVIANI, 2012). A escola, aqui entendida como a forma dominante de transmissão da cultura nas formações sociais capitalistas, visa socializar o saber sistematizado para as novas gerações. É esse saber sistematizado que fornece as ferramentas necessárias para a produção do humano. Isso traz a necessidade de que as novas gerações não só tenham contato, como também passem a dominar o saber sistematizado. A reforma do ensino médio secciona e impede o estudante de ter acesso aos conteúdos necessários para a formação da cidadania, tornando inviável seu contato com certos debates e a interiorização desses conteúdos na forma de uma segunda natureza. O jovem sem acesso ao saber sistematizado encontra-se desarmado frente ao jovem que teve acesso e pode usar o conhecimento como forma de dominação e privilégio (SAVIANI, 2013).

Numa sociedade dividida em classes antagônicas, há primazia da política sobre a educação⁹. Logo, não só a direção e os caminhos que tomam a educação dependem de ações, leis e linhas políticas para a construção de seu currículo, políticas educacionais e infraestrutura, entre outros, como também a educação é utilizada para convencer sobre a necessidade de determinada política formar quadros, levar ideias e informação (SAVIANI, 2012). Assim, a reforma do ensino médio relaciona-se com uma tentativa do bloco no poder de construção de hegemonia na sociedade civil, objetivando que as classes subalternas aceitem pacificamente o processo de desmonte de direitos e conquistas sociais, trabalhistas e democráticas, junto ao desmonte da CF/88. Soma-se a isso, o uso mais extensivo e sistemático da violência pela sociedade política (SAVIANI, 2016). Tudo isso explica o fato de a burguesia ter defendido a educação universal para fortalecer a cidadania frente à resistência da nobreza feudal, mas passar a defender uma educação tecnicista para a classe trabalhadora, que ameaça criar consciência de classe e tomar o poder de Estado. Além disso, elucida o fato de os socialistas defenderem não só uma educação universalista, mas politécnica e omnilateral (SAVIANI, 2012).

Destarte, essa reforma não só pretende criar uma geração de analfabetos sociais, como está em consonância com o Projeto Escola Sem Partido e representa os interesses do governo Temer e das classes e setores de classes que compõem o bloco no poder, e que alcançaram sua posição atual por meio de um questionável processo de *impeachment* movido por questões políticas e não jurídico-legais (FRIGOTTO, 2016; SAVIANI, 2016). O próprio Projeto Escola Sem Partido é parte do processo da luta de classes. É uma iniciativa de grupos de extrema-direita, que ganharam força com o avanço do golpe jurídico, parlamentar e midiático, e expressa a vontade de calar as vozes dissonantes e promover um processo, em larga escala, de delação de professores que debatem questões sociais e políticas em sala. Justificam esse projeto como sendo a luta contra uma suposta “doutrinação marxista” nas escolas. Essa proposta representaria uma resposta da classe dominante à perda de hegemonia na sociedade civil (SAVIANI, 2016).

Não podendo se impor racionalmente a classe dominante precisa recorrer a mecanismos de coerção no plano da sociedade política combinados com iniciativas no plano da sociedade civil que envolvem, por um lado, o uso maciço dos meios de comunicação promovendo uma verdadeira lavagem cerebral junto à população e, por outro lado, a investida no campo da educação escolar tratada como mercadoria e transformada em instrumento de doutrinação (SAVIANI, 2016, n.p.).

⁹ Isso não invalida, mas está inserido na leitura da realidade exposta por Marx, em que a estrutura econômica da sociedade condiciona a superestrutura jurídica e política e a consciência social. De acordo com Engels, a estrutura econômica é um elemento determinante final e não o único elemento determinante, posto que a realidade social é composta por diversas determinações que atuam conjuntamente na realidade.

Portanto, o avanço de pautas conservadoras na educação, seja por meio do fortalecimento da proposta do Escola Sem Partido, seja com a aprovação do Novo Ensino Médio, faz parte do processo de desmonte de direitos e conquistas sociais, trabalhistas e democráticas, e do desmonte da CF/88, perpetrado pelo governo Temer. O desmonte da educação pública faz-se necessária para o bloco no poder, pois a manutenção de um governo não eleito pelo voto universal, e promotor de sucessivos ataques aos direitos das classes subalternas, depende, em grande medida, da construção de hegemonia na sociedade civil, além do uso mais extensivo e sistemático da violência pela sociedade política (SAVIANI, 2016).

3. PRIMEIROS ELEMENTOS DA PESQUISA: GUERRA DE MOVIMENTO PELA CONTRA-HEGEMONIA AO PROJETO DE EDUCAÇÃO

Neste momento, é fundamental rever trabalhos que pesquisam a reação estudantil às recentes movimentações do capital na área da educação. Para isso, retomaremos trabalhos que abordam a temática da onda de ocupações estudantis que ocorreram em São Paulo, no ano de 2015, comentando, posteriormente, as movimentações ocorridas em Goiás, no Rio de Janeiro e a grande onda de ocupações que ocorreu em todo o país, em 2016. Com isso, pretendemos estabelecer um panorama geral das movimentações de resistência à reforma do ensino médio, entre outras ofensivas do capital na educação, possibilitando uma aproximação maior com a resistência no estado do Espírito Santo. De início, ajustaremos o nosso foco para compreender as movimentações ocorridas no estado de São Paulo, em 2015. Portanto, buscar-se-á compreender o contexto que possibilitou o desenrolar de tais lutas.

Em 2014, 245.467 jovens, com idades entre 15 e 17 anos, encontravam-se fora da escola em São Paulo. Houve uma estabilização da população nessa faixa etária e um discreto aumento (0,7%) na demanda pelo ensino médio, aumentando o número de matrículas (CASSIO; CROCHIK; DI PIERRO; STOCO, 2016). Contraditoriamente, houve o fechamento de 3.323 classes nas escolas estaduais no início de 2015, gerando superlotação das salas e demissão de professores. Nesse contexto, uma greve de professores da rede estadual paulista foi iniciada em março de 2015 e, após 3 meses de paralisação, não resultou em ganhos concretos para a categoria (CORTI; CORROCHANO; DA SILVA, 2016). Em 2015, o governo do estado de São Paulo apresentou um projeto de reorganização escolar que dividia as escolas em ciclos escolares. Haveria escolas para alunos do 1º ao 5º ano, outras para alunos do 6º ao 9º e outras para o ensino médio, impactando mais de 700 escolas e fechando 94 unidades escolares. Ademais, tal projeto fora apresentado de forma apressada, sem diálogo com a comunidade escolar (GIROTTO, 2016; MORAES; XIMENES, 2016).

A reorganização proposta dificultaria a permanência nas escolas de diversos estudantes oriundos das classes populares, posto que resultaria no redirecionamento da demanda para outras escolas, muitas vezes, distantes do lugar de moradia ou de trabalho dos educandos (GIROTTO, 2016). Com isso, os estudantes iniciaram um processo de resistência à reorganização, seja por sua forma autoritária de implementação, seja por seu conteúdo antipopular. Realizaram diversas formas de protesto, como abaixo-assinados, manifestações e passeatas, até começarem as ocupações, que em seu auge, ocorreram em mais de 200 escolas

da rede pública paulista de ensino (MORAES; XIMENES, 2016). As primeiras ocupações basearam-se em uma cartilha desenvolvida por um coletivo de estudantes que visava fortalecer a organização e a luta estudantil nas escolas – Coletivo Mal-Educado –, a partir da tradução de um documento escrito pela *Frente de Estudiantes Libertarios*, da Argentina. Tal documento fora um registro da experiência dos estudantes argentinos em ocupações realizadas em 2011, fortemente influenciada pelas ocupações de estudantes chilenos, de 2006, a chamada “Revolta dos Pinguins”, em alusão ao uniforme escolar chileno. Vemos, portanto, intensa inspiração na experiência de movimentos secundaristas realizados em outros países da América Latina (CORTI; CORROCHANO; DA SILVA, 2016).

As ocupações nas escolas de São Paulo apresentaram grande diversidade. Cada ocupação tinha sua dinâmica política própria e autônoma e contava com a solidariedade de grupos políticos estudantis, sindicais, partidários e populares, mesmo apresentando forte rejeição à ingerência de organizações tradicionais e partidos políticos na dinâmica interna das ocupações (MORAES; XIMENES, 2016). Nesse mesmo sentido, Moraes, Sordi e Fávero (2019) expõem que os movimentos não respondiam diretamente às suas entidades representativas clássicas, como a Ubes e os grêmios escolares, e ocorreram independentemente destas.

Além disso, foi fundamental a articulação entre os espaços virtual e real para difusão de informações, programação de atividades e enfrentamento à repressão, além do destaque dado ao protagonismo, à pauta feminista, negra e do movimento (LGBT) lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e ou transgêneros. Em sua organização interna, as ocupações privilegiaram o debate democrático entre os participantes e a deliberação por assembleias, constituindo comissões responsáveis pela realização de atividades cotidianas da escola, como alimentação, limpeza, segurança, relações externas e comunicação (MORAES; XIMENES, 2016). Esse processo resultou no cancelamento da reorganização escolar e na troca do secretário de educação do estado, após longo desgaste com os estudantes e a opinião pública, configurando uma vitória do movimento de ocupação. Mesmo assim, nos meses subsequentes, continuou o fechamento de classes, ciclos e modalidades, a transferência de alunos e a redução do quadro de funcionários, sinalizando a realização de uma “reorganização silenciosa” do ensino médio paulista (CASSIO; CROCHIK; DI PIERRO; STOCO, 2016).

Em Goiás, ainda durante o auge das ocupações em São Paulo, a luta dos estudantes concentrou-se contra a militarização e a terceirização da gestão escolar. Isso pois, no início de 2016, o estado já contava com 27 escolas geridas pela Polícia Militar do estado e outras 15 em

processo de “militarização”. Da mesma forma, no final de 2015, o governador determinou a transferência da gestão de 30% das escolas estaduais para a iniciativa privada, por meio das Organizações Sociais (OS). Os estudantes goianos chegaram a ocupar 27 unidades de ensino. Lutas e ocupações ocorreram nesse período em diversos estados, como o Rio de Janeiro, o Rio Grande do Sul, o Ceará e o Espírito Santo, com lutas em solidariedade às greves de professores, contra o controle ideológico das escolas e em favor de melhores condições de ensino, entre outras pautas (CATINI; MELLO, 2016; MORAES; XIMENES, 2016).

Corti, Corrochano e Da Silva (2016) percebem que a diminuição da distorção idade-série no período diurno possibilitou que estudantes oriundos de setores populares vivessem o tempo dos estudos de forma relativamente livre das obrigações do trabalho. Isso permitiu que a escola fosse o principal ambiente de socialização de adolescentes e jovens e, portanto, sua principal preocupação. O período da adolescência é guiado pela esfera afetivo-emocional, em que a relação com os coetâneos é fundamental para a formação dos indivíduos. A depender das condições de vida e educação disponíveis (uma vez que o desenvolvimento não é linear e universal), na adolescência, os sujeitos expressam seus questionamentos em relação à organização da sociedade, da escola e de suas vidas (ANJOS, 2013). Assim, as ocupações foram manifestações do fortalecimento das relações interpessoais entre pares e de indagações sobre a escola como lugar desumano, que não desenvolve o prazer de estudar e que não colabora para a aprendizagem, muito pela ausência de atividades práticas e vinculadas à realidade prática, e pela burocracia e hierarquia que desconsideram o posicionamento e as experiências do estudante.

Nesse sentido, as ocupações teriam fraturado a hegemonia de poder na rede pública estadual de ensino ao desestabilizar as hierarquias e desnudar a falência do modelo burocratizado de ensino para as classes populares. Ainda nesse viés, vale ressaltar que Castro e Grisolia (2016) indicam que, assim como as crianças, os adolescentes devem ser vistos como cidadãos que exercem sua cidadania de forma diferenciada dos adultos. Assim, quando há uma ruptura do pacto educacional, os estudantes podem se aglutinar em torno de ações políticas reivindicativas, buscando o que consideram justo. Outro aspecto importante é a constante desconsideração das demandas e a inferiorização do lugar social dos adolescentes, tidos como irresponsáveis. Assim, as ocupações politizaram as relações intergeracionais estabelecidas na escola.

Girotto (2016) analisa a luta dos estudantes paulistas como parte de uma luta da população moradora da periferia pelo direito à cidade e à cidadania, posto que a reorganização impactou, sobretudo, escolas localizadas em bairros periféricos e fechou unidades em locais onde a especulação imobiliária estava aumentando. Trata-se, portanto, de um processo mais amplo de negação de direitos e de atendimento público às populações trabalhadoras residentes na periferia e de sua expulsão de regiões valorizadas para locais afastados dos grandes centros.

Tais movimentos de luta [...] constituem-se enquanto espaços plurais de formação política, que, na práxis, produzem a consciência da cidadania a partir do entendimento de como a mesma é negada cotidianamente pela exclusão dos direitos que se materializam espaço-temporalmente na cidade. [...] Aos poucos, os participantes desses movimentos passam a reivindicar não apenas o direito à educação, mas toda infraestrutura e condições necessárias para que a cidadania plena possa ser realizada. Tal luta, portanto, transforma-se em uma luta pelo direito à cidade (GIROTTTO, 2016, p. 1125-6).

Cássio, Crochik, Di Pierro e Stoco (2016) apresentam a reorganização como forma de aprofundar a racionalidade econômica da teoria do capital humano nas escolas em detrimento da perspectiva da educação como direito social, posto que opera a partir da ideia de Nova Gestão Pública, que consiste em utilizar estratégias de racionalização de recursos, independentemente dos requisitos mínimos de qualidade do ensino público, e atua em favor dos processos de privatização da educação. Assim, a resistência estudantil seria a recusa desse projeto de educação protagonizado pelo capital.

Arelaro, Jacomini e Carneiro (2016) analisam a gestão escolar atual como parte de um contexto de acirramento da contradição entre a perspectiva de gestão democrática, baseada na CF/88 e na LDBEN/96, e a perspectiva gerencial presente na meta 19 do PNE 2014-2024. Enquanto a primeira privilegia a direção colegiada, a participação dos alunos em grêmios estudantis, a fundação de associações de pais e mestres e de conselhos escolares, além de abrir caminho para a eleição de diretores, com função primordialmente política, mas também pedagógica e administrativa, a segunda, preza pela função de gestor do diretor como um preposto do Estado que concentra, em suas mãos, as decisões e o cumprimento das definições mais amplas advindas da secretaria de educação. Portanto, numa instituição onde a participação dos alunos é fundamental para o cumprimento da finalidade da educação escolar, manifesta-se a contradição central da democracia brasileira, qual seja, o enfrentamento entre as perspectivas da autonomia política e da competência técnica. Assim, Baquero, Baquero e Morais (2016) interpretam a ação de luta juvenil da atualidade como movida por constantes experiências negativas com a democracia representativa, abrindo margem não só para a desvalorização das

instituições políticas tradicionais, como também para a mobilização e a manifestação de esforços em outras arenas de exercício da democracia, destacadamente por meio das redes sociais, da ação direta e da construção de espaços de democracia direta não convencionais e nem burocratizados, como vimos nas ocupações estudantis.

Para Catini e Mello (2016), os estudantes que participaram das ocupações tiveram acesso a um ensino médio precarizado, dentro de um processo denominado de expansão degradada, que atinge principalmente as periferias das grandes cidades. Assim, tais lutas, demonstrariam a consciência de adolescentes e jovens da classe trabalhadora sobre a necessidade de uma formação com qualidade para o trabalho. Mostra, portanto, o enfrentamento de uma situação de pseudoformação e a necessidade de superação da cultura reificada, visando uma consciência autônoma e emancipada. Dessa forma, a luta escancarou as desigualdades e constituiu-se como processo de formação política das classes populares para a luta de classes e, conforme afirmam Catini e Mello (2016, p. 1197), “[...] o engajamento nos processos de auto-organização cotidiana no interior das ocupações implicou em uma radical mudança de visão de mundo por parte dos secundaristas”. Portanto, vemos tais lutas como inventivas, audaciosas, com intenso protagonismo estudantil, formadoras de consciência pelo desenvolvimento de uma *práxis* de luta e educativa, diferenciadas e vitoriosas, seja pelas conquistas de demandas almejadas, seja pelo resultado formativo e pela fratura na hegemonia estabelecida na educação. Assim, essas lutas pavimentaram o caminho para as ocupações ocorridas no segundo semestre de 2016 em todo o Brasil. São esses movimentos que tentaremos compreender a partir de agora.

O já referido golpe jurídico-parlamentar de 2016 levou o país a uma nova conjuntura de ofensiva das agressões às conquistas civilizatórias estabelecidas na CF/88. Nesse sentido, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 241/2016 e a MP nº 746/2016 representaram o início das iniciativas de desmonte e de reestruturação da educação sob a perspectiva do governo Temer. Tal contexto foi o disparador das numerosas ocupações ocorridas no segundo semestre daquele ano em todo o Brasil. Essa nova onda de ocupações foi mais ampla e chegou a alcançar, em seu auge, mais de mil instituições escolares (MORAES; XIMENES, 2016).

Gomes (2018) indica que tais ocupações foram movimentos de jovens trabalhadores-estudantes em busca de melhores condições de ensino, mas que abriram caminho para a visualização de outra escola e outra sociedade possíveis, para uma nova forma de atuação do movimento estudantil secundarista com utilização do autogoverno, da auto-organização, do trabalho coletivo e do trabalho como princípio educativo. Moraes, Sordi e Fávero (2019)

afirmam que esse movimento foi um profundo processo pedagógico que exigiu a participação coletiva e a tomada de decisões, e permitiu uma ampla experiência de formação integral dos sujeitos, ao lidarem com os componentes culturais, éticos, políticos, curriculares e físicos da escola. Os estudantes apropriaram-se das estruturas da organização escolar para questioná-las e pautar seu próprio projeto de escola, baseado na democratização da gestão escolar, das formas de avaliação e do processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, o movimento ampliou o entendimento que os ocupantes tinham das relações sociais, das estruturas sociais e do contexto vivido, e forjou, no próprio processo de luta, as formas sociais almejadas.

As ocupações propiciaram, assim, um processo formativo político-educativo – individual e coletivo – de dimensões éticas, políticas e culturais. A articulação entre pautas nacionais, relacionadas ao sistema de educação formal, e pautas locais, relativas à estrutura física e as relações hierarquizadas, fez com que os estudantes se apropriassem da cultura escolar vigente para propor mudanças nas estruturas de ensino e de poder no interior do sistema educacional vigente (MORAIS; SORDI; FAVERO, 2019, p. 155).

As ocupações não foram um fenômeno isolado, mas parte de um contexto mais amplo, síntese de múltiplas determinações que incluem tanto a mudança do padrão da repressão, quanto a mudança das formas, estratégias, táticas e objetivos das lutas sociais, devido às mudanças ocorridas na sociedade, como a crise econômica, o golpe, o novo governo, a mudança na correlação de forças na sociedade e do padrão de mobilização social, o ascenso neoconservador, neofascista e de extrema-direita e o novo contexto geopolítico internacional. Por isso, Gomes (2018), Moraes, Sordi e Fávero (2019) consideram que o movimento não pode ser analisado desconsiderando a reação conservadora manifestada pelos movimentos de desocupação e da atuação estatal, que se caracterizou pela utilização de métodos violentos, seja pela utilização da força física, seja pela intimidação, coação e coerção. Tentou, além disso, convencer pais, alunos e a comunidade escolar de que as ocupações eram espaços nocivos à ordem, aos direitos de quem quer estudar e aos costumes, acusações baseadas, muitas vezes, em mentiras propaladas para diminuir o apoio público às ocupações.

Os movimentos de desocupação foram amplamente apoiados e inspirados na ação e no discurso estatal e de agentes do ministério público, que passaram a utilizar a violência para desmobilizar as ocupações, e a acusar os ocupantes de serem conduzidos por partidários de um grupo político, na tentativa de deslegitimar o movimento. A ameaça de adiamento do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) devido às ocupações foi o marco central para o aumento da repercussão das ocupações e da pressão sobre o Estado para o atendimento das demandas, assim como para o aumento das pressões sobre os ocupantes das escolas. Destarte, as agressões

passaram a ocorrer de forma sistemática e permanente por parte desses grupos, o que dificultou a luta, diminuiu o apoio às ocupações e chegou a pôr fim às ocupações em algumas escolas (GOMES, 2018; MORAIS; SORDI; FÁVERO, 2019). Assim como Gomes (2018), Morais, Sordi e Fávero (2019), destacamos que, dentro do contexto atual de desmonte generalizado de direitos, um movimento como o ocorrido não pode ser considerado como totalmente derrotado. Primeiro, porque, mesmo não conseguindo barrar a reforma, as ocupações conseguiram impor recuos ao projeto inicial, configurando algumas vitórias pontuais do movimento dentro de um contexto geral de derrotas sucessivas das forças populares. Segundo, porque as lutas estudantis continuam presentes e com grande relevância e capacidade de mobilização, em nível nacional¹⁰, contra os cortes de verbas e em defesa da educação. Terceiro, porque os aprendizados em termos de organização política, formulação estratégica e tática, iniciativas de ações coletivas e de produção teórica e textual sobre o tema, auxiliam na luta pela preservação de direitos sociais e, embora não tenham como foco principal a transformação das estruturas sociais, fornecem material e transformam sujeitos para que atuem nessa perspectiva. Por fim, mas não menos importante, destacam-se os aprendizados e a transformação das relações dentro da cultura escolar e a mudança das visões de mundo.

Vale destacar que, assim como Gomes (2018) identifica as ocupações estudantis como germe da vontade coletiva, as movimentações podem ser também analisadas como momentos de manifestação de princípios da guerra de movimento dentro do processo da guerra de posições pela hegemonia política, dada à radicalidade, aos enfrentamentos, à ampla adesão de diversos setores sociais e ao vislumbre da possibilidade de rompimento com o projeto educacional hegemônico estabelecido. Os movimentos estabeleceram uma unidade contraditória de elementos espontâneos e conscientes na luta contra as reformas do governo Temer e por uma nova escola, construída pelos e com os estudantes.

É importante questionar, assim como Morais, Sordi e Fávero (2019), que motivos inviabilizaram a utilização das ocupações como forma prioritária e generalizada de luta nos anos subsequentes a 2016. Outras questões pertinentes dizem respeito à continuidade das conquistas dentro do âmbito escolar, não só após as ocupações, como também após os estudantes saírem da escola. Afinal, como se configura a atual relação entre a instituição escolar e os estudantes nas escolas ocupadas em 2016? Além disso, vale examinar não só se a mudança

¹⁰ Destaca-se aqui as grandes manifestações que ocorreram nos dias 15 e 30 de maio de 2019, contra os cortes propostos por Bolsonaro na educação. Nota-se, também, a convocação realizada pela UNE de mais uma grande manifestação estudantil para o dia 13 de agosto.

de visão de mundo averiguada à época permaneceu e se desenvolveu, como também em que medida permanece e está sendo desenvolvida pelos ex-ocupantes. Em suma, que contribuições as ocupações estudantis de 2016, como guerra de movimentos, trouxeram para o reposicionamento das forças populares na corrente guerra de posições e na conformação de um projeto de sociedade e de educação contra-hegemônico e popular? Tais questionamentos serão abordados no desenvolver da presente pesquisa. O caráter inovador, peculiar e híbrido dessas movimentações merece maior atenção de pesquisadores, militantes e ativistas sociais para compreender as contribuições das lutas estudantis na construção de um processo de resistência ao novo período histórico de avanço neoliberal e neoconservador vivido no Brasil. Assim, pretendemos avançar para compreender como as ocupações foram desenvolvidas no estado do Espírito Santo.

4. OCUPAÇÕES ESTUDANTIS NO BRASIL: EXPERIÊNCIAS DE ENFRENTAMENTO ÀS MEDIDAS GOVERNAMENTAIS DE ATAQUE AO DIREITO À EDUCAÇÃO

Neste item, descrevemos e analisamos, por meio da análise documental, as ocupações de espaços escolares no país como processo de enfrentamento das políticas de governos estaduais e federal. Para tanto, faremos uma breve exposição dos acontecimentos que consideramos mais marcantes nas ocupações de escolas que ocorreram no decorrer de 2016 em todo o país. Para isso, tomamos como ponto de partida a análise documental das fontes sobre o tema, estruturada em um documentário, e 45 notícias e reportagens realizadas entre janeiro de 2016 e outubro de 2017¹¹. Essa seção está dividida em duas partes. A primeira aborda algumas ocupações que enfrentaram mudanças educacionais de governos estaduais, anteriores a 2016. E a segunda, focalizou as lutas contra as medidas do governo federal, sobretudo, contra a reforma do ensino médio e a PEC do teto dos gastos. O movimento inicial de ocupação ocorreu em 2015 e 2016, pautado por questões locais, situadas aqui apenas as ocupações nos estados de São Paulo, Goiás, Rio de Janeiro e Ceará. O segundo movimento de ocupação, de caráter nacional, se coloca também contra as medidas neoliberais na educação, mas no governo Temer focaliza, principalmente, a luta em oposição à PEC do teto dos gastos e à MP da reforma do ensino médio.

Como resultado do apresentado até aqui, podemos ver que as ocupações estudantis no Brasil emergiram como amadurecimento das lutas sociais da juventude, superando as manifestações de 2013, que sofreram influências de grupos de direita, assumindo o protagonismo na resistência aos retrocessos impostos aos direitos sociais pelo governo ilegítimo. Essas ocupações de escolas ocorreram como resposta à ofensiva ultra neoliberal ocorrida no último período, revelando um momento de “guerra de movimento” dentro de um período de estagnação da “guerra de posições”.

As pautas de ambos os movimentos conseguiram avançar de elementos puramente defensivos para a articulação de uma visão ampla e geral da educação e da sociedade com vistas à construção de um projeto alternativo e popular de educação. Assim, a escolha das ocupações

¹¹ As matérias foram publicadas em 13 sites diferentes, sendo oito na “Folha de São Paulo”, oito no “El País”, sete no “G1”, cinco na “Agência Brasil”, cinco no “Brasil de Fato”, três no “Portal da UOL”, duas na revista “Época” e na revista “Carta Capital”, uma na “Rede Brasil Atual”, no “Esquerda Diário”, no “Portal da Ubes”, no “Portal Politize!” e no “Estadão”. Assim, utilizamos 08 matérias que abordam exclusivamente as ocupações ocorridas em 2015 e 2016 por questões locais, e 35 que abordam as ocupações contra as medidas do governo Temer ou ambas as questões.

como forma de luta foi inspirada em movimentos claramente antineoliberais, como a revolta dos pinguins chilenos e as lutas dos diversos movimentos sociais urbanos e rurais que utilizam a ocupação como principal forma de luta.

4.1. OCUPAÇÕES ESTUDANTIS CONTRA AS MEDIDAS EDUCACIONAIS DE GOVERNAMENTAIS ESTADUAIS

As lutas estudantis na forma de “guerra de movimento” não tiveram seu início com as recentes ocupações estudantis, mas resultam de longos anos de resistência democrática à ditadura militar. Mas, a partir de 2015, tomaram a cena apropriando-se de táticas dos movimentos por terra e moradia sem, todavia, perder sua especificidade de método e propósitos. Seu desenvolvimento recente não foi abrupto. Até ganhar enorme expressão em outubro de 2016, obteve alguns avanços mais localizados. Ativadas recentemente entre os anos 2015-2017, elas ocorreram numa ascendente, com início marcado pelas ações em escolas do estado de São Paulo, ainda em 2015, passando por ocupações e lutas em diversos outros estados como Goiás, Rio de Janeiro e Ceará. Essas lutas foram uma resposta ao contexto vivido no país após o golpe de 2016 e diante da franca ameaça aos direitos sociais conquistados, principalmente, no período democrático e nos governos progressistas entre 2003-2016.

No campo educacional, destacam-se ações de clara inspiração neoliberal e neoconservadora, como a tentativa de implementação de reformas locais do ensino médio, a reorganização escolar de São Paulo e a militarização de escolas em Goiás. Além disso, destacam-se pautas estudantis cotidianas, referentes à falta de investimento e à diminuição da qualidade da educação pública, normalmente em favor do ensino privado. Assim, podemos começar relembrando as ocupações ocorridas em São Paulo no ano de 2015.

4.1.1. São Paulo

De acordo com o Censo de 2010, o estado de São Paulo concentrava 41.262.199 pessoas residentes, sendo o estado mais populoso do país. Desses, 39.585.251 residiam em área urbana e a densidade demográfica era de 166,23 habitantes por quilômetro quadrado. Além disso, o estado tinha um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,783, com 72,4% das pessoas com mais de 16 anos ocupadas em empregos formais em 2016, totalizando mais de 21,2 milhões

de pessoas. O Produto Interno Bruto (PIB) foi de mais de R\$ 2,1 trilhões em 2017 e o rendimento nominal mensal domiciliar per capita era de R\$ 1.946,00 em 2019 (IBGE, 2020), mostrando ser o estado com a economia mais forte do Brasil, mas com fortes contradições na distribuição de renda em seu interior.

No que tange à educação, o estado tinha 1.850.964 pessoas matriculadas no ensino médio, 116.541 docentes e 6.445 escolas em 2015 (IBGE, 2020). As escolas estaduais tiveram, no mesmo ano, taxas de reprovação de 9,3%, de abandono de 3,2% e de aprovação de 87,5% dos alunos matriculados. Os dados ainda mostravam uma taxa de distorção idade-série de 15% e uma nota 6,4 no Ideb (QEDU, 2020). Segundo o Observatório de Criança e do Adolescente (2020), o estado teve taxa de escolarização bruta de 83,3% e líquida de 73% naquele ano. Com isso, vemos lacunas presentes na educação paulista, com muitos jovens fora da escola, e altos índices de reprovação e de abandono escolar.

Segundo Gonçalves (2018), o estado de São Paulo foi marcado por uma sequência de governos tucanos (PSDB). Geraldo Alckmin foi eleito governador do estado quatro vezes e a sua última gestão (2015 a 2018) foi marcada por ampla coesão com a grande mídia e com os poderes judiciário e legislativo, com oposição de menos de um quarto da Assembleia Legislativa. Assim, o governo conseguiu avanços consideráveis na implementação de seu projeto neoliberalizante, desvalorizando o funcionalismo público, as políticas e os serviços públicos, implementando parceiras público-privadas em diversos setores, usando ostensivamente a força policial para coibir protestos e impedindo, inclusive, a instauração de Comissões Parlamentares de Inquérito para investigar possíveis desvios em obras do metrô, das rodoviárias e até de desvio de merenda (GONÇALVES, 2018).

De acordo com a revista digital Carta Capital (2016)¹², as ocupações que ocorreram em São Paulo no ano de 2015 foram motivadas pela reestruturação da rede estadual pretendida pelo governo Alckmin e anunciada em setembro daquele ano. Essa política previa a reorganização das escolas em ciclos, ou seja, cada escola ofertaria ou os anos iniciais ou os anos finais do ensino fundamental ou o ensino médio. Essa “engenharia” bastante praticada Brasil à fora também é conhecida como “nucleação”. Por meio dela, governos concentram alunos em menos escolas para diminuir gastos fechando unidades de ensino, mas reduzem drasticamente a capilaridade da rede escolar e prejudicam a logística de deslocamento dos alunos. No caso em

¹² Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/o-que-restou-das-ocupacoes-nas-escolas-em-sao-paulo/>.

tela, uma vez implementada, a nucleação impactaria 754 escolas, afetando 311 mil alunos e 74 mil professores, provocando o fechamento de 93 unidades de ensino, o que resultaria em redução dos custos da educação, mas obrigaria um maior deslocamento dos alunos até as unidades de ensino nas quais os estudantes não escolheram estudar, seja por estarem distantes de suas residências ou do seu lugar de trabalho, seja por quaisquer outras razões.

No documentário “Lute como uma menina” (2016), a estudante Camilla Rodrigues, da escola Fernão Dias, relatou: “Eu percebi que eu teria que mudar de escola e a turma do Fernão, aqui, fundamental, iria para outra escola e as salas iriam ter superlotação. Eles falam que não vai ter, porque eles não estão presentes aqui” (LUTE, 2016). Isso mostra um pouco do impacto da reorganização na vida de centenas de milhares de famílias paulistas e o seu posicionamento contrário à tal medida governamental. O mesmo documentário mostra que alunos de uma escola leram uma carta em forma de jogral denunciando o fechamento de escolas, convocando à luta contra a precarização das escolas e mostrando sua disposição coletiva para levar à frente as ocupações:

Se o governo quisesse melhorar a educação não fecharia escolas. Nós que sofremos com a precarização do ensino não fomos consultados sobre essa reorganização. Vamos ocupar as escolas por mais educação. Ontem, na Escola Estadual Diadema, os alunos ocuparam. Não começou no Diadema e não vai terminar no Fernão (LUTE, 2016).

Segundo a Carta Capital (2016), tal movimento encontrou fortes obstáculos na repressão policial. Para a publicação, houve expressivo aumento de violência e de perseguição policial, que chegou a abordar e espancar estudantes para conseguir identificar alguns dos ocupantes (Figura 1). O estudante agredido não foi identificado e teve o rosto borrado atendendo requisitos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Ele foi agredido em manifestação no dia 03 de dezembro de 2015, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, Zona Norte de São Paulo.

Figura 1: PM agride estudante durante manifestação em São Paulo, em 2015.



Foto: Newton Menezes/Estadão Conteúdo, 2015¹³.

Tanto é que, segundo o Estadão (ANISTIA, 2015)¹⁴, a Anistia Internacional emitiu uma nota condenando “[...] ‘à crescente repressão de manifestações pacíficas’ e o ‘uso excessivo da força pela PM’, que mostra não só a truculência da PM paulista, mas a violação do direito à manifestação pacífica pelo governo em pauta.

Um áudio do chefe do gabinete de Secretaria de Educação do estado, Fernando Padula Novaes, chegou ao conhecimento público desvelando como o governo pensava sobre o tratamento que deveria ser dado aos estudantes manifestantes. A fala de Padula foi reproduzida no documentário “Lute como uma menina”: “A ação política, nós vamos brigar até o fim e vamos ganhar e vamos tentar e vamos desmoralizar e desqualificar o movimento. Na guerra de guerrilhas a gente tem que pegar os instrumentos pra também guerrear” (LUTE, 2016). Isso mostra a opção do Estado pela ação violenta contra os secundaristas, utilizando como principal meio de sua reação político-militar a força bélica da PM, desrespeitando tratados internacionais, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Constituição Federal de 1988.

Podemos considerar o movimento de ocupação estudantil em questão vitorioso, pois, após restabelecer o diálogo, ocorreu o primeiro adiamento da reforma e depois o recuo definitivo da reorganização e a consequente demissão do então secretário de educação. Após o fim das ocupações, ainda segundo a Carta Capital (2016), estudantes começaram a participar

¹³ Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2015/12/03/pm-fecha-rua-de-dp-e-usa-bomba-contr-manifestantes-em-sao-paulo.htm>.

¹⁴ Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/agencia-estado/2015/12/04/anistia-condena-repressao-as-manifestacoes-de-estudantes-em-sp.htm>

de forma ativa do grêmio estudantil, do conselho de escola e das aulas, passando a ter maior engajamento político dentro e fora da escola. Pais e mães de alunos também passaram a participar de movimentos que reivindicam melhoras nas escolas. Após um ano das ocupações em São Paulo, Fernandes (2016) fez um balanço das ocupações para a Rede Brasil Atual, mostrando a continuidade das transformações nas escolas ocupadas naquele estado. Reforma de prédios, criação de cursinhos populares, organização de debates e palestras com intelectuais e acadêmicos, além de ter mais poder e autoridade nas escolas. Assim, um dos principais ganhos do movimento foi a mudança de visão sobre o espaço escolar, que passou a ser compreendido como espaço democrático, de exercício da cidadania.

Balanço da Época, escrito por Oshima e Morrone (2017)¹⁵, mostra que o avanço do exercício democrático dentro das escolas ocupadas nos dois anos anteriores não ocorreu sem conflitos. No início, os conflitos que ocorriam entre estudantes, entre estudantes e professores e com a direção, colocaram o contingente escolar em dois polos: os que eram a favor e os que eram contrários à ocupação. Com o tempo, foram sendo construídas relações que possibilitaram uma maior intervenção dos estudantes na manutenção da escola, nas atividades pedagógicas e na construção de projetos, bem como maior participação em sala de aula. Aqui destaca-se a inventividade, a força, a flexibilidade tática e o caráter popular e plural das ocupações estudantis ocorridas no ano de 2015 em São Paulo. Destacamos as contribuições de Catini e Mello (2016), que visualizaram, nas ocupações de estudantes paulistas, a reivindicação por uma educação voltada para as necessidades dos estudantes de inserção no mercado de trabalho, recusando uma reorganização que levaria a pseudoformação. Esse movimento potencializou a auto-organização, e levou a um processo de autoeducação política capaz de visualizar o modelo atual de escola como um limitador para o desenvolvimento de uma consciência crítica e autônoma por parte dos estudantes.

Segundo Corti, Corrochano e Alves (2016) as ocupações secundaristas em São Paulo foram capazes de fraturar a hegemonia existente na rede estadual de ensino. Os relatos dos diversos estudantes envolvidos nas ocupações, a incapacidade estatal de lidar com o problema sem recorrer à repressão, as vitórias logradas pelos estudantes e a continuidade das iniciativas estudantis dentro do contexto escolar reforçam ambas as teses.

¹⁵ Disponível em: <https://epoca.globo.com/educacao/noticia/2016/12/retrospectiva-2016-o-ano-em-que-alunos-tomaram-escolas.html>.

4.1.2. Goiás

De acordo com A Carta Capital (2016), as ocupações de escolas de São Paulo inspiraram os estudantes de Goiás a ocuparem 27 escolas, entre dezembro de 2015 e fevereiro de 2016, contra o fechamento de escolas de tempo integral e a passagem da gestão escolar para Organizações Sociais (OS) e para a Secretaria de Segurança Pública. Em Goiás, 27 escolas eram geridas pela PM e outras 15 estavam se adaptando ao modelo, enquanto o governo pretendia passar 30% das escolas estaduais para a gestão de OS.

Goiás é um estado do Centro-Oeste brasileiro que, de acordo com o Censo de 2010, contava com população de 6.003.788 habitantes, sendo 5.420.714 com domicílio na área urbana e 583.074, na área rural. Sua densidade demográfica era de 17,65 habitantes por metro quadrado. Dados mais recentes apontam que o PIB do estado era, em 2017, de R\$ 191,89 bilhões e a renda nominal mensal domiciliar *per capita*, em 2019, era de R\$ 1.306,00. Em 2016, estavam empregadas em vagas de trabalho formal 58,3% das pessoas acima de 16 anos, e o IDH, em 2010, era de 0,735 (IBGE, 2020).

No ensino médio, o estado goiano tinha, em 2015, 256.201 matrículas, 15.170 docentes e 949 escolas (IBGE, 2020). No mesmo ano, a taxa de reprovação nas escolas estaduais foi de 8,5%, a de abandono foi de 5,9%, a de aprovação foi de 85,6% e a taxa de distorção idade-série era de 29%, um número considerado altíssimo (QEDU, 2020). A taxa de escolarização bruta foi de 85,7% e a líquida foi de 58,9% naquele ano (OBSERVATÓRIO, 2020). Esses dados mostram a crise enfrentada na educação goiana naquele período. O governador, Marconi Perillo (PSDB), estava em seu quarto mandato quando ocorreram as ocupações. Seu projeto educacional neoliberal envolvia a militarização de escolas e a transferência da gestão das escolas públicas para OS, o que possibilitaria também a redução de custos por meio de contratação não estável de professores (TAVARES; VELOSO, 2016).

Segundo Tokarnia (2016a)¹⁶, em matéria publicada na Agência Brasil, o governo goiano repassava a verba para as entidades que fariam a gestão da unidade de ensino, incluindo a contratação de professores e funcionários, o que, de acordo com o governo, aumentaria o desempenho dos estudantes nas avaliações de grande escala. Os estudantes reivindicavam a

¹⁶ Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-01/contrarios-novo-modelo-de-gestao-estudantes-ocupam-27-escolas-em-goias>.

revogação do edital e a discussão do modelo com a comunidade escolar, além da inclusão de pautas ligadas a melhorias infraestruturais.

Segundo a publicação, durante a ocupação os estudantes organizavam atividades culturais, aulas públicas, oficinas, alimentação e limpeza das escolas. Mantinham atenção com a comunicação, publicando as atividades no *Facebook*, escolhendo representantes para falar à imprensa e restringindo a captação e divulgação de imagens e nomes (TOKARNIA, 2016a, n.p.). A autora relata que um estudante justificou a ação dizendo: “Estamos lutando por melhorias na educação. Estamos cansados de receber migalhas enquanto o dinheiro fica no bolso dos grandes [...]. Em São Paulo, as ocupações deram certo [...]” (TOKARNIA, 2016a, n.p.). Aqui resta evidente a importância da ocupação estudantil das escolas paulistas como processo difusor da guerra de movimento no enfrentamento às medidas de ataque ao direito ao ensino médio.

Em outro relato, ainda de acordo com a autora, uma estudante afirma: “Eu estava estudando no JCA [Colégio Estadual José Carlos de Almeida] quando ele foi fechado, primeiro foi a desculpa de uma reforma, depois de que não havia alunos suficientes para manter a escola funcionando” (TOKARNIA, 2016a, n.p.). E outro estudante complementa: “Por falta de verba, no ano passado, um dos professores estava arrecadando dinheiro para a gente mesmo pintar nossas salas e ter um de ensino mais agradável” (TOKARNIA, 2016a, n.p.). O fechamento de escolas e o descuido com a infraestrutura escolar por parte do governo estadual marcam os governos neoliberais que, sem compromisso em garantir a capilaridade da rede de unidades de ensino construída ao longo do tempo, impõem aos alunos deslocamentos ainda maiores, potencializando ainda mais os riscos de evasão e de abandono escolar.

Essa é uma estratégia que gera um resultado extremamente cruel não revelado de modo explícito, mas possível de ser verificado: os alunos com situação social mais precária são, em grande parte e por diversos motivos (faltas escolares, reprovação, recursos insuficientes, condições de acesso às tecnologias etc.), aqueles cujo desenvolvimento da aprendizagem não atinge, dentro do tempo esperado, índices altos. Com a exclusão desses alunos da rede, os índices educacionais dessa tendem, em tese, a melhorarem. Assim os governos conseguem fazer a mágica de reduzir os custos da educação e melhorar seus indicadores escolares aumentando, supostamente, a qualidade da educação brasileira, que não é socialmente referenciada.

Analisando o processo goiano, Tavares e Veloso (2016) apontam que as ocupações foram marcadas pela judicialização, por ambas as partes, e houve cisões entre os estudantes próximos a organizações de esquerda e autonomistas. A própria entrada de novos atores na luta pela educação pública e a envergadura alcançada pelas manifestações estudantis mostram a diversidades de posições políticas envolvidas nas ocupações. Porém, as falhas de comunicação e desencontros políticos entre as visões de mundo no interior do movimento levaram a erros táticos. Na figura 02 podemos ver a fachada de uma escola ocupada em Goiás.

Figura 2: Escola ocupada por estudantes em Goiás.



Foto: Agência Brasil, 2016¹⁷.

Ainda assim, com todos os problemas internos, Baldino e Freitas (2017) consideram as manifestações em Goiás como vitoriosas, porque impuseram o adiamento da implantação das OS, rearticularam o movimento estudantil secundarista, formaram politicamente os estudantes e reafirmaram a importância da democracia no processo educacional.

4.1.3. Rio de Janeiro

O Rio de Janeiro, de acordo com o Censo de 2010, tinha uma população de 15.989.929 pessoas, sendo 15.464.239 domiciliadas no meio urbano e 525.690 no meio rural. Sua densidade demográfica era de 365,23 habitantes por quilômetro quadrado. O estado tinha, em 2017, PIB de R\$ 671,3 bilhões e o rendimento nominal mensal domiciliar per capita, em 2019, era de R\$ 1.882,00. A proporção de pessoas com 16 anos ou mais com trabalho formal era de 67,1%,

¹⁷ Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-01/contrarios-novo-modelo-de-gestao-estudantes-ocupam-27-escolas-em-goias>.

em 2016, e o IDH era de 0,761 em 2010 (IBGE, 2020). No ensino médio, o estado carioca contava, em 2016, com 591.882 alunos matriculados, 46.569 docentes e 2.244 escolas (IBGE, 2020). Nesse mesmo ano, o estado teve taxa de reprovação de 17,3%, de abandono de 8,9% e de aprovação de 73,8% nas escolas estaduais. A rede estadual contava também com a assustadora taxa de distorção idade-série de 40% (QEDU, 2020). A taxa de escolarização bruta foi de 89,7% naquele ano e a líquida ficou em 63,4% (OBSERVATÓRIO, 2020), o que mostra um panorama caótico na educação do estado, conforme veremos a seguir.

No Rio de Janeiro¹⁸, as ocupações começaram em 21 de março de 2016, num contexto de crise financeira do estado e na transição forçada Dilma-Temer. Nitahara (2016a)¹⁹, em reportagem da Agência Brasil, expõe, através de entrevistas, que os estudantes ocupantes decidiram por essa forma de luta em assembleia, mas, ao ocuparem as escolas, tiveram um primeiro embate com a direção, que tentava impedir a ação, e depois a polícia chegava para observar a escola. Os estudantes publicavam suas ações e as necessidades de alimentos e materiais diversos pelo *Facebook*. Eles próprios dividiam as tarefas e faziam a manutenção da escola e a programação de atividades. O que motivou as ocupações foram o apoio à greve dos professores, à eleição direta para a direção, à extinção do sistema de avaliação de larga escala no estado, ao aumento da carga horária de sociologia e filosofia, à volta dos porteiros e inspetores, ao pagamento sem atraso dos professores, à limitação 35 alunos nas salas de aula, ao passe livre no transporte coletivo e às melhorias no ensino e na infraestrutura das escolas. Por outro lado, o secretário de educação afirmava que os alunos estavam sendo manipulados por forças externas à escola. Mostrando os motivos que levaram às ocupações, a publicação traz o relato de um estudante, segundo o qual:

Montamos uma assembleia do dia para a noite mesmo, convocamos o pessoal. Tudo isso foi antes da greve, decidimos que iríamos sim pegar isso, se unir aos professores nessa luta, porque essa luta não é só deles. Porque uma sala sem ar-condicionado, uma sala sem ventilador, uma sala com 60 alunos, cara, é problema do professor e do aluno, é humanamente impossível você assistir aula assim e é humanamente impossível você dar aula assim. Foi a partir daí que a gente começou a ver que o problema não era só deles, mas de todos (NITAHARA, 2016a, n.p.)

Assim, fica evidente a influência da política neoliberal de austeridade do governo Pezão na decisão pela ocupação das unidades escolares. Com escolas precarizadas, sem infraestrutura,

¹⁸ As ocupações ocorreram no governo de Luiz Fernando Pezão (MDB), no período de 2015 a 2018 (G1 Rio, 2018). Esse governo, diante de forte crise fiscal, diminuiu o investimento em educação, mas manteve isenções fiscais de quase R\$ 200 bilhões ao empresariado, além de estar envolvido em vários casos de corrupção (RODRIGUES, 2016a; 2016b; 2017a; 2017b; PITASSE, 2017; ZEIDAN, 2017; G1 Rio, 2018).

¹⁹ Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-04/ocupacao-de-escolas-e-amadurecimento-das-jornadas-de-junho-de-2013>.

com professores mal remunerados e com salários atrasados, os alunos se dispuseram a lutar. Outra estudante apontou, sobre a ação do governo durante as ocupações, que

O primeiro embate é com a direção da escola, logo que a gente entra, tem diretor serrando grade, chamando a polícia. Depois que a gente consegue convencer a direção e entrar na escola, a polícia chega. Normalmente eles ficam com o carro parado e vão dar uma volta dentro da escola pra ver como está (NITAHARA, 2016a, n.p.)

E mais a frente, a mesma estudante denuncia a ação do secretário de educação: “Depois que a gente apresentou a pauta, ele mandou os diretores proibirem os estudantes de fazerem assembleias nas escolas, porque ele sabe que depois da assembleia, vêm as ocupações” (NITAHARA, 2016a, n.p.). A figura 03 mostra a ocupação na Escola Estadual Prefeito Mendes de Moraes, em 09 de abril de 2016, na Ilha do Governador, no Rio de Janeiro.

Figura 3: Ocupação da Escola Estadual Prefeito Mendes de Moraes, no Rio de Janeiro.



Foto: Agência Brasil, 2016²⁰

Martín (2016)²¹, do jornal El País, informa que, em cinco semanas de ocupações no Rio de Janeiro, já havia cerca de 50.000 alunos sem aulas, em 65 escolas ocupadas por centenas de estudantes, juntamente com uma greve que paralisou cerca de 80% dos professores da rede estadual. Porém, o ritmo das ocupações diminuía e surgia um movimento de alunos contrários à ocupação, chamado “Desocupa Já”. Esse contramovimento catalisa setores de direita que, em

²⁰ Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/04/rj-tem-14-escolas-ocupadas-diz-secretaria-de-educacao.html>

²¹ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/29/politica/1461955632_442061.html.

2013, eram hegemônicos, mas ficaram isolados e imóveis durante o governo Temer por terem apoiado o golpe.

Esses setores dizem reconhecer que as escolas precisam de melhorias, mas discordam da ocupação como tática de luta, acusam os ocupantes de estarem usando drogas e fazendo sexo dentro das escolas, e afirmam ter conseguido impedir 25 ocupações no estado por meio das assembleias. O Chefe de gabinete da Secretaria de Educação, Caio Lima, afirma que as ocupações têm pauta difusa, o que dificulta a comunicação, e diz que as ocupações cresceram porque o estado não pediu reintegração de posse das escolas. Mesmo assim, ele afirma que a maioria das reivindicações estudantis foram atendidas e que os alunos precisam desocupar as escolas para que as mudanças infraestruturais sejam atendidas. Mas vale lembrar que a reintegração de posse é um instrumento arbitrário, pois sendo a escola pública ela é de todos, sobretudo, dos estudantes.

Nitahara (2016b)²², em notícia da Agência Brasil, informa a formação de redes de solidariedade formadas por músicos, professores, artistas, cientistas e pessoas em geral, que ofereceram atividades e buscaram prover os insumos necessários à manutenção das ocupações. Em sentido contrário, diante das mais de 70 ocupações, o estado, visando minar o movimento, decretou férias nas escolas ocupadas, cortando, assim, o fornecimento de alimentos, de materiais de limpeza e o uso dos cartões de passe dos estudantes. Ainda assim, o movimento se prolongou e se expandiu antes de arrefecer.

4.1.4. Ceará

De acordo com o Censo de 2010, o estado do Ceará tinha 8.452.381 habitantes, dos quais 6.346.557 moravam em áreas urbanas e 2.105.824 em áreas rurais, tendo densidade demográfica de 56,76 habitantes por quilômetro quadrado. Seu PIB, em 2017, era de R\$ 147,8 bilhões e a renda nominal mensal domiciliar per capita era de R\$ 942,00 em 2019. Em 2016, o estado tinha 40,1% de pessoas com 16 anos ou mais em postos de trabalho formal e seu IDH, em 2010, era de 0,682 (IBGE, 2020).

²² Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-05/ocupacao-de-escolas-no-rio-gera-rede-de-solidariedade-aos-estudantes>.

Em relação aos dados educacionais, no que tange ao ensino médio, o estado tinha 379.866 alunos matriculados, 18.642 docentes e 943 escolas, em 2016 (IBGE, 2020). No mesmo ano, o estado tinha taxa de reprovação em escolas estaduais de 6,9%, de abandono de 9,7% e de aprovação de 83,4%. Por outro lado, a taxa de distorção idade-série era de 32% nas escolas estaduais (QEDU, 2020). Sua taxa de escolarização bruta era de 82,6% e líquida de 67,5% no ensino médio (OBSERVATÓRIO, 2020).

Na experiência ocorrida no estado do Ceará, governado por Camilo Santana (PT), eleito em 2014 (e que viria a se reeleger em 2018), considera-se que houve sucesso nas reformas gerenciais da educação voltadas para a corresponsabilidade e para as avaliações externas. Porém, esse sucesso aparente é baseado nos testes em larga escala, foco estatal, em detrimento dos demais objetivos educacionais expostos na Constituição Federal de 1988 (Ximenes *et al.*, 2018). Apesar de se tratar de um governo de esquerda, professores e estudantes sofreram, em 2016, com um contingenciamento de 20% do financiamento destinado à Secretaria da Educação. Também houve a demissão de 4.000 professores temporários e a extinção da função de professor coordenador de área. Segundo Ximenes *et al.* (2018), as escolas estaduais cearenses apresentavam infraestrutura precária e a merenda escolar era financiada, exclusivamente, pela verba proveniente do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Contudo, esse recurso deveria ter caráter suplementar, indicando que o governo se abstinha de financiar a merenda escolar que, ao fim e ao cabo, custava apenas R\$ 0,30 por aluno.

De acordo com publicação de Gama (2016a)²³ no UOL, as ocupações no Ceará começaram no dia 28 de abril de 2016 em apoio à greve dos professores estaduais, iniciada uma semana antes. Em pouco tempo, 45 escolas estavam ocupadas por estudantes que demandavam um conjunto de melhorias infraestruturais e na merenda, e a implantação do passe livre. Como nos outros estados, os estudantes cearenses também dividiam as tarefas e prezavam por sua rotatividade, organizavam peças teatrais, saraus e outras atividades, difundidas via *Facebook*. Os estudantes também pediam doações no comércio local e contavam com apoio das famílias, contanto com a participação de pais e mães, que frequentavam e dormiam nas ocupações.

Em resposta, a secretaria de educação afirmou que atender às reivindicações de merenda e de transporte não estavam em sua alçada, mas que já havia feito melhorias infraestruturais nas escolas e que havia novos pacotes de mudanças previstos. Além disso, disse ter feito reuniões

²³ Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2016/05/18/ce-pais-se-revezam-em-ocupacoes-de-escolas-e-cobram-melhorias-na-educacao.htm>

com os ocupantes e com os grevistas. Em matéria da UOL, Gama (2016b)²⁴ diz que, após reunião com o governo, os estudantes mantiveram a ocupação em 54 escolas, mobilizando cerca de 300 discentes. Destarte, a greve de professores continuou atingindo cerca de 445 mil estudantes. Retomando a questão do apoio recebido pelos estudantes, destacamos a fala de uma mãe: “É bom eles saberem que estamos por perto e apoiando a ocupação para melhorar a qualidade do ensino e da escola” (GAMA, 2016a, n.p.). Da mesma forma, os ocupantes reconheciam a importância do apoio recebido:

Tem chegado muita doação aqui na escola, de feijão, arroz e cuscuz. Saímos para pedir nas casas e mercadinhos outros itens que estão faltando, algumas pessoas dão, outras não. Em geral, a receptividade é boa e estamos nos mantendo com ajuda também dos nossos pais (GAMA, 2016a, n.p.).

Isso mostra o apoio, a influência e o engajamento mobilizados pelas ocupações não só fora da escola, como também entre os estudantes, que se revezavam nas tarefas envolvidas no cotidiano da ocupação, conforme podemos ver na figura 04 e na citação abaixo:

Cada um fica responsável por um setor, depois há um revezamento para não ficar cansativo. Estamos lutando pela melhoria da nossa escola e também por melhores condições de trabalho dos nossos professores. Nossa escola só vai melhorar se ocorrer ações em conjunto (GAMA, 2016a, n.p.).

Figura 4: Oficina de música durante ocupação do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente Maria Alves Carioca, em 18 de maio de 2016.



Foto: Ocupa Caic/Divulgação, 2016²⁵.

Segundo Barbosa (2016), a greve de professores terminou em agosto sem que suas reivindicações fossem atendidas e 320 estudantes foram investigados pela Polícia Civil a pedido

²⁴ Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2016/05/25/sem-acordo-estudantes-decidem-manter-ocupacao-de-54-escolas-no-ceara.htm>

²⁵ Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2016/05/18/ce-pais-se-revezam-em-ocupacoes-de-escolas-e-cobram-melhorias-na-educacao.htm>.

do governador, acusados de danos ao patrimônio público. As acusações ainda incluem a utilização de panelas da escola e coloca as pinturas nas paredes como pichações. Em defesa dos estudantes, a defensoria pública entrou com um pedido de *habeas corpus* coletivo e preventivo, que levou ao arquivamento das acusações. Assim, vemos que as lutas estudantis estavam em ebulição naquele período, com estudantes secundaristas protagonizando as lutas na forma de ocupações, que foram repetidas em diversos estados a partir do exemplo exitoso dos estudantes paulistas. Os estudantes lutavam por demandas educacionais diversas, relacionadas a alterações neoliberalizantes vividas em seus estados, enfrentando práticas de sucateamento e de privatização e projetos de reestruturação do ensino médio em favor da lógica privada e do empresariado local.

Logo, sua preocupação central eram as condições nas quais os estudantes tinham acesso à educação. Com o desenvolvimento da luta, os estudantes tiveram que usar a criatividade para resolver os problemas que não ocorreram em outros estados. Da mesma forma, os governos apresentaram diversas formas de agir para tentar esvaziar e derrotar as ocupações secundaristas. Passemos agora às ocupações iniciadas em outubro de 2016 contra as medidas neoliberais do governo Temer.

4.2. OCUPAÇÕES NACIONAIS DE ENFRENTAMENTO ÀS MEDIDAS DO GOVERNO TEMER (REFORMA DO ENSINO MÉDIO E PEC DO TETO DE GASTOS)

Nesse contexto de lutas estudantis que elegeram a ocupação de espaços escolares como forma de luta pelo direito à educação, diante do golpe e das medidas do governo ilegítimo de Michel Temer (MP nº 746/2016 e da PEC nº 241/2016), esse movimento tomou proporções nacionais inéditas. Ameaçados por uma reforma educacional imposta por medida provisória, jovens, já mobilizados nesse processo de luta, assumiram uma pauta de caráter nacional contra o ataque à educação em nome da austeridade. Depois da publicação da MP, com o passar dos dias e com o afunilamento de sua tramitação, as ações estudantis multiplicaram-se e ganharam apoio popular.

4.2.1. Paraná

O estado do Paraná tinha 10.444.526 habitantes, segundo o Censo de 2010. Desses, 8.912.692 estavam em áreas urbanas e 1.531.834 em áreas rurais. A densidade demográfica do estado era de 52,40 habitantes por quilômetro quadrado e o PIB, em 2017, era de R\$ 421,3. O rendimento nominal mensal domiciliar per capita era de R\$ 1.621,00 em 2019, o estado tinha 68,7% de pessoas com 16 anos ou mais ocupando postos de trabalho formal em 2016, e seu IDH era de 0,749 em 2010 (IBGE, 2020). No ensino médio, o estado tinha 457.620 matrículas, 37.683 docentes e 1.981 escolas em 2016 (IBGE, 2020). No mesmo ano, as escolas estaduais tinham taxa de reprovação de 14,4%, de abandono de 7,2% e de aprovação de 78,4%, além de uma taxa de distorção idade-série no patamar de 24% (QEDU, 2020). No estado paranaense, a taxa de escolarização bruta no ensino médio era de 84,6% e líquida, de 71,3% no mesmo ano (OBSERVATÓRIO, 2020).

Caso exemplar é como esse processo se deu no Paraná, governado por Beto Richa (PSDB), que implementou, desde seu mandato anterior, propostas neoliberais, como o desmonte de empresas públicas e de universidades estaduais, bem como o corte de recursos da educação pública (BALANÇO, 2018)²⁶. O governo vendeu ações das empresas públicas de saneamento e energia, o que levou à diminuição do investimento nos serviços prestados e do quadro de funcionários em contraponto com o aumento dos lucros dos acionistas (RIBEIRO; GHISI, 2018). Na saúde, Richa investiu praticamente o mínimo exigido pela constituição, inaugurando apenas um hospital em oito anos de governo; passou a gestão de hospitais para uma fundação, que promoveu um processo de terceirização, de acordo com os trabalhadores do setor, e reduziu o número de servidores. Em dezembro de 2017, havia mil funcionários a menos no setor da saúde que em 2011 (COM PROMESSAS, 2018)²⁷.

Segundo Vasconcelos (2018), na educação, Richa também diminuiu o investimento; apenas em 2017 houve corte de R\$ 880 milhões. Os salários dos professores foram congelados por mais de dois anos e havia corte na contagem de tempo de serviço, caso o profissional adoecesse. Houve também diminuição da hora-atividade dos professores, levando à dispensa de cerca de 10 mil professores temporários. A diminuição no investimento em ensino médio integrado ao profissional e o fim dos cursos formação para os profissionais da área; bem como

²⁶ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/especiais/balanco-da-gestao-richa-psdb-no-governo-do-parana>

²⁷ Disponível em: <https://www.brasildefatopr.com.br/2018/04/06/com-promessas-nao-cumpridas-saude-publica-do-parana-esta-doente>

a fusão de turmas e a diminuição da contratação de professores, resultou em salas superlotadas e em altos índices de evasão escolar, que chegou a 30% das matrículas. No ensino superior ocorreram cortes orçamentários, congelamento de salários, paralisação de concursos e diminuição da autonomia universitária (VASCONCELOS, 2018).

De acordo com Vasconcelos (2018), o governo também foi marcado pela repressão policial contra os professores, que foram presos e processados por participarem de manifestações contrárias ao governo. Um evento marcante foi a repressão à uma manifestação de professores contrários às mudanças no Fundo de Previdência dos Funcionários Públicos, que deixou mais de 200 pessoas feridas em 29 de abril de 2015 (VASCONCELOS, 2018). Esse contexto de forte repressão e de desmonte dos serviços públicos e da educação pública, em especial, foi decisivo na criação de condições para que as ocupações de escolas, iniciadas em outubro de 2016, contra a reforma do ensino médio (MP nº 746/2016) e o corte de gastos (PEC nº 241/2016), tivessem as escolas públicas paranaenses como estopim e principal foco da luta que se espalhou pelo Brasil, como veremos adiante.

No dia 06 de outubro, segundo notícia do G1 PR (Nº DE ESCOLAS, 2016)²⁸, havia 23 escolas ocupadas no estado. Naquele momento, a Secretaria de Estado de Educação (Seed) se posicionou dizendo que estava aberta ao diálogo e que, posteriormente, deveria ser feito um calendário de reposição das aulas. Dois dias depois, também segundo o G1 PR (BETO, 2016)²⁹, 50 escolas já estavam ocupadas e o governador do estado, Beto Richa (PSDB), se posicionou publicamente afirmando que os estudantes estavam sendo manipulados pelo PT e pela Central única dos Trabalhadores (CUT), que estariam fazendo uma doutrinação radical dos adolescentes. Em trecho da declaração transcrita na notícia, o governador afirma:

Eu peço aos pais e mães que cuidem dos seus filhos nas escolas, que conversem com seus filhos: meu filho, o que está acontecendo? Meu filho, por que você está manifestando? Quem pediu para você fazer isso? Em nome do que, de que causa? É uma doutrinação. Estão formando cidadãos, amanhã, que vão defender os grupos extremistas, grupos de esquerda. E quem deve receber ou passar a formação dos seus filhos são os pais e as mães (BETO, 2016, n.p.).

Diante dessa acusação, o PT, a CUT e o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (App-Sindicato) negaram o envolvimento e se declararam favoráveis ao protesto estudantil (BETO, 2016). O secretário jurídico da App-Sindicato, Mário Sérgio

²⁸ Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/educacao/noticia/2016/10/n-de-escolas-ocupadas-no-pr-contrareforma-do-ensino-medio-passa-de-15.html>.

²⁹ Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/10/estao-protestando-nao-sabem-nem-o-que-diz-richa-ocupacao-de-escolas.html>.

Ferreira de Souza, respondeu às acusações propaladas pelo governador: “É fundamental que ele, enquanto representante máximo, eleito pela população paranaense, mantenha o equilíbrio, negocie. O papel do governador é negociar, conversar, saber o que está acontecendo. Não é fazer acusações infundadas” (BETO, 2016, n.p.).

Em contradição com as acusações feitas pelo governador, o relato de um estudante mostra que os ocupantes conheciam a MP nº 746/2016 e estavam estudando-a:

A gente fez a semana inteira conscientizações assim e, agora, todo mundo já está com muita ideia do que é essa MP. Mas a gente continua estudando porque ela ainda é uma medida que tem um monte de planos controversos. A gente quer respostas, a gente quer uma revogação destas leis ridículas, extraordinárias para o estado e, para a gente, deplorável (BETO, 2016, n.p.).

Em matéria do El País, Alessi (2016)³⁰ afirma que, dez dias depois (18/10/2016), mais de 300 escolas paranaenses já estavam ocupadas por seus discentes, segundo contagem feita pelos alunos. Eles reivindicavam que a reforma do ensino médio deveria ser fruto do diálogo com os estudantes e não imposta de forma autoritária, de cima pra baixo. Um estudante opinou que “É inadmissível que um Governo, seja estadual ou federal, proponha uma reforma dessa magnitude sem dialogar com quem sofrerá o impacto, professores, estudantes e funcionárias” (ALESSI, 2016, n.p.). Outra estudante atenta para o conteúdo excludente da reforma: “Já enfrentamos muitas dificuldades para chegar ao ensino superior e arrumar um bom emprego. A reforma nos prejudica ainda mais” (ALESSI, 2016, n.p.).

Por sua vez, a Seed afirmava que eram 244 as unidades ocupadas, atingindo 300 mil dos 345 mil secundaristas do estado, que estudavam nas 1.525 escolas da rede estadual. A secretaria também afirmou ter pedido à Procuradoria Geral do Estado do Paraná (PGE-PR) a reintegração de posse das unidades. Nessa esteira, Beto Richa convocou as lideranças da União Paranaense de Estudantes Secundaristas (Upes) para uma reunião, o que parecia ser um aceno ao diálogo, posto que, em 2015, o mesmo governador reprimiu violentamente uma manifestação de professores, deixando mais de 200 pessoas feridas. Em resposta a Upes disse que não responde sozinha pelas ocupações. Com isso, foram feitas assembleias municipais para escolher representantes para compor uma comissão que se reuniria com o governador.

Na figura 05, visualizamos um protesto organizado pelos estudantes nas ruas de Curitiba, mostrando capacidade de mobilização.

³⁰ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/13/politica/1476391382_358234.html.

Figura 5: Estudantes do Paraná fazem protesto contra a reforma do ensino médio em Curitiba.



Foto: UPES, 2016³¹.

Gishi (2016)³², em notícia veiculada no Brasil de Fato, mostra que em 24 de outubro havia ocupações em cerca de 900 escolas no Paraná. Nesse período, o Conselho Tutelar de Curitiba visitou as ocupações e constatou que os alunos estavam organizados, apresentando autorização dos pais, realizando, inclusive, as tarefas de limpeza e manutenção das escolas; por outro lado, constataram a condição precária da infraestrutura das escolas públicas visitadas. Dessa forma, as ocupações desvelaram o desvio de uma verba de R\$ 20 milhões que seriam utilizados para a melhoria da infraestrutura das escolas e que está sendo investigado pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) desde 2015.

Porém, nesse mesmo dia, de acordo com notícia do G1 PR (ADOLESCENTE, 2016)³³, foi encontrado o corpo de um adolescente de 16 anos assassinado a facadas por um colega de 17 anos dentro de uma ocupação, depois de utilizarem uma droga sintética. Como os jovens estavam alterados, eles foram afastados pelos demais colegas para um espaço que não estava sendo utilizado pelos ocupantes, lá eles se desentenderam e começaram a brigar, resultando na morte de Lucas Eduardo Araújo Mota.

A figura 06 mostra a imprensa e familiares dos estudantes em frente à escola em que o aluno foi assassinado.

³¹ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/13/politica/1476391382_358234.html.

³² Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/10/24/ocupacoes-de-escolas-dao-visibilidade-a-desvios-na-educacao-no-parana/>.

³³ Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/10/adolescente-e-encontrado-morto-dentro-de-colegio-estadual-ocupado.html>.

Figura 6: Familiares e imprensa em frente à Escola Estadual Santa Felicidade, em Curitiba, onde um aluno foi assassinado, no dia 24 de outubro de 2016.



Foto: Paola Mafroi / RPC, 2016³⁴.

O governador emitiu uma nota apelando para o fim das ocupações, explicitamente as culpabilizando pelo assassinato: “Peço [...] que os estudantes encerrem esse movimento. A ocupação de escolas no Paraná ultrapassou os limites do bom senso e não encontra amparo na razão, pois o diálogo sobre a reforma do ensino médio está aberto, como bem sabem todos os envolvidos nessa questão” (ADOLESCENTE, 2016, n.p.). E continua: “Que não se aleguem quaisquer justificativas para a continuidade desse movimento que vem causando prejuízos à educação do Paraná” (ADOLESCENTE, 2016, n.p.).

Em contrapartida, o movimento Ocupa Paraná também emitiu uma nota dizendo que não culpabilizariam ninguém pelo acontecido e era momento de prestar solidariedade à família do jovem morto e afirmou que: “Lucas Eduardo, mesmo não sendo um dos estudantes que ocupavam a escola é também vítima de um sistema que oprime e que não corresponde aos anseios da juventude” (ADOLESCENTE, 2016, n.p.).

No final da nota convocaram a população para realizar atos de solidariedade à família de Lucas e contra a violência propagada contra as ocupações.

Convocamos todos os estudantes do Paraná, lutadores pela educação e comunidade a realizarem atos em solidariedade à família Lucas e em Vigília contra a violência que vem sendo propagada contra as escolas e orientamos todos para que nesse momento reforcem suas energias por esse garoto de apenas 16 anos que pagou todo o ódio propagado com sua

³⁴ Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/10/adolescente-e-encontrado-morto-dentro-de-colegio-estadual-ocupado.html>.

vida dentro de um local marcado pela luta dos estudantes paranaenses (ADOLESCENTE, 2016, n.p.).

A morte do estudante causou o acirramento dos ânimos contrários e a favor das ocupações, de acordo com notícia publicada na “Folha de São Paulo” por Carazzai (2016a), e, no dia seguinte, houve manifestações dos dois lados. Chegaram a ocorrer ocupações de pessoas contrárias às ocupações para evitar novas ocupações.

Ainda segundo Carazzai (2016a), esses grupos acusaram as ocupações de não serem democráticas e a parcela a favor das ocupações acusa o movimento contrário de ser violento. Em Curitiba, uma escola teve o portão arrombado para forçar a desocupação; houve relatos de que, além de xingamentos e empurrões, pedras e paus foram atirados contra os ocupantes e fios foram cortados para desligar a luz dos prédios. Uma mãe teria gritado “Estão com medo, vagabundos?” (CARAZZAI, 2016a, n.p.), dirigindo-se aos estudantes da ocupação. Uma estudante também contrária à ocupação disse “Eu também sou contra a reforma, mas a gente quer aula” (CARAZZAI, 2016a, n.p.). Porém, não há relatos sobre de que forma seria feita a luta contra a reforma e, tampouco, como se manifestar contra a ocupação poderia ajudar na luta contra a MP. Os ocupantes reforçaram cadeados, fizeram barricadas e denunciaram uma tentativa de criminalização das ocupações. As figuras 07 e 08 retratam a tensão provocada pelos manifestantes contrários às ocupações.

Figura 7: Protesto contrário às ocupações em frente ao Colégio Estadual Lysímaco Ferreira da Costa, Curitiba (PR).



Foto: Estelita Hass Carazzai/Folhapress, 2016a³⁵.

³⁵ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/10/1826273-protesto-em-escola-ocupada-do-parana-tem-tensao-apitaco-e-xingamentos.shtml?origin=folha>.

A PGE-PR reforçou o discurso dos manifestantes contrários, dizendo que as ocupações são ilegais e abusivas, a polícia, mesmo presente, acompanhou os acontecimentos de longe. Alguns estudantes contrários argumentavam que também se opunham à reforma, mas queriam ter aula e que a decisão por ocupar foi feita às pressas e os ocupantes impedem que os contrários entrem na escola (CARAZZAI, 2016a).

Vale questionar se seria uma definição prudente deixar que ambos os grupos permanecessem dentro do mesmo prédio, posta a tensão existente entre eles. No dia 27 do mesmo mês, matéria de Rossi (2016a), no El País, afirma que a escola onde o jovem morreu foi desocupada, mas que as ocupações continuavam nas demais localidades, mesmo com o aumento da pressão governamental para que todas fossem encerradas.

Figura 8: Movimento contrário às ocupações tenta derrubar o portão para forçar a desocupação do Colégio Estadual Lysímaco Ferreira da Costa, Curitiba (PR).



Foto: Estelita Hass Carazzai/Folhapress, 2016a³⁶.

³⁶ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/10/1826273-protesto-em-escola-ocupada-do-parana-tem-tensao-apitaco-e-xingamentos.shtml?origin=folha>.

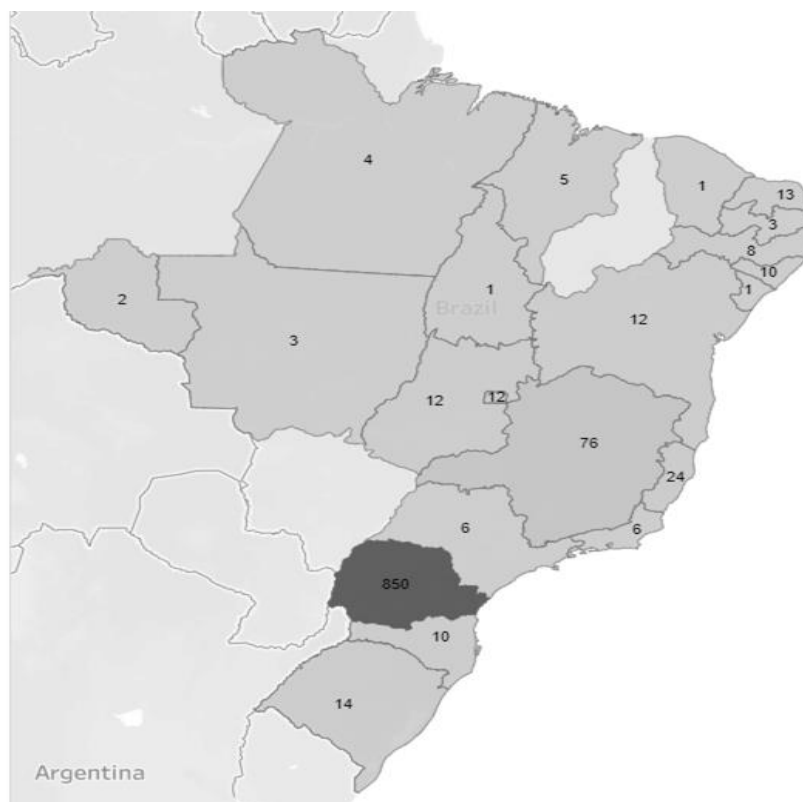
Analisando as ocupações no Paraná, Almeida e Martins (2018) afirmam que o estado foi palco privilegiado de reação à tentativa de instalação de uma nova hegemonia na educação e espaço propício para germinar iniciativas para a construção de um modelo educacional pautado nas reivindicações estudantis e que sejam a base para a construção de uma nova hegemonia vindoura. Isso porque as ocupações questionaram o projeto pautado pelo novo arranjo do bloco no poder, com hegemonia neoliberal e que pretendia adaptar a educação nacional ao seu projeto societário. Assim, jovens da periferia se tornaram protagonistas na luta contra as reformas neoliberais, colocando-se como novos sujeitos, até então fora da cena política.

No restante do país, as ocupações ascendiam, mesmo com dados conflitantes. Rossi (2016b) do El País, afirmou, no mesmo dia, serem quase mil escolas ocupadas no Brasil, sendo, 850 no Paraná, 38 em Minas Gerais e 05 no Espírito Santo. Estudantes também ocuparam a reitoria da Universidade Federal de Goiás, 12 instituições em Alagoas e 02 escolas em São Paulo, que foram desalojadas no mesmo dia pela Polícia Militar (PM). Além disso, houve paralisação de professores e funcionários nas universidades estaduais da Bahia. Por sua vez, a notícia do G1 PR (ADOLESCENTE, 2016) contabilizou, somente no Paraná, 850 instituições de ensino, além de 14 universidades e 3 núcleos regionais de educação.

Com dados diferentes, matéria da Agência Brasil escrita por Tokarnia (2016b) afirmou dois dias antes que, segundo mapeamento feito pela União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubes), as ocupações em todo o Brasil alcançavam a marca de 1.072 instituições de ensino ocupadas, sendo 995 escolas e institutos federais, 73 *campi* universitários e 03 núcleos regionais de educação, além da Câmara Municipal de Guarulhos. A repórter afirma que não há um balanço oficial e que os números são divergentes. No Paraná, eram 847 ocupações, segundo os estudantes, e 792, de acordo com o governo. Em Minas Gerais, 48 ocupações, no Rio Grande do Sul, 13, Goiás e Rio Grande do Norte, com 09 em cada estado. No Rio de Janeiro, 04 unidades do Colégio Pedro II e 03 do Instituto Federal do Estado do Rio de Janeiro foram ocupadas. Os funcionários do Colégio Pedro II também entraram em greve para apoiar o movimento.

Carazzai (2016d), da Folha de São Paulo, afirmou em publicação no dia 29 de outubro, que seriam 1.177 ocupações em escolas e 102 em universidades por todo o Brasil, a partir de dados da Ubes, conforme demonstrado na figura 09:

Figura 9: Número de escolas ocupadas por estado em 29 de outubro de 2016, segundo a Ubes.



Fonte: CARAZZAI, 2016d³⁷.

Naquele momento, já se aproximavam as datas da aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e do segundo turno das eleições municipais. Em balanço divulgado pelo MEC, uma semana antes, 182 locais de prova estavam ocupados, número que aumentou até o dia 31 de outubro, prazo estipulado pelo então Ministro da Educação, Mendonça Filho, para que as escolas fossem desocupadas com fins de realização do Enem.

A Advocacia-Geral da União (AGU), pretendia, então, cobrar dos ocupantes o custo da aplicação das provas, que era de R\$ 90,00 por prova. Para isso, era necessário identificar os estudantes e o MEC pediu que os institutos federais repassassem para o ministério esses nomes. Tal pedido foi questionado pelos institutos, que se negaram a compartilhar as informações alegando obstáculos operacionais (TOKARNIA, 2016b).

Sobre as eleições, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) não havia um balanço dos locais de votação ocupados, mas no Paraná, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) decidiu mudar o local de votação de todas as escolas estaduais, ocupadas ou não, sendo que 205 escolas ocupadas eram seções

³⁷ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/10/1827500-sindicatos-partidos-e-mbl-inflamam-tensao-em-ocupacao-de-escolas-no-pr.shtml>.

eleitorais. No Rio de Janeiro, houve acordo entre ocupantes e um juiz eleitoral para que as eleições ocorressem normalmente dentro do Colégio Pedro II. Na mesma matéria, o reitor da instituição declarou que a presença de alunos fora do horário de funcionamento fere o Estatuto da Criança e do Adolescente e que as autorizações dos pais para eles permanecerem nas escolas só teriam validade com autorização do Juizado de Menores (TOKARNIA, 2016b).

No dia 27, a reportagem de Rossi (2016b) mostrou uma mudança de postura do TRE-PR e do MEC. O TRE-PR afirmou que mudariam, no Paraná, somente os 205 locais ocupados, o que atingiria 700 mil eleitores. Da mesma forma, Mendonça Filho afirmou que as provas do Enem não seriam aplicadas nas escolas ocupadas e que o Estado teria de arcar com os custos de uma nova prova, orçada em mais de 8 milhões de reais.

Segundo matéria de Carazzai (2016b), publicada na Folha de São Paulo, estudantes foram à Assembleia Legislativa do Paraná no dia 26 de outubro e a jovem Ana Júlia Pires Ribeiro, 16 anos, fez um discurso forte e emotivo em nome das ocupações do estado. Em seu discurso, Ana Júlia rebateu as acusações de serem um grupo de estudantes doutrinados e manipulados, dizendo que isso era uma ofensa a quem está se dedicando a essa luta todos os dias e que eles não estão de brincadeira e sabem muito bem o que querem. No momento mais tenso do discurso, ela se referiu ao assassinato do jovem Lucas e disse que os deputados têm “as mãos sujas de sangue” (CARAZZAI, 2016b, n.p.). Nesse momento, o presidente da Assembleia interrompeu o discurso e ameaçou encerrar a sessão e disse que não toleraria agressões aos deputados. A estudante respondeu: “Eu peço desculpas, mas o Estatuto da Criança e do Adolescente nos diz que a responsabilidade pelos nossos adolescentes e estudantes é da sociedade, da família e do Estado” (CARAZZAI, 2016b, n.p.). Na mesma matéria, ela foi entrevistada e defendeu a legitimidade das ocupações, falou das atividades e da organização nas escolas ocupadas e atacou a MP nº 746/2016. Sobre o mesmo discurso, destacou-se na matéria a pergunta inicial de Ana Júlia: “A quem a escola pertence?” (ROSSI, 2016d, n.p.). Partindo desse questionamento, a estudante do Colégio Senador Manoel Alencar Guimarães afirmou que a reforma deveria ser dialogada com os estudantes, os maiores interessados em uma reforma educacional. Ela também questionou o fato de não ter visto nenhum dos deputados no enterro do jovem Lucas, mas que os estudantes que ocupavam as escolas estavam lá. Não à toa, seu discurso foi parabenizado pelo ex-presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, criticado nas redes sociais por pessoas contrárias às ocupações e considerado por Paula Cesarino Costa, *ombudsman* da Folha de São Paulo, como “[...] o melhor discurso político da história recente” (HOSHINO, 2016, n.p.).

De fato, deve-se dar relevância à questão colocada pela estudante Ana Júlia: afinal, a quem pertence a escola? Por um lado, os estudantes organizados nas ocupações construíram uma escola mais democrática, em que os discentes participam das decisões e da execução das ações apropriando-se do espaço escolar como espaço político e promovendo melhorias e a valorização desse espaço. Por outro lado, o governo, ao pedir reintegração de posse das escolas, tenta se colocar como proprietário, de fato, das unidades escolares, e como detentor do monopólio da ação política nesses espaços.

No dia seguinte, segundo notícia de Alves e Carazzai (2016)³⁸, militantes do Movimento Brasil Livre (MBL) organizaram manifestação contrária às ocupações e tentaram retirar os ocupantes de dentro do Colégio Estadual Lysímaco Ferreira da Costa, em Curitiba. Eles arrombaram o portão da unidade e entraram com ajuda do diretor escolar. Jovens de outras ocupações foram ao local impedir a ação do MBL e houve discussão. A PM prendeu um manifestante pró-ocupação alegando desobediência, mas não prendeu ninguém contrário às ocupações. Somente no final da noite, a polícia forçou a retirada do carro de som dos manifestantes contrários à ocupação e fizeram um cordão de isolamento na escola.

Em defesa do MBL, Éder Borges, identificado como líder do movimento, afirmou, em entrevista à Folha de São Paulo, que “Nós não fomos fazer a desocupação. Nós fomos pressionar para que a escola fosse desocupada [...]. É a população que quer ser ouvida. Eles [estudantes] estão invadindo escolas, privando as pessoas do direito de ir e vir”. Porém, a declaração de uma estudante que participava da ocupação negava o relato do líder do MBL, pois, segundo ela, “Eles são muito agressivos verbalmente. Não vêm para a agressão física, mas provocam muito e derrubaram o portão”. Dessa forma, não só fica contrariada a versão do líder do MBL, como também resta evidente a atitude parcial da PM, que prendeu um estudante pró-ocupação, mas não deteve nenhum dos manifestantes contrários, responsáveis pela depredação do patrimônio público. A figura 10, a seguir, mostra a manifestação contrária à ocupação realizada em frente ao colégio, em 27 de outubro de 2016.

³⁸ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/10/1827131-manifestantes-e-mbl-tentam-desocupar-escola-parana.shtml>.

Figura 10: MBL organiza ato contra ocupações em frente ao Colégio Estadual Lysímaco Ferreira da Costa, em Curitiba (PR) no dia 27 de outubro de 2016.



Foto: Roger Pereira/Paraná Portal, 2016³⁹.

Carazzai (2016c), na Folha de São Paulo, expõe que no dia 28 daquele mês, a Justiça do Paraná emitiu ordem de reintegração de posse, com desocupação imediata e multa de R\$ 10 mil por dia, em caso de descumprimento da ordem, para 25 colégios paranaenses, incluindo a maior escola do estado, o Colégio Estadual do Paraná. Os estudantes de 24 escolas aceitaram desocupar pacificamente assim que foram notificados, entretanto, os do Colégio Estadual, por sua vez, resistiram e fizeram um cordão de isolamento em torno da escola, obrigando o Ministério Público e a defensoria a intervirem para buscar acordo com o governo (CARAZZAI, 2016c, n.p.).

Em reunião entre estudantes, governo e Ministério Público, decidiu-se por adiar o cumprimento da ordem em dez dias para que houvesse uma negociação com os estudantes. Estes, por conseguinte, propuseram desocupar todas as escolas, exceto o Colégio Estadual do Paraná, o que foi aceito pelo governo, por meio da PGE-PR. Destarte, ficou definida a desocupação das 24 unidades até o dia 31 de outubro, decisão tomada pelos estudantes para evitarem o confronto com a PM. Ao mesmo tempo, algumas escolas que haviam sido reintegradas, voltaram a ser ocupadas no interior do estado. Nesse momento, o estado dizia serem 491 as escolas ocupadas, enquanto o movimento Ocupa Paraná, afirmava serem cerca de 800, e convocava os estudantes para continuarem lutando: “Resistência! Não tem arrego! Ocupa tudo!” (CARAZZAI, 2016c, n.p.). A figura 11 mostra a resposta de estudantes ocupantes e apoiadores aos atos organizados pelo

³⁹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/10/1827131-manifestantes-e-mbl-tentam-desocupar-escola-parana.shtml>.

MBL, realizando uma grande mobilização em frente ao Colégio Estadual Pedro Macedo, em Curitiba.

Figura 11: Ocupantes e apoiadores fazem manifestação e bloqueiam a rua em frente ao Colégio Estadual Pedro Macedo, em Curitiba (PR).



Foto: Guilherme Pupo/Folhapress, 2016⁴⁰.

Vale destacar que a decisão da juíza Patrícia Bergonse dizia que as ocupações “[...] vêm criando atmosfera de medo, insegurança e desordem pública, impedindo o exercício do direito de acesso dos estudantes, professores e funcionários aos estabelecimentos de ensino” (CARAZZAI, 2016c, n.p.) e que “[...] A ocupação se mostra lesiva aos direitos e à própria segurança dos estudantes” (CARAZZAI, 2016c, n.p.).

Em matéria da Folha de São Paulo, Carazzai (2016d)⁴¹ mostra o acirramento da luta com troca de acusações e xingamentos no Paraná. Grupos que se dizem anticorrupção, como o MBL e o Curitiba Contra a Corrupção, engrossaram as fileiras contrárias às ocupações, alegando que os ocupantes estão contra a vontade da maioria e admitindo apoiar o governo. Tanto é que participaram de uma reunião com o governador Beto Richa, articulada pelos diretores das escolas. Em contraposição, sindicatos, estudantes universitários e grupos de oposição ao governo federal denunciaram o governo estadual por insuflar a violência contra os estudantes e participam de redes de apoio às ocupações em grupos do WhatsApp. Eles se mobilizaram para ajudar as ocupações, principalmente contra as ameaças de violência,

⁴⁰ In: CARAZZAI, 2016c. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/10/1827222-justica-da-ordem-para-estudantes-desocuparem-25-colegios-no-parana.shtml>.

⁴¹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/10/1827500-sindicatos-partidos-e-mbl-inflamam-tensao-em-ocupacao-de-escolas-no-pr.shtml>.

denunciaram o aumento da agressividade dos grupos contrários e chegaram a fazer um cordão de isolamento ao redor de alguns colégios (CARAZZAI, 2016, n.p.).

Rossi (2016c), do El País, aponta um aumento de ações articuladas pelo MBL e pelo movimento Desocupa Paraná contra as ocupações. As declarações dos participantes de manifestações desses grupos apontam para uma criminalização do movimento de ocupação. Uma professora disse que os alunos estavam sendo aliciados pelo sindicato dos professores, que era dirigido por forças do PT. “Isso é corrupção de menores, é a mesma coisa que o tráfico faz com adolescentes” (ROSSI, 2016c, n.p.), disse. Na figura 12, podemos ver uma manifestação pela desocupação.

Figura 12: Movimento Desocupa Paraná e MBL fazem protesto contra as ocupações em Curitiba (PR).



Foto: Marina Rossi/El País, 2016c⁴².

Na mesma matéria, uma aluna afirmou que os ocupantes não leram a PEC nº 241/2016 e nem a MP nº 746/2016 e ainda afirmou que “Ocupar é crime, e eles estão tirando o direito dos outros de estudar” (ROSSI, 2016c, n.p.), sem explicar que tipo de crime seria. Outra estudante alega ser contrária às medidas do governo, mas também ao método da ocupação e diz que o melhor seria fazer manifestações de rua, mas não informou se isso a faria aderir ao movimento ou não. No final da manifestação, os estudantes rezaram a oração do Pai Nosso, deram um abraço simbólico na escola e cantaram o Hino Nacional, elementos estes presentes em diversas manifestações favoráveis ao golpe de 2016 e em movimentações posteriores da direita e da extrema-direita. Do outro lado, os ocupantes gritavam palavras de ordem. Um grupo de pessoas que apoiava a ocupação disse que “Os professores que estão aí, a favor da desocupação, são

⁴² Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/29/politica/1477698231_566717.html.

professores de matemática e de disciplinas que não serão cortadas com a reforma do Ensino Médio” (ROSSI, 2016c, n.p.). Dias antes, Hermes Leão, presidente da APP-Sindicato, denunciou que uma mulher gritava para os ocupantes: “[...] deixe que morram” (CARAZZAI, 2016d, n.p.), e respondeu às constantes acusações de manipulação dos estudantes pelo sindicato esclarecendo que a greve do sindicato só começou depois das ocupações e em apoio a elas. Em meio ao acirramento da luta, Carazzai (2016e) expõe, na Folha de São Paulo, que os estudantes reagiram à reintegração de posse das 25 escolas com uma nova ocupação no Núcleo Regional de Educação de Curitiba, conforme pode ser visto na figura 13.

Figura 13: Estudantes ocupam o Centro Regional de Educação em Curitiba (PR).



Fonte: CARAZZAI, 2016e⁴³.

Como justificativa, um estudante afirmou: "Aqui é simbólico, é o Núcleo da Educação" (CARAZZAI, 2016e, n.p.). O grupo saiu do Colégio Estadual e contava com cerca de 40 estudantes de diversas escolas, principalmente das desocupadas, que estavam encapuzados, com lenços sobre o rosto e de moletom, que teria causado certo medo nos funcionários do núcleo, segundo a matéria; mas o artifício foi utilizado, de fato, como precaução às perseguições aos ocupantes, como justificou uma jovem: "O que assusta mais é a perseguição e retaliação de pessoas [às ocupações] que não têm a mínima civilidade" (CARAZZAI, 2016e, n.p.).

⁴³ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/10/1828059-estudantes-do-parana-ocupam-mais-um-predio-publico-em-curitiba.shtml>.

Em matéria para o Brasil de Fato, a repórter Hoshino (2016)⁴⁴ aponta que muitos pais e alunos atuaram contra as ocupações para evitar que o Enem fosse adiado, movidos, portanto, por interesses pessoais. Porém, após decisão do MEC, as provas de 191.494 estudantes foram adiadas dos dias 05 e 06 de novembro para os dias 03 e 04 de dezembro de 2016, mostrando a força do movimento. Embora a ação de mobilizar pessoas para desocupar as instituições de ensino seja frequente, ela não tem atingido seu objetivo, pois os estudantes precisam mobilizar apoiadores, movimentos e ocupantes de outras escolas para defender suas ocupações. Segundo a matéria, em apoio aos estudantes secundaristas, 16 *campi* universitários foram ocupados no Paraná. Um estudante de pedagogia confirmou a ação: “Nossa ocupação está sendo um reforço às ocupações dos estudantes secundaristas nas escolas estaduais, pois entendemos que essas pautas também são nossas”. Isso mostrou o amplo apoio às ocupações e sua capacidade de mobilizar a população, conforme se pode ver na assembleia retratada na figura 14, com grande participação e votação favorável à ocupação da Universidade.

Figura 14: Assembleia de estudantes organizado pelo DCE define por ocupação na Universidade Federal do Paraná, em Curitiba



Foto: Gabriel Dietrich, 2016.

Segundo Hoshino (2016), mostrando a força, a unidade e a legitimidade das ocupações, uma estudante relatou que “Se for preciso os colégios periféricos saírem para ajudar os colégios centrais, vamos ajudar. E se for preciso os centrais irem até os periféricos também vai acontecer [...]”. Todos os dias temos pais dormindo com a gente” (HOSHINO, 2016, n.p.). Uma mãe disse sobre as ocupações: “Nos dá novamente a esperança de que é possível mudar [...]. A única coisa

⁴⁴ Disponível em: <https://www.brasildefatopr.com.br/2016/11/01/apos-ocupacoes-escolas-nunca-mais-serao-as-mesmas>.

que me incomoda é ver os rostos cobertos” (HOSHINO, 2016, n.p.). Outra estudante revela que o evento incentivou a utilização das máscaras para preservar a segurança dos ocupantes: “Aqui no colégio, tivemos dois estudantes que foram identificados por um grupo fascista e tiveram que correr por alguns quarteirões para fugir” (HOSHINO, 2016, n.p.). Dessa forma, manifestasse, mais uma vez, a truculência dos grupos contrários à ocupação.

A figura 15 mostra que os estudantes não lutaram sozinhos em suas ocupações contra os grupos opositores, mas contaram com apoio popular, inclusive com a formação de uma corrente humana para impedir os grupos contrários de assediarem e coagirem as ocupações.

Figura 15: Centenas de pessoas formaram uma corrente humana para proteger a ocupação do Colégio Pedro Macedo, ameaçada por manifestantes contrários em Curitiba (PR)



Fonte: Gabriel Dietrich, In: HOSHINO, 2016⁴⁵.

Em notícia do Jornal Nacional (2016) veiculado pelo G1, o MEC afirma que o adiamento do Enem foi necessário, pois ainda havia ocupações em 304 locais de prova. A presidente do Inep, Maria Inês Fini, advertiu que não tinha tempo hábil para trocar o local de prova e manter a data, porque isso demandaria estudos de viabilidade para garantir condições de isonomia para os concorrentes.

Em matéria à Folha de São Paulo, Carazzai (2016f)⁴⁶ afirma que as ocupações no Paraná entraram em refluxo, baseada nos dados fornecidos pelo governo estadual que afirmava existir, naquele momento, 315 unidades ocupadas. O próprio Ocupa Paraná afirmava que as ocupações

⁴⁵ Disponível em: <https://www.brasildefatopr.com.br/2016/11/01/apos-ocupacoes-escolas-nunca-mais-serao-as-mesmas>

⁴⁶ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/11/1828305-ocupacao-de-escolas-murcha-no-pr-em-meio-a-protestos-e-acoos-judiciais.shtml>

havam diminuído drasticamente, sem, no entanto, informar números. O movimento afirmou que as 78 ordens de reintegração de posse emitidas e os 81 pedidos de reintegração em análise foram a principal causa das desocupações, que foram acompanhadas por uma comissão de advogados da Ordem de Advogados do Brasil (OAB) e pelo Conselho Tutelar, para proteger a integridade física dos estudantes (CARAZZAI, 2016f, n.p.).

Rossi (2016e)⁴⁷, em matéria para o El País, afirma que as ocupações diminuíram para 256 no Paraná, mas aumentaram no restante do país. No Espírito Santo, passou de 5 para 62; em Minas Gerais, de 38 para 96; no Rio de Janeiro, de 3 para 14. Mesmo assim, muitas ocupações paranaenses continuavam resistindo a mais de um mês, e em todo o Brasil eles tinham que lidar com a repercussão negativa na mídia, com as acusações de serem massa de manobra de entidades de esquerda, com os movimentos de desocupação, bem como com a judicialização do processo, por meio dos pedidos de reintegração de posse.

Notícia do G1 (COM ESCOLAS, 2016), de 07 de novembro, expõe que, segundo a Seed, 776 escolas tinham sido desocupadas e permaneciam ocupadas, 55 escolas no Paraná. O Ocupa Paraná divulgou o número de 190 escolas ocupadas até então. A notícia destaca o momento de voltar ao trabalho, algumas escolas com aulas aos sábados, outras com seis aulas por dia, e algumas que terão aulas no período de férias. Fala também de um suposto clima de paz e tranquilidade entre os alunos, tema diferente do exposto em outras matérias.

⁴⁷ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/02/politica/1478102466_461878.html

Figura 16: Desocupação do Colégio Estadual Professor Loureiro Fernandes em Curitiba (PR) acompanhada pela PM no dia 07 de novembro de 2016



Foto - Amanda Menezes/RPC, 2016.⁴⁸

Sabendo que as ocupações não se restringiram ao estado do Paraná, vale ressaltar algumas reportagens e análises feitas em veículos de comunicação diversos sobre as ocupações que ocorreram ao longo de 2016 em todo o Brasil.

Em matéria para o *site* Politize, Blume (2016) destacou que as ocupações ocorreram em 22 estados brasileiros e superaram a marca de 1.100 escolas ocupadas, tendo como maior foco o estado do Paraná. A matéria também destaca as ocupações ocorridas no início de 2016 por estudantes das escolas técnicas contra o que ficou conhecido como “máfia da merenda” em São Paulo e a discussão sobre a legitimidade ou não das ocupações, como exercício do livre direito de manifestação ou como interrupção de um serviço essencial do Estado.

Na figura 17 podemos ver grande mobilização estudantil para ocupar a reitoria da Universidade de Brasília (UnB), em apoio aos estudantes secundaristas e contra as reformas do governo Temer.

⁴⁸ Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/educacao/noticia/2016/11/com-escolas-desocupadas-alunos-voltam-salas-de-aulas-no-parana.html>

Figura 17: 1.400 estudantes ocupam a Reitoria da Universidade de Brasília, no Distrito Federal, no dia 31 de outubro de 2016



Foto - Ocupa UnB/Facebook⁴⁹.

Na figura 18, que ilustra a mesma publicação, é possível ver uma assembleia sendo realizada em escola ocupada de Curitiba, mostrando a auto-organização estudantil.

Figura 18: Assembleia de estudantes durante ocupação do Colégio Estadual do Paraná



Foto: Facebook/Reprodução, 2016⁵⁰.

De acordo com Nitahara (2016c)⁵¹, da Agência Brasil, o cientista político e social Daniel Cara considera o movimento de ocupação de escolas como decorrente das Jornadas de Junho de 2013, porém, mais maduro. Isso porque as ocupações tiveram melhor relação com

⁴⁹ Disponível em: <https://www.buzzfeed.com/br/tatianafarah/ocupacoes-se-espalham-e-chegam-a-maior-universidade-do-sul>

⁵⁰ Disponível em: <https://www.politize.com.br/ocupacoes-de-escolas-entenda/>

⁵¹ Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-04/ocupacao-de-escolas-e-amadurecimento-das-jornadas-de-junho-de-2013>

instituições estabelecidas, principalmente com movimentos sociais, sindicatos e organizações do movimento estudantil. Mas a principal mudança é a apropriação do espaço escolar pelos estudantes, num movimento autônomo e legítimo. O cientista político e social ainda criticou as posições governamentais, que acusam os alunos de estarem sendo manipulados, por acharem que é possível fazer uma boa gestão sem levar em conta a opinião dos principais afetados e por tentarem desqualificar um movimento relacionando-o com outro.

Em outra matéria para o mesmo veículo, Tokarnia (2016c)⁵² aponta que as ocupações representaram uma mudança na forma de manifestação dos estudantes, dando força à categoria e mostrando a necessidade de o Estado estabelecer uma nova relação com a comunidade escolar. O cientista político e sociólogo da Universidade de Brasília, Antônio Testa, mostra a articulação de vários segmentos contra a incapacidade do Estado para prestar um serviço de qualidade (TOKARNIA, 2016c, n.p.). Esse novo momento teria começado com a reivindicação de transporte, saúde, segurança e educação nas Jornadas de Junho de 2013, e tem a *internet* como arma, demandando novas formas de negociação por parte do Estado, posto que não há uma liderança única e os movimentos são pulverizados.

Daniel Cara qualifica as ocupações como “[...] a melhor novidade no debate público brasileiro” (TOKARNIA, 2016c, n.p.), com protagonismo de mulheres e da população LGBT e liderança horizontal, pautada mais no exemplo que no discurso bem elaborado. Ele reitera que essa movimentação é uma oportunidade ignorada pelos entes governamentais para repensar a educação, de forma qualitativa, com o desenvolvimento da gestão democrática. Volpi (2016)⁵³, coordenador do programa Cidadania dos Adolescentes da Unicef do Brasil, em artigo para o UOL, afirma que as ocupações são um sinal claro da necessidade de realização de um debate amplo entre os gestores públicos e os alunos sobre o direito à educação de qualidade no Brasil. Ele destaca que a participação e a integridade física estão asseguradas na Convenção sobre os Direitos da Criança, assinada pelo Brasil, no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Estatuto da Juventude. Assim, fazer esse amplo debate é a oportunidade de discutir os desafios educacionais com quem os vive cotidianamente.

A própria Unicef, em 2015, teria publicado um levantamento destacando a capacidade dos estudantes para identificar problemas e sugerir soluções na educação. Num país com 1,65

⁵² Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-06/ocupacoes-apontam-necessidade-de-governos-reverem-relacao-com-comunidade>

⁵³ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/opiniao/coluna/2016/11/13/ocupacoes-das-escolas-por-que-devemos-ouvir-os-estudantes.htm>

milhão de adolescentes entre 15 e 17 anos fora da escola, altos índices de analfabetismo funcional, baixo aprendizado e distorção idade-série, não seria sensato dar-se ao luxo de não discutir, hoje, soluções para a educação de quem terá entre 30 e 40 anos em 2030 e será a maioria da população brasileira.

Em artigo para o Brasil de Fato, Aguiar (2016), que é estudante de ciências sociais na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e militante do Levante Popular da Juventude, e participou das ocupações, aponta que essa ferramenta de luta já era utilizada há muito tempo e por diversos movimentos sociais, como os de moradia e de sem-terra, e que os estudantes se apropriaram dessa tática de luta e destaca as ocupações como espaço de solidariedade, aprendizado e construção coletiva, ressignificando a escola e trazendo a importância da organização coletiva. Por fim, ela denunciou que o Estado não dialogou com o movimento, reprimindo os estudantes que foram acompanhar a votação da PEC nº 55 no senado.

A figura 19 mostra grande mobilização de estudantes do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, retratada na assembleia auto-organizada por estudantes.

Figura 19: Assembleia de estudantes durante ocupação do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, no dia 26 de outubro de 2016



Foto - AGUIAR, 2016⁵⁴.

⁵⁴ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/12/02/artigo-ocupacao-e-nossa-ferramenta-de-luta/>

Rossi (2016f), do El País, mostra a afirmação da superintendente do Centro de Estudos e Pesquisa em Educação, Cultura e Ação Comunitária, Anna Helena Altenfelder, que as ocupações apontam que os estudantes têm interesse em participação na escola, diferente do que diz o senso comum, e que ouvir os jovens é a lição que os formuladores da política educacional devem tirar dessas manifestações. A repórter do El País assinala que o sentimento de pertença e o interesse em política dos estudantes aumentou com as ocupações, mas, na mesma matéria, a repórter salienta que, em São Paulo, uma comissão de pais e alunos denunciou à Comissão Interamericana dos Direitos Humanos mais de 100 detenções realizadas ao longo dos protestos e outros abusos realizados por policiais.

Saldaña e Lazzeri (2016), em matéria da Folha de São Paulo, apresentam pesquisa da Datafolha em São Paulo, que entrevistou 805 estudantes e 408 pais entre 25 e 30 de novembro de 2016. Na pesquisa, ficou demonstrado que 60% dos alunos são favoráveis à ocupação por discentes; 51% acham que as ocupações trazem mais prejuízos que benefícios para a escola ocupada, e; 50% acreditam que trazem benefícios para a educação em geral. Esses dados mostram que o apoio às ocupações supera amplamente o número de jovens engajados nas ocupações, posto que somente 6% dos estudantes de São Paulo participaram das ocupações em 2015, e 13% participaram de manifestações diversas em 2016. Por outro lado, a pesquisa aponta que 62% dos pais são contrários às ocupações e apenas um terço deles vê benefícios para a escola e para a educação (Saldaña e Lazzeri, 2016, n.p.).

Em retrospectiva escrita por Oshima (2016) para a *Época*, a repórter destaca que as ocupações fizeram os adolescentes se sentirem responsáveis pela educação que recebem, e que isso não é pouca coisa. Coloca que decisões unilaterais serão cada vez menos aceitas e que os jovens começaram a ganhar experiência de ação política nas ruas, que é onde surgiram diversas lideranças do Brasil atual, como Eduardo Suplicy e José Serra. A matéria, porém, afirma que os jovens são exaltados, não questionam suas verdades e têm pouca maturidade para ouvir opiniões diferentes; ainda assim, considera positiva a participação desses jovens na política.

Em retrospectiva do *Esquerda Diário* (2016), ligado ao Movimento Revolucionário de Trabalhadores, é destacada a repressão e a criminalização dos estudantes. Outro tema abordado como barreira foi a pouca colaboração das representações e direções do movimento estudantil, sindical e partidário de esquerda. Parte importante disso é a não participação da classe trabalhadora, posto que centrais como a CUT e a Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB) não convocaram os trabalhadores, assim como não construíram atividades nas bases sindicais.

A matéria também culpa a UNE e a Ubes pela inexistência de um organismo de atuação e direção comum, com poder de convocação e articulação nacional. Questionamentos importantes, mas que culpam de forma unidirecional a vontade política das lideranças dessas entidades e supervalorizam sua capacidade de mobilização, representação e articulação⁵⁵.

Abrindo 2017, notícia de Pesciotta (2017) para o portal da Ubes mostra que a estudante Ana Júlia deu palestra na mesa “Grêmios estudantis e ocupações: organizando eu posso desorganizar!”, do 3º Encontro Nacional de Grêmios organizado pela entidade. Ela dividiu a mesa com a presidente da Ubes, Camila Lanes, os artistas Flávio Renegado e Tico Santa Cruz, o diretor da Federação Nacional de Ensino Técnico, Guilherme Brasil, e o promotor do Ministério Público do Ceará, Hugo Frota Magalhães Porto Neto. A estudante secundarista posicionou-se dizendo que os estudantes foram a categoria mais combativa às propostas do governo Temer e provaram que querem fazer parte da política e do destino do país. Tico Santa Cruz colocou que o discurso da adolescente conseguiu atingir pessoas que não estavam entendendo o que eram as ocupações, num momento de criminalização, e disse “[...] acho que o movimento de vocês é hoje o mais revolucionário” (PESCIOTTA, 2017, n.p.). O *rapper* Renegado disse que, ao ser perguntado onde estava a esquerda naquele momento, ele respondia “[...] a esquerda está ocupando escola” (PESCIOTTA, 2017, n.p.). Vários participantes apontaram a necessidade de debater com quem defende posições diferentes e a necessidade de organizar-se grêmios estudantis para enfrentar as novas lutas que ocorreriam em 2017.

Em outubro de 2017, no aniversário das ocupações nacionais contra a PEC nº 241/2016 e a MP nº 746/2016, Goetten (2017) publicou matéria no Brasil de Fato sobre os impactos das ocupações nas escolas. A estudante Ana Júlia foi uma das entrevistadas e afirmou que as ocupações mudaram sua forma de enxergar o mundo e, com isso, mudaram sua vida. Ela tinha acabado de chegar da Índia e passou a representar o Brasil num projeto internacional contra a exploração da infância e da juventude. A estudante Giorgia Prates conta que a participação nas lutas aumentou a cumplicidade e o companheirismo entre os estudantes, e no movimento estudantil. Na figura 20, podemos ver um

⁵⁵ Segundo estudo do Dieese (2017), o ano de 2016 foi o ano com maior número de greves na história do Brasil, totalizando 2.093 greves. Porém, as lutas eram majoritariamente defensivas e econômicas. Por isso, no ano houve pouco engajamento da classe trabalhadora em lutas ofensivas e em pautas políticas ou para além de sua categoria. O Dieese analisa que esse perfil, diferente dos anos anteriores, ocorreu devido à diminuição das condições de vida do trabalhador, com perdas salariais e de empregos, assim, as pautas predominantes eram emergenciais, como o pagamento de salários atrasados, ao invés de pautas ofensivas, por novas conquistas econômicas. Assim, podemos ver que a não convocação dos trabalhadores pelas centrais não foi simplesmente falta de vontade política, havendo outros elementos envolvidos.

desses momentos, em que 600 estudantes se reuniram na assembleia estadual das ocupações do Paraná, trocando experiências e traçando rumos comuns.

Figura 20: Assembleia estadual das ocupações no Paraná reuniu 600 estudantes no Colégio Estadual Loureiro Fernandes, em Curitiba (PR) no dia 26 de outubro de 2016



Foto: Ednúbia Ghisi, s.d.⁵⁶

Em outra matéria, desta vez da Carta Capital, Basílio (2017) afirma que os estudantes estavam aparentemente afastados da cena pública e questiona: “[...] consideramos o legado deixado pelos estudantes? Avançamos com a questão da participação juvenil?”. Respondendo a esse questionamento, Heudes Cássio Oliveira, que ocupou sua escola, em 2015, em São Paulo, informou que muitos estudantes seguiram um caminho alternativo de participação, não centrando sua atuação em entidades estudantis tradicionais e burocratizadas.

Gabriel Medina, professor de sociologia e política e ex-secretário de Nacional de Juventude, diz existir um hiato participativo, porque os jovens buscam por espaços horizontais e autônomos, voltados para a prática. Diz também que os estudantes enxergam que o setor progressista centra sua atuação em discursos, deixando de lado a práticas concretas. Também ocorreu também um esvaziamento dos espaços de participação. Além disso, ele afirma que “Essa geração que luta pelos direitos, pelas pautas feministas, contra o genocídio das periferias não encontra representação nas instituições e partidos” (BASILIO, 2017, n.p.). O professor também destaca uma forte renovação na direita, com novas linhas políticas e organizações que têm seduzido a juventude para a política institucionalizada. Por fim, ele aponta para uma crise

⁵⁶ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/10/03/pr-um-ano-da-primavera-secundarista-e-de-escolas-que-nunca-mais-foram-as-mesmas/>

dos dois partidos que polarizavam a política até então, PT e PSDB, e para a necessidade de reconstituir o campo democrático.

Na mesma matéria, a socióloga Rosemary Segurada afirma que os jovens mostraram que as organizações sociais centralizadas e hierarquizadas estão distantes do diálogo com suas bases sociais. Anna Penido afirma que as ocupações abriram novas portas e campos de atuação que podem renovar as forças progressistas. Mais pessimista, Medina diz que não vê abertura para a uma participação ativa do estudante, pois o que vigora ainda é um modelo de participação tutelada (BASILIO, 2017).

Vale destacar que, embora não tenham derrotado as reformas de Temer, as ocupações foram decisivas na criação de uma força social para impor concessões no projeto inicial de reforma do ensino médio. Segundo Sperandio (2019), a pressão de parlamentares contrários à reforma conseguiu minimizar alguns de seus impactos, mesmo num contexto parlamentar de ampla hegemonia do executivo. Entre as concessões feitas, podemos destacar a não exclusão total dos conteúdos de sociologia e filosofia, a garantia do ensino de educação física e arte no ensino médio, a garantia do ensino noturno e a possibilidade de atrelar os temas transversais a projetos e pesquisas. Portanto, dentro de um contexto de amplo apoio do Congresso Nacional e do Senado à reforma, as mudanças entre a MP nº 746/2016 e a lei nº 13.415/2017, propostas por parlamentares progressistas, foram resultado de ampla mobilização social e pressão realizada pelos estudantes secundaristas nas ruas e escolas de todo o país.

Podemos ver, por tudo quanto fora ora exposto, que as mobilizações e ocupações de escolas contra as referidas mudanças foram generalizadas, começando em 2015, no estado de São Paulo e, posteriormente, durante todo o ano de 2016 em todo o país, chamando a sociedade para debater e participar da luta, juntando ativistas e mobilizando várias organizações sociais e populares, além de parcela da institucionalidade. Por outro lado, as ocupações também foram o estopim de uma reação violenta e generalizada, que tinha como tripé, nas ruas, a ação de manifestantes contrários à ocupação, a ação estatal jurídico-policial e a acusação midiática. Com isso, pode-se perceber que as manifestações estudantis de 2015 e 2016 tiveram, como característica expressiva, o protagonismo de setores populares na luta pela educação e na luta política, setores estes que estavam afastados da cena política há décadas. Da mesma forma, as ocupações quebraram, mesmo que momentaneamente, o isolamento da esquerda no cenário nacional de ofensiva neoliberal, e o isolamento de décadas entre organizações sociais e de esquerda e os setores populares por meio da solidariedade e da participação ativa nas ocupações.

Ainda assim, tal unidade não foi capaz de impor uma derrota decisiva ao bloco no poder, nem mesmo de mudar sua composição ou hegemonia interna. Ademais, os setores neoconservadores lograram mobilizar sua base social em ações de repressão às lutas estudantis, coisa que, até então, era feita de forma mais clara contra os governos petistas e as organizações sociais e políticas de esquerda. Também ficou claro que a ação política de setores do judiciário foi além da perseguição de políticos e de organizações de esquerda, se estendendo às lutas sociais por direitos. Obviamente, a ação jurídica e de rua contra as lutas sociais já existiam, mas as ocupações foram um marco de sua evidente radicalização e execução sem pudores. Além disso, as pautas de reivindicação estudantil, entre 2015 e 2016, mostram que o problema do ensino médio não era a quantidade de conteúdo (o que se ensina), mas a falta de infraestrutura, as condições salariais para professores, as salas superlotadas, entre outros problemas crônicos da educação pública brasileira (ou seja, em que condições se ensina).

A forma de organização das ocupações, sua *práxis* política e as demandas por democracia nas escolas e por formação cultural, artística e política, demonstram a demanda por uma formação mais próxima da perspectiva politécnica e omnilateral, de uma formação para todas as esferas da vida social. Dessa forma, essas experiências estudantis podem e devem, ao nosso ver, fazer parte de um projeto de educação popular, voltado para as necessidades das classes populares brasileiras e não do capital internacional e da burguesia associada.

5. OCUPAÇÕES LOCAIS DE ENFRENTAMENTO ÀS MEDIDAS DOS GOVERNOS ESTADUAL (PROGRAMA “ESCOLA VIVA”) E FEDERAL (PEC Nº 241/2016 E A MP Nº 746/2016)

Neste item vamos abordar as ocupações estudantis que ocorreram no estado do Espírito Santo no processo de luta contra as medidas dos governos estadual e federal. Após analisar o processo de ocupações em todo o país, nos aproximamos das ocupações estudantis ocorridas no estado do Espírito Santo (ES). Aqui vemos como se desenrolou o momento de “guerra de movimento” vivido no estado contra a aprovação das reformas do governo Temer e como as lutas estudantis vieram em um crescente desde o início do governo estadual de Paulo Hartung (PH). Para isso, o presente texto será dividido em duas subsecções, com a primeira constituída por análises das ocupações estudantis contrárias ao projeto educacional do governo local e a segunda abordando as ocupações contra as mediadas de austeridade e de reforma do ensino médio do governo federal. Fazemos isso a partir de 69 notícias publicadas no portal G1 entre 19 de março de 2015 e 30 de dezembro de 2016. Para tanto, utilizamos 12 matérias publicadas em 2015 para realizar uma breve contextualização das lutas estudantis no período. Em seguida, analisamos 08 notícias que correspondem ao ano de 2016, antes do golpe jurídico-parlamentar. Posteriormente, analisamos 49 matérias publicadas no período entre 24 de outubro e 30 de dezembro de 2016.

5.1. OCUPAÇÕES ESTUDANTIS LOCAIS DE ENFRENTAMENTO À POLÍTICA EDUCACIONAL DO GOVERNO DO ESPÍRITO SANTO (GESTÃO 2015-2018)

Paulo Hartung (PH), no seu terceiro mandato como governador do Espírito Santo (2015-2018), tocou sua administração com forte viés de austeridade e abraçou o projeto da ONG empresarial “ES em Ação”, aparelho privado de hegemonia, para introduzir medidas ainda mais neoliberais no campo educacional, onde priorizou o programa de ensino em tempo integral denominado Programa Escola Viva (PEV), proposto pelo ES em Ação. Ao mesmo tempo em que implantou seu projeto educacional, o governo estadual tirou verba da educação e promoveu fechamento de turmas, turnos e escolas do ensino regular e da Educação de Jovens e Adultos no estado (ALUNOS, 2015; ESTUDANTES, 2015a; PAIS PROTESTAM, 2015). Tais medidas

foram conduzidas de forma autoritária⁵⁷, sem o devido diálogo com a comunidade escolar, o que deu início a um processo de luta, que encontrou, nas ocupações estudantis, uma forma de superação da guerra de posição e de estabelecimento de uma guerra de movimento.

Ainda no ano de 2015, diversas manifestações estudantis ocorreram no estado contra a política educacional em curso. Os estudantes se mobilizaram contra a transformação de escolas de três turnos em escolas de tempo integral, pois essa política excluiria dois terços dos alunos de cada unidade escolar na qual fosse implantado o novo projeto educacional. O programa de tempo integral deveria ser implementado em unidades ensino novas, a serem construídas para esse fim, caso contrário, impor a deslocamento da maior parte dos alunos, além de impedir a frequência daqueles que trabalhavam.

Figura 21: Protesto de estudantes contra o Escola Viva em frente à Assembleia Legislativa do Espírito Santo no dia 10 de junho de 2015



Foto - Jorge Félix/TV Gazeta, 2015⁵⁸.

Assim, houve manifestações contrárias à aprovação do projeto e contra a forma que o governo estadual utilizou para implementar o programa, sem debater com a comunidade escolar e colocando o projeto em regime de urgência (ARPINI; FELIX, 2015; ESTUDANTES, 2015b; 2015c; 2015d; ESCOLA, 2015; VAREJÃO, 2015). Nas figuras 21 (acima) e 22 (abaixo), podemos observar momentos dessa mobilização contra a aprovação e a implementação do PEV.

⁵⁷ O projeto foi colocado em regime de urgência, sem a realização de audiências públicas e de diálogo com os setores e entidades civis da área educacional. Diversas notas, manifestações e ocupações impuseram o recuo ao governo, que teve de retirar o regime de urgência e abrir diálogo com a sociedade sobre o PEV (PETERLE, 2016).

⁵⁸ Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2015/06/estudantes-do-es-protestam-contraprovaçao-do-escola-viva.html>

Na figura 21, temos uma manifestação em frente à Assembleia Legislativa do Espírito Santo (Ales) contra a aprovação do projeto; e na figura 22, vemos o protesto de estudantes e moradores do bairro Vila Nova de Colares, em Serra, que fecharam a rua numa manifestação contra a implementação do programa em uma escola estadual do bairro.

Figura 22: Estudantes e moradores fecham a Avenida Talma Rodrigues Ribeiro contra a implementação do Escola Viva em unidade de Vila Nova de Colares, em Serra, no dia 18 de março de 2015



Fonte: Foto – Reprodução/TV Gazeta, 2015⁵⁹.

Uma aluna da EEEFM Vila Nova de Colares relatou o problema dos alunos do bairro: “Se eu escolher por estar fazendo Escola Viva eu vou ter que sair do Senai. Fora que é um pouco cansativo” (ESTUDANTES, 2015b, n.p.). Outra aluna, mais velha, colocou o problema para os alunos do turno noturno, mostrando que o PEV não é adequado às necessidades dos estudantes moradores do bairro:

No ano que eu resolvo voltar, a SEDU impôs que o turno da noite só vai existir até julho, porque vai existir um projeto que não vai favorecer 100% da população. Creio que não favoreça a população de Vila Nova de Colares. Aqui quando o adolescente faz 14 anos precisa trabalhar no menor aprendiz (ESTUDANTES, 2015b, n.p.).

Por sua vez, uma estudante da EEEM Aristóbulo Barbosa Leão, em outra manifestação, colocou a problemática da falta de diálogo e do autoritarismo do governo: “Esse susto que nós tivemos aconteceu do nada. Estávamos assistindo aula e veio o anúncio de que a gente vai ter que se virar em uma escola em tempo integral. A proposta é boa, interessante, mas não pode ser feita dessa

⁵⁹ Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2015/03/estudantes-de-escola-da-serra-es-protestam-contr-o-escola-viva.html>.

forma de uma hora para outra” (ESTUDANTES, 2015c, n.p.). De forma parecida, um representante da União Estadual dos Estudantes Secundaristas do Espírito Santo (Ueses) também se manifestou:

Nós não somos contra o projeto, a gente apenas questiona a maneira como ele está sendo implantado. Não teve diálogo com os estudantes e com os professores. Nosso principal receio é que os alunos que não se adequem ao modelo 'Escola Viva' sejam realocados das unidades de ensino (ESTUDANTES, 2015b, n.p.).

A figura 23 mostra mais um protesto estudantil em frente à Ales contra o PEV.

Figura 23: Estudantes fazem manifestação contra o PEV em frente à ALES, em Vitória, e conquistam a retirada do pedido de urgência do projeto e uma reunião do governo com uma comissão de sete estudantes



Fonte: Foto - Ingrid Castilho/G1, 2016⁶⁰.

A professora e então presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no Espírito Santo, Noêmia Simonassi apoia o movimento e afirma que:

Alunos do ensino fundamental que estão nessas escolas vão ter que sair, vão precisar ser deslocados para outras escolas [...]. Nós queremos que esse projeto seja amplamente discutido com a comunidade escolar, com pais, aluno e professores. Que seja implementado a partir de 2016 e que seja em um novo local, que não usem as escolas que já existem.

Contra esse projeto, os estudantes bloquearam avenidas próximas às escolas, fizeram passeatas com pessoas de diversas escolas e manifestações em frente à Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo (Ales) nas datas de votação do projeto e quando ele foi aprovado. Mesmo não impedindo a aprovação do PEV na manhã do dia 10 de junho, essas ações foram efetivas, pois resultarem em mudanças do projeto inicial, como a retirada do regime de urgência e a implementação do projeto-piloto em somente uma escola e não em cinco (ARPINI; FELIX,

⁶⁰ Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/10/pm-diz-que-regiao-do-bairro-da-penha-esta-pacificada-apos-ataques.html>

2015; ESTUDANTES, 2015b; 2015c; 2015d; ESCOLA, 2015; VAREJÃO 2015). Em resposta à aprovação, estudantes acamparam em frente à Secretaria de Estado da Educação (Sedu), na noite do dia 11, e impediram a entrada dos funcionários durante o dia 12, conforme demonstrado na figura 24. Posteriormente, fecharam a pista em frente à Sedu e encerraram a manifestação ainda durante a manhã (MACHADO; BRAGA, 2015).

Figura 24: Estudantes acampam em frente à SEDU, em Vitória, protestando contra a aprovação do PEV



(Foto: Reprodução/ TV Gazeta), 2015⁶¹.

Uma estudante que participou do protesto opina sobre o PEV e a forma antidemocrática escolhida pelo governo PH para aprovar o projeto em questão: “Nós achamos que o nosso estado e as nossas escolas não têm estrutura suficiente para um projeto tão grande e que na verdade é muito superficial. O projeto não foi discutido de forma democrática” (MACHADO; BRAGA, 2015). No mês de dezembro de 2015, o movimento de protestos de rua evoluiu para a forma das ocupações de unidades escolares nos municípios de Colatina e São Mateus. Na escola “Conde de Linhares”, a ocupação foi contra a implementação do PEV naquela unidade escolar, cujo projeto pedagógico vinha se desenvolvendo no sentido de combinar o ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio. Segundo os ocupantes, a escola é a única do município com ensino médio integrado ao técnico e infraestrutura preparada para a aplicação dessa modalidade, com salas preparadas e maquinário. Nesse caso, então, o estado deveria construir uma nova estrutura escolar e não impor a implantação do PEV numa já existente.

⁶¹ Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2015/06/estudantes-acampam-em-frente-secretaria-de-educacao-do-es.html>

Para os alunos, a ocupação foi necessária, posto que o governo estadual não parecia disposto a dialogar com a comunidade escolar, que tentou manifestar sua posição por meio do Ministério Público, da Defensoria Pública e de vereadores e, mesmo assim, não recebeu resposta (MACHADO, 2015). A figura 25 mostra a ocupação da unidade escolar em questão.

Figura 25: Estudantes ocupam a Escola Conde de Linhares, em Colatina, em protesto contra a implementação do PEV na unidade escolar, no dia 10 de dezembro de 2015



Fonte: Foto – Ubes/Facebook, 2015⁶².

Um estudante mostra o descontentamento dos jovens com a chegada do projeto na escola, que já atende o ensino médio integrado ao técnico, e denuncia uma prática arbitrária contra o movimento:

A gente está pedindo uma resposta certa do governo, que afirmem que o projeto não chegue na escola. O nosso projeto já é técnico. A escola é toda preparada para receber esses cursos, tudo indica é que o projeto vai ser na nossa escola [...]. Os técnicos da superintendência de educação de Colatina estavam aqui na escola. Eles combinaram com os nossos pais que iam deixar a gente dormir nas salas de aula, mas quando eles viraram as costas, os técnicos trancaram as portas e a gente dormiu no corredor (MACHADO, 2015, n.p.).

Esclarecendo a arbitrariedade do governo e a falta de diálogo, a mãe de um aluno deu seu depoimento: “Nós, pais, tentamos de todas as formas que eles nos ouvissem, na escola viemos várias vezes, fomos no MP, na Defensoria Pública, pedimos apoio aos vereadores, tentamos buscar respostas, mas nenhuma resposta veio” (MACHADO, 2015, n.p.). Depois, ela denuncia o atraso da matrícula e a tentativa do governo de transformar em Escola Viva a única escola do município com estrutura e maquinário para o ensino técnico integrado:

⁶² Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2015/12/alunos-fazem-ocupacao-na-escola-conde-de-linhares-em-colatina-es.html>

Todas as escolas de Colatina estão tendo processo de matrícula. O que dá a entender é que eles não têm interesse de garantir cursos técnicos. Eles falam que não sabem o que fazer. Por que é que não abriam as matrículas? [...] Aqui tem modelagem, administração, informática, biblioteconomia e logística. A escola tem maquinário, não tem nenhuma outra escola estadual aqui que tenha essa estrutura. O curso de modelagem tem máquinas enormes. Por que o governo quer tirar 700 alunos para implementar esse projeto aqui dentro? [...] Nós temos escolas em Colatina que falta estrutura, tem colégio que não tem nem papel higiênico no banheiro. Queremos que o governo discuta com o município, muita gente quer o programa em outro local. Esse protesto não é um divertimento, eles têm reivindicações sérias (MACHADO, 2015, n.p.).

Esse relato expõe a arbitrariedade, o autoritarismo e a falta de preocupação do governo com o futuro desses jovens, e torna evidente a intenção de utilizar o programa como publicidade governamental, instalando o PEV em escolas com boa infraestrutura em vez de construir novas escolas ou de reformar escolas em condições precárias para esse fim.

Em São Mateus, os estudantes ocuparam a Superintendência Regional de Educação (SRE) em protesto contra o modo de implementação do PEV na EEEFM Marita Motta, demonstrada na figura 26. Eles disseram que o programa levaria a uma elitização das escolas, porque os jovens que necessitam trabalhar para contribuir com a renda da família não poderiam participar e seriam transferidos para outras escolas do município, que estão sucateadas. Além disso, a Sedu decidiu implementar o PEV mesmo com a rejeição do conselho de escola e não respondeu os questionamentos dos alunos (MACHADO, 2015).

Figura 26: Estudantes ocupam SRE, em São Mateus, contra a implementação do PEV na EEEFM Marita Motta, dia 07 de dezembro de 2015



Fonte: Foto – Facebook/Umes – São Mateus, 2015⁶³.

⁶³ Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2015/12/alunos-e-pais-protestam-contr-escola-viva-no-interior-do-es.html>

Um estudante relatou a preocupação com o destino dos estudantes de baixa renda com a implantação do PEV:

O que a gente acha que vai ocorrer, é que vai ter uma elitização das escolas, porque o aluno que precisa trabalhar, precisa de contribuir com a renda familiar, não vai poder participar do programa. E aí ele vai ser levado para outras escolas do município, que estão completamente sucateadas (CARVALHO, 2015, n.p.)

A matéria mostra também que um estudante do Ifes, presidente da União Municipal dos Estudantes (Umes), foi preso por tentar organizar uma plenária em frente à Escola Estadual Ceciliano Abel de Almeida. A coordenadora da escola chamou a polícia, que algemou o jovem e o levou para a delegacia. Ele relatou à reportagem que: “Eles me intimidaram e chegou um momento que me bateram, agiram com muita violência desnecessária, não autuaram nada, registraram porque tinham me levaram e me liberaram” (CARVALHO, 2015, n.p.). Essa denúncia é considerada muito séria, pois revela uma ação truculenta da PM, que deixa de atuar de acordo com os parâmetros constitucionais e do Estatuto da Criança e do Adolescente para agir como polícia política, em defesa de um programa estatal e contra a liberdade de expressão, o direito de organização e a participação juvenil.

No mesmo período, houve protesto em Cachoeiro de Itapemirim contra a implementação do PEV na Escola Estadual Francisco Coelho Ávila Júnior, conhecido como Polivalente de Cachoeiro. Os pais disseram que a determinação chegou após o término da reforma na escola e ocorreu mesmo com a rejeição do programa pelo conselho de escola. Eles também reclamam da falta de diálogo da Sedu, que não respondeu aos questionamentos feitos nem em reunião, o que gera preocupação, posto que a escola também atende alunos do ensino fundamental, que teriam que mudar de escola com a implementação do PEV (CARVALHO, 2015). Conforme relato da mãe de um estudante:

Nós não somos contra o projeto, nós somos contra a implementação no polivalente, nessa escola, tem pouco tempo que terminou a reforma da escola, e aí quando terminou, chegaram com esse projeto [...]. Nós nos reunimos com a Secretaria de Educação, conversamos, mas nada é claramente respondido pra nós, e isso é revoltante [...]. A escola de ensino fundamental mais próxima é muito longe da comunidade (CARVALHO, 2015, n.p.).

Isso reforça a tese de que o governo estadual estava tentando aproveitar a infraestrutura de escolas reformadas e bem equipadas para implementar o programa e ter grande retorno em publicidade com baixo investimento, apesar das reivindicações de estudantes e familiares.

Figura 27: MST e outros movimentos sociais ocupam a Sedu, em Vitória, contra o fechamento de escolas do campo, dia 16 de fevereiro de 2016



Fonte: Foto – VC no ESTV/TV Gazeta., 2016⁶⁴.

Após fechar o ano de 2015 com várias movimentações estudantis, o ano de 2016 começa também com protestos e ocupações. Já em fevereiro, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) fechou os acessos à Sedu e ocupou a entrada e o estacionamento da secretaria por tempo indeterminado, em protesto contra o fechamento de escolas estaduais no interior do estado (MST FECHA, 2016), como vemos na figura 27.

O ponto de máxima tensão desse processo de luta foi durante a manifestação do Dia Internacional da Mulher, 08 de março, representada na figura 28. A marcha reivindicava:

[...] o fim da violência contra a mulher, mais direitos reprodutivos, o fim do racismo institucional, a reforma agrária, o fim do sucateamento das políticas públicas e direitos iguais à todas as mulheres: quilombolas, indígenas, camponesas, lésbicas, bissexuais e transexuais (CARVALHO, 2016, n.p.).

⁶⁴ Disponível em: <http://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/2016/02/mst-fecha-portoes-da-secretaria-de-educacao-do-es-em-protesto.html>

Figura 28: Protesto feminista em Vitória, no dia 08 de março de 2016, reuniu diversas mulheres e movimentos sociais no “Bloco das Feministas na rua contra o machismo, o racismo e o capital”



Fonte: Foto - Mariana Carvalho/G1, 2016⁶⁵.

As manifestantes marcharam pelas principais avenidas da capital, Vitória, com o tema “Bloco das Feministas na rua contra o machismo, o racismo e o capital” e ocuparam a sede do governo estadual, o Palácio Anchieta, com mais de 600 pessoas. Foi a primeira vez na história que movimentos sociais ocuparam a sede do governo do Espírito Santo.

Protagonizaram a ocupação mulheres e homens do MST, do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), da CUT e do Fórum de Mulheres, que reivindicavam “[...] providências do Governo contra o fechamento de escolas estaduais e pela garantia da pedagogia da alternância⁶⁶, adotada nas escolas de assentamento” (ARPINI; CARVALHO; RADAELLI, 2016, n.p.). Além disso, pediram providências do governo estadual para enfrentar a seca. As figuras 29 e 30 mostram o processo de ocupação do Palácio Anchieta.

⁶⁵ Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2016/03/mulheres-protestam-por-direitos-iguais-no-dia-da-mulher-em-vitoria.html>.

⁶⁶ Pedagogia amplamente utilizada pelos movimentos sociais do campo, que preza pela preparação para a cidadania, a liberdade e a democracia, visando a formação da consciência. Esse modelo alterna entre momentos pedagógicos na escola (tempo-escola) e no campo com a família (tempo-comunidade), colocando ambos como espaços de aprendizagem intencional e didaticamente pensadas (MST, 2019).

Figura 29: Movimentos sociais ocupam o Palácio Anchieta, em Vitória, contra o fechamento de escolas do campo e por medidas para combater a crise hídrica no estado, entre outras pautas, no dia 08 de março de 2016



Fonte: Foto - Wagner Martins/TV Gazeta, 2016⁶⁷.

Roni Mara, do setor de educação do MST, colocou as reivindicações e o motivo da ocupação:

Em relação à Educação, não queremos o fechamento das escolas do campo e queremos o reconhecimento da pedagogia da alternância nas escolas de assentamento em tempo integral. Também tem a questão da seca, que nesse tempo o governo não apresentou nenhum projeto para os camponeses. Também queremos discutir a obtenção de crédito, a reforma agrária, entre outros pontos [...]. Queremos um diálogo direto com o governador, o que nunca tivemos. Não queremos uma agenda só com o secretário de Educação, porque ele não dá resposta para os outros pontos (ARPINI; CARVALHO; RADAELLI, 2016, n.p.).

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo (Sindiupes) também fazia uma caminhada contra o fechamento de escolas e se juntou à manifestação feminista para entregar um documento ao governo pedindo políticas públicas para as mulheres e para a educação, mas não se somou à ocupação, que teve maior protagonismo do MST e do MPA.

Em resposta à ocupação, o coordenador estadual dos Direitos Humanos, Júlio Pompeu, negou que havia planos para fechar escolas e disse que o governo estava enfrentando a crise hídrica. Os movimentos só desocuparam o Palácio Anchieta às 23 horas do mesmo dia, após conseguir marcar uma reunião com o governador (ARPINI; CARVALHO; RADAELLI, 2016).

⁶⁷ Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2016/03/sede-do-governo-do-es-e-ocupada-pela-cut-mst-e-professores.html>.

Figura 30: Movimentos sociais organizam almoço coletivo durante ocupação do Palácio Anchieta, Em Vitória, no dia 08 de março de 2016



Fonte: Foto - Ricardo Vervloet/A Gazeta, 2016⁶⁸.

Ao todo, 2.000 pessoas participaram da manifestação e da ocupação. A reunião com o governador ficou marcada para o dia 28 de março tendo, como pauta principal, o fechamento de escolas rurais e a construção de barragens para melhorar a irrigação no campo.

Outra reunião também foi agendada com o secretário de educação, Haroldo Rocha⁶⁹, para discutir as diretrizes para a pedagogia da alternância (MANIFESTANTE, 2016). O impasse ocorreu porque não havia regulamentação no Conselho Estadual de Educação (CEE) sobre a pedagogia da alternância, na qual os professores contratados devem realizar atividades e orientar os estudantes no tempo-escola e no tempo-comunidade para que o modelo atinja seus objetivos de ensino, mas os professores só recebiam pagamentos referentes ao tempo-escola, inviabilizando a efetiva execução do tempo-comunidade e da pedagogia da alternância como um todo (DINIZ, 2016a).

Como decorrência desse movimento, o Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJ-ES) determinou a reabertura imediata das escolas fechadas nos meios urbano e rural. O documento foi elaborado a partir de denúncias reunidas por movimentos sociais e sindicatos desde 2015, contando com depoimentos de pais, alunos e professores que relataram o

⁶⁸ Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2016/03/manifestantes-desocupam-sede-do-governo-do-es.html>

⁶⁹ Além de ser secretário de educação na gestão PH, ele foi um dos idealizadores e responsáveis por formular a proposta do PEV, baseado na experiência pernambucana desenvolvida pelo Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE) (ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO, 2017).

fechamento de 13 unidades de ensino⁷⁰. Além disso, o documento também continha abaixo-assinado de estudantes, carta aberta de vereadores do município de Santa Maria de Jetibá e de sindicatos (ARPINI, 2016a).

De acordo com Arpini (2016a), dados informados pelo deputado estadual Sérgio Mageski contabilizaram mais de 500 turmas e 100 turnos fechados, além das 13 escolas. Entre as denúncias estavam também o não pagamento das horas-aulas em tempo-comunidade para os professores das escolas em pedagogia da alternância e o fechamento de 467 escolas do campo entre 2007 e 2013, denunciado pelo MST. Na mesma matéria ainda há a declaração do vice-presidente da Ubes, no Espírito Santo, segundo a qual o fechamento de turmas, turnos e escolas está diretamente ligado ao investimento maciço no PEV, e da diretora do Sindiupes, Noêmia, que reforçou que o fechamento de escolas causou o aumento da evasão escolar.

Compreendemos que essa ação planejada do governo estadual revela a tentativa de publicizar o PEV como exemplo bem-sucedido para o estado e para o Brasil, contrastando a Escola Viva com uma “escola morta”, a escola regular, morta pela falta de investimento, pelas salas lotadas e professores mal remunerados. Assim, pretendia-se fortalecer a hegemonia ideológica, política e econômica do ES em Ação, ou seja, das frações hegemônicas do bloco no poder capixaba, além de projetá-las no âmbito nacional, meta alcançada, posto que o PEV foi uma das inspirações para a reforma do ensino médio do governo Temer e funcionou como sua antecipação em terras capixabas⁷¹. Com isso, em 11 de março, os manifestantes do MST, do MPA e de outros movimentos que se somaram à ocupação da Sedu, deixaram o prédio após 25 dias de protesto. A decisão ocorreu porque a reunião com Haroldo Rocha resultou no reconhecimento da pedagogia da alternância, mas ainda sem acordo sobre o regime de contratação dos professores. Mesmo assim, ficou acordada a retomada das aulas nas escolas de assentamentos a partir do dia 14 de março (DINIZ, 2016a). Assim, a movimentação do MST e do MPA, em unidade com outras organizações urbanas, foi vitoriosa e causou vários reveses às políticas educacionais do governo PH, conquistando várias pautas preteridas e causando o

⁷⁰ EEEF Maria Ericina Santos, em Vitória; EEEM Santana Morosine Cupertino, em Linhares; EEPEF Santa Fé e EEUEF Retiro de Freitas, em Cachoeiro de Itapemirim; EEEM São João do Príncipe, em Iúna; EEEM Pastor Adilson Bento de Freitas e EEEM Santa Cruz, em Irupi; EEEM Elizabete Nazário Laurentino, em Mimoso do Sul; EEEM Maria Candido Kneipp, EEEM Judith Viana Guedes e EEEM Menino Jesus, em Muniz Freire; e EEPEF Ovídio Carlos de Miranda e EEUEF Córrego Patioba, em Sooretama (ARPINI, 2016a).

⁷¹ Para verificar essa influência, podemos destacar que o Ministro da Educação de Temer, Mendonça Filho, visitou a Escola Viva de São Pedro e teceu diversos elogios à experiência. Além disso, a própria propaganda do governo federal sobre a reforma do ensino médio foi gravada na unidade (ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO, 2017).

constrangimento do governo, posto em contradição pelo TJ-ES e obrigado a reabrir as escolas e turmas que eles alegavam não ter fechado.

Após o encerramento desse movimento, em abril, cerca de 300 estudantes da EEEFM Aristóbulo Barbosa Leão, no município de Serra, fecharam o cruzamento de duas avenidas importantes do município para reivindicar a conclusão da reforma da escola, que já durava mais de 5 anos (CARLA, 2016). Enquanto isso, a escola está em um prédio improvisado em Jardim Limoeiro, no cruzamento das duas rodovias, o que representa perigo para os estudantes. Falando da infraestrutura do local, que motivou o protesto, uma estudante relatou que “Os bebedores estão com água quente e as salas sem ventiladores. Nós fazemos educação física em um galpão junto aos carros dos professores. Está terrível” (CARLA, 2016, n.p.).

Em junho, de acordo com notícia de Arpini (2016b), o Fórum EJA do Espírito Santo denunciou o fechamento de 47 turmas no último ano e a possibilidade do fechamento de outras 27 turmas de EJA ofertadas pelo estado. Denunciaram também a ausência de calendário para o segundo semestre de 2016 e a possibilidade de a EJA ser ofertada somente como educação à distância a partir de então. Professores, alunos e militantes “[...] prometeram ocupar escolas estaduais de norte a sul do estado, caso o governo decida extinguir as aulas presenciais da EJA” (ARPINI, 2016b, s/p).

Como afirma Carlos Fabian, coordenador do Fórum em Vitória, de forma taxativa:

Está difícil o diálogo com o Governo. Se não houver uma abertura e continuarem a fechar turmas de EJA vamos mobilizar os estudantes para promovermos uma ocupação em massa das escolas como protesto até que haja uma solução para essa ilegalidade (ARPINI, 2016b, n.p.).

Nesse momento, as ocupações já tinham ganhado tamanha relevância para o movimento educacional capixaba que passaram a ser colocadas como advertência ao governo em caso de não atendimento às demandas. Nesse sentido, podemos afirmar que o estado do Espírito Santo já vivia amplas lutas em defesa da educação, protagonizadas por estudantes, professores, movimentos sociais e estudantis, sindicatos e fóruns. Essas lutas usavam diversas táticas, como trancamentos de ruas, passeatas, protesto em frente à Ales, e as ocupações, que se iniciaram com a luta contra o PEV por estudantes do interior do estado, ainda em 2015, ganharam grande relevância no início de 2016, com as ocupações protagonizadas pelos movimentos sociais do campo e conseguiram impor derrotas ao projeto de desmonte da educação pública praticado pelo governo. Assim, o ânimo de luta e a tática de ocupações já estavam colocadas na ordem do dia para os setores envolvidos no debate e na prática educacional, demonstrando sintonia

com os movimentos estudantis em nível nacional, os estudantes, apoiados por setores progressistas, que elegeram as ocupações como estratégia de luta para enfrentar as reformas neoliberais na educação que encontravam, no governo estadual, protagonismo no retrocesso aos direitos dos alunos ao ensino médio, o que foi se alinhando ao movimento mais amplo de luta contra a PEC nº 241/2016 e a MP nº 746/2016.

5.2. OCUPAÇÕES CONTRA AS MEDIDAS DO GOVERNO FEDERAL (PEC Nº 241/2016 E A MP Nº 746/2016)

A proposição da PEC nº 241/2016 e a emissão da MP nº 746/2016, assim como o próprio golpe que levou Michel Temer ao poder, foram alvo de descontentamento e de diversas lutas do movimento social ligado ao setor educacional. A resposta mais contundente a esses projetos foi o processo de ocupações de escolas iniciado em outubro, no estado do Paraná, e que rapidamente se espalhou por todo o país.

No ES, já havia um contexto de embate entre o movimento estudantil e o governo estadual e as ocupações se intensificaram, assumindo uma pauta de teor cada vez mais nacional. Para melhor ilustrar esse processo, e fazer o devido tratamento da experiência de enfrentamento às políticas do governo federal, dividiremos esta parte em dois subitens: um trata das ocupações nas instituições de ensino da rede federal e o segundo foca nas ocupações nas escolas estaduais, tema central deste trabalho.

5.2.1. Ocupações na rede federal: as experiências do IFES e da UFES

O Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), que congrega diversos níveis e modalidade de ensino nos seus 21 *campi* espalhados pelo estado, e cerca de 36 mil alunos, também foi espaço de luta contra o governo Temer. No Ifes, segundo Machado (2016a), as ocupações em escolas, contra as reformas do governo federal, começaram pela ocupação de dois prédios: o *campus* de São Mateus, em 11 de outubro, e o de Cachoeiro de Itapemirim, em 17 de outubro, nos quais foi negociado o funcionamento parcial da instituição. Posteriormente, depois de intensa mobilização foi negociada a desocupação da unidade de São Mateus.

Nesse processo, o Ifes declarou a legitimidade do movimento e reafirmou o “[...] direito dos estudantes de manifestarem suas reivindicações” e afirmou, ainda, que entendia como “[...] justas as reivindicações” dos alunos, e que elas “[...] vão ao encontro de uma educação pública cada vez melhor” (MACHADO, 2016a).

Figura 31: Estudantes e Servidores do Ifes protestam nas ruas da capital contra as reformas do governo Temer, no dia 24 de outubro de 2016



Foto - Juliana Borges/G1, 2016⁷².

Impulsionada por essa rede de ensino, no dia 24 de outubro, de acordo com Borges (2016a), foi realizada, em Vitória, uma manifestação com cerca de 7 mil pessoas e constituída, principalmente, por estudantes e servidores da instituição. A passeata, que também protestava contra a reforma da previdência, saiu do *campus* mais antigo do Ifes, localizado no bairro de Jucutuquara, em Vitória, se dirigindo até o Palácio Anchieta, sede do governo do estado, contra a PEC nº 241/2016 e a MP nº 746/2016.

⁷² Disponível em: <http://g1.globo.com/espirito-santo/educacao/noticia/2016/10/alunos-do-ifes-protestam-contrapec-241-e-mp-do-ensino-medio.html>

Figura 32: Estudantes e Servidores do Ifes em protesto na frente do Palácio Anchieta, em Vitória, contra as reformas do governo Temer, no dia 24 de outubro de 2016



Foto: Juliana Borges/G1, 2016⁷³.

Figura 33: Estudantes e Servidores do Ifes em protesto contra as reformas do governo Temer na escadaria do Palácio Anchieta, em Vitória, no dia 24 de outubro de 2016



Foto - Juliana Borges/G1, 2016⁷⁴.

No mesmo dia da manifestação, deu-se impulso às ocupações em dois dos maiores colégios estaduais, bem como o início à ocupação em setores da Ufes. Na ocasião, de acordo com o G1 ES (ESTUDANTES, 2016a), foram ocupadas a Reitoria da Ufes e os prédios IC-2 e

⁷³ Disponível em: <http://g1.globo.com/espirito-santo/educacao/noticia/2016/10/alunos-do-ifes-protestam-contrapec-241-e-mp-do-ensino-medio.html>

⁷⁴ Disponível em: <http://g1.globo.com/espirito-santo/educacao/noticia/2016/10/alunos-do-ifes-protestam-contrapec-241-e-mp-do-ensino-medio.html>

Cemuni VI, no *Campus* Goiabeiras, Vitória. Com isso, as ocupações alcançaram os estudantes universitários, que atuavam em apoio às ocupações secundaristas. A diretora do Diretório Central dos Estudantes (DCE), Jéssica DelCarro, declarou sobre a ocupação da Reitoria:

Vamos dormir aqui, mas como decidimos de última hora, não temos nada aqui. Estamos pedindo para nossos amigos trazerem colchões, comida, para a gente passar a noite. A ideia é ficar desse jeito até a hora da votação e depois, conforme o resultado, fazer uma nova assembleia para decidir os rumos (ESTUDANTES, 2016a, n.p.).

Segundo Machado (2016b), no dia 26 de outubro foi a vez de estudantes ocuparem outros prédios do *campus* Goiabeiras da Ufes: IC-4, ED-1, ED-2, Cemuni II e Cemuni V. Durante esse processo, os estudantes universitários organizaram diversas atividades, como o aulão da figura 34. O diretor do DCE, Raphael Simões, declarou que os estudantes acompanhavam a votação da PEC nº 241/2016 na Câmara dos Deputados:

No final da votação da PEC vamos convocar uma assembleia da ocupação para ver as próximas ações. Como tem a possibilidade de acabar de madrugada, vamos marcar para amanhã de manhã. Estamos acompanhando ao vivo a votação no prédio da reitoria, e estamos convidando todos os estudantes (MACHADO, 2016b, n.p.).

No mesmo dia, notícia do G1 ES (JUSTIÇA FEDERAL, 2016) informou que a Justiça Federal determinou a desocupação do Ifes de Cachoeiro de Itapemirim, com multa em caso de descumprimento da ordem. Porém, não foi divulgada pela matéria a justificativa da juíza federal, Alice Bernardo Serafim de Oliveira, para tal sentença. Os estudantes se reuniram durante a noite para definir o que fariam.

Figura 34: Aulão organizado por estudantes durante ocupação de prédio da Ufes, no campus de Goiabeiras, em Vitória, no dia 26 de outubro de 2016



Foto: VC no ESTV, 2016⁷⁵.

Notícia de Borges e Rezende (2016) mostrou que os estudantes desocuparam a unidade no mesmo dia. Embora nenhum estudante do Ifes de Cachoeiro de Itapemirim tenha sido entrevistado na reportagem, podemos visualizar que a Justiça Federal foi rápida em tentar dissolver a ocupação em favor do Executivo Federal, mostrando o caminho que seria tomado posteriormente com o intuito de dismantelar o protesto estudantil. A figura 35 mostra estudantes conversando durante a ocupação do *campus* de Cachoeiro de Itapemirim.

Figura 35: Estudantes conversam em momento de descontração durante ocupação do campus do IFES de Cachoeiro de Itapemirim, no dia 24 de outubro de 2016



Foto: Reprodução/TV Gazeta, 2016⁷⁶.

No dia 31 de outubro, segundo o G1 ES (INSTITUTO, 2016), estudantes do Ifes ocuparam o *campus* Vitória da instituição, fechando todas as entradas e impedindo a entrada e alunos e servidores, como visualizado na figura 36. O Ifes informou que todas as atividades acadêmicas e administrativas foram suspensas. Essa ocupação é marcante, posto que o Ifes de Vitória é o *campus* de maior centralidade e visibilidade do Instituto Federal.

⁷⁵ Disponível em: <http://g1.globo.com/espirito-santo/educacao/noticia/2016/10/es-tem-ocupacoes-contra-pec-241-em-escolas-estaduais-ifes-e-ufes.html>

⁷⁶ Disponível em: <http://g1.globo.com/espirito-santo/educacao/noticia/2016/10/justica-federal-determina-que-ifes-de-cachoeiro-seja-desocupado.html>

Figura 36: Estudantes ocupam e fecham portões do Ifes Vitória, impedindo a entrada de servidores e alunos, no dia 31 de outubro de 2016



Foto: Rafael Augusto, 2016⁷⁷.

Em 02 de novembro, a Justiça Federal determinou a desocupação do Ifes Vitória, mas os estudantes disseram que iriam recorrer da decisão (ESPÍRITO SANTO TEM 62 ESCOLAS, 2016). A desocupação, um dia após o início da ocupação, mostra celeridade pouco usual no poder judiciário brasileiro, facilitada pela violenta resposta de estudantes contrários à ocupação que pretendiam tirar os ocupantes à força e que revela uma movimentação política da Justiça Federal em retaliação aos estudantes, visando debelar a ocupação da maior unidade e mais simbólica unidade do Ifes.

No dia 07 de novembro, segundo o G1 ES (ESPÍRITO SANTO TEM 22 ESCOLAS, 2016), a Ufes pediu reintegração de posse da Reitoria. Porém, no dia 08 de novembro, foram ocupados dois novos prédios em Vitória, na Ufes. O Prédio Básico 1, no Centro de Ciências da Saúde, em Maruípe; e a Rádio Universitária, em Goiabeiras. Assim, havia, à época, 13 prédios da Ufes ocupados, além do *campus* de Alegre.

Em resposta, a Justiça Federal determinou a desocupação voluntária da Reitoria, com possibilidade de uso da Polícia Federal e da Polícia Militar, caso houvesse descumprimento da ordem e requerimento da ação pela Universidade, de acordo com o G1 ES (UFES TEM, 2016). A decisão judicial é baseada na alegação da Ufes de que não estaria tendo acesso a documentos e processos que estariam próximos da data de expiração. Do outro lado, Jéssica DelCarro nega tal alegação:

⁷⁷ Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/10/instituto-federal-do-es-e-ocupado-por-estudantes-em-vitoria.html>

É uma decisão pautada na informação de que nós não estávamos deixando entrar na reitoria. Mas nós deixamos, sim. Nós abrimos para sete setores, inclusive para a Procuradoria. É uma criminalização do movimento estudantil, pois desde o início estávamos abertos ao diálogo. Liberamos a reitoria mais de duas vezes para serviços emergenciais (UFES TEM, 2016, n.p.).

Isso mostra que a ação jurídica contra as ocupações utilizou diversos meios e justificativas legais, mesmo que total ou parcialmente deturpadas, para promover as desocupações. No dia 10 de novembro, segundo Falcão (2016), estudantes desocuparam um prédio do *campus* de Maruípe da Ufes. A matéria não mostra o que motivou a desocupação, que parecia ter ocorrido de forma voluntária, de acordo com relato da diretora do *campus*, Gláucia Abreu:

Notificaram agora pela manhã que resolveram desocupar o prédio. Nos chamaram para fazer a vistoria, a conferência da integridade do patrimônio público e, logo em seguida, fizeram a desocupação. Hoje, a gente já retoma as atividades, aqui, normalmente (FALCÃO, 2016, n.p.).

Dessa forma, podemos concluir que as ocupações nas instituições de ensino da rede federal de ensino no Espírito Santo ocorreram em apoio ativo às ocupações secundaristas, somando forças e aumentando o número de ocupações. Vale destacar que essas pautas também dizem respeito aos estudantes dessas instituições, posto que a PEC nº 241/2016 atingiria também a rede federal de ensino e que muitos estudantes dos cursos de graduação fazem cursos de licenciatura, que preparam futuros professores para a educação básica. Embora as ocupações no Ifes e na Ufes tenham tido pouca expressão quantitativa, sua ação foi pautada na ocupação de pontos centrais, estratégicos, de suas instituições. No Ifes, três importantes unidades de ensino foram ocupadas e, na Ufes, 16 prédios, em três cidades, tiveram a presença do movimento.

5.2.2. Ocupações nas escolas públicas estaduais

O estado do Espírito Santo tinha, no Censo de 2010, uma população de 3.514.952 pessoas, sendo 2.931.472 moradores de áreas urbanas e 583.480 em áreas rurais, A densidade demográfica do estado estava em 76,25 habitantes por quilômetro quadrado. No ano de 2017, o PIB do estado era de R\$ 113,3 bilhões e o rendimento nominal mensal domiciliar per capita, em 2019, era de R\$ 1.477,00. Além disso, o estado tinha 61,8% de pessoas com 16 anos ou mais empregadas em trabalho formal em 2016. O IDH, em 2010, era de 0,740 (IBGE, 2020).

A rede estadual de ensino tem, em 2020, mais de 450 escolas em todo o território espírito-santense, contabilizando mais de 200 mil alunos (SEDU, 2020). Em 2016, o estado contava com 3.189 escolas de educação básica, sendo 19 da rede federal, 2.360 das redes

municipais, 480 da rede estadual e 330 da rede privada. Somente no ensino médio, havia 114.335 matrículas, das quais 98.756 eram das escolas estaduais e 15.579 das escolas privadas (QEDU, 2020). Assim, podemos ver que a maioria dos estudantes de ensino médio (86,38%) estavam matriculados na rede pública estadual de ensino, divididos em, no máximo, 480 escolas.

Sobre as taxas de rendimento nas escolas estaduais de ensino médio em 2016, constata-se que houve taxa de reprovação de 17,3%, de abandono de 4,6% e de aprovação de 78,1%. Assim, a taxa de distorção idade-série alcançava 31% na rede estadual naquele ano (QEDU, 2020). No mesmo ano, a taxa de escolarização bruta no ensino médio era de 85,2% e a líquida era de 66,3%, de acordo com o Observatório da Criança e do Adolescente (2020).

No dia 21 de outubro, começaram as ocupações nas escolas da rede estadual de ensino. As primeiras escolas que aderiram ao protesto foram a EEEM Agenor Roris, em Vila Velha, e a EEEFM Almirante Barroso, em Vitória. Em ambas as escolas, os estudantes realizaram assembleias para decidir pela ocupação. Durante as ocupações, foram implementadas diversas oficinas e aulas de várias disciplinas, como forma de preencher a programação diária do movimento. A forma como ocorreram as ocupações foi elogiada pela auto-organização estudantil. Segundo um docente, “[...] os alunos estão organizados e estudando [...] eles fazem de tudo lá e a escola está extremamente limpa”. A escola está “[...] cheia de gente se propondo a contribuir” (MACHADO, 2016a, n.p.).

Figura 37: Aulão sobre a PEC nº 241/2016 com defensores públicos na Escola Agenor Roris, em Vila Velha, divulgada pela página do *Facebook* do Ocupa Agenor, no dia 24 de outubro de 2016



Foto: Reprodução - Ocupa Agenor/Facebook, 2016⁷⁸.

⁷⁸ Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/10/alunos-ocupam-escolas-contrapec-241-e-reforma-no-ensino-no-es.html>

Neste caso, a apropriação do espaço escolar por esse coletivo reflete o interesse público de defesa e de educação, de modo a preservar o espaço de forma política, mas também educativa. Nesse processo, os ocupantes conseguiram apoio de professores da rede estadual e universitários, que realizaram palestras e aulas, e conseguiram mobilizar, pela *internet*, doações de alimentos e materiais de limpeza e higiene, como podemos ver nas figuras 37 e 38.

Figura 38: Aula de geografia urbana organizada e divulgada no Facebook pelo Ocupa Almirante na Escola Almirante Barroso com professores voluntários, no dia 24 de outubro de 2016



Foto: Reprodução - Ocupa Almirante/Facebook, 2016⁷⁹.

Os estudantes da Almirante Barroso, mudaram o nome da escola para Fátima Soares, em homenagem à ex-cozinheira, que nunca deixou faltar nada na escola, levando até produtos de casa para não deixar faltar comida para os alunos. Professores destacaram a autonomia e o compromisso dos educandos no processo de ocupação e declararam que as reivindicações eram muito justas (MACHADO, 2016a, n.p.). Como dissemos no subitem anterior, em 24 de outubro, de acordo com Borges (2016a) e Machado (2016a), embalada pela massiva manifestação em Vitória mobilizada e integrada por estudantes e servidores do Ifes, ocorreu a ocupação do Colégio Estadual por alunos ali matriculados (Figura 39). No mesmo dia, houve a ocupação da Escola Estadual Professora Maria Penedo, em Cariacica, como podemos ver na figura 40.

⁷⁹ Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/10/alunos-ocupam-escolas-contrapecc-241-e-reforma-no-ensino-no-es.html>

Figura 39: Foto de estudantes do Ocupa Estadual durante ocupação do Colégio Estadual, em Vitória, divulgada pela página do Facebook do movimento, no dia 24 de outubro de 2016



Foto: Reprodução - Ocupa Estadual/Facebook, 2016⁸⁰.

Figura 40: Foto de estudantes no Ocupa Penedo divulgada pelo movimento, na Escola Maria Penedo em Cariacica, no dia 24 de outubro de 2016



Foto: Reprodução - Ocupa Estadual/Facebook, 2016⁸¹.

Destaca-se aqui não apenas a força da manifestação de estudantes da rede federal, mas evidencia-se a importância histórica do grêmio estudantil Rui Babosa GRB do *campus* vitória do Ifes e da União Estadual de Estudantes Secundaristas do Estado do Espírito Santo (Ueses) no fomento das manifestações, o que deve ter influenciado a ocupação de algumas escolas estaduais e seu espriamento para toda rede estadual.

⁸⁰ Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/10/alunos-ocupam-escolas-contrapecc-241-e-reforma-no-ensino-no-es.html>

⁸¹ Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/10/alunos-ocupam-escolas-contrapecc-241-e-reforma-no-ensino-no-es.html>

Apesar das ações e omissões da Sedu em desfavor ao movimento, a Defensoria Pública manifestou apoio às ocupações, declarando-as como legítimo direito de liberdade de expressão e de pensamento e justa luta em defesa da educação, e pediu que o diálogo fosse a forma de negociação com os estudantes, como esclarece nota da própria defensoria.

A instituição também emitiu uma nota, encaminhada às secretarias de educação, com recomendações quanto ao tratamento que dever ser dado aos estudantes e manifestantes, como a manutenção do direito de liberdade de expressão e de pensamento e a promoção constante do diálogo como ferramenta de negociação (MACHADO, 2016a, n.p.).

Assim, a Defensoria se posicionou a favor dos direitos individuais e coletivos dos estudantes e na defesa dos preceitos constitucionais de livre expressão e manifestação. Como resposta, a Sedu suspendeu as aulas do Almirante Barroso e disse que estava negociando com os alunos para que as aulas fossem retomadas de modo a não prejudicar os demais.

O secretário de direitos humanos, Júlio Pompeu, disse que as ocupações prejudicam o recebimento do Bolsa Família, as eleições e o cumprimento dos dias letivos obrigatórios. Segundo ele, a direção precisa estar na escola para passar a frequência dos alunos que recebem o Bolsa Família, e os alunos não podem controlar quem entra e quem sai do prédio no dia da eleição. O secretário ressalta que os aulões não podem ser considerados como presença em dia letivo por não estarem de acordo com o currículo (MACHADO, 2016a). Nas próprias palavras de Júlio Pompeu:

Um direito violado é o dos alunos que recebem o Bolsa Família. A diretora precisa entrar na escola para passar a frequência dos alunos ao MEC, para as famílias receberem o benefício, mas ela precisa fazer isso até esta quarta-feira (26) e não a deixam entrar na escola [...]. Os estudantes querem que ocorram as eleições no andar superior da escola, mas que eles fiquem no controle da entrada. Isso é inaceitável legalmente, um grupo não pode dizer quem vai entrar ou não para votar. Impedir a entrada do eleitor é crime e nós os alertamos disso [...]. Eles querem que isso [aulões] conte como dia letivo, que conte como lista de presença, mas o currículo escolar diz quais são as disciplinas e conteúdos, não podemos exceder os limites legais. Queremos garantir o direito dos alunos que querem estudar, garantir o Bolsa Família e garantir a zona eleitoral. Estamos negociando na esperança de que eles entendam (MACHADO, 2016a, n.p.).

Vale destacar que a matéria não publicou entrevista com nenhum estudante com a versão dos ocupantes para os fatos descritos. Mesmo assim, não é possível afirmar que os estudantes ameaçaram impedir a entrada de alguém durante as eleições. O secretário utiliza um discurso de defesa dos direitos da população para minar as ocupações e, conseqüentemente, o direito de livre manifestação e expressão dos estudantes. Esse discurso mostra qual seria a postura e o discurso governamental durante o processo de ocupações no estado, disputando a legalidade do movimento e qual direito é mais importante. No dia 25 de outubro, segundo Machado, Borges,

Friedrich e Rezende (2016), a EEEFM Francelina Carneiro Setúbal, em Vila Velha, também foi ocupada. A Sedu informou que 5.861 alunos da rede estadual ficaram sem aulas por causa das ocupações e mostrou preocupação com a aplicação do Enem.

Os dados eram divergentes: enquanto a Sedu informava que havia 30 pessoas na Almirante Barroso, 15, na Agenor Roris, 25, na Francelina Setúbal, 20, na Prof.^a Maria Penedo e 25, no Colégio Estadual, os ocupantes informavam que passaram pela Almirante, cerca de 350 pessoas durante o dia e que havia 37, na Francelina, 64, na Maria Penedo e 62, no Estadual. Assim, analisamos que o estado pretendia moldar a opinião pública mostrando um número abaixo do real para deslegitimar o movimento de ocupações.

Durante o dia, cerca de 100 estudantes ocuparam a EEEFM Rômulo Castello, em Serra, e 25, ficaram para dormir no local. Os estudantes paralisaram as aulas do turno matutino da EEEFM Filomena Quitiba, em Piúma. Houve show do grupo de samba Regional da Nair na Almirante Barroso, como demonstrado na figura 41, e na Ufes foi montada uma comissão para negociar com os estudantes que ocupavam a reitoria (ARPINI; FRIEDRICH, 2016).

Figura 41: Grupo de samba Regional da Nair faz apresentação na Escola Almirante Barroso, em Vitória, organizada e transmitida ao vivo pelo *Facebook* do Ocupa Almirante, no dia 25 de outubro de 2016



Foto: Reprodução - Ocupa Almirante/Facebook, 2016⁸².

⁸² Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/10/mais-uma-escola-do-es-e-ocupada-por-alunos-contra-pec-241.html>

Caetano Monteiro, um dos membros do grupo musical, mostrando uma postura crítica e engajada do grupo, relatou: “A gente sempre assumiu a postura de apoiar os movimentos em que a gente acredita. Em setembro tocamos na feira do MST na Costa Pereira, também fomos para a ocupação da Ales, em 2013” (ARPINI; FRIEDRICH, 2016, n.p.). Ademais, marcando posição a favor das ocupações, ele completou: “Acho que é uma ocupação extremamente importante para ampliar o diálogo sobre educação e expor o absurdo da PEC 241 e tudo de ruim que representa. Não existe país que cresceu congelando investimento em educação” (ARPINI; FRIEDRICH, 2016, s/p.). Mesmo destacando a postura favorável às ocupações por parte do Regional da Nair, a matéria mantém segue sem colocar a opinião dos ocupantes.

Segundo Machado (2016b), no dia 26 de outubro foi a vez de estudantes ocuparem a EEEFM Aristóbulo Barbosa Leão, em Serra. De acordo com a Sedu, diretores e professores estavam acompanhando as ocupações para dialogar no sentido da retomada das aulas. Novamente, nenhum estudante foi entrevistado, mostrando a continuidade de uma postura de calar a voz dos estudantes.

Segundo, Borges e Rezende (2016), estavam ocupadas, até a noite daquele dia, 15 escolas estaduais, a saber: EEEM Irmã Dulce Lopes Ponte, em Viana; EEEFM Florentino Avidos, em Vila Velha; EEEM Irmã Maria Horta, EEEM Arnulpho Mattos e EEEM Carlos Xavier Paes Barreto, em Vitória; EEEFM Marinete Souza Lira, EEEFM Clóvis Borges Miguel, e EEEFM Dom João Batista da Motta e Albuquerque, em Serra. Assim, já estariam sem aulas, cerca de 16.086 discentes das escolas estaduais.

Assim como continuavam as atividades nas ocupações, também continuavam as manifestações de apoio a elas. No dia 26 de outubro de 2016, houve show do artista capixaba, André Prando (Figura 42), no Ocupa Almirante, mostrando o apoio de artistas capixabas ao processo de ocupação estudantil contra as medidas do governo estadual e federal.

Figura 42: Artista capixaba André Prando faz show na escola Almirante Barroso, em Vitória, organizado e transmitido ao vivo pelo Facebook do Ocupa Almirante, no dia 26 de outubro de 2016



Foto: Reprodução – Ocupa Almirante/Facebook, 2016⁸³.

Ainda no mesmo dia, o Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES), tendo em vista que havia locais de votação ocupados e que o segundo turno das eleições municipais ocorreria no dia 30 de outubro, enviou representantes às escolas para negociar a desocupação e, caso contrário, o local de votação seria transferido (BORGES; REZENDE, 2016).

Varejão (2016a) mostra que na manhã do dia 27 de outubro já havia 25 escolas ocupadas no estado. No decorrer do dia, de acordo com Borges (2016b), nesse número alcançaria a marca de 32 escolas estaduais ocupadas, segundo ocupantes e de 30, segundo a Sedu. Além disso, 11 prédios da Ufes já estavam ocupados.

Para os estudantes, as novas escolas ocupadas eram: EEEFM Maria Ortiz, EEEFM Aflordízio Carvalho da Silva e EEEFM Professor Fernando Duarte Rabelo, em Vitória; EEEM Ormanda Gonçalves, EEEFM Assisolina Assis Andrade e EEEFM Silvio Rocio, em Vila Velha; EEEFM Francisca Peixoto Miguel, EEEM Hilda Miranda Nascimento, EEEFM Sizenando Pechincha, EEEFM Zumbi dos Palmares, EEEFM Professor João Loyola e EEEFM Jacaraípe, em Serra; EEEFM Ana Lopes Balestrero, EEEFM Professor Joaquim Barbosa Quitiba e EEEFM Hunney Everest Piovesan, em Cariacica; EEEFM Professora Filomena Quitiba, em Piúma; e EEEFM Conde de Linhares, em Colatina (BORGES, 2016b).

Por sua vez, a Sedu não contabilizou as escolas Ormanda Gonçalves e Assisolina Assis Andrade, em Vila Velha; Hilda Miranda Nascimento, em Serra; e Filomena Quitiba, em Piúma.

⁸³ Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/10/novas-escolas-sao-ocupadas-no-es-em-protesto-contrap-pec-241.html>

Porém, contabilizou duas escolas que não estavam na lista dos estudantes: as EEEM Prof. José Renato da Costa Pacheco, em Vitória; e a EEEFM Saturnino Rangel Mauro, em Cariacica (BORGES, 2016b). Essa diferença na contagem, por ambas as partes, pode revelar atraso e erro na contagem das escolas ocupadas, principalmente por falha de comunicação entre as escolas recém-ocupadas e o movimento geral ou a Sedu, porém é questionável o padrão instaurado em que a secretaria sempre informava menos ocupações que os estudantes.

No movimento de luta, conforme Varejão e Silva (2016), os estudantes se reuniram na manhã do dia 27 com o Ministério Público do Espírito Santo (MP-ES), a Defensoria Pública e o TRE-ES e decidiram não desocupar as escolas durante as eleições. Em contrapartida, eles ficariam em uma área restrita, sem intervir nas eleições e tendo sua segurança resguardada. Durante a tarde, juízes eleitorais decidiram mudar o local de votação de cinco escolas: Almirante Barros e Arnulpho Mattos, em Vitória; Rômulo Castello, Aristóbulo Barbosa Leão e Dom João Batista, em Serra. As eleições foram mantidas nas outras 15 escolas que são locais de votação em Vitória, Serra, Vila Velha e Cariacica, segundo notícia do G1 ES (CINCO, 2016).

No dia seguinte, outros cinco locais de votação foram alterados: Irmã Maria Horta, em Vitória; Clotilde Rato, Marinete de Souza Lira e Clóvis Borges Miguel, em Serra; e Ana Paula Balestrero, em Cariacica, de acordo com o G1 ES (DEZ COLÉGIOS, 2016). Além disso, a notícia mostra que a Sedu ainda informava 30 escolas ocupadas, enquanto os estudantes já contavam 45, um terço a mais. Pode-se tentar justificar essa diferença na contagem pelo fato de que o dia 28 de outubro coincide com o feriado do Dia do Servidor Público, e não houve expediente na Sedu. Porém, utilizar essa justificativa de forma aberta poderia, por um lado, mostrar um governo que não deu o tratamento adequado a um momento crítico no cenário educacional capixaba e, por outro, ser muito conveniente para a Sedu, posto que a subnotificação pelo órgão competente só favoreceria a ela (DEZ COLÉGIOS, 2016).

As notícias divulgadas pelo veículo continuam não dando relevo à opinião dos estudantes sobre o tema. Com a grande quantidade de matérias realizando o mesmo processo, podemos afirmar que o G1 ES, ligado à Rede Gazeta⁸⁴, partícipe do ES em Ação, adotou, deliberadamente, uma postura de não dar voz aos jovens protagonistas das ocupações.

No dia 29 de outubro, segundo o G1 ES (TRE-ES NÃO DESCARTAM, 2016), o presidente do TRE-ES, Sérgio Gama, disse que poderiam mudar outros locais de votação, caso

⁸⁴ Conglomerado comunicacional filiado à Rede Globo.

os estudantes ocupassem mais escolas. Segundo A Gazeta (PRESIDENTE, 2016), mesmo assim ele apoiava as ocupações, posto que negou o pedido do procurador Carlos Vinícius Cabeleira, da Procuradoria Regional Eleitoral, que pretendia utilizar a PM para desocupar as escolas onde ocorreriam as eleições. Em entrevista, Gama se pronunciou:

Eu sou absolutamente contra a retirada coercitiva e com violência. Os estudantes que estão ocupando são jovens, querem ser ouvidos e dialogar. Eles estão insatisfeitos com a situação do Brasil e com a PEC que foi aprovada na Câmara, então há necessidade de compreensão (PRESIDENTE, 2016, n.p.).

Assim, Gama também se coloca ao lado dos direitos de livre manifestação e contra o uso da força contra uma manifestação legítima, salvaguardando os direitos constitucionais dos estudantes. O mesmo protocolo de ocultação continuou sendo aplicado pelo G1 ES quanto à opinião dos estudantes. Segundo Borges (2016c), no mesmo dia em os estudantes contabilizavam 47 ocupações em escolas secundaristas, a Sedu contava 43. Segundo os dados da Sedu, Serra e Cariacica teriam 13 ocupações cada, seguidos de Vitória com 9, Vila Velha com 6 e Colatina e Viana com 1 cada.

As listas mostraram novas discordâncias. Para os estudantes, entravam para a lista de escolas ocupadas: EMEF Moacyr Avidos, EEEFM Elza Lemos Andreatta e CEET Vasco Coutinho, em Vitória; EEEFM Professor José Leão Nunes, EEEFM Maria de Lourdes Poyares Labuto, EEEFM Dr. José Moysés, EEEFM Theodomiro Ribeiro Coelho, EEEFM Alzira Ramos, EEEFM Coronel Olímpio Cunha, EEEFM José Vitor Filho e EEEFM Ary Parreiras, em Cariacica; EEEFM Clotilde Rato, em Serra; EEEFM Marcílio Dias, em Vila Velha; e EEEFM Ewerton Montenegro Guimarães, em Viana. Esta lista contabiliza duas vezes a escola Ormanda Gonçalves (BORGES, 2016c).

A lista da Sedu mostrava outras três escolas que não estavam na lista dos discentes: EEEFM Saturnino Rangel Mauro, em Cariacica; EEEFM Nova Carapina e EEEFM Elice Baptista Gaudio, em Serra. Por outro lado, na lista da Secretaria não constava outras sete escolas: Elza Lemos Andreatta, Hilda Miranda, Filomena Quitiba, Assisolina Assis Andrade, Ewerton Montenegro Guimarães, Vasco Coutinho e Moacyr Avidos, reconhecendo, portanto, a existência de ocupação na escola Ormanda Gonçalves (BORGES, 2016c). Por outro lado, a Sedu pode não ter listado a escola Moacyr Avidos por ela ser da rede municipal de Vitória, o que seria uma justificativa plausível. Assim, após o feriado houve uma correção no número de escolas ocupadas, mas continuou existindo a subnotificação pela Sedu, fortalecendo a ideia da existência de uma guerra informacional para negar as proporções alcançadas pelas ocupações,

justificada convenientemente por trâmites burocráticos, afinal, era sábado. Unindo os dados da secretaria e dos estudantes, podemos contabilizar 50 escolas ocupadas naquele dia.

No mesmo dia, Scalzer (2016) publicou matéria dizendo que, por causa das ocupações, mais de 20 mil estudantes, de seis cidades, poderiam ficar sem fazer o Enem. Isso porque o MEC estipulou a segunda-feira (31) como data limite para a desocupação das escolas. A Sedu informou que das 56 escolas ocupadas, 43 seriam locais de prova.

A nova contagem de escolas ocupadas passou a incluir: EEEFM Rosa Maria Reis, EEEFM São João Batista, EEEFM Jesus Cristo Rei; EEEFM João Crisóstomo Belesa e EEEFM Zaíra Manhães de Andrade, em Cariacica; EEEFM Prof. Maria Olinda de Oliveira Menezes; EEEFM Mestre Álvaro e EEEFM Belmiro Teixeira, em Serra; EEEFM Nelson Vieira Pimentel e EEEFM Maria de Novaes Pinheiro, em Viana.

A secretaria reconheceu a existência de ocupações nas escolas Elza Lemos Andreatta, Hilda Miranda Nascimento e Ewerton M. Guimarães, mas continuava negando a existência de ocupações nas escolas Moacyr Avidos, Vasco Coutinho, Assisolina Assis Andrade e Filomena Quitiba. A notícia não publicou a contagem dos estudantes, mostrando parcialidade por parte da jornalista ou do veículo de comunicação, o que traria um recrudescimento de postura de ocultação, aderindo à narrativa construída pela secretaria e desconsiderando até a contagem feita pelos estudantes. Mais uma vez, juntando dados dos estudantes com os dados da Sedu contabilizamos ao menos 60 ocupações. Assim naquele dia o número de ocupações poderia ser maior, se tivessem publicado a contagem dos estudantes.

O dia 01 de novembro foi um dia marcante porque, segundo Silva (2016), estudantes fizeram uma movimentação para ocupar a Escola Viva de São Pedro, considerada modelo para o governo Paulo Hartung. Os estudantes entraram na escola pela manhã, permaneceram no pátio da escola e não interromperam as aulas, mas prometeram bloquear a entrada de pessoas após o término das aulas. A direção chamou a polícia, que enviou três viaturas para acompanhar a movimentação. Apesar da importante ação estudantil, a notícia insistiu em não colocar a opinião dos estudantes. A figura 43 mostra os estudantes que realizaram a ocupação.

Figura 43: Estudantes da Escola Viva de São Pedro ocupam a unidade, no dia 01 de novembro de 2016



Foto: Carlos Alberto Silva, 2016⁸⁵.

Mesmo assim, o evento mais importante do dia foi uma ação do governo estadual contra as ocupações. Segundo Linhares (2016a), o governo anunciou que acionaria a justiça para garantir a retomada das aulas nas escolas ocupadas através de uma Ação Civil Pública, visando à retomada das aulas sem acabar com as ocupações. Júlio Pompeu afirmou que o governo procurou não pedir reintegração de posse, como ocorreu em outros estados, reconheceu a importância do protagonismo estudantil nas ocupações e não os acusou de serem manipulados por organizações políticas, sindicais ou sociais:

Estamos providenciando uma Ação Civil Pública em que pedimos à Justiça a fixação de normas que tornem possível, ao mesmo tempo, o direito de manifestação, essa coisa bonita do jovem empoderado, e também o direito à educação dos alunos. Temos a confiança na maturidade dos nossos jovens de que é possível a coexistência desses dois lados (LINHARES, 2016a, n.p.).

A notícia informa que em 40 escolas ocupadas haverá a aplicação do Enem nos dias 03 e 04 de dezembro, posto que não foram desocupadas em período hábil, afetando 21 mil estudantes divididos em três escolas de Vila Velha, oito de Vitória, duas de Viana, dezoito de Serra, uma de São Mateus, uma de Colatina e sete de Cariacica. O governo utilizou os próprios interesses estudantis, relativos ao acesso ao ensino superior para pressionar as ocupações. Mais uma vez, oculta-se a opinião dos estudantes sobre o adiamento (LINHARES, 2016a).

⁸⁵ Disponível em: <http://g1.globo.com/espirito-santo/educacao/noticia/2016/11/estudantes-fazem-movimento-para-ocupar-escola-viva-em-vitoria.html>

Segundo notícia publicada pelo G1 ES (ESPÍRITO SANTO TEM 62 ESCOLAS, 2016), na noite do dia 01 já havia 62 escolas ocupadas nas contas da Sedu e, para os estudantes, 63. Portanto, o G1 voltou a informar os dados publicados pelos estudantes. A Sedu informou que Serra liderava o número de ocupações, com 21 no total, seguida por Cariacica, com 18, Vitória, com 10, Vila Velha, com 7, Viana, com 4, e Colatina e São Mateus com 1 cada.

As novas escolas contabilizadas pela Sedu foram: EEEM Mário Gurgel e Padre Humberto Piacente, em Vila Velha; EEEFM Prof. Juraci Machado, EEEFM Serra Sede, EEEFM João Antunes das Dores e EEEFM Vila Nova de Colares, em Serra; e EEEFM Marita Motta Santos, em São Mateus. A Sedu continuava não contabilizando as escolas Moacyr Avidos, Vasco Coutinho, Assisolina Assis Andrade e Filomena Quitiba. Porém, agora a lista dos estudantes também não contabilizava a ocupação na escola Moacyr Avidos, da rede municipal de Vitória.

Os estudantes também informaram a ocupação da Emef Sônia Regina, da rede municipal de Colatina. A lista dos estudantes, agora considerada pela reportagem, também citava as escolas Prof. José Renato C. Pacheco, Nova Carapina, Elice Baptista Gaudio, Prof.^a Maria Olinda O. Menezes, Mestre Álvaro, Nelson Vieira Pimentel, Maria de Novaes Pinheiro, Saturnino Rangel Mauro, São João Batista e João Crisóstomo Belesa como ocupadas. Por outro lado, os estudantes não listaram as escolas Rosa Maria Reis, Jesus Cristo Rei, Zaíra Manhães de Andrade, Padre Humberto Piacente e Marita Motta Santos e citaram duas vezes a escola João Loyola. Somando todas as escolas contabilizadas por ambas as partes temos um total de 67 escolas ocupadas, desconsiderando a Moacyr Avidos (ESPÍRITO SANTO TEM 62 ESCOLAS, 2016).

Ainda no dia 01, a Justiça do Espírito Santo determinou, atendendo um pedido da Sedu, que todas as pessoas que não eram alunos das escolas ocupadas saíssem da ocupação em 24 horas e que os ocupantes deveriam ficar em áreas que não atrapalhassem o andamento das aulas, sendo responsabilidade do diretor escolar fazer cumprir a decisão, de acordo com Linhares (2016b). Nenhum estudante foi ouvido sobre o assunto.

Embora no dia 03 de novembro, segundo Varejão (2016b), Haroldo Rocha tenha dito que “Os alunos têm direito a se manifestar, desde que isso não atrapalhe o funcionamento da escola. O sentido da decisão judicial é que temos que garantir o direito de estudar, mas não vamos cassar o direito de expressão e de manifestação” (VAREJÃO, 2016b, n.p.), o que ocorreu, de fato, foi a desocupação de sete unidades de ensino naquele dia. A notícia dá a entender que o fim do protesto nas unidades ocorreu de forma voluntária. Foram desocupadas as escolas Rosa Maria Reis, Dr. José

Moisés e João Crisóstomo Belesa em Cariacica; Vila Nova de Colares, Antônio José Peixoto Miguel e Serra Sede, em Serra; e Florentino Avidos, em Vila Velha. Outras 56 unidades educacionais permaneciam completamente ocupadas. Vale destacar que até então nenhuma lista tinha colocado a escola Antônio José Peixoto Miguel como escola ocupada.

Fica claro que essa movimentação do governo estadual, em conjunto com a Justiça, teve evidente intuito de desmobilizar e enfraquecer as ocupações, obtendo êxito com o início das desocupações. A movimentação atacava duas áreas: a diversidade de pessoas inseridas nas ocupações, já que alunos de outras escolas não ocupadas poderiam estar nas ocupações, além de apoiadores que não são secundaristas; e a gestão da unidade escolar pelos estudantes, posto que teriam que passar a conviver com estudantes contrários e permitir a retomada do cotidiano escolar pela direção. Obviamente, essa ofensiva governamental não ocorreu sem resistência dos ocupantes, que demonstraram força e não acataram imediatamente a ordem da justiça.

Nesse momento, aparece a primeira entrevista direta com um estudante. Porém, é feita com um estudante do Ifes, contrário ao movimento de ocupação, que disse: “Gostei da decisão de voltarem as aulas. Até apoiava as manifestações, mas não do jeito que eles estavam fazendo. Ficar sem aula não é a maneira certa de protestar” (VAREJÃO, 2016b, n.p.). Assim, a mídia deu relevo à opinião de um estudante crítico às ocupações, mas sem proposta de ações para barrar as reformas.

A notícia informa, ainda, que houve confusão entre alunos que queriam ter aulas e ocupantes na Escola Viva de São Pedro. Os ocupantes disseram que foram impedidos pela direção escolar de abrir a escola para que outros estudantes entrassem no local (VAREJÃO, 2016b), conforme relatou uma estudante:

Nós íamos liberar os estudantes para entrar, mas os diretores não deixaram. Eles falaram que se a gente não liberasse os professores, não poderia liberar os alunos. Primeiro, a gente queria conversar com nossos colegas, para ver se chegávamos a um acordo (VAREJÃO, 2016b, n.p.).

Pelo relato da ocupante, podemos observar que a confusão ocorreu quando alunos, mobilizados pelo governo para a retomada das aulas, foram impedidos de entrar na escola pelo diretor da unidade, que não quis negociar com os ocupantes. Portanto, não parecia se tratar de um movimento organizado de estudantes contrários às ocupações, como exemplificado na figura 44. Esse evento torna claro que a medida judicial que determina o retorno das aulas durante as ocupações tem como um de seus objetivos jogar estudantes uns contra os outros para enfraquecer o movimento de ocupações.

Figura 44: Estudantes em frente à Escola Viva de São Pedro, em Vitória, aguardam suposto retorno das aulas mesmo sem decisão de desocupação pelos manifestantes, no dia 03 de novembro de 2016



Foto: T Gazeta, 2016⁸⁶.

Ainda no mesmo dia, algumas entidades se posicionaram sobre as ocupações. A Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória divulgou nota contra a PEC nº 241/2016. O Sindicato dos Professores no Estado do Espírito Santo (Sinpro-ES) manifestou apoio crítico aos ocupantes e destacou a falta de diálogo por parte das autoridades e os impactos das propostas do governo federal no Plano Nacional de Educação, conforme abaixo:

O sindicato entende que o movimento tem que acontecer, entretanto, a gente pondera algumas consequências que têm que ser avaliadas, como o adiamento do Enem. Isso pode trazer prejuízo aos estudantes que vão fazer o exame. É importante dizer que não chegaria a esse nível se tivesse acontecido um diálogo antes. A gente sabe que é importante cortar gastos públicos, mas em relação à saúde e à educação, não deveria ser assim. Vai prejudicar todo o Plano Nacional de Educação (VAREJÃO, 2016b, n.p.).

Segundo Varejão (2016b), o Sindicato das Empresas Particulares de Ensino do Espírito Santo (Sinepe-ES), por outro lado, disse que o direito de manifestação de alguns não pode atrapalhar a coletividade, referindo-se às ocupações como invasões e disse que “[...] quem prejudica quem quer continuar tendo aulas prejudica o processo educacional” (VAREJÃO, 2016b, n.p.). Aqui, nos parece estranha a ausência da opinião do Sindiupes, que organiza os professores das redes públicas do estado, inclusive a estadual. Ou a matéria ofuscou o relato de uma entidade potencialmente favorável aos estudantes ou a entidade, que se envolveu nas manifestações estudantis anteriores, mas se absteve de opinar sobre as ocupações e de apoiar o movimento. Mesmo assim, fica claro que as ocupações angariaram apoio de diversos setores sociais organizados, desde movimentos sociais, sindicatos e setores religiosos, até setores da institucionalidade constituída.

⁸⁶ Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/11/sete-escolas-sao-desocupadas-no-es-apos-decisao-da-justica.html>

Também fica expresso o caráter classista da reivindicação estudantil, posto o apoio de organizações sindicais e sociais e a oposição de grupos e organizações empresariais como o Sinepe-ES, expressando a polarização decorrente do movimento em pauta. Esse processo de disputa sobre a narrativa das ocupações demonstra forte processo de disputa de hegemonia possibilitado pela ampla participação popular na luta estudantil. Portanto, há um amplo processo de inculcação ideológica realizado pelos aparelhos ideológicos de Estado e pelos aparelhos privados de hegemonia burgueses.

Ainda no dia 03, notícia do G1 ES (JUSTIÇA DO ES, 2016) mostrou que a justiça estadual, por intermédio do juiz da comarca de Colatina, Menandro Taufner Gomes, ordenou a desocupação da escola Conde de Linhares, justificada pela alegada impossibilidade de retomada das aulas concomitante à manutenção da ocupação. A decisão foi fruto de ação movida pelo Ministério Público e os estudantes tiveram cinco horas para desocupar a unidade, com multa de R\$ 10.000,00 por dia para cada estudante que não cumprisse a determinação e possibilidade de expedição de mandado de reintegração de posse, com uso, se necessário, da força policial.

Assim, a definição anterior da justiça abriu caminho para manobras legais que permitissem a reintegração de posse das escolas ocupadas, vistas como propriedade do Estado. As movimentações feitas pela justiça capixaba mostram um reforço nas funções repressoras do Estado, ocorrendo *pari passu* ao processo de inculcação ideológica, que não se mostrou eficiente para garantir a manutenção da ordem. A figura 45 mostra os estudantes que ocupavam a unidade escolar e seu protesto contra as medidas de Temer e o PEV.

Figura 45: Foto do *Facebook* do Ocupa Conde na Escola Conde de Linhares, em Colatina, mostra estudantes em luta contra a PEC n° 241 a MP n° 746 e o Programa Escola Viva, no dia 27 de outubro de 2016



Foto: Ocupa Conde/Facebook, 2016⁸⁷.

⁸⁷ Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/11/justica-do-es-exige-desocupacao-da-escola-conde-de-linhares-no-es.html>

Até o final do dia, 11 escolas tinham sido desocupadas, permanecendo 54 completamente ocupadas. Além da escola Conde de Linhares, somaram-se às escolas desocupadas a Silvio Rocio e a Francelina Setúbal, em Vila Velha; e a Irmã Maria Horta, em Vitória, segundo Borges (2016d).

No dia 04 de novembro, segundo a Sedu, 29 escolas haviam retomado as atividades, seja com ou sem desocupação total das unidades, enquanto 36 escolas permaneciam sem aulas. Retomaram as atividades as escolas: Coronel Olímpio Cunha, Alzira Ramos, São João Batista, Prof.^a Maria Penedo, Jesus Cristo Rei, José Vitor Filho e Theodomiro Ribeiro Coelho, em Cariacica; Mestre Álvaro, Rômulo Castelo, Marinete Souza Lira, Jacaraípe, Belmiro Teixeira Pimenta e Clovis Borges Miguel, em Serra; Marcílio Dias e Padre Humberto Piacente, em Vila velha; Escolas Viva São Pedro e Arnulpho Mattos, em Vitória; Ewerton Montenegro Guimarães, em Viana, além das já citadas anteriormente (VINTE, 2016).

Tabela 1: Situação das escolas ocupadas no Espírito Santo em 04 de novembro de acordo com a Sedu

Escola	Município	Situação da escola
Almirante Barroso, Colégio Estadual, Des. Carlos X. Paes Barreto, Maria Ortiz, Aflordízio C. da Silva, Prof. Fernando D. Rabelo, Prof. José Renato C. Pacheco, Elza L. Andreatta	Vitória	totalmente ocupada
Arnulpho Matos, Irmã Maria Horta, Escola Viva de São Pedro	Vitória	Aulas foram retomadas
EMEF Moacyr Avidos	Vitória	Não informado
Vasco Coutinho, Assisolina A. Andrade, Mário Gurgel	Vila Velha	Não informado
Prof. Agenor Roris, Ormanda Gonçalves	Vila Velha	totalmente ocupada
Francelina C. Setúbal, Florentino Avidos, Silvio Rocio, Marcílio Dias, Pe. Humberto Piacente	Vila Velha	Aulas foram retomadas
Clovis B. Miguel, Rômulo Castello, Marinete de S. Lira, Jacaraípe (Adélia), Mestre Álvaro, Belmiro Teixeira, Serra Sede, Vila Nova de Colares, Antônio José P. Miguel	Serra	Aulas foram retomadas
Aristóbulo Barbosa Leão, D. João Batista M. Albuquerque, Francisca Peixoto Miguel, Hilda Miranda Nascimento, Sizenando Pechincha, Zumbi dos Palmares e Prof. João Loyola	Serra	totalmente ocupada
Clotilde Rato, Nova Carapina, Elice Baptista Gaudio, Prof. ^a Maria Olinda O. Menezes, Prof. ^a Juraci Machado, João Antunes das Dores	Serra	totalmente ocupada
Irmã Dulce L. Ponte, Nelson V. Pimentel e Maria de Novaes Pinheiro	Viana	totalmente ocupada
Ewerton M. Guimarães	Viana	Aulas foram retomadas
Prof. ^a Maria Penedo, Dr. José Moysés, Theodomiro Ribeiro Coelho, Alzira Ramos, Coronel Olímpio Cunha, José Vitor Filho, Rosa Maria Reis, São João Batista, Jesus Cristo Rei, João Crisóstomo Belesa	Cariacica	Aulas foram retomadas
Ana L. Balestrero, Joaquim Barbosa, Hunney E. Piovesan, Saturnino R. Mauro, Prof. José L. Nunes e Maria de Lourdes P. Labuto, Ary Parreiras, Zaíra M. de Andrade	Cariacica	totalmente ocupada
Filomena Quitiba	Piúma	totalmente ocupada
Conde de Linhares	Colatina	Aulas foram retomadas
Sônia Regina	Colatina	Não informado
Marita Motta Santos	S. Mateus	totalmente ocupada

Fonte: Elaborada pelo autor com base em notícia do G1 ES (VINTE, 2016)⁸⁸.

⁸⁸ Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/11/vinte-e-nove-escolas-do-es-voltam-ter-atividades-normais-diz-secretaria.html>

Vale destacar que a Escola Viva de São Pedro, que até então não aparecia em nenhuma lista como escola ocupada, agora aparece como escola com atividades retomadas, total ou parcialmente. Isso poderia indicar que o governo estadual estava ocultando a ocupação na sua escola propaganda; mas, a escola também não aparecia como ocupada nas listas fornecidas pelos estudantes. Porém, o reconhecimento tardio da existência de ocupação na escola Filomena Quitiba reforça a existência de manipulação dos dados pela Sedu. Mesmo assim, o fato que demonstra a indução ao erro, cometida pelo governo, é a forma escolhida para informar a retomada das aulas, não fazendo distinção entre escolas que retomaram as aulas, mesmo com a manutenção da ocupação, e as que finalizaram o protesto. Isso mostra claramente a tentativa de desidratar o movimento de modo muito mais veloz que o real. Com os dados que juntamos até agora, podemos afirmar a existência de pelo menos 70 ocupações em escolas públicas, catalogadas pela Sedu e pelos estudantes, de acordo com a tabela 01.

No dia 07 de novembro, o G1 ES e a TV Gazeta (ESCOLA DO ES, 2016) noticiaram que estudantes da escola Prof. Renato José da Costa Pacheco mantiveram a escola ocupada e impediram a entrada de alunos e professores, como podemos ver na figura 46. Segundo o relato do diretor escolar da unidade, os estudantes os convidaram para entrar na escola e participar de uma reunião, na qual propuseram que houvesse aulas até o recreio e atividades da ocupação após, sem aulas.

Figura 46: Situação das escolas ocupadas no Espírito Santo em 04 de novembro de acordo com a Sedu



Fonte: Foto – Reprodução/TV Gazeta, 2016⁸⁹.

⁸⁹ Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/11/escola-do-es-nega-acordo-e-ocupantes-bloqueiam-professores.html>

O acordo não foi estabelecido porque, segundo o diretor, ele deveria seguir um calendário pré-determinado pela Sedu, assim eles saíram da escola e a ocupação continuou, como relatou:

Um dos líderes da ocupação veio até o muro, conversou com a gente, educadamente, e nós pedimos acesso à escola, para a aula recomeçar. Um tempo depois, fomos convidados a entrar e ouvimos dos alunos a proposta deles. Eles pedem que haja três aulas no calendário, dispensa de todo mundo às 9h45 e, após o intervalo do recreio, duas aulas do movimento, só com eles [...]. Eu disse aos meninos do movimento que não dá. Pediram um tempinho, nós nos retiramos e, novamente, trancaram as portas, negando nosso acesso (ESCOLA DO ES, 2016, n.p.).

Em resposta, os ocupantes relataram que:

Se a gente ceder a proposta do nosso diretor, acho que a gente perderia a voz. A gente acha que deveria conversar, chegar a um acordo, mas não ao acordo que ele nos propôs, porque a gente perderia nossa força e seria como se estivéssemos desistindo do que estamos correndo atrás” (ESCOLA DO ES, 2016, n.p.).

O relato evidencia o motivo das desocupações voluntárias que ocorreram nos últimos dias. Primeiramente, eles consideraram uma perda de poder de pressão; em seguida, sem poder intercalar as atividades, eles estariam recebendo faltas se permanecessem na ocupação durante suas aulas. Além disso, mesmo com a postura de escuta e negociação por parte do diretor escolar, fruto da força do movimento, podemos ver que a Sedu não estava disposta a negociar, implantando um calendário de reposição de aulas sem diálogo com os ocupantes e com a comunidade escolar.

No mesmo dia, segundo notícia do G1 ES (ES TEM 22 ESCOLAS, 2016), estudantes de diversas escolas contrariaram a decisão da justiça. Na escola Rômulo Castello, em Serra, os alunos mantiveram a escola fechada e uma comissão formada pelo Conselho Tutelar, pela direção escolar e pela Promotoria de Educação da Serra foi conversar com os alunos. A Promotoria entrou com uma ação de reintegração de posse para as escolas do município e a escola foi desocupada algumas horas depois. Mais uma vez a justiça tenta deixar claro que a escola não pertence aos estudantes.

Na escola Aristóbulo Barbosa Leão, no mesmo município, a negociação resultou na decisão pela desocupação pelos estudantes, em assembleia. Porém, até o final da tarde eles ainda estavam com as chaves da unidade. Na escola Renato Pacheco, em Vitória, os estudantes continuavam com as portas fechadas e não pretendiam liberar a escola. Uma ocupante se pronunciou sobre o caso atentando para o motivo das ocupações: “Se eles já perderam esse tanto de aulas, eles podem perder mais duas aulas, para repor depois. Até porque não é só um ano, são vinte anos. Não pretendemos liberar. É ocupar e resistir” (ES TEM 22 ESCOLAS, 2016).

A notícia informou que havia uma escola da rede municipal de Vitória ocupada há cinco dias, a Emef Tancredo de Almeida Neves. A Sedu informou que 26 escolas foram totalmente desocupadas; 18, parcialmente; e 22 permaneciam totalmente ocupadas. Foram totalmente desocupadas as escolas: Coronel Olímpio Cunha, Jesus Cristo Rei, João Crisóstomo Belesa, Maria de Lourdes Poyares Labuto, Prof.^a Maria Penedo, Dr. José Moyses, Rosa Maria Reis, São João Batista, Saturnino Rangel Mauro, Zaira Manhães de Andrade, José Vitor Filho, em Cariacica; Belmiro Teixeira Pimenta, Clóvis Borges Miguel, Marinete de Souza Lira, Mestre Álvaro, Nova Carapina, Prof.^a Juraci Machado, Antônio José Peixoto Miguel, Rômulo Castello, Vila Nova de Colares, em Serra; Maria de Novaes Pinheiro, em Viana; Florentino Avidos e Marcílio Dias, em Vila Velha; Arnulpho Mattos, em Vitória; Conde de Linhares, em Colatina; e Filomena Quitiba, em Piúma (ES TEM 22 ESCOLAS, 2016).

Tabela 2: Situação das escolas ocupadas no Espírito Santo em 07 de novembro, segundo a Sedu

Municípios/Escolas	Situação da escola
Município de Vitória	
Almirante Barroso, Colégio Estadual, Arnulpho Matos, Irmã Maria Horta, Des. Carlos Xavier Paes Barreto, Maria Ortiz, Aflordázio Carvalho da Silva, Prof. Fernando Duarte Rabelo e Prof. José Renato da Costa Pacheco, Elza Lemos Andreatta	Escola totalmente ocupada
EMEF Moacyr Avidos, Tancredo de Almeida Neves	Não informado
Escola Viva de São Pedro	Escola parcialmente ocupada
Município de Vila Velha	
Vasco Coutinho, Assisolina Assis Andrade, Mário Gurgel	Não informado
Prof. Agenor Roris, Francelina Carneiro Setúbal, Florentino Avidos e Ormanda Gonçalves, Silvio Rocio, Padre Humberto Piacente	Escola parcialmente ocupada
Marcílio Dias	Escola totalmente desocupada
Município de Serra	
Hilda Miranda Nascimento, Sizenando Pechincha, Jacaraípe (Adélia), Clotilde Rato, Serra Sede e João Antunes das Dores	Escola parcialmente ocupada
Clovis Borges Miguel, Rômulo Castello, Marinete de Souza Lira, Nova Carapina, Mestre Álvaro, Belmiro Teixeira, Prof. ^a Juraci Machado, Vila Nova de Colares e Antônio José Peixoto Miguel	Escola totalmente desocupada
Aristóbulo B. Leão, D. João Baptista da M. Albuquerque, Francisca Peixoto Miguel, Zumbi dos Palmares, Prof. João Loyola, Elice B. Gaudio e Prof. ^a Maria O. Menezes	Escola totalmente ocupada
Município de Viana	
Irmã Dulce Lopes Ponte, Ewerton M. Guimarães e Nelson Vieira Pimentel	Escola totalmente ocupada
Maria de Novaes Pinheiro	Escola totalmente desocupada
Município de Cariacica	
Alzira Ramos e Ary Parreiras	Escola parcialmente ocupada
Maria Penedo, Saturnino Rangel Mauro, Maria de Lourdes Poyares Labuto, Dr. José Moyses, Coronel Olímpio Cunha, José Vitor Filho, Rosa Maria Reis, São João Batista, Jesus Cristo Rei, João Crisóstomo Belesa e Zaira Manhães de Andrade	Escola totalmente desocupada
Ana Lopes Balestrero, Joaquim Barbosa, Hunney Everest Piovesan, Prof. José Leão Nunes e Theodomiro Ribeiro Coelho	Escola totalmente ocupada
Município de Piúma	
Filomena Quitiba	Escola totalmente ocupada

Município de Colatina	
Conde de Linhares	Aulas foram retomadas
Sônia Regina	Não informado
Município de São Mateus	
Marita Motta Santos	Escola totalmente ocupada

Fonte: Elaborada pelo autor com base em G1 ES, (ES TEM 22 ESCOLAS, 2016)⁹⁰.

As escolas parcialmente ocupadas eram: Alzira Ramos e Ary Parreiras, em Cariacica; Clotilde Rato, Jacaraípe, Professor João Antunes Das Dores, Professora Hilda Miranda Do Nascimento, Sizenando Pechincha e Serra Sede, em Serra; Padre Humberto Piacente, Francelina Carneiro Setúbal, Ormanda Gonçalves, Professor Agenor Roris e Silvio Rocio em Vila Velha; Irmã Maria Horta, São Pedro, Professor Fernando Duarte Rabelo e Des. Carlos Xavier Paes Barreto, em Vitória; e Marita Motta, Em São Mateus. Das escolas ainda totalmente ocupadas, cinco são de Cariacica, sete de Serra, uma de Fundão, três de Viana e seis de Vitória (ES TEM 22 ESCOLAS, 2016). Assim, mais uma vez o governo entrou em contradição sobre a ocupação nas escolas; desta vez as escolas Ewerton M. Guimarães e Theodomiro Ribeiro Coelho, que na listagem anterior apareciam como tendo retomado as aulas, agora reaparecem como totalmente ocupadas, como demonstrado na tabela 02.

A tabela 02 também mostra que a ofensiva judicial do governo foi efetiva, promovendo diversas desocupações em um curto espaço de tempo. Fortalecendo essa ofensiva, Júlio Pompeu elevou o tom contra as ocupações, ameaçando com aplicação das multas e atribuindo a resistência a sujeitos de fora da escola:

Aqueles que são estranhos à escola, devem ser retirados. E aqueles que pertencem a escola, são alunos, os pais serão notificados. Após a notificação, persistindo a situação de desobediência ao cumprimento da norma, aí sim a aplicação da multa [...]. Há ainda um movimento organizado tentando, ainda que os alunos tenham negociado a saída, atuar de forma a contrariar a decisão judicial. Estamos avaliando cada caso, inclusive dessas que tem ações mais violentas de retomada, com pessoas estranhas aos alunos, de instituições que nem são de educação estadual (ES TEM 22 ESCOLAS, 2016, n.p.).

Também no mesmo dia, de acordo com Verli (2016a), a Paróquia São Pedro Apóstolo, na Grande São Pedro, fez uma vigília em frente à Escola Viva São Pedro, para apoiar a ocupação, como podemos visualizar na figura 47.

⁹⁰ Disponível em: <http://g1.globo.com/espirito-santo/educacao/noticia/2016/11/es-tem-21-escolas-estaduais-totalmente-ocupadas-diz-governo.html>

Figura 47: Paróquia São Pedro Apóstolo faz vigília em apoio aos ocupantes em frente à Escola Viva de São Pedro, em Vitória, no dia 07 de novembro de 2016



Fonte: Paróquia São Pedro Apóstolo. In: Foto - VERLI, 2016a.

O padre Kelder Brandão denunciou que estão impedindo a entrada de alimentos e de ajuda para os estudantes. O padre também contou que a paróquia estava fazendo arrecadação de alimentos para ajudar os ocupantes dessa escola e da Emef Tancredo Almeida Neves. Pe. Kelder denunciou a repressão contra os estudantes e assinalou a importância dos debates propostos por eles:

Na sexta-feira (4), estive na Escola Viva para ver como estavam os estudantes, mas fui impedido por um segurança que disse que eu não poderia entrar. Fiquei preocupado com eles porque estão impedindo a entrada de ajuda, de alimentos [...]. Além da PEC, os estudantes levantam questões importantes: que educação a comunidade quer de fato? Uma escola que só cumpra horários ou que tenha o protagonismo da comunidade? Para argumentar contra, há quem diga que os estudantes corram risco dentro das ocupações, mas os jovens de São Pedro estão expostos à violência 365 dias por ano porque o poder público não garante a segurança deles (VERLI, 2016a, n.p.).

No dia 08 de novembro de 2016, segundo Paula (2016), o G1 relatou o primeiro protesto de estudantes contrários à ocupação, em frente à escola Ary Parreiras, em Cariacica. Embora a lista anterior da Sedu tenha colocado a escola como parcialmente ocupada, aqui vemos que ela estava totalmente ocupada, como retratado na figura 48.

Figura 48: Estudantes contrários à ocupação tentam abrir a escola Ary Parreiras, em Cariacica, no dia 08 de novembro de 2016



Foto: TV Gazeta, 2016⁹¹.

Os contrários à ocupação arrancaram faixas e fecharam os estudantes ocupantes dentro da escola, depois abriram o cadeado. Segundo os estudantes contrários, os ocupantes mostraram armas de choque, impedindo a continuidade da ofensiva dos que estavam do lado de fora. Uma estudante contrária deu depoimento dizendo que: “Não podemos entrar. Os portões estão fechados, os professores estão do lado de fora, todos vieram para dar aula. Nós estamos sendo interrompidos, ou seja, o que a Secretaria de Educação determinou não está sendo cumprido aqui” (PAULA, 2016, n.p.). Sobre a suposta arma de choque, um outro estudante contrário relatou:

A gente foi ameaçado por um que estava lá. Eles estavam passando de um em um as arminhas de choque. Aí a gente ficou aqui, do lado de fora, querendo saber o que fazer. Essas ocupações estão atrapalhando todo mundo que quer estudar e precisa estudar para ano que vem, entrar numa faculdade e não atrasar mais o ano letivo (PAULA, 2016, n.p.).

Mesmo com a denúncia da suposta ameaça, a repórter não entrevistou nenhum ocupante para saber a sua versão dos fatos descritos, mantendo o *modus operandi* do veículo de comunicação que consiste em omitir a opinião dos ocupantes.

No dia 09 de novembro, houve confusão entre estudantes contrários e a favor da ocupação na escola Hilda Miranda, escola parcialmente ocupada em Serra. A notícia de Linhares (2016c) mostra que estudantes contrários à ocupação tentaram entrar em espaços interditados pelos ocupantes. Uma ocupante teria ameaçado alunos e professores com uma faca, que não foi mostrada pela matéria, e um estudante contrário às ocupações ficou ferido ao tentar desarmá-la; os envolvidos foram encaminhados à delegacia.

⁹¹ Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/11/estudantes-protestam-e-pedem-volta-de-aulas-em-escola-do-es.html>

A notícia não deixa claro se o ferimento foi feito pela faca, posto que a imagem publicada e reproduzida na figura 49 parece revelar uma mordida.

Figura 49: Aluno contrário às ocupações ferido, aparentemente por uma mordida, em confusão na escola Hilda Miranda entre estudantes contra e a favor da ocupação da escola, no dia 09 de novembro de 2016



Foto: TV Gazeta, 2016⁹².

Assim, vemos nas últimas notícias que impor, judicialmente, a coexistência entre ocupação e estudantes contrários à ocupação na mesma escola levou a tensões e enfrentamentos dentro das unidades escolares, vivendo sob um contexto de um “duplo poder” em seu interior. A matéria de Linhares (2016c) informou, ainda, que 28 escolas já estavam totalmente desocupadas, 19 estavam parcialmente ocupadas e 21 permaneciam totalmente ocupadas, segundo a Sedu.

Tabela 3: Escolas ocupadas em Vitória no dia 11 de novembro de 2016, segundo a Sedu

Escola	Município	Situação da escola
Almirante Barroso	Vitória	Escola totalmente ocupada
Colégio Estadual	Vitória	Escola parcialmente ocupada
Arnulpho Matos	Vitória	Não informado
Irmã Maria Horta	Vitória	Escola parcialmente ocupada
Des. Carlos X. Paes Barreto	Vitória	Escola parcialmente ocupada
Maria Ortiz	Vitória	Escola totalmente ocupada
Aflordízio Carvalho da Silva	Vitória	Escola totalmente ocupada
Prof. Fernando Duarte Rabelo	Vitória	Escola parcialmente ocupada
Prof. José Renato C. Pacheco	Vitória	Escola totalmente ocupada
EMEF Moacyr Avidos	Vitória	Não informado

⁹² Disponível em: <http://g1.globo.com/espirito-santo/educacao/noticia/2016/11/confusao-em-escola-parcialmente-ocupada-na-serra-deixa-aluno-ferido.html>

Elza Lemos Andreatta	Vitória	Escola totalmente ocupada
Vasco Coutinho	Vitória	Não informado
Escola Viva de São Pedro	Vitória	Escola parcialmente ocupada
Tancredo de Almeida Neves	Vitória	Não informado
Major Alfredo Pedro Rabaioli	Vitória	Escola totalmente ocupada

Fonte: Elaborada pelo autor com base em GUERRA, 2016⁹³.

De acordo com Falcão (2016), a Sedu enviou à Justiça uma lista com 180 nomes de estudantes que estavam impedindo a retomada das aulas. As famílias dos ocupantes poderiam ser multadas em até 20 salários-mínimos, totalizando, à época, R\$ 17.600,00, valor muito acima da renda mensal de suas famílias. Essa ação mostra, mais uma vez, o recrudescimento das funções repressoras do Estado, mostrada aqui como incapacidade de debelar as manifestações simplesmente com ações ideológicas, devido à perda de hegemonia provocada pelas manifestações.

No dia 10 de novembro, ainda segundo Falcão (2016), a Sedu informou que 20 escolas continuavam ocupadas, 20 estavam parcialmente ocupadas e 28 completamente desocupadas, totalizando 68 escolas de acordo com a Sedu, o que implica o reconhecimento de outras escolas ocupadas que não foram anteriormente contabilizadas pela secretaria.

No dia 11 de novembro, de acordo com Guerra (2016), a Justiça Estadual determinou que os estudantes em ocupações de Vitória não poderiam permanecer na escola após o período letivo, proibindo-os de dormir nas escolas e dificultando ainda mais a permanência do movimento. A decisão foi tomada pela 5ª Vara da Fazenda Pública Estadual e foi entregue nas ocupações por oficiais de justiça, que também deveriam identificar os estudantes para garantir que somente alunos da instituição permanecessem na ocupação.

Em Vitória havia, naquele dia, 05 escolas parcialmente ocupadas e 06 totalmente ocupadas. As parcialmente ocupadas eram: Irmã Maria Horta, Des. Carlos Xavier Paes Barreto, Fernando Duarte Rabello, Escola Viva de São Pedro e Colégio Estadual. As totalmente ocupadas eram: Aflordízio Carvalho da Silva, Almirante Barroso, Renato José Pacheco, Maria Ortiz, Elza Lemos Andreatta e Major Alfredo Pedro Rabaioli, que não aparecia nas contagens anteriores, como visualizado na tabela 03. No estado, 28 escolas tinham sido desocupadas, 21 estavam parcialmente desocupadas e 19 permaneciam completamente ocupadas, mas não foram publicados os nomes das escolas (GUERRA, 2016).

⁹³ Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/11/decisao-impede-que-alunos-durmam-em-escolas-ocupadas-em-vitoria.html>

A Sedu também publicou uma portaria orientando a reposição das aulas. Em 41 escolas, a reposição ocorreria nos fins de semana, terminando no dia 10 de dezembro. Em outras oito escolas, a reposição iria até o dia 28 de dezembro, e para as 19 escolas ainda ocupadas não havia calendário e poderia haver aulas em janeiro (DINIZ, 2016b). A partir desse momento, o calendário de reposição das aulas, assim como a data do Enem, passa a ser um elemento de pressão sobre os estudantes, pois passa pela manipulação dos interesses econômicos e imediatos da população.

Nas ruas, estudantes, movimentos sociais, sindicatos e centrais sindicais fizeram um protesto demonstrando força. De acordo com o G1 ES (GRUPOS, 2016), os manifestantes caminharam do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ao Palácio Anchieta, em Vitória, com cerca de 10 mil pessoas, segundo a CUT. Para a PM eram 1 mil manifestantes. A manifestação foi organizada pela Frente Estadual em Defesa da Previdência Social e servia como preparativo para uma greve geral marcada para o dia 25 de novembro. O ato conseguiu reunir organizações sociais e sindicais com os ocupantes de escolas estaduais, Ifes e Ufes contra a PEC do teto dos gastos, a reforma do ensino médio, a reforma da previdência, a reforma trabalhista, a terceirização de qualquer atividade trabalhista (PL nº 30/2016) e o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal (PL nº 257/2016). No mesmo dia, em solenidade de entrega de carteiras da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o presidente estadual da Ordem, Homero Mafra, posicionou-se a favor das ocupações, dizendo que teme “[...] um tempo em que a rebeldia é censurada” (PRESIDENTE, 2016, n.p.) e lembrou que quando participava do movimento estudantil também foi acusado de ser massa de manobra e que, mesmo que seja uma minoria que atua ativamente, é essa minoria que faz a sociedade avançar. Assim, de forma democrática, ele também criticou o papel desempenhado pelo Ministério Público e pela Justiça estadual nas ocupações:

Houve um momento em que a polícia era chamada para reprimir os movimentos. Hoje usa-se o braço do Estado, o Ministério Público e o Poder Judiciário. É lamentável que o Ministério Público se preste ao papel não do diálogo, mas da força. É lamentável que o Judiciário imponha multa aos pais dos estudantes (PRESIDENTE, 2016, n.p.).

Dessa forma, Mafra reconhece o papel político repressivo desempenhado pela justiça capixaba no período das ocupações. Isso, mostra, ao nosso ver, que o papel político desempenhado pelo judiciário mostra seu caráter de órgão repressivo do Estado.

As figuras 50 e 51 mostram a diversidade de sujeitos envolvidos e o número aparentemente maior que o descrito pela PM.

Figura 50: Protesto unificado com estudantes, movimentos sociais, sindicatos e centrais sindicais contra as reformas do governo Temer em frente ao Palácio Anchieta, em Vitória, no dia 11 de novembro de 2016



Foto: Rafael Monteiro de Bastos, 2016⁹⁴.

No dia 12 de novembro, segundo a Gazeta (JUIZ, 2016), o juiz da Vara de Fazenda Pública da Serra, Rodrigo Ferreira Miranda, negou o pedido de multa diária de R\$ 5.000,00 para o secretário de educação, Haroldo Rocha, caso as aulas não fossem retomadas imediatamente nas escolas ocupadas. O pedido da Promotoria de Educação da Serra, feito pela promotora Jane Maria Castro, exigia a retomada imediata das aulas em todas as escolas, mesmo com o uso da força policial. O juiz concluiu que as negociações para a retirada pacífica dos estudantes eram funcionais e válidas. Aqui vemos mais um capítulo da luta jurídica pela legalidade das ocupações, com a presença de setores democráticos defendendo a legalidade e setores neoconservadores e reacionários pregando a criminalização do movimento.

Naquele dia, segundo o G1 ES (SEDU ESPERA, 2016), as escolas Prof. José Renato da Costa Pacheco, Almirante Barroso, Aflordízio Carvalho Da Silva, Maria Ortiz, Elza Lemos Andreatta e Colégio Estadual, em Vitória; e Nair Miranda, em Fundão, foram completamente desocupadas após a notificação do oficial de justiça. Assim, 38 escolas estavam totalmente desocupadas, 18 parcialmente ocupadas e 13 totalmente ocupadas. Com isso, a Sedu esperava o retorno às aulas de cerca de 10 mil estudantes na segunda-feira (14) e informava que mais de 12 mil alunos permaneciam sem aulas. É preciso destacar que a soma das escolas contabilizadas totaliza 69 unidades escolares. Com isso, a Sedu admite, tacitamente, que as escolas contabilizadas pelos

⁹⁴ Disponível em: <http://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/2016/11/grupos-protestam-contra-medidas-do-governo-federal-em-vitoria.html>.

estudantes e ocultas pela secretaria⁹⁵ estavam sim ocupadas, posto que, de acordo com as tabelas construídas por nós, havia ao todo 69 escolas estaduais ocupadas além de 03 escolas municipais.

Figura 51: Protesto unificado com estudantes, movimentos sociais, sindicatos e centrais sindicais contra as reformas do governo Temer caminhando pelas ruas de Vitória, no dia 11 de novembro de 2016



Foto: Edson Chagas, 2016⁹⁶.

É importante destacar a resistência dos estudantes ao processo de desocupação. Passados 12 dias da decisão judicial que impunha o restabelecimento das aulas, mesmo com a permanência das ocupações, ainda havia 31 escolas ocupadas, sendo 13 com as aulas completamente interrompidas. Esse elemento mostra a apropriação coletiva do espaço escolar pelos estudantes e a formação de militantes, ativistas e lideranças pela prática de resistência. A organização de atividades, a manutenção dos espaços coletivos, a responsabilidade com a escola e com os companheiros, bem como os momentos de arte, cultura e estudo foram essenciais para forjar jovens mais comprometidos com os interesses coletivos e com as classes populares. Ressaltamos que a formação dessa consciência classista não surge simplesmente pela prática, mas é preciso aliá-la ao estudo teórico e à prática organizativa continuada e alinhada a uma estratégia.

No dia 14 de novembro, segundo o G1 ES (DEZ MIL ESTUDANTES, 2016), foram totalmente desocupadas as escolas Ana Lopes Balestrero, em Cariacica; e Maria Olinda de Oliveira Menezes; em Serra. Assim, 41 escolas estavam completamente desocupadas, 18 parcialmente e 10

⁹⁵ Escolas Vasco Coutinho, Assisolina Assis Andrade, Mário Gurgel e Sônia Regina.

⁹⁶ Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2016/11/grupos-protestam-contra-medidas-do-governo-federal-em-vitoria.html>

ainda totalmente ocupadas. No dia 16 de novembro, de acordo com Linhares (2016d), cinco escolas⁹⁷, entre as totalmente e as parcialmente ocupadas, foram completamente desocupadas, devido à notificação do oficial de justiça. Alguns pais deram entrevistas preocupados com a reposição das aulas em janeiro. Os estudantes da escola parcialmente ocupada Clotilde Rato, em Serra, disseram que desocupariam na segunda-feira (14), mas até a quarta-feira (16), isso não havia ocorrido. Assim, segundo a Sedu, nove escolas estavam totalmente ocupadas e 15 parcialmente ocupadas.

Na escola Ary Parreiras, os estudantes ocupantes revelaram que não conseguiram chegar a um acordo com a direção, por isso mantiveram a escola totalmente fechada: “Pedimos redução da carga horária das aulas, só que ela não aceitou, porque não pode mudar a carga horária na Sedu” (LINHARES, 2016d, n.p.). A fala vai na mesma direção da relatada, dias antes, por estudantes da escola Renato Pacheco, que também tentou negociar, mas foram informados de que a Sedu não negociaria o processo de reposição das aulas. Um pai deu declaração contrário à ocupação, instigado pela utilização política dos interesses estudantis feita pela Sedu, que instava pais e estudantes contra a ocupação a partir da realocação das férias escolares: “Provavelmente, vai chegar até janeiro sem o ano letivo concluído. Minha filha e outros alunos que queriam estudar estão sendo prejudicados” (LINHARES, 2016d, n.p.).

Na noite do dia 17 de novembro, de acordo com o G1 ES (ESTUDANTES, 2016b), cerca de 20 estudantes de escolas estaduais, universitários e de entidades privadas ocuparam o pátio da Sedu e impediram o acesso dos funcionários ao prédio na manhã do dia 18, liberando a entrada somente após negociação com o subsecretário de educação. Durante o dia a ocupação cresceu, alcançando o número de 80 ocupantes dentro do pátio e outros 20 apoiadores fora da Sedu. Durante a noite, fortes chuvas destruíram as tendas que eles usavam para se abrigar e a PM foi acionada para impedir os estudantes de entrar no prédio.

Ainda no dia 18, a Sedu informou que havia 15 escolas ocupadas. Dez, parcialmente, e cinco, totalmente ocupadas. Foram desocupadas as escolas Mestre Álvaro e Sizenando Pechincha, em Serra; Ormanda Gonçalves, em Vila Velha; Marita Mota e Ceciliano Abel de Almeida, em São Mateus. Continuavam ocupadas as escolas Ary Parreiras, Theodomiro Ribeiro Coelho, Hunney Everest Piovesan e Professor José Leão Nunes, em Cariacica; e a escola D. João Batista da Motta e Albuquerque, em Serra (PÁTIO, 2016).

⁹⁷ Aparentemente o repórter considerou a escola Renato Pacheco em sua conta, por isso ele informou cinco e não quatro novas escolas desocupadas.

No dia 22 de novembro, notícia do G1 ES (DEFENSORIA, 2016) mostrou que a Defensoria Pública do Espírito Santo entrou com uma ação civil contra o governo estadual por violar os direitos humanos dos estudantes que ocupavam a Sedu. A acusação foi feita porque no dia 18, a Sedu deixou os estudantes expostos ao frio e à chuva, sem banheiros e condições sanitárias, causando problemas físicos e psicológicos nos jovens, sendo que alguns chegaram a desmaiar no dia. A Defensoria utilizou a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e tratados internacionais de direitos humanos para estabelecer que o governo deveria providenciar banheiros e local para pernoite dos ocupantes e o pagamento de multa diária de R\$ 1.000,00 em caso de descumprimento da ordem, valor muito abaixo do estipulado para os estudantes que não desocupassem as escolas. Aqui vemos a ação repressiva do Estado, agindo de forma a desrespeitar os direitos dos jovens, muitos deles, menores de 18 anos. Por outro lado, vemos uma resposta democrática da defensoria pública, no sentido da garantia dos direitos básicos dos manifestantes.

Os ocupantes impediram o acesso de funcionários à Sedu naquele dia, trancaram as portas e se posicionaram em frente ao portão da secretaria (Figura 52). A PM foi acionada para garantir a entrada dos 500 funcionários. Não ficou claro se eles conseguiram ou não entrar no prédio. Os estudantes reclamaram da falta de diálogo com o secretário de educação.

Figura 52: Estudantes ocupam a Sedu, em Vitória, contra a MP nº 746/2016 e a PEC nº 241/2016, no dia 17 de novembro de 2016



Foto: Ricardo Medeiros, 2016⁹⁸.

⁹⁸ Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/11/defensoria-do-es-entra-com-acao-favor-de-alunos-que-ocupam-sedu.html>

Em notícia da TV Gazeta (DUAS ESCOLAS, 2016), foi informada a desocupação das escolas Hunney Everest Piovesan, Theodomiro Ribeiro Coelho e Ary Parreiras, em Cariacica. Assim, somente duas escolas permaneciam totalmente ocupadas, nove parcialmente ocupadas e 58 estariam completamente desocupadas, totalizando 69 escolas. A Sedu não informou o nome das escolas ainda ocupadas, mas podemos concluir que eram a Prof. José Leão Nunes, em Cariacica; e a D. João Batista da Motta e Albuquerque, em Serra.

De acordo com o G1 ES (CENTRAIS, 2016), no dia 25 de novembro, centrais sindicais fizeram um protesto em frente à Sedu (Figura 53) contra a PEC do teto dos gastos, a reforma do ensino médio, a reforma trabalhista, a reforma da previdência e pela redução da jornada de trabalho sem redução salarial. A PM estimou 100 participantes e os manifestantes não fizeram estimativa, mas contestaram o número da polícia. O ato fez parte do Dia Nacional de Lutas, Greves, Paralisações e Protestos das centrais sindicais e foi feito no local em apoio aos estudantes que ocupavam a instituição. O Batalhão de Choque da PM se posicionou dentro da Sedu para evitar a entrada dos manifestantes.

Figura 53: Manifestação das centrais sindicais em frente à Sedu, contra as reformas do governo Temer e em apoio às ocupações de escolas protagonizadas pelos estudantes, no dia 25 de novembro de 2016



Foto: Kaique Dias/CBN Vitória, 2016⁹⁹.

Segundo Verli (2016b), a justiça determinou a reintegração de posse com desocupação imediata da Sedu no mesmo dia, mas sem a utilização da força policial. A juíza Lorena Miranda Laranja do Amaral, da 1ª Vara da Infância e da Juventude afirmava que os estudantes excederam

⁹⁹ Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2016/11/centrais-sindicais-fazem-protesto-contrapecc-55-em-vitoria.html>

“[...] os limites estabelecidos na Constituição Federal para exercício do direito de reunião” (VERLI, 2016b, n.p.), por terem ocupado um prédio público de uso especial da administração estadual. Os estudantes repudiaram a decisão e falaram que não estavam atrapalhando o funcionamento do prédio. O Diretor da União Nacional dos Estudantes, Jonas Lube, afirmou que estaria ocorrendo um processo de “judicialização” das ocupações, com o intuito de criminalizar o movimento estudantil.

É uma inverdade essa colocação de que o funcionamento da Sedu ficou prejudicado. Não houve prejuízo para o órgão. Não impedimos a entrada dos funcionários [...]. Apesar disso, o movimento vai continuar forte, na luta contra a PEC 55 e todos os retrocessos do Governo Temer (VERLI, 2016b, n.p.).

Essa nova reintegração de posse mostra, mais uma vez, a ideia de colocar os estudantes como invasores e perturbadores da ordem em um espaço que não lhes pertence, mas sim ao Estado.

No dia 30 de dezembro, Arpini (2016d) publicou uma retrospectiva do ano dizendo que, durante o processo, foram ocupadas 62 escolas no estado e 16 prédios na Ufes, além da Sedu e de alguns *campi* do Ifes. O número publicado é inferior as 69 escolas estaduais reconhecidas pelo governo mesmo somadas as 03 escolas municipais. A repórter informou que todas as ocupações foram encerradas até a segunda quinzena de novembro. Assim, podemos concluir que as lutas estudantis no Espírito Santo foram intensas nos anos de 2015 e 2016, tendo seu auge nas ocupações de escolas em outubro e novembro de 2016 na luta contra a PEC nº 241/16 e a MP nº 746/16. Nessa luta específica, os estudantes conseguiram mobilizar setores importantes da sociedade capixaba na defesa de suas reivindicações. Professores universitários e das redes municipais e estadual, artistas, advogados, pais e mães, moradores dos bairros em que as escolas estavam inseridas, estudantes universitários, líderes religiosos, atores institucionais, como os presidentes da OAB-ES e do TRE-ES, a Arquidiocese de Vitória, membros do Conselho tutelar e da defensoria pública, além de movimentos sociais, sindicatos, centrais sindicais e defensores dos direitos humanos se envolveram em diversas ações de solidariedade e em resposta às ofensivas governamentais, mesmo que a mídia não tenha dado a devida atenção a essas ações. Portanto, o movimento organizado pelos estudantes foi forte por ser protagonizado por jovens secundaristas e por conseguir mobilizar classes sociais antes desmobilizadas e fora do embate político. Conseguiram movimentar desde setores organizados da esquerda, dos sindicatos e dos movimentos sociais, até setores liberais e democráticos inseridos nas instituições de Estado, gerando amplo apoio, seja às pautas e ao projeto de educação defendido pelos estudantes, seja à garantia de seus direitos constitucionais de livre manifestação e organização. Isso nos leva ao entendimento de que as ocupações estudantis

aconteceram como momento de guerra de movimentos em um período de guerra de posições. Os estudantes conseguiram mobilizar setores importantes das classes populares para uma luta cotidiana, de forte envergadura e radicalidade. Assim, é possível entender também a ofensiva repressiva do judiciário como expressão da luta de classes num momento de guerra de movimentos. Por isso, também, a repressão foi tão dura, envolvendo forte assédio da mídia, do poder judiciário e do poder executivo. A reação unificou grupos empresariais, setores neoconservadores da sociedade e o aparelho burocrático de Estado, numa disputa para conseguir manter a hegemonia burguesa construída no estado e a atual configuração do bloco no poder. A mídia ocultou a opinião dos estudantes e procurou colocá-los como jovens irresponsáveis; o executivo e o judiciário tentaram se mostrar como supostos mediadores da luta de classes, mas atuando em evidente favor da manutenção da ordem e do bloco no poder; os setores neoconservadores da sociedade atuaram como classe de apoio, não estando inserida no bloco no poder, mas comungando de seus valores ideológicos conservadores e de direita.

Embora o movimento não tenha alcançado proporção para implementar mudanças reais na composição do bloco no poder ou para estabelecer uma hegemonia das classes populares, ele foi capaz de atordoar esses setores e instalar uma crise em seu interior, obrigando-os a utilizar as funções repressoras do Estado para evitar a generalização da luta para outros setores sociais. Caso tivessem conseguido a generalização da luta, e ainda assim não tivessem alcançado mudanças significativas no interior do bloco no poder ou na constituição de uma hegemonia popular, teriam, provavelmente, deixado as forças populares e progressistas melhor posicionadas na correlação de forças, ganhando maior poder de barganha e capacidade de impor derrotas, mesmo que pontuais, aos setores neoliberais e neoconservadores da sociedade, posta a dificuldade para paralisar a atual ofensiva desses setores na escala global, continental, nacional ou estadual. Por outro lado, vemos a importância do movimento para a imposição de uma nova correlação de forças exercida pela formação de uma geração de lutadores e lutadoras, experimentados no embate social e coletivo, em favor de seus interesses de classe e contra os interesses da classe dominante.

Destarte, mesmo com a unidade estabelecida do bloco no poder estadual, há, em seu interior, fissuras produzidas devido à existência de setores democráticos. Mesmo assim, o Estado atuou majoritariamente com suas funções repressivas e de inculcação ideológica, mas também jogando com os interesses imediatos dos estudantes, como no exemplo das férias em janeiro e da data da aplicação do Enem. Durante todo o processo de luta, vimos a forte

capacidade da fração hegemônica do bloco no poder para instrumentalizar o aparelho de Estado em defesa de seus interesses no âmbito dos projetos educacionais nacional e estadual.

O governo do estado teve protagonismo nas ações das secretarias de educação e dos direitos humanos e contou com o apoio decisivo do poder judiciário por meio das decisões de diversos juízes. Portanto, houve evidente uso político do sistema judiciário nessa luta, num processo não só de politização da justiça, como também de judicialização da política. Essa atuação mostra também o uso intensivo das funções repressivas do Estado. Por outro lado, houve pouca repercussão de manifestações e ações contrárias às ocupações realizadas por parcelas da população. Tais ações só tomaram evidência com a decisão da justiça em impor a obrigatoriedade da retomada das aulas mesmo com ocupação. Assim, muitos desses conflitos podem ter acelerado o processo de desocupação total das escolas.

Dito isso, é central pensar o papel jogado pelo poder judiciário, bem como pelo poder executivo por intermédio da PM. Se o Estado condensasse a relação de forças entre as classes sociais, veríamos esses poderes com atuação mais democrática e aberta ao diálogo. Porém, o próprio fato de não serem instituições definidas democraticamente assegura que a pressão das forças populares não tenha efeitos sistêmicos de longo prazo, principalmente em um país e em um estado liderado por uma burguesia dependente e associada ao grande capital internacional. Assim, o aparelho de Estado atuou no Espírito Santo e no Brasil como instrumento burguês de dominação e de formação de consenso, o que fortalece a tese do Estado como condensador das contradições de uma formação social específica, com o intuito de manter a coesão dessa formação, tese presente em *Poder Político e Classes Sociais*, de Nicos Poulantzas. Para fortalecer essa tese, podemos pensar a influência da luta de classes desenvolvida nesse período no resultado eleitoral de 2018. Embora o grupo liderado por Paulo Hartung e o ES em Ação não tenha conseguido emplacar um candidato que pudesse suplantar Renato Casagrande¹⁰⁰, este também atua submetido aos interesses da fração hegemônica do bloco no poder, ou seja, às frações de classe burguesas organizadas no interior do ES em Ação.

No âmbito educacional, o atual governador acabou com o nome “Escola Viva”, mas manteve o programa funcionando sem grandes alterações. Do mesmo modo, no âmbito nacional, as lutas estudantis conseguiram reverter algumas das propostas antipopulares presentes na PEC nº 241/2016, resultando em uma Lei (nº 13.415) um pouco menos agressiva, mas ainda assim

¹⁰⁰ Membro do PSB e governador no período de 2011 a 2014 e novamente eleito em 2018.

aprovada. Portanto, mesmo com forte luta das classes dominadas, vemos alterações ínfimas que não chegaram a alterar a hegemonia do bloco no poder. Ora, isso não fortaleceria a tese do Estado como instrumento que é perpassado pela luta de classes? Em nossa visão, não. Isso porque as influências, mesmo existindo, são muito pequenas para serem consideradas tendência geral e estruturante do aparelho de Estado. Assim, a influência dessas lutas foi maior na própria sociedade civil e na constituição de uma correlação de forças menos desfavorável às demandas populares, além de alcançar mudanças pontuais, vistas por Poulantzas como “concessões” do Estado burguês impostas pela luta popular. Outro elemento é pensar o papel jogado em outros estados por governadores do PSDB ao PT. Mesmo com um governador petista, o estado do Ceará atuou como elemento repressivo contra as reivindicações estudantis em benefício das frações hegemônicas do bloco no poder.

Vale destacar que os sindicatos, movimentos sociais e centrais sindicais, principalmente os envolvidos nas lutas pela educação antes do início das ocupações, apoiaram os estudantes de diversas formas, mas mobilizaram tardiamente suas forças para o envolvimento direto na luta. Somente no dia 11 de novembro, quando muitas escolas já estavam desocupadas, houve uma manifestação unitária com diversos setores da sociedade, tanto que o Dia Nacional de Lutas, ocorrido no dia 25 de novembro, foi um fracasso de público, posto o já adiantado processo de desmobilização e desocupações ocorrido nos dias anteriores e a baixa capacidade de mobilização das entidades envolvidas.

As diversas atividades criadas pelas ocupações e a bem-sucedida utilização das redes sociais tiveram grande capacidade de atrair apoio ativo de diversos setores, assim como a construção da logística para o abastecimento com alimentos e materiais de limpeza e outros. Os ocupantes, porém, fizeram pouca utilização de outras formas de luta, como os trancamentos de rua e passeatas. Com isso, podemos seguir para a análise das ocupações que serão abordadas diretamente nesta pesquisa.

6. A VIVÊNCIA ESTUDANTIL NAS OCUPAÇÕES CAPIXABAS: ANÁLISE DE QUATRO IMPORTANTES ESCOLAS DA GRANDE VITÓRIA

A partir das conclusões advindas da análise documental sobre o processo estadual de ocupações estudantis contra a reforma do ensino médio e contra o programa Escola Viva, consideramos importante preencher algumas lacunas que dizem respeito ao processo de ocupações segundo a visão de seus protagonistas. Para tanto, trazemos a visão de 04 lideranças do processo de luta que se fizeram presente e que se envolveram diretamente em todo o processo de ocupação desde seu início até o final. Tendo em vista, as informações presentes nas fontes documentais sobre o processo de ocupação no Espírito Santo, elegemos 04 escolas localizadas na Grande Vitória, por ser a região que representa mais de um terço da população capixaba, com forte demanda de matrículas no ensino médio. As unidades escolares foram escolhidas em função de sua importância pelo número de alunos (mais 800 alunos) e oferta de 03 turnos, bem como pela força alcançada pelas ocupações nessas escolas. São elas: EEEM Agenor Roris - Coqueiral de Itaparica - Vila Velha; EEEFM Almirante Barroso - Goiabeiras - Vitória; EEEM Colégio Estadual - Forte São João - Vitória; e EEEFM Aristóbulo Barbosa Leão – Jardim Limoeiro – Serra.

6.1. OCUPA AGENOR

“A gente tá aqui, a gente está ciente do que tá acontecendo, a gente tem voz e a gente vai fazer essa voz ser ouvida” (Liderança 01).

Para compreender a experiência de luta ocorrida na EEEM Agenor Roris, entrevistamos um protagonista do movimento de ocupação, a quem vamos denominar de liderança 01, jovem que estava, em 2016, no terceiro ano no ensino médio, e tinha 18 anos completos. Solteiro, negro e homossexual, morava em Novo México, Vila velha, bairro de periferia, próximo à escola, para onde ia andando num trajeto que demorava cerca de 15 a 20 minutos para fazer. Entre o final do ensino fundamental e o início do ensino médio, ele participou do Jovem Aprendiz; e durante o ensino médio, foi estagiário na Prefeitura Municipal de Vila Velha.

Segundo seu relato, a escola tinha acabado de passar por uma reforma e havia somente um andar, mas três pavilhões, sendo dois de salas de aula e um de laboratórios. Cada Pavilhão tinha por volta de 10 salas de aula e a escola funcionava nos turnos matutino, vespertino e noturno, tendo cerca de 1.200 alunos de manhã, 1.100 à tarde, e entre 600 e 800, à noite. Havia

laboratórios de informática, física, biologia e química, auditório, sala de vídeo, biblioteca e quadras. O uso desses espaços ocorria de acordo com a demanda dos professores e eram bastante utilizados, mas segundo ele:

[...] alguns deles não estavam equipados. Tinha laboratório de biologia e química, mas eles estavam só a sala e as mesas, não tinha os equipamentos necessários. Posterior à minha saída não sei se os equipamentos foram adquiridos, mas enquanto eu tava lá era só a sala mesmo e o nome. Sala de física, sala de química e biologia. A única sala que tinha o equipamento necessário era o laboratório de informática [...]. A internet que tinha era só dentro do laboratório de informática (Liderança 01).

Portanto, vemos que mesmo passando por uma reforma infraestrutural recente, a escola carecia de equipamentos que possibilitassem uma correta utilização dos espaços; e o desenvolvimento de uma gama maior de metodologias e didáticas. Da mesma forma, vemos que a falta de profissionais influenciou na limitação da utilização do espaço físico da escola, trazendo insatisfação estudantil sobre tal cenário.

O que gerava mais assunto lá era a questão do espaço da escola, que era muito mal utilizado, até porque, pela quantidade de coordenadores que tinha reduzido. Os alunos... e a escola eram num terreno muito grande e se os alunos ficassem muito dispersos não teria como as coordenadoras ficarem de olho em tudo, então reduziu bastante o espaço onde os alunos poderiam ficar e isso gerou uma... um incômodo muito grande dentre os alunos. Mas, é... as pessoas só falavam disso mesmo, mas ninguém tomava uma atitude especialmente falando (Liderança 01).

Dentro desse cenário, os professores não cumpriam o papel de organizar espaços para discutir temas mais próximos da realidade vivida pelos estudantes, nem momentos como feiras de ciências ou eventos do Dia da Consciência Negra ou do Dia Internacional de Mulher. “Os anos que eu passei lá, eu nunca vi nada relativo ao Dia da Consciência Negra, o Dia da Mulher e outras datas que eu acho importante que a gente se conscientize” (Liderança 01). Mesmo assim, quando o debate surgia espontaneamente durante as aulas, “[...] era muito bem incentivado, a gente podia desenvolver bem as linhas de pensamento, de raciocínio dentro desses... dentro desses assuntos” (Liderança 01).

Além disso, a escola contava com um teatro, com envolvimento dos alunos da escola no contraturno e apresentação de alunos de outras escolas. “O teatro da escola era muito forte, [...] gente dos três turnos, também de várias turmas participavam de eventos, apresentações de outras escolas” (Liderança 01), o que revela um campo de atuação estudantil para além da sala de aula. Mesmo assim, o entrevistado relata que o diretor escolar tomava as decisões mais importantes e os interesses dos estudantes não eram levados em conta para a resolução de conflitos ou para a tomada de decisão. “[...] de maneira geral os alunos não opinavam em nada relativo à escola, inclusive nem eram escutados em nenhuma outra situação [...]. Existia a

diretoria e eram eles que mandavam em tudo, era um sistema bem tirano na verdade” (Liderança 01). Essa postura era presente mesmo com a existência de representação estudantil no Conselho de Escola, dos líderes de turma e do grêmio estudantil.

O Conselho de Escola tinha basicamente a função de aprovação orçamentária dos gastos realizados pelo diretor, era presidido pelo próprio diretor da unidade escolar e existia a representação dos segmentos, inclusive estudantil. Porém, os estudantes não sabiam ao certo para que servia ou como funcionava o Conselho, bem como não eram informados pela escola sobre isso.

[...] nada disso era, também, explícito para os alunos. Muitos alunos nem sabiam que tinha conselho e o que o conselho fazia. Quando tinha... quando chegava na época dos alunos escolheram o representante era colada uma folha no mural explicando tudo que ia acontecer, mas não tinha um empenho por parte da escola de se tornar explícito o que era o conselho, o que o conselho fazia, a importância da representação, da representatividade dos alunos dentro do Conselho. Eles só colocavam mesmo o mural... é... avisando que quem quisesse concorrer à representação dos alunos era para pegar o formulário na secretaria e estar lá data da eleição. No dia da votação [...] eles simplesmente deixavam a urna na biblioteca e só sabia disso os alunos que iam na biblioteca mesmo, no horário do intervalo, que é uma quantidade muito, muito reduzida, uma quantidade mínima (Liderança 01).

Portanto, o Conselho de Escola era utilizado mais como uma instância de legitimação das decisões da direção, que como uma instância de representação dos segmentos e exercício da gestão democrática.

Os líderes de turma, bem como o conselho de líderes de turma, também não tinham uma função de representação clara e não eram vistos pelos estudantes como seus representantes. O momento da escolha dos líderes era não só conduzido pelos professores, como também influenciado por eles.

Os líderes de turma, eles não eram escolhidos pela turma, eles eram escolhidos pelos professores, os alunos que os professores achavam responsáveis ou então, a gente sabe o que acontece, de o professor ter mais afinidade com um aluno do que com outros, então eles não eram vistos necessariamente como uma liderança (Liderança 01).

Portanto, com os líderes eram escolhidos pelos professores, sua função acabava reduzida a anotar os nomes dos estudantes de sua turma que iriam merendar e repassar informações da direção e da equipe pedagógica para a turma.

A única função deles era de propagar mensagens da diretoria. Quando não queriam passar de sala em sala convocavam todos os líderes e passavam o aviso que era repassado às salas, mas a principal função que os líderes de turma desempenhavam era fazer a contagem da merenda, saber dentro de cada turma quem ia querer merendar (Liderança 01).

Porém, após a instituição do grêmio estudantil, os líderes de turma passaram a ter uma função política de representação estudantil mais clara, resultando, inclusive, na troca de alguns dos líderes.

[...] posteriormente à fundação do Grêmio, os líderes de turmas tiveram outras funções, porque eles representavam as suas salas também e existia um conselho de representantes de turma, então tudo que o Grêmio ia fazer, o conselho era ouvido. E, também, o conselho tinha não só o direito, mas também o dever de opinar e de fiscalizar as atitudes do grêmio. Então, após a fundação do Grêmio houve uma participação maior dos líderes de turma, [...] independente de qual fosse a situação de cada turma eles tiveram que participar de maneira mais... mais politizada após a fundação do Grêmio, né. Porque isso criou também um diálogo maior entre as lideranças de turma e suas respectivas turmas. Porque tudo que o Grêmio queria fazer a gente consultava os líderes de turma e eles também consultavam as suas turmas e acabou que virou um canal de mão dupla porque em um dado momento as próprias... os próprios líderes estavam mais atentos aos pedidos das turmas para poder tá repassando pra gente (Liderança 01).

Dessa forma, a fundação do grêmio estudantil foi determinante na mudança qualitativa da representação estudantil pelos líderes de turma. A existência de uma instância organizativa exclusivamente estudantil, o grêmio, possibilitou que os líderes de turma tivessem um papel real de representação das demandas e dos interesses de seus colegas de turma, bem como o exercício democrático e de liderança dentro da escola.

O grêmio estudantil foi criado em 2016, ano da ocupação, e teve esta como sua grande iniciativa. Segundo o entrevistado, a ideia de construção do grêmio teve apoio da direção escolar.

[...] quando eu conversei com a diretoria da escola eu falei que eu queria juntar os alunos porque eu tinha uma ideia, né, que a gente, a escola precisava de um grêmio. Os alunos precisavam ter essa voz porque aconteciam muitas coisas dentro da escola que eu via que não tinha ninguém que se posicionava. A gente via muita insatisfação nos corredores, por parte dos alunos, mas não existia alguém que desse um lugar de fala para essa voz, então eu conversei com Diretoria da escola, pedi licença para poder entrar na sala para ir nos outros turnos avisando, [...] juntei com outros amigos meus, que compartilhavam dessa mesma visão, e aí a gente começou os trâmites: fizemos assembleia geral, editamos todo o estatuto do grêmio, teve processo eleitoral de votação e tudo mais (Liderança 01).

A postura da direção em facilitar o processo de construção do grêmio pode trazer dúvidas sobre a postura autoritária da direção, mas segundo o entrevistado, isso ocorreu por conta das falsas expectativas da direção para com o grêmio estudantil.

A gente encontrou um pouco de resistência mesmo depois que o Grêmio já tinha se consolidado, [...] porque acho que a escola tinha uma visão diferente do que o Grêmio deveria fazer e muitos professores, a própria direção da escola tentava controlar, tentava influenciar o Grêmio para fazer o que eles queriam e não o que a escola precisava [...]. Eu imagino que o que a direção da escola pensou que o Grêmio faria era o trabalho deles, colocar os alunos, como eu posso dizer, numa coleira, né. Fazer

esse serviço de levar as ordens da direção para os alunos e eu imagino que, na cabeça deles, os alunos iriam ouvir por se tratar de outros alunos. Mas quando a gente começou a cobrar a escola isso não foi muito bem recebido, que a gente queria a expansão do espaço onde a gente podia transitar durante o intervalo, que a gente queria ter acesso às salas e a gente tinha inúmeras ideias de projetos que a escola sempre tentava barrar (Liderança 01).

O grêmio era dividido em diretorias que abordavam temas diferentes como lazer, meio ambiente, cultura, área social por meio da rádio e de campanhas de leituras criadas por eles. Nesse momento, o grêmio contava com amplo apoio estudantil e com a oposição de alguns professores e da direção escolar. Segundo o entrevistado, “[...] alguns tentavam inclusive, atrapalhar algumas atividades do grêmio, [...] alguma semana que a gente ia precisar dos alunos mais tranquilo passava trabalho só para revoltar mesmo o pessoal” (Liderança 01). Mesmo assim, eles contavam com o apoio de muitos professores.

Dentro desse contexto, chegamos à ocupação da escola em novembro de 2016. Segundo o entrevistado, o que motivou a ocupação foi a PEC do congelamento dos gastos, mas com o desenrolar da ocupação, outras reivindicações foram sendo pautadas, principalmente a eleição para a direção escolar e pautas mais locais, como a possibilidade de utilizar os espaços da escola que não eram utilizados e uma maior participação dos estudantes nas decisões dentro da escola (Liderança 01). Como disse o próprio estudante:

[...] acho que à medida que a gente foi ficando dentro da escola, a gente teve um olhar clínico mais aguçado para as necessidades da escola, não só no quesito de estrutura física, mas na questão ideológica, na questão organizacional das escolas e tudo isso. Todo... toda a nova percepção que a gente tinha de algo que poderia ser modificado para o bem da sociedade estudantil, a gente levantava uma bandeira a mais (Liderança 01).

Portanto, levantar uma pauta política dentro da escola, optar por realizar uma ocupação e viver todos os seus desdobramentos, como a necessidade de gerir a escola, realizar limpeza e manutenção, pensar e organizar a programação das atividades e ter de enfrentar a oposição existente, serviram para ampliar a visão dos discentes sobre as necessidades da escola e sobre como os próprios alunos podem contribuir para mudar o ambiente escolar. Esse elemento ficou evidente no entendimento que os estudantes passaram a ter da direção escolar como preposto do governo estadual e a necessidade da realização de eleições para esse cargo, aumentando a democracia no ambiente escolar.

São coisas absurdas que acontecem dentro das escolas. As escolas hoje em dia, elas são basicamente fazendas, os alunos são gado e estão ali debaixo da autoridade do diretor, como se fossem um rebanho dele. E os diretores, eles tentam controlar a escola de todas as maneiras possíveis (Liderança 01).

Mais à frente ele complementa:

Uma questão da escola, que a gente bateu muito na tecla, foi questão de eleição para diretor. A gente tinha, não sei como é atualmente, a gente tinha uma resistência muito grande por parte da direção de poder. Isso eu não digo enquanto o grêmio, mas enquanto aluno, porque vários outros alunos tentavam levar projetos, tentavam construir coisas para escola e eles sempre eram barrados na direção. A direção não representava a necessidade que a escola tinha, então isso acabou se tornando [...] a bandeira que a gente levantou e que a gente mais foi incisivo, foi essa questão da eleição para diretor (Liderança 01).

Da mesma forma, fica evidente que os estudantes tinham uma visão crítica da gestão de Michel Temer e de suas propostas para a educação como sendo propostas de desmonte:

[...] o governo, ao longo das eras, ele já fez várias atrocidades contra o povo, contra a população, e parece que o governo que tava no comando da gestão, que era o governo Michel Temer, ele focou bastante nos estudantes e no movimento estudantil, porque muitas, muitas propostas foram feitas para... que eram danosos ao movimento, aos alunos de maneira geral (Liderança 01).

O entrevistado afirmou que acompanhava as notícias da Ubes falando sobre as ocupações de escolas em outros estados do país. Assim, levou a questão para o grêmio que debateu a importância da pauta e de resistir à PEC do teto dos gastos. O grêmio chegou à conclusão de que deveriam organizar uma ocupação na escola. “[...] primeiramente a gente fez um trabalho durante uma semana inteira com os alunos, a gente passou sala por sala explicando o que era a PEC e como isso iria repercutir na vida, nas nossas vidas como alunos, como cidadãos também” (Liderança 01). Eles se dividiram entre os 15 membros do grêmio estudantil e cada um foi para uma sala conversar com os alunos durante o intervalo, para impedir que os professores ouvissem a conversa e falassem para a direção. Com isso, articularam-se com o grêmio da escola Francelina Setúbal, que é na mesma quadra da escola onde eles estudavam, para realizar uma manifestação com os três turnos das duas escolas, e na sexta-feira eles ocuparam as duas escolas.

[...] isso aconteceu no turno da manhã, antes da aula iniciar estávamos fazendo uma manifestação na frente da escola e começamos a entrar, os alunos eles eram muitos, não... não tinha segurança no portão, o portão tava aberto, a gente começou a entrar. Nos dias anteriores, a gente já tinha levado tudo que a gente ia precisar nesse primeiro momento para ocupar a escola, que a gente teria, né, que substituir o cadeado da escola pelo nosso, teríamos que ter barraca lá dentro, tudo mais. Foi o que a gente fez (Liderança 01).

Portanto, houve um processo de articulação, mobilização e preparação para a ocupação nas duas escolas, que ocorreram simultaneamente e contaram com a participação de alunos das duas escolas “[...] tanto os alunos da Agenor entraram marchando junto com os alunos do Francelina e vice-versa” (Liderança 01).

Sobre os ocupantes, o entrevistado afirmou que, em sua maioria, eram negros, conciliavam estudo e estágio, havia um quantitativo parecido de homens e mulheres e eram “[...] de classe média baixa pra baixo” (Liderança 01), mostrando o caráter popular dos participantes. Muitos não conseguiram permissão da família para dormir na ocupação, mas havia cerca de cem estudantes participando das atividades da ocupação e cerca de 20 a 25 estudantes dormindo na escola. Os ocupantes buscaram parcerias com outras entidades e professores para elaborar uma programação com aulas e debates de segunda a sexta, para o público em geral, e no sábado para quem estava dormindo na ocupação, reservando o domingo para o descanso. Como retaliação, a direção escolar impediu a entrada de alunos que não estavam dormindo na ocupação, mas os estudantes conseguiram contornar isso realizando atividades do lado de fora da escola.

Eles não podiam entrar na escola porque a direção ordenou que o segurança não deixasse, não permitisse a entrada de mais ninguém. Então todas as nossas atividades eram desenvolvidas na calçada da escola e isso acabou que repercutiu até de maneira positiva para a gente, porque a escola fica localizada em uma avenida, então todo mundo passava e estava vendo o que estava acontecendo, que não era dia de aula, mas que tinham aproximadamente 100 alunos que estavam ali para aprender, aquilo não ia valer ponto, aquilo não ia contar como dia letivo, existia a possibilidade de ter que estudar de novo aquele dia, mas mesmo assim as pessoas estavam lá, não para cumprir tabela como o pessoal acha que estudante faz, mas porque tinha sede de conhecimento mesmo (Liderança 01).

Isso mostra que o movimento teve capacidade de enfrentar problemas criando soluções em seu cotidiano.

Organizacionalmente, eles mantiveram a organicidade do grêmio e criaram uma outra própria para a ocupação. Na organicidade da ocupação havia três representantes, que eram os responsáveis pela ocupação como um todo: “[...] a gente estava ali mesmo só para fazer esse, esse papel de levar e trazer informação e tentar resolver qualquer problema que viesse a aparecer” (Liderança 01).

As demais pessoas eram distribuídas em tarefas e comissões, com a ajuda do grêmio. Havia uma pessoa responsável pela programação da ocupação, uma equipe responsável pelas mídias sociais, que “[...] tinha uma pessoa específica que cuidava da página, outra pessoa específica que cuidava de tirar as fotos de gravar os vídeos, tinha as pessoas que estavam em contato com a mídia”. Outra equipe era responsável pela alimentação e se organizava por escala, controlando estoque, elaborando o cardápio da semana, fazendo e distribuindo as refeições. Por fim, as tarefas de limpeza eram organizadas por escala para que todos pudessem contribuir.

Assim, “[...] muitos alunos que não [...] participavam do Grêmio tiveram funções importantes” (Liderança 01).

O cotidiano da ocupação envolvia uma reunião com todos pela manhã e outra à noite, por volta das 20 horas, e depois faziam a limpeza da escola. Segundo o entrevistado, na reunião da manhã, “[...] a gente se reunia para tá explicando o que aconteceria ao longo do dia, para redistribuir as funções [...], já pensávamos em possíveis coisas que poderiam sair errado e como a gente poderia consertar” (Liderança 01). A reunião da noite servia para avaliar como foi o dia, fazendo um balanço do que foi aprendido, das atividades que ocorreram durante o dia e das dificuldades encontradas nas comissões e nas tarefas. “Foi um período em que eu vivi uma comunidade bem utópica, tudo funcionava muito... de maneira muito eficaz, era tudo mundo perfeito” (Liderança 01).

Isso posto, resta evidente como o processo coletivo de planejamento, deliberação e execução das atividades possibilitou o crescimento coletivo dos ocupantes.

Tudo que a gente identificava de errado, e a gente tratava isso com a máxima maturidade, [...] tanto na hora de falar quanto na hora de receber uma crítica, todas as críticas eram passadas da maneira mais construtiva que fosse possível [...]. Problemas que não dava para esperar todo mundo [...], a gente resolvia e na última reunião do dia a gente falava “ô, pessoal, aconteceu isso, isso e isso, a gente adotou essa forma aqui de resolver, o quê que vocês acham? O que vocês pensam sobre isso?” (Liderança 01).

Assim, o entrevistado afirma que o diálogo entre os ocupantes foi fundamental para enfrentar os problemas que surgiam e para resolver divergências de ideias entre os alunos, sobre como resolver algum problema. Foi dessa forma que eles também tentaram convencer os estudantes contrários à ocupação:

[...] até mesmo as pessoas que eram contra ocupação, a gente sempre falava que eles poderiam tá indo lá na escola, participando das atividades, debatendo com a gente de maneira saudável, mas acabou que a maior parte do pessoal que tava se opondo à ocupação não era por achar que a gente tava errado em ocupar, era porque tava temendo que as férias fossem canceladas ou que as aulas tivessem que ser repostas durante os meses de dezembro e janeiro (Liderança 01).

Portanto, os estudantes que fizeram oposição à ocupação do Aгенor Roris não tiveram como motivação principal argumentos político-ideológicos, mas interesses individuais imediatistas, como as férias ou a conclusão do ensino médio. Mesmo assim, não podemos ignorar que essa visão, que prioriza esse tipo de interesse em detrimento dos interesses coletivos, tem como base uma visão de mundo individualista propalada pelo neoliberalismo durante décadas.

Entre as atividades realizadas pela ocupação, o entrevistado destacou que, além das aulas que normalmente ocorrem no ensino médio, houve aulas de ioga, aulas de artes, conversas com psicólogos, esportes, aulas de matemática financeira, entre outras. Essas aulas eram definidas dentro da ocupação ou em enquetes nas redes sociais.

[...] os 20 dias de ocupação eu aprendi mais do que nos meus três anos, porque eu aprendi a calcular quanto de imposto eu tô pagando em cima dos alimentos que eu tô comprando, eu aprendi como funciona a construção civil, uma construção militar, todos os componentes da organização da sociedade, a gente aprendeu como funciona o sistema político, de onde que ele veio, a gente aprendeu coisas relacionadas ao direito, relacionado a vários outros tipos de coisas que a gente precisa saber no nosso dia a dia como cidadão (Liderança 01).

Essa afirmação mostra que os estudantes buscavam um aprendizado amplo, em diversas áreas da vida social, envolvendo também o trabalho socialmente útil, coisa que pode fortalecer a ideia de um ensino politécnico e omnilateral e ir na contramão da reforma do ensino médio aprovada por Temer. Tanto é que o entrevistado destacou o envolvimento dos alunos com as aulas e palestras realizadas: “[...] em nenhum momento eu tive que ver algum palestrante, algum professor pedindo para alunos se comportar porque todo mundo tava muito vidrado em aprender, tava todo mundo muito concentrado no que tava sendo ensinado” (Liderança 01).

Além do empenho estudantil dentro de sua própria escola, os estudantes mantinham comunicação constante com outras ocupações por meio do WhatsApp. Inicialmente, eles buscaram o contato de ocupantes de outras escolas e depois criaram um grupo no WhatsApp com todos, com sindicalistas e membros de ONGs e outros movimentos. O grupo era utilizado para compartilhar experiências e para melhorar a distribuição de mantimentos, produtos de higiene, entre outros.

[...] às vezes acontecia alguma coisa em uma outra escola e eles avisavam para gente já tá ciente caso acontecesse nas outras escolas também e era mais isso mesmo. A gente compartilhava também as nossas atividades e a gente pedia ajuda sempre que acontecia algum problema. Às vezes alguma escola tinha um mantimento de menos que a outra tinha sobrando, então, aí, a gente entrava em contato com quem quer que seja que pudesse fazer esse transporte (Liderança 01).

Essa logística de redistribuição de alimentos e outros materiais foi fundamental para ajudar ocupações que estavam iniciando ou estavam em bairros mais afastados dos grandes centros. “[...] aqui em Vila Velha só tinha o Francelina e o Agenor ocupados, então tudo vinha para a nossa escola. Então acabou que a gente ficou com muita coisa, aí quando outras escolas ocuparam aí a gente foi distribuindo o que a gente tinha também” (Liderança 01). Esses elementos mostram grande solidariedade e cooperação entre as ocupações. Ainda pensando a articulação entre ocupações, o entrevistado afirma não ter tido conhecimento de manifestações

organizadas coletivamente por diversas ocupações, o que contradiz as afirmações que fizemos no capítulo anterior. “Na verdade, quase não aconteceram manifestações em rua mesmo. A única manifestação que eu cheguei a ter ciência foi a que teve, como eu falei, lá no Agenor e no Francelina” (Liderança 01). Isso mostra que, mesmo havendo atividades organizadas e coordenadas por diversas ocupações ao mesmo tempo, elas não abarcaram a totalidade das ocupações realizadas. Por causa disso, o Ocupa Agenor não participou do Ocupa Sedu, posto que “ele foi feito por movimentos estudantis mais politizados, né. Não por grêmios em si. Quem tava lá era o pessoal da UNE, da Ubes e tudo mais” (Liderança 01). Isso mostra que a ação dos diversos agrupamentos existentes nas ocupações resultou, por um lado, na falta de um centro de comando no estado, mas, por outro, em uma maior diversidade tática. Embora um não seja impeditivo para a existência do outro.

A atividade que ele afirma ter envolvido diversas ocupações, foram as negociações com o TRE-ES para viabilizar a execução das eleições nas escolas que são colégio eleitoral, sem colocar fim às ocupações. Assim, houve uma reunião intermediada pela defensoria pública, que contou com a participação do presidente do TRE-ES, de outros membros desse tribunal e de representantes das escolas Agenor Roris, Francelina Setúbal e Almirante Barroso. A deliberação teria sido de desocupar as escolas para a realização das eleições e depois retornar.

Segundo ele, “[...] alguns representantes de outras escolas temeram que esse acordo não fosse cumprido, né, que no domingo a gente não conseguisse retornar às escolas” (Liderança 01), mas após os ocupantes passarem nas escolas para avisar do acordo, as ocupações se comprometeram com a liberação.

Como vimos no capítulo anterior, em muitas escolas acabaram não ocorrendo as eleições, que foram transferidas para outros locais, e em outros locais as eleições ocorreram com os estudantes dentro das escolas. Mesmo assim, vemos um esforço de coordenação e ação conjunta, mas que não impediu que as ocupações tomassem decisões independentes. Também é importante frisar que não havia uma estrutura organizativa estadual capaz de planificar o que ocorreria em todas as ocupações.

Na escola Agenor Roris, os ocupantes cumpriram o acordo e foram para casa durante as eleições. O TRE-ES também cumpriu sua parte do acordo entregando a escola para os ocupantes no domingo à noite (Liderança 01). Vale ressaltar, como visto anteriormente, que o

presidente do TRE-ES se posicionou publicamente a favor das ocupações, o que, provavelmente, possibilitou a realização do acordo e seu cumprimento.

Por outro lado, a relação com os grandes meios de comunicação do estado foi conturbada. O entrevistado afirmou que eles distorciam o que estava acontecendo nas ocupações e que, por isso eles definiram consensualmente pelo boicote à grande mídia. “Com os veículos de mídia tradicional do Espírito Santo a gente não conversava, tudo era muito distorcido no primeiro momento. Uma regra que a gente colocou lá dentro do Agenor [...] é que ninguém daria entrevista” (Liderança 01). Assim, a principal forma de comunicação das ocupações foram as páginas do *Facebook*, que conseguiu grande projeção em pouco tempo. “[...] no segundo dia tava com mais de duas mil curtidas na página do Ocupa Agenor” (Liderança 01). Outro fator importante foi o auxílio de meios de comunicação alternativos como o Mídia Ninja e o Século Diário: “Eles contavam a nossa história, né. A história de verdade, do que acontecia” (Liderança 01). Além disso, a mídia alternativa cumpriu o papel de propagar as necessidades das escolas ocupadas: “[...] teve um determinado momento, eu não sei se foi a Mídia Ninja especificamente, ou se foi outro, mas eles fizeram uma lista das escolas e o que cada uma tava precisando e eu lembro que, depois disso, a gente [...] foi 100% suprido” (Liderança 01).

Além do apoio desses meios de comunicação alternativos, o Ocupa Agenor recebeu apoio de diversas entidades e de pessoas que passaram pelo local. O entrevistado destacou o apoio recebido de ONGs e, principalmente, de sindicatos, que contribuíram para montar a cozinha, conseguir alimentos, produtos de higiene e limpeza, colchões, voluntários para aulas, oficinas e palestras, inclusive um grupo de psicólogos, que ofereceu atendimento gratuito aos ocupantes, e o incentivo recebido da população.

[...] logo quando eu falei, que eu citei como seria a ocupação, a primeira questão levantada foi a respeito da alimentação. Como é que a gente ia fazer? E os sindicatos, eles acabaram ajudando muito a gente, em nenhum momento faltou nada para comer em nenhum momento nos faltou nada na verdade. [...] quando a gente precisava de panela a gente mandava no grupo que a gente tinha das escolas ocupadas “olha, a gente tá precisando de panela” em menos de 30 minutos tinha panela chegando para gente [...]. “a gente tá sem, sei lá, produto de higiene pessoal” chegavam caixas de produto de higiene pessoal para a gente (Liderança 01).

Além disso, o entrevistado destacou a importância do incentivo dado por pessoas que os apoiavam pelas redes sociais e presencialmente. Ele recordou um momento em que:

[...] teve uma pessoa específica, que passou na frente da escola em... eu acho que foi um dia de domingo, [...] e ela falou “olha, não desiste não, continua na luta e vocês

são uns heróis por estarem fazendo isso que vocês estão fazendo. Abrindo mão de uma porrada de coisa” [...] eu já tava bem gasto psicologicamente de tanta coisa que tinha acontecido já e eu acho que depois de ouvir isso acabou que deu um *up* assim e parece que nessa frase de que durou dois segundos eu fui revigorado e consegui ficar quase mais duas semanas de novo, que foi o tempo restante da ocupação (Liderança 01).

Assim, o entrevistado avalia o apoio recebido como fundamental para garantir que a ocupação resistisse durante cerca de um mês: “[...] a gente tava ali lutando na linha de frente, mas existia um suporte muito grande, muito bem-preparado que tava ajudando muito a gente, que a gente não teria conseguido ficar uma semana lá dentro se não fosse por isso” (Liderança 01). Esse apoio mostra a relevância social que as ocupações tiveram, mobilizando diversos setores sociais para contribuir com a manutenção do movimento, o que revela que uma parcela importante da sociedade se sentiu representado pelas ocupações, estando de acordo com suas reivindicações e julgando necessário o enfrentamento contra o projeto de educação e de sociedade defendido pelo governo federal, a ponto de engajar-se em ações de solidariedade com os estudantes.

Por outro lado, o entrevistado afirmou que o Ocupa Agenor sofreu oposição da direção escolar, da própria Sedu, de grupos como o MBL e o Desocupa ES, e das juventudes de partidos de direita. A principal ação desses grupos foi a de espalhar notícias falsas contra a ocupação, a fim de mudar a percepção de alunos, familiares e da população em geral sobre a ocupação e diminuir seu apoio.

[...] a gente só teve uma dificuldade que ocasionou diversos problemas, que foram as questões das *Fake News*. Foi a principal arma utilizada contra a gente e foi o que causou maior dano possível, porque, como eu falei, é... eles falaram que as férias seriam canceladas em função do período que a escola ficou ocupada, aí foi quando muitos alunos acabaram se tornando oposição ao movimento [...]. Falaram que um aluno tinha sido morto em confronto com a polícia dentro de escola ocupada, foram tantas coisas absurdas que a gente ouviu e isso sempre repercutia de maneira negativa dentro da própria escola também. [...] o pessoal falando que lá dentro do Agenor a gente não tava fazendo nada, né, que só tava tendo algazarra a festa é uma porrada de outras coisas assim negativas [...]. Isso foi algo que não... que assim, pessoalmente falando, me deixou muito para baixo. Porque foi algo que eu me senti muito chateado, porque a gente tava estudando ali até em feriadão, dia de domingo e o pessoal na praia ainda tinha coragem de falar que a gente tava fazendo algazarra, fazendo festa, e a gente estudando e todo mundo se divertindo (Liderança 01).

Com isso, passaram a ocorrer muitos ataques nas redes sociais e alunos passaram a se opor ao movimento por medo de perder as férias, se aproximando de páginas como as do Desocupa ES e do MBL e divulgando o conteúdo criado por essas páginas. Logo, houve um forte embate ideológico na disputa por hegemonia dentro das escolas, com estudantes, familiares e profissionais da educação e com a população do estado em geral. O acirramento

dessa arena de combate levou os estudantes a intensificarem o seu processo de comunicação com as outras ocupações e com a população em geral usando as redes sociais e os meios de comunicação alternativos como a Mídia Ninja.

[...] a gente investiu pesado em documentar tudo, em noticiar tudo, né. Inclusive uma das reuniões que a gente teve foi instruído que o pessoal tivesse gravando o máximo de vídeos, de *stories* possíveis e compartilhando em todas as redes sociais mostrando a todo tempo o que a gente de fato estava fazendo lá. [...] a gente fazia *Lives*, transmissões, até de alguns momentos mais descontraídos que a gente tinha [...]. A gente fazia um balanço e postava na página tudo que a gente fez, todas as atividades foram realizadas, a gente criava eventos também convidando o pessoal para os próximos debates, para as próximas palestras e, principalmente, todo mundo que a gente via que tava dizendo que tava tendo algazarra, a gente falava, convidava para passar um dia com a gente, para ver como era nossa rotina e parecia que tinha uma pressão muito grande pra tá sempre produzindo [...]. Se a gente tivesse cinco minutos... é... de momento mais descontraído, todo mundo já olhava e apontar o dedo e falava “ah lá, passa o dia inteiro se divertindo”. Então acabou que chegou um dado momento que a gente se sentia mal até de fazer uma piada, porque isso poderia repercutir de maneira negativa. Então existia essa pressão muito grande para que a gente não desse um sorriso, não se divertisse em nenhum momento. Acho que isso foi o que mais é afetou, assim, a gente (Liderança 01).

Portanto, essa oposição causou mudanças não só no cotidiano da ocupação, como também afetou os próprios ocupantes. Mesmo assim, o Ocupa Agenor não sofreu com tentativas de desocupação ou coerção física por grupos organizados.

Por outro lado, o diretor da unidade escolar chegou a advertir o entrevistado, por ele ter 18 anos e ser considerado maior de idade. “[...] teve um dia que o próprio diretor chegou para mim para falar que eu deveria tomar cuidado com essa história de ocupação porque eu já era maior de idade poderia ser preso” (Liderança 01), chegando a utilizar o termo corrupção de menores na situação. Além disso, o entrevistado disse que eles ficaram sem água quando o diretor foi à escola e que alguns alunos o viram subindo na caixa d’água, onde fica a bomba. “Três vezes o diretor foi à escola e três vezes a gente tava sem água” (Liderança 01), deixando claro que o diretor poderia ter sido o responsável pelo corte do fornecimento de água para a escola. “[...] é algo que a gente não tem prova, mas aconteceu” (Liderança 01). Isso também ocorreu em outras escolas e mostra uma postura que relativiza os direitos humanos, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o protagonismo juvenil, por parte da direção escolar e da Secretaria de Educação.

Posteriormente, com a decisão da justiça que impunha a retomada das aulas, mesmo com a continuidade das ocupações, os ocupantes acataram a decisão e se prepararam para realizar a negociação com a direção da escola.

[...] a decisão dizia, né, que tudo tinha que ser negociado, que tudo tinha que ser acordado, que dentro dessa negociação não deveria ter só o grêmio e a direção, mas também tinha que ter uma equipe da secretaria de educação, da Assistência Social, psicólogos e tudo mais, que é o que eles chamam de equipe multidisciplinar. É, não houve nada disso, a decisão saiu num dia e no outro anunciaram que as aulas estavam de volta, os pais mandaram seus filhos para as escolas e aí que começou a guerra porque a gente queria fazer valer o nosso direito (Liderança 01).

Portanto, a direção escolar e a própria Sedu não respeitaram a decisão da justiça ao não providenciar a equipe e impor a retomada das aulas sem negociações. Isso coloca luz na posição de muitas ocupações que não aceitaram o retorno das aulas, posto que a própria direção das unidades e a Secretaria não cumpriram sua parte na decisão. Mesmo assim, o Ocupa Agenor aceitou o retorno às aulas (Liderança 01).

Segundo o entrevistado, essa decisão influenciou de forma muito negativa na ocupação, “[...] tenho certeza de que se essa decisão não tivesse sido expedida a gente tinha ficado mais um mês ali” (Liderança 01). Eles mantiveram as atividades da ocupação e muitos alunos deixavam de participar das aulas com os professores para participar das atividades da ocupação. Porém, outros alunos, que não participaram da ocupação, passaram a dizer que estavam na ocupação, mas na verdade estavam “matando” aulas. Mesmo assim, não houve conflitos com os estudantes que eram contrários à ocupação, que estavam participando das aulas enquanto ocorriam as atividades da ocupação em outro lugar. O conflito que se estabeleceu foi com a direção.

[...] no primeiro dia que as aulas voltaram, ele [diretor] meio que fez um discurso lá no pátio para os alunos dizendo que a gente tava errado, que a gente era criminoso porque o Supremo já tinha determinado que as aulas deveriam voltar e nesse vídeo tem eu lendo a ordem do supremo que falava que tinha que ter... que tinha que ter acontecido um diálogo com uma equipe multidisciplinar, psicólogos, pedagogos, que tinha que ser acordado em que turma as aulas vão funcionar em que turma seria as aulas da ocupação, e não houve nada disso. [...] aí foi quando a coisa começou a ficar realmente complicada com a direção da escola, porque tava tanto movimento de ocupação quanto a diretoria da escola presentes no mesmo lugar. Então, toda vez que eu piscava o olho tinha um conflito diferente, às vezes não só comigo, mas com outro membro ou com outros alunos. Os alunos deixavam de ir para as aulas dos professores [...], tendo as aulas com a gente lá na ocupação, e muito professor acabava... acabou retaliando isso e dava falta ou então decidia passar coisa valendo ponto, na verdade muito não né, foram uma minoria de professores, a maioria de maneira geral ficou do nosso lado (Liderança 01).

Com isso, a relação entre os ocupantes e a direção da escola tornou-se uma relação de enfrentamento constante. “O clima ficou realmente muito pesado todo dia tinha discussão e eu sempre tava, sempre tava na reta” (Liderança 01). A pressão que a direção exercia sobre os alunos que estavam participando das atividades da ocupação, somado ao cansaço e ao desgaste

proveniente do processo de ocupação, fez com que os estudantes decidissem encerrar o movimento ocupacional uma semana após a aprovação do projeto na Câmara dos Deputados.

[...] a gente já tava a quase um mês nas escolas, longe das famílias. A gente já tinha se esgotado demais psicologicamente, emocionalmente, cansaço físico era demais e ainda tinha toda essa guerra com a direção e isso começou a repercutir para os alunos. E... antes que a gente tivesse que desocupar à força, né, a gente preferiu fazer isso enquanto os alunos ainda estavam do nosso lado, né (Liderança 01).

Além disso, o entrevistado avalia que “[...] a gente percebeu que a nossa mensagem já tinha sido passada. A gente deixou bem claro que a gente tá de olho no que o governo tá fazendo, que a gente não ia deixar passar qualquer coisa e que a gente tava ali, que a gente ia lutar” (Liderança 01). Assim, os ocupantes definiram que era o melhor momento para encerrar a ocupação e repassaram essa decisão para o restante da escola, que concordou, e comunicaram pelas redes sociais o fim da ocupação por meio de uma nota explicando o que motivou a decisão.

O fim da ocupação, portanto, esteve diretamente ligado ao retorno das aulas durante a ocupação. Isso nos leva a crer que, de fato, o governo estadual e a Sedu, baseados numa determinação da justiça, impuseram o aumento dos conflitos dentro da escola, que levaram ao fim da ocupação. Por outro lado, a decisão estudantil pela desocupação e a avaliação de que já teriam cumprido seu objetivo mostra que o movimento ainda tinha força política e organização suficiente para sair com saldo político da ocupação.

Após o fim da ocupação, “[...] a direção da escola ficou com olho mais atenta a tudo que o grêmio tava fazendo e também com um pouco de medo depois de tudo que eles viram que a gente... do que a gente era capaz, que a gente podia fazer” (Liderança 01). Logo, houve retaliações. Como estava no fim do ano letivo, o grêmio tinha algumas poucas atividades para realizar com os alunos, mas a direção impediu sua realização alegando a existência de outras atividades que impediriam sua realização ou a falta de equipamentos disponíveis para realizá-las, sendo que, na realidade, não havia atividade marcada e os equipamentos estavam disponíveis, mas trancados em algum lugar para impedir seu uso pelos alunos.

Com o fim do ano letivo, a maioria dos membros do grêmio concluíram o ensino médio e o diretor proibiu “[...] qualquer atividade do grêmio dentro da escola” (Liderança 01). O entrevistado disse que foi convidado por alunos da escola que estavam interessados em reorganizar a gestão do grêmio, mas que “[...] em um desses dias, inclusive, quase fui expulso de lá pelo diretor por não ser mais aluno da escola” (Liderança 01). Portanto, o diretor agiu para

impedir a continuidade do grêmio e os avanços no processo de representação e participação estudantil ocorrido durante o ano de 2016.

Da mesma forma, o teatro da escola foi fechado, impedindo a continuidade desse projeto porque “O teatro era um formador de pensamento muito grande, até mesmo pela equipe que tava na coordenação lá, a gente aprendia a pensar de maneira muito diferente, lá era um lugar muito bacana dentro da escola e até isso eles acabaram” (Liderança 01). Assim, os profissionais da coordenação foram trocados em 2017, e os líderes de turma voltaram a ser escolhidos pelos professores, deixando de cumprir real papel de representação. Percebe-se, portanto, que houve uma forte ação da direção escolar para desorganizar os estudantes e impedir novos avanços.

Entretanto, o balanço feito pelo entrevistado sobre o movimento Ocupa Agenor foi positivo. Ele destacou o crescimento pessoal e político dos envolvidos e a construção de um legado de luta em sua escola. “[...] faz quatro anos que se passou a ocupação, mas até hoje é comentado dentro do Agenor Roris que em 2016 houve alunos que ocuparam, que iniciaram o Grêmio e que defenderam esses direitos” (Liderança 01). Isso mostra a relevância do movimento para a história da escola e para a construção do imaginário dos alunos.

Ele afirmou que os estudantes amadureceram com a ocupação e passaram a enxergar a educação e a escola de outra forma. “Eu acho que muita gente saiu de lá pessoas melhores devido a toda maturidade que foi adquirida, muita capacidade de realizar coisas que a gente achou que a gente não seria capaz” (Liderança 01). De acordo com o entrevistado, muitos dos que participaram da ocupação em sua escola continuaram atuando no movimento estudantil, em partidos ou como ativistas. “Eu acho que muita gente, muitos alunos, abriram os olhos e percebeu o quão falho o sistema de ensino brasileiro é” (Liderança 01). Ele próprio entrou para um partido político, ocupou a presidência de sua juventude e hoje atua dentro do governo.

Eu percebi uma falha gigante dentro do sistema de ensino porque, logo quando a escola foi ocupada, a secretaria pressionava demais a direção a tirar a gente dali, de toda forma. Em nenhum momento a Sedu procurou dialogar com a gente, mas eles faziam muita pressão também sobre as direções das escolas ocupadas para que voltasse às aulas o mais rápido possível. Foi a própria Sedu que disse que as férias seriam canceladas para que os alunos retornassem às aulas e é por isso que eu quero mudar tudo isso (Liderança 01).

Com isso, percebe-se como a ocupação serviu para formar politicamente esses jovens, aumentando sua visão de cidadania e sua capacidade de influenciar o destino coletivo do país.

[...] até hoje quando eu encontro com alguém que participou da ocupação um sentimento que ficou foi a questão de orgulho de poder dizer eu me posicionei contra,

é... eu lutei contra isso. E aí, hoje é um dos maiores orgulhos que eu tenho de dizer é que tudo que essa decisão repercutiu, está repercutindo sobre a economia do país eu tenho orgulho de falar, não, eu fui contra. Eu me posicionei, eu botei o pé na porta, eu fui contra isso. Infelizmente foi uma guerra que que foi perdida, mas foi uma guerra que foi lutada e muito bem lutada (Liderança 01).

Assim, pode-se concluir que a ação coletiva do Ocupa Agenor enfrentou adversidades e a oposição de diversos setores, mas também contou com grande apoio popular e estudantil em suas pautas. Da mesma forma, os jovens ocupantes tiveram grande formação cidadã durante a ocupação e engajaram-se na luta política, mesmo que tenha ocorrido uma forte repressão que desorganizou o movimento estudantil dentro da escola.

6.2. OCUPA ALMIRANTE

A entrevistada que nos ajudou a compreender o processo de ocupação da EEEFM Almirante Barroso foi uma estudante que denominaremos de Liderança 02. Mulher negra de 20 anos, que tinha 16 anos e estava no segundo ano do ensino médio em 2016. Sua renda familiar era, e continua sendo, de um salário-mínimo, posto que sua mãe é a única com renda em casa. Ela morava no bairro Praia de Carapebus em Serra e demorava cerca de uma hora para chegar em sua escola, localizada em Vitória, no bairro Goiabeiras. Ela estudava no turno matutino e não trabalhava no ano da ocupação, mas já havia sido Menor Aprendiz antes desse ano (Liderança 02).

A entrevistada lembra que na escola havia dois pavimentos, com 13 salas e 16 turmas de ensino médio integrado e ensino médio regular no matutino. No turno vespertino tinha ensino médio regular e ensino fundamental 2, além de haver turmas também no período noturno. Na escola tinha sala de vídeo, sala de experimento para química e física, mas que era pouco usada, sala de informática, que só podia ser utilizada quando solicitada pelos professores e que nem todos os computadores funcionavam, e tinha uma biblioteca, que só podia ser usada durante o intervalo e ficou muito tempo fechada por falta de bibliotecário (Liderança 02). Ela afirmou que na escola não tinha muitas atividades interdisciplinares com temas importantes para a realidade do estudante, mas havia professores que proporcionavam debates sobre racismo, diversidade sexual, capitalismo, machismo entre outros, com destaque para a professora de sociologia e o professor de filosofia. Nas aulas de sociologia “[...] a gente fazia discussão sobre aborto, sobre intolerância religiosa, sobre racismo e tal” (Liderança 02) e nas de filosofia “[...] ele levava a gente a refletir muito sobre essas coisas, fazer a gente refletir muito sobre

capitalismo, sobre consumo, sobre tudo isso” (Liderança 02). Assim, os professores cumpriam o papel de promover debates importantes para forjar uma consciência cidadã mais ativa e sensível com as iniquidades sociais existentes.

No quesito organização estudantil, a entrevistada afirmou que existia Conselho de Escola, líder de turma e um grupo de estudantes que se mobilizavam por demandas estudantis dentro da escola, mas não existia grêmio. Assim, já vemos condições diferentes de organização estudantil das existentes na EEEM Agenor Roris, em Vila Velha.

Na escola, os estudantes elegiam seus representantes no Conselho de Escola e para ser líder de turma. A representação ocorria, de fato, porque os estudantes se mobilizavam para exigir seus direitos e sempre havia reuniões para demandar melhoras, mas, segundo a entrevistada, ainda que os estudantes fossem ouvidos, suas demandas não eram atendidas. As pedagogas participavam das reuniões do conselho de líderes de turma: “[...] elas escutavam, né, entrava por um ouvido e saía por outro e pronto, fingia que era democrático” (Liderança 02). Sempre com a justificativa de que as demandas não poderiam ser efetivadas porque a Sedu não permitiria. Além disso, o conselho de líderes era responsável por organizar atividades e festas como o do Dia da Consciência Negra, entre outros. Nesses momentos o conselho se reunia e organizava as atividades. A própria entrevistada foi líder de turma e vice-líder em anos anteriores à ocupação.

Contudo, a maior parte das movimentações que ocorriam na escola eram organizadas por um grupo informal de estudantes que se mobilizavam para conseguir demandas. Eram, em sua maioria, jovens que moravam longe da escola, com menor renda, LGBTs e negros. O grupo não tinha uma organicidade e nem reuniões periódicas, somente se mobilizava quando surgia a demanda. “Então, era sempre, tipo, tinha a demanda, a gente ia e fazia alguma coisa” (Liderança 02). A principal forma de mobilização eram os abaixo-assinados e os cartazes espalhados pela escola e, mesmo assim, ela afirma que era um processo pouco consciente dos problemas estruturais que causavam a desigualdade que estava sendo combatida. “A gente não buscava entender exatamente qual era a origem daquilo, a gente só ia combatendo pela sobrevivência” (Liderança 02).

A principal mobilização realizada nesse período foi o evento que ela denominou “revolução da *legging*” (Liderança 02). Na escola, os meninos podiam utilizar bermudas, mas as meninas só podiam usar calça jeans, sendo proibido o uso de *legging*. A escola justificava

isso dizendo que, ao ver as garotas com esse vestuário, os garotos ficariam “atiçados”. Assim, as jovens da escola não aceitaram o motivo da proibição e “[...] aí a gente fez a revolução da *legging*, começou a ir todo mundo de *legging*. Foi meio que a primeira vez que a gente impôs. Assim... “[...] a gente não vai aceitar que vocês influenciem a roupa que a gente vai usar por causa dos meninos” (Liderança 02). Dessa forma as alunas conseguiram reverter a proibição do uso dessa peça de vestuário.

Esses elementos mostram que, mesmo antes da ocupação, havia mobilização estudantil, com lutas e conquista de melhorias. Esse grupo não era apoiado consensualmente pelos estudantes, havendo pessoas contrárias: “[...] a galera que era mais homofóbica mesmo, a galera que era mais racista, do *bullying*” (Liderança 02) e pessoas que não se interessavam pelo que o grupo fazia. Por outro lado, eles tinham também apoio de alunos. “E tinha outra galera que botava fé na gente, mas não botava tanto a cara quanto nós, sacou? Que era uma galera, tipo assim, entendia a importância de fazer algo, mas não fazia. Aí ficava como apoiador e tal” (Liderança 02), além do apoio de professores.

Com o advento da PEC nº 241/16 e da MP nº 746/16, os alunos da EEEFM Almirante Barroso viram a necessidade de se mobilizar contra a aprovação desses projetos por entender que eles iriam precarizar a educação pública.

[...] a gente já vive uma escola extremamente sucateada, eu pensava muito nisso, eu pensava “meu Deus, a escola já é muito ruim, o SUS já é muito ruim, a segurança já é muito ruim e a PEC vai tornar isso ainda pior. Como que a gente vai sobreviver a todas essas desigualdades no meio disso tudo?” [...] A gente não pode permitir que isso aconteça porque já tá muito ruim do jeito que tá, sabe (Liderança 02).

Assim, os estudantes se mobilizaram para ocupar a escola por serem contrários a esses projetos e escolheram não adicionar pautas locais ou estaduais nas reivindicações para não perder o foco da reivindicação principal.

Inicialmente a gente queria trazer as pautas mais subjetivas para dentro da ocupação também, né. Que era, tipo assim, estruturais mesmo da escola, da nossa escola ou do nosso estado, né. Por exemplo: a ausência de uma universidade estadual do Espírito Santo. A gente queria pautar isso durante a ocupação também e tal. Outras coisas, outras demandas específicas da escola, falta de internet, várias coisas assim, bem específicas, mas aí a gente ficou com uma preocupação no sentido de estamos fazendo parte de um movimento nacional, não é as escolas do Espírito Santo se reunindo, não é as escolas de Vitória se reunindo. São escolas públicas do Brasil inteiro num movimento nacional contra a reforma do ensino médio. Então, depois que a gente fez essa avaliação, de que era uma demanda nacional, aí a gente reduziu as pautas a somente PEC que era 241 [...] e era a reforma do ensino médio [...]. Mas nos nossos espaços a gente fala muito sobre as outras coisas, né (Liderança 02).

A entrevistada disse que os estudantes estavam acompanhando as notícias de ocupações em São Paulo e no Paraná. Com isso, eles foram para uma manifestação organizada por estudantes, professores e servidores da Ufes e voltaram instigados para organizar a ocupação e fizeram uma reunião durante o recreio e outra no período da tarde na Ufes, reunindo os alunos considerados politizados, que tinham “[...] uma noção de que tinha tido um golpe, enfim era uma galera tendenciada para a esquerda. Ou uma galera meio do centro ali que defendia a educação, minimamente” (Liderança 02). Nessa reunião, eles organizaram como seria a ocupação. Eles passaram nas salas de aula dos três turnos conversando com os alunos e chamando para um ato que ocorreria na sexta-feira, às 6:30 horas, em frente à escola. “Esse ato fictício era para que a galera chegasse mais cedo e colasse na ocupação” (Liderança 02). Dessa forma, tentaram impedir o vazamento da informação de que seria uma ocupação, mas informando e debatendo com os estudantes sobre a importância de agir contra as propostas do governo federal. “[...] a gente passou em todas as salas, a gente fez um processo de convencimento mesmo, dos estudantes, de como a reforma do ensino médio era prejudicial para a escola pública, de como a PEC era, tipo assim, a pior coisa que poderia acontecer num país como nosso” (Liderança 02).

A definição do horário marcado ocorreu por não haver diretores e professores na escola e por ser o horário de troca de plantão dos vigilantes. Assim, eles chegaram às 4 horas e foram se aglomerando. Tinha alguém observando a troca de turno e quando ela ocorreu, um apoiador, que era estagiário do Pibid, chegou e entrou na escola, deixando o portão aberto propositalmente, o que facilitou a entrada dos alunos ainda enquanto a escola estava sendo limpa. “A gente pensou tudo porque, senão, não ia ser possível, né. A escola ficava toda trancada, grade em tudo” (Liderança 02). Mesmo assim, houve percalços nos primeiros momentos da ocupação.

Olha, a gente ficou numa tensão assim, absurda, porque demora uns minutos, umas horas para cair a ficha de que você tá ali ocupando a escola sabe. Era a primeira experiência de todo mundo, nunca tinha ocupado uma escola antes, nunca tinha ocupado nada antes. [...] nas primeiras horas era muita tensão. “A gente vai comer o quê? A gente vai dormir onde?” Ninguém levou colchonete, eu levei duas mudas de roupa e tal, coloquei uns biscoitos na mochila e [...] toda hora era muita ligação, porque a gente ocupou e minutos depois todo mundo tinha meu telefone, sabe, e tinha o telefone do resto da galera que tava lá, mais à frente (Liderança 02).

Isso não significa, necessariamente, uma maior ou menor capacidade de organização se comparada à ocupação da Agenor Roris. Por outro lado, podemos aferir que a necessidade de organizar mais pormenorizadamente o momento da ocupação diminuiu o tempo para pensar em

outros elementos necessários para sua estruturação. Além disso, eles também tiveram que se preocupar com a movimentação ocorrida na frente da escola devido à ocupação.

Tinha a superintendência de educação na porta da escola, um monte de viatura, a diretora chorando, implorando para a gente parar de fazer aquilo, tipo assim, foi um caos total, doideira demais. E ainda tinha a galera demonstrando apoio e a gente super confuso ainda. Aí, acho que no primeiro dia inclusive, o Júnior Pompeu, que era o então secretário de direitos humanos do estado, foi até a ocupação tentar convencer a gente a parar com o processo, porque a nossa ocupação fez pipocar diversas outras ocupações durante o dia (Liderança 02).

Isso mostra que, desde os momentos iniciais da ocupação, eles tiveram que lidar com a ação institucional contrária. Além disso, fica clara também a relevância da ocupação, posto que o próprio secretário de direitos humanos foi à escola tentar impedir que o movimento se espraiasse. Nos primeiros dias de ocupação, a direção chegou a cortar a água da escola e ameaçar cortar a energia para desmobilizar os estudantes, mostrando a reincidência de uma postura autoritária da direção das escolas estaduais capixabas num momento de efervescência da luta estudantil.

Na ocupação, dormiam cerca de 25 a 30 pessoas, mas durante o dia chegava a ter 300 pessoas nas atividades do Ocupa Almirante. A maioria era de mulheres, negras e negros, e pessoas da comunidade LGBT (Liderança 02). Diariamente ocorriam as assembleias, que não eram pré-programadas, mas ocorriam a partir das demandas que surgiam durante o dia. Os estudantes estavam organizados em comissões que cumpriam tarefas específicas e se reuniam para debater, planejar e avaliar o cumprimento dessas atividades. Havia comissões de segurança, limpeza, alimentação, comunicação, saúde e outras duas comissões, uma “[...] que fazia a comunicação com as pessoas de fora né, às vezes entrevista” (Liderança 02), responsável, portanto, pela articulação, e outra que organizava as palestras e atividades.

Todas as comissões foram funcionais e contaram com o empenho estudantil. “[...] teve uma ocupação muito limpa, sempre com muitas atividades, os alunos organizavam os aulões, né, que a gente chamava, a gente fazia yoga todo dia 7 horas da manhã, tinha a galera da cozinha que mandava bem demais” (Liderança 02). Segundo ela, “O nível de organização da nossa ocupação era o que eu queria de organização para minha vida hoje” (Liderança 02). Além disso, houve grande destaque da comissão de comunicação, que contou com a participação de voluntários do Mídia Ninja, que se inseriram na ocupação para potencializar essa comissão. Assim, a entrevistada afirmou que a comissão de comunicação “[...] era incrível de boa, por isso que a gente era muito visto, porque a comunicação era boa demais” (Liderança 02),

destacando, portanto, a importância dessa parceria para ampliar a repercussão e o alcance do que ocorria no Ocupa Almirante.

Na página do *Facebook* da Ocupa Almirante tem fotos, vídeos e textos mostrando o cotidiano da ocupação e as atividades realizadas, além de servir para divulgar as atividades que iriam ocorrer, e para convidar os seguidores da página para participarem da manifestação. O alcance era grande, mostrando o amplo apoio e a relevância da ocupação: “A gente conseguiu cinco mil seguidores na página em poucos dias” (Liderança 02), e recebiam muitos comentários e interações com a página. A página do *Facebook* também foi importante por outros motivos, pois serviu para fazer a comunicação com outras ocupações e para dar visibilidade às outras ocupações ao compartilhar as postagens e as páginas. “[...] a gente seguia todas as outras páginas e replicava elas no nosso perfil” (Liderança 02). Além disso, a página foi importante para mobilizar voluntários para as oficinas, palestras e aulas. “[...] todo dia a gente recebia inúmeras mensagens na página, de tipo assim, ‘ah, sou professor da rede estadual de história e eu posso ajudar vocês dando aula sobre isso’. Aí, a gente avaliava na assembleia se seria interessante ou não” (Liderança 02). Por fim, também era utilizada para combater a guerra ideológica imposta pela mídia.

Então, a gente postava tudo, você vai ver lá na página, tem foto de tudo. Do nosso quadro de atividades, da gente nas palestras, da gente estudando, da gente fazendo a horta, fazendo yoga, mostrando que a ocupação não era um bando de vagabundo, como a mídia falava, à toa. A gente tava em movimento, sabe. A gente tava produzindo, a gente tava fazendo algo. Apresentando conteúdo, né, pra comunidade escolar (Liderança 02).

Assim, vemos que o uso intencional e organizado das redes sociais serviu para potencializar a ocupação real que ocorria na escola. Isso mostra que tanto a reação às ocupações, quanto o próprio movimento ocupacional, utilizaram diversas ferramentas e meios de luta ao mesmo tempo, tendo forte hibridismo.

O diálogo coletivo nas assembleias foi fundamental para a resolução dos problemas encontrados, possibilitando que todos pudessem identificar, analisar e propor soluções para os percalços, testar essas soluções e avaliar sua eficácia. Dessa forma, eles resolveram problemas com jovens que queriam fumar ou beber bebida alcoólica dentro da ocupação. Nessa mesma esteira, um problema enfrentado coletivamente e resolvido foi a ausência de iniciativa masculina para realizar algumas tarefas, casos em que alguns meninos se recusavam a cumprir tarefas de limpeza.

Teve uma assembleia que a gente quebrou o pau. Tipo assim, tinha muitas meninas, então a maioria das coisas quem fazia eram as meninas, mas os *boys* não queriam limpar banheiro, sabe [...]. Aí, deixavam as coisas tudo espalhadas, não passavam uma vassoura e teve uma assembleia que a gente desceu a Frida Kahlo lá, e a gente teve que quebrar o pau e falar “mano, vocês vão limpar as coisas. Amanhã mulher nenhuma vai fazer nada aqui, vocês vão limpar tudo, que não sei o quê”. Aí eles começaram a fazer (Liderança 02).

Portanto, os momentos de embate, internos ou externos, serviram como forma de estimular o crescimento político e pessoal dos envolvidos em diversos aspectos da vida, com a construção de novas práticas. “A gente conversava muito, com muita paciência, mesmo que às vezes a gente tivesse muita euforia, medo e tal, preocupação, a gente sempre se reunia e pensava de maneira coletiva as saídas dos problemas” (Liderança 02).

A *internet* foi fundamental para a construção de relações entre as ocupações, principalmente através das páginas do *Facebook* e pelo *WhatsApp*. O *WhatsApp* também foi importante para divulgar ações da ocupação em diversos grupos para colegas e familiares. Entretanto, as ações unitárias ultrapassaram as relações via redes sociais. Os estudantes do Ocupa Almirante contribuíram apoiando, presencialmente, o processo de ocupação da EEEM Arnulpho Mattos, posto que houve um processo de tentativa de desocupação nessa escola e ambas são próximas.

Alunos do Ifes de Vitória também foram ao Almirante Barroso para aprender como funciona e como começar uma ocupação: “[...] eles meio que fizeram uma aula de campo pra ver como era e no outro dia eles ocuparam” (Liderança 02). Da mesma forma, eles contribuíram muito com relatos de experiências para outras ocupações. Além disso, a entrevistada relatou que houve a realização de uma manifestação unificada das ocupações, em que cada ocupação tirou representantes para comparecer, posto que não poderiam deixar a escola vazia. “Mas foi um ato muito grande, tem foto dele também lá na página. Veio Ifes do interior para cá e tal” (Liderança 02). Portanto, ocorreu um protesto coletivo das ocupações, com forte participação estudantil, mas, como vimos no relato do Ocupa Agenor, não conseguiu abarcar todas as ocupações.

No quesito relação com a mídia tradicional, a entrevistada afirmou que “[...] eles distorciam a pauta, distorciam a quantidade de estudantes que tinha, colocava como se a gente tivesse à toa e tals” (Liderança 02), além de distorcer as falas dos estudantes. Por isso, o Ocupa Almirante optou por avaliar as informações que seriam ou não divulgadas para os grandes veículos de imprensa, sendo que na maioria das vezes a decisão foi por não conversar com a

imprensa porque “[...] era sempre, tipo assim, uma imagem muito reducionista do processo inteiro, sabe. E aí a gente optou por não desgastar nossa imagem” (Liderança 02). Além disso, eles avaliaram que as inserções ao vivo eram as mais prejudiciais ao movimento e tentaram, em resposta, fazer barulho visando atrapalhar ou impedir as entrevistas ao vivo em frente à escola, porque “[...] eram sempre entrevistas muito mentirosas” (Liderança 02).

Assim, reafirma-se que a mídia tradicional desempenhou um papel de oposição às ocupações, veiculando notícias tendenciosas e parciais na disputa ideológica da hegemonia. Isso aparece, principalmente, ao cumprirem o papel de pressionar as famílias dos estudantes para amedrontá-los e colocá-los contra a ocupação “[...] dizendo que as nossas famílias seriam multadas, que nossos pais seriam presos”. Coisa que se mostrou uma tática eficiente para a desmobilização e que foi combatida com informação e realização de reuniões de pais com a ocupação.

Por outro lado, o Ocupa Almirante recebeu apoio de diversos setores sociais, organizados ou não. Partidos políticos de esquerda, sindicatos, centrais sindicais, movimentos de juventude, entidades e agrupamentos do movimento estudantil, movimentos sociais, artistas, familiares, professores e diversos indivíduos, bem como apoio do Conselho Tutelar de Vitória e da defensoria pública, por meio de orientação jurídica, fornecimento de alimentos, produtos de limpeza, colchões e cobertores, realização de debates, palestras, apresentações e shows, entre outros. “[...] a ocupação só se manteve porque a gente teve muita ajuda nesse sentido. [...] sem o apoio externo não tinha ocupação” (Liderança 02). Isso mostra a relevância alcançada pelas ocupações e a forte comoção social mobilizada em seu favor. Ela destacou que o apoio para articular palestras foi importante para a construção de uma imagem positiva da ocupação, desconstruindo a ideia de que os ocupantes estavam fazendo bagunça na escola e impedindo quem queria estudar de fazê-lo.

Isso de se organizar e oferecer palestras foi fundamental. Foi fundamental para passar uma imagem positiva da ocupação, sabe? De que não estamos ali à toa dormindo o dia todo no pátio da escola, não. A gente tava fazendo, inclusive a gente acordava cedo, dormia tarde, fazia coisa o dia todo. Isso foi fundamental. Assim, doar tempo para estar lá oferecendo palestras, oficinas, seja o que for (Liderança 02).

Portanto, o apoio externo serviu para aumentar a legitimação da ocupação. Além disso, ela destacou o apoio de uma advogada que chegou a se incorporar à ocupação para assessorar o movimento e o fato de terem sido convidados pelo cantor Silva para realizar uma intervenção em seu show, que ocorreu na área de eventos do Shopping Vila Velha, falando sobre as ocupações.

A entrevistada destacou o uso do *Facebook* como ferramenta eficiente para externar demandas estruturais da ocupação e o apoio recebido em forma de mensagens, de emulação ou até mesmo de pizza e chocolate, que embora extrapolem o estritamente necessário para a sobrevivência, serviram para dar ânimo nos momentos tensos (Liderança 02). Mesmo assim ela destaca que essa não foi a realidade de todas as ocupações. As ocupações que estavam em regiões consideradas mais centrais conseguiram apoio de forma mais fácil que as localizadas em bairros periféricos. A entrevistada avalia que o apoio recebido teve tamanha magnitude porque era a ação possível de resistência naquele momento.

[...] as pessoas estavam vendo naquilo, naquele período, naquele movimento, um fôlego de esperança, sabe? Pro momento que a gente estava vivendo. Era tipo assim, “a gente tem que botar fé nisso aqui porque é isso aqui que tá acontecendo, esses adolescentes tão fazendo alguma coisa, a gente tem que botar fé neles, porque a gente tá tendo condição de fazer nada” (Liderança 02).

Logo, as ocupações teriam sido, para os apoiadores, uma forma de mostrar seu descontentamento com o contexto político e econômico brasileiro, para além de lutar contra a aprovação das leis propostas pelo governo Temer. Assim, as ocupações mostraram grande capacidade de generalizar a luta, ampliando a pauta para além do âmbito educacional. Isso demonstra que, potencialmente, não podemos descartar que a luta estudantil no Brasil alcançou patamares que poderiam desencadear uma generalização da luta e uma profunda crise da hegemonia instaurada.

Dada a grande relevância das ocupações, não seria estranha a tentativa de apropriação do movimento por elementos externos a ele. Dessa forma, a entrevistada qualifica alguns dos apoios como “oportunistas”.

A gente sempre percebia muito quando o apoio vinha no sentido de “ah vamo ajudar vocês a se manterem e tal” e quando o apoio vinha no sentido assim “somos de determinada força e tamo aqui pra demarcar território”, sabe. Então, esse apoio não era relevante porque é como se fosse uma moeda de troca (Liderança 02).

Dessa forma, o Ocupa Almirante impediu que entidades e organizações colocassem suas bandeiras no portão da ocupação. Inicialmente, isso foi definido porque entidades representativas como a Ubes e a UNE teriam ido à ocupação realizar articulação, aproximar os estudantes da entidade e colocar a bandeira da entidade, mas fizeram isso após a ocupação já estar estabelecida. “[...] eles não construíram a parada com a base, chegaram lá e colocaram a bandeirona” (Liderança 02).

Ou seja, a crítica não seguia no caminho de objurgar a representatividade em si, mas no sentido de questionar a sua ausência anteriormente à ocupação. Destacamos que não necessariamente essa ausência significa a falta de empenho ou de capacidade da entidade em buscar os estudantes, posto o panorama generalizado de diminuição da capacidade de mobilização e organização pelas entidades, elemento já indicado anteriormente. Mesmo assim, essa ausência mostrou a pouca capilaridade das entidades entre os estudantes, significando sérios questionamentos à legitimidade dessas instituições para representar e liderar os ocupantes nesse processo de lutas tipicamente estudantil. Além disso, essa definição foi ampliada para impedir que organizações que tinham militantes no interior da ocupação colocassem suas bandeiras no portão da escola, posto que “[...] na época, [...] a galera tava, tipo assim, tentando dissociar o máximo das organizações porque quem construiu aquilo não foi as organizações, sabe? Foram os estudantes” (Liderança 02). Ainda assim, a entrevistada reconhece como importante a existência de organizações e que hoje “[...] eu não tenho nada contra colocar bandeira não, até porque eu também faço parte de uma organização e tal” (Liderança 02).

Ressaltamos aqui que, além de apoio, as ocupações também tiveram de lidar com a reação de diversos setores sociais, e não somente com a da mídia. O Ocupa Almirante também teve que conviver com ameaças e manifestações protagonizadas pelo MBL e pelo Desocupa ES. Organizações que foram à escola xingar os estudantes, jogar pedras na escola e até ameaçá-los com armas de fogo. “A gente recebeu ameaça do MBL, passaram na frente da escola arrastando revólver pela grade da escola enquanto a gente tava ocupando, enfim, uma sequência de ameaças, a gente sofreu ameaça na página da ocupação” (Liderança 02). Isso mostra a gravidade do desrespeito aos direitos humanos, bem como aos da criança e do adolescente.

Contudo, foi a ação institucional do governo estadual que mais afetou a ocupação. Para além da constante ameaça de reintegração de posse, que fez os estudantes ficarem apreensivos com a possibilidade de ação da tropa de choque e da cavalaria da PM, houve ameaça de responsabilizar judicialmente os responsáveis dos ocupantes com multa, que incidiu no enfraquecimento do apoio dos pais à ocupação e no consequente esvaziamento da ocupação (Liderança 02).

O responsável por realizar reuniões com os representantes das ocupações era o secretário de direitos humanos, Júlio Pompeu, e não o secretário de educação, Haroldo Rocha, que “[...] não deu a cara uma vez. Eu nunca vi a cara desse homem pessoalmente. Tipo assim, uma escola estadual sendo ocupada e o secretário de educação sumiu” (Liderança 02). Essas

reuniões tinham o objetivo de tentar convencer os estudantes a desocuparem as escolas. “[...] eles tentavam de todas as formas desarticular a ocupação. Isso sem contar a superintendência, o diretor da escola, mídia” (Liderança 02). Além disso, houve reuniões sobre as eleições porque a escola era zona eleitoral e sobre a realização do Enem, em que os estudantes foram pressionados para acabar com o movimento. “[...] foi uma doideira, a gente sofreu uma pressão danada e a gente teve pouco apoio psicológico. Dizer pouco eu tô sendo generosa, porque na verdade a gente não ter apoio psicológico nenhum” (Liderança 02). Ela destacou que as reuniões com o TRE-ES eram muito tensas e que eles se questionaram se deveriam ou não deixar o Enem acontecer. “O rolê do Enem foi muito difícil, porque a gente ficou com um peso grande na consciência, né. Pô, tamo reivindicando educação e a gente não vai permitir que algumas pessoas consigam fazer o Enem, que possibilita acesso a inúmeras coisas e tal?” (Liderança 02). Porém, esse problema foi superado com a definição do MEC de aplicar a prova em dois dias diferentes.

Os estudantes resistiram a essas tentativas de dissuasão, e vale destacar que, na visão deles, não havia alternativa. Caso não superassem as adversidades, seriam obrigados a desocupar a escola, encerrando o movimento.

A gente superou o Enem, a gente superou as eleições, a gente superou, algumas vezes, a pressão política e judicial, superamos o chato do Júlio Pompeu, que enchia o saco toda semana, superamos o medo também, né. Acho que principalmente isso. Medo de tá lá, o medo de ser preso, medo de ter a mãe presa, medo de não formar nunca. Acho que os problemas iam surgindo e na medida do que era possível a gente ia resolvendo eles, né. Ou a gente resolvia ou desocupava (Liderança 02).

Com as diversas agressões e as ameaças de multa veiculadas pela mídia, a ocupação foi esvaziando “[...] porque os pais começaram a proibir os meninos de ir” (Liderança 02) e chegou um momento em que os estudantes estavam com medo “[...] de entrar alguém invadir e dar tiro lá”, medo baseado nas ameaças que receberam. Mesmo assim, a desocupação só ocorreu quando a justiça expediu um mandado de reintegração de posse imediata, dando uma hora para os alunos saírem da escola e estabelecendo uma multa para os pais e responsáveis dos alunos, caso descumprissem. “O que mais prejudicou a gente foi a instituição mesmo, né. Foi o papel de reintegração de posse imediata [...]. Foi uma canetada do Paulo Hartung mesmo que mais prejudicou a gente” (Liderança 02). Portanto, a principal ação do Estado foi de coerção, tentando impedir, pela força, a reivindicação estudantil, mesmo que algumas instituições tenham atuado no sentido da garantia dos direitos fundamentais dos jovens estudantes. A essa ação estatal, soma-se à ação ideológica da mídia e toda a tentativa de desestabilização, coerção, desmoralização e desinformação realizada por organizações civis de direita e extrema-direita.

Com o fim do Ocupa Almirante, a entrevistada foi a única da sua escola que se juntou ao Ocupa Sedu de forma integral, sendo que alguns alunos participavam durante o dia ou apoiavam de outra forma. Segundo ela, a baixa adesão de sua escola ocorreu porque “[...] da minha escola ninguém tinha peito mais, ninguém tinha sanidade, ninguém tinha estrutura, e aí eu fui sozinha” (Liderança 02), demonstrando o desgaste sofrido pelos alunos durante a ocupação. Da mesma forma, alunos de outras escolas que foram sendo desocupadas aderiram à ocupação na Sedu. “[...] conheci um monte de gente, galera do Arnulpho Mattos, do colégio que tem do lado da Sedu, do Maria Horta e tal” (Liderança 02).

Ela lembrou o desrespeito aos direitos humanos ocorridos naquela ocupação, quando houve uma forte chuva que destruiu a estrutura em que os estudantes estavam alojados e a PM impediu que os estudantes se abrigassem das chuvas dentro do edifício. Além disso, a PM omitiu socorro a estudantes que estavam com hipotermia. “[...] sete carros do BME dentro do prédio, dentro do pátio da Sedu, sem fazer nada, absolutamente todos os policiais parados. [...] um monte de jovem caindo com hipotermia e eles não fazendo absolutamente nada”. Com isso, vemos novamente forças estatais tentando desestabilizar psicologicamente adolescentes no início de um processo de tomada de consciência de seus direitos, da cidadania, da coletividade e do protagonismo juvenil.

Com o fim dos processos de ocupação, a entrevistada afirma que muitos estudantes se afastaram do movimento estudantil por medo, frustração e, alguns, traumatizados com as agressões sofridas. Segundo ela, foi muita pressão sobre adolescentes com idade entre 14 e 18 anos.

[...] as pessoas foram se desorganizando, elas foram perdendo um pouco do brilho no olho e tal. Até conseguir entender que a vida na política é desse jeito, que às vezes a gente vai dar passos muito longos, que é pra frente, e perder. E que tem passos pra trás também. Enfim, e tem ações que eu só consigo fazer hoje, quatro anos depois, né? Mas eu entendo que isso possibilitou essa desarticulação: foder com a cabeça dos Estudantes. De fato, movimento estudantil secundarista, ele não se organizou naquele nível desde então, sabe? [...] A gente teve uma pressão muito por parte do governo do estado. E o governo do estado utilizou seus mecanismos, né: a grande mídia, a polícia militar, os professores, não os nossos, a direção. Então, a gente teve essa pressão bizarra por fora e foi extremamente (Liderança 02).

Portanto, o relato mostra que o governo estadual teve atuação decisiva para desmobilizar e reprimir o movimento, mas também para tentar impedir que o movimento estudantil tivesse um salto organizativo como resultado da experiência adquirida nas ocupações. Após a ocupação, eles tentaram reorganizar o grêmio da escola, realizaram assembleias e fizeram o estatuto, mas não conseguiram consolidar o grêmio estudantil. Nesse sentido, a entrevistada relatou que, com

o fim da ocupação, eles tiveram que repor aulas nas férias e a direção fez grande pressão sobre os estudantes, dificultando a instauração do grêmio. Porém, o grupo se organizou mais e continuou travando lutas no interior da escola, revertendo a pressão e conseguindo impor mudanças em posturas racistas de professores dentro da escola.

Assim, a entrevistada reafirmou a importância das experiências e do aprendizado que a ocupação proporcionou para os ocupantes, desde as diversas oficinas, as aulas com professores universitários que “[...] abriu a nossa cabeça pra conseguir entender que aqueles problemas que a gente vivia dentro da escola eram problemas da estrutura da sociedade e tal” (Liderança 02), os shows de artistas como Silva, André Prando e do grupo Regional da Nair, que ocorreram dentro da ocupação, e a própria experiência de ocupar e gerir uma escola. “A ocupação foi um processo de evolução gigantesca, um processo que eu considero revolucionário, importante pra minha subjetividade e para todas as outras pessoas que participaram e pra história do Brasil também” (Liderança 02). Com isso, podemos concluir que o Ocupa Almirante foi uma ocupação referência no estado, tanto por sua localização geográfica, quanto por ter sido uma das primeiras ocupações no estado. Assim, conseguiram apoio relevante de diversas entidades, artistas e, principalmente, da comunidade universitária, pela proximidade com o *campus* Goiabeiras da Ufes, sendo a comissão de comunicação uma das maiores contribuições de entidades vindas de fora. Conclui-se também que, embora a escola tenha sofrido ataques de grupos como o MBL, o maior responsável pela repressão e pela pressão psicológica sobre os estudantes foi o governo estadual.

O fato de não haver um grêmio estudantil organizado anteriormente à ocupação foi minimizado pela existência de um grupo de estudantes engajados que atuavam enquanto movimento estudantil, mesmo sem uma organicidade clara. Após a ocupação, esse grupo se fortaleceu, organizou sua atuação e viu a necessidade de constituir o grêmio estudantil da escola, com avanços na tentativa, mesmo que não tenham conseguido estruturar o grêmio de fato e eleger uma gestão.

6.3. OCUPA ESTADUAL

Para compreender o processo de ocupação do Colégio Estadual, entrevistamos aluna aqui denominada de Liderança 03, que era presidente do grêmio da escola no período em que ocorreram as ocupações. Na época, ela tinha 16 anos, morava com a mãe no bairro Dom João

Batista, em Vila Velha, e ia de ônibus para a escola, demorando cerca de uma hora, uma hora e meia, para chegar no colégio, localizado no bairro Forte São João, em Vitória. A sua renda familiar girava entre R\$ 1.000,00 e R\$ 1.200,00. Ela atuou como menor aprendiz em duas empresas ao mesmo tempo, tendo que mudar o horário em que estudava. Quando atuava em somente uma empresa, ela estudava de manhã e trabalhava à tarde. Quando estava em duas empresas, trabalhava durante o dia e estudava à noite. Posteriormente, com o término de um dos contratos, voltou a estudar de manhã. Durante a ocupação, seus contratos já haviam sido encerrados. Além disso, vale destacar que ela é branca e não tem filhos.

O Colégio Estadual tinha, segundo a entrevistada, de 11 a 13 turmas de primeiro ano, sete turmas de segundo ano e quatro turmas de terceiro ano. Ou seja, entre 22 e 24 turmas de ensino médio regular matutino, com cerca de 1.652 alunos. Além disso, havia também os turnos vespertino e noturno (Liderança 03). Na escola, existiam quatro quadras, duas utilizadas pelos alunos e outras duas quadras usadas para competições. Havia sala de informática, mas não era utilizada. O laboratório de música não era utilizado pela falta de profissional da área. O laboratório de química era pouco utilizado, “[...] se eu usei duas vezes foi muito” (Liderança 03), bem como a sala de artes. A sala de vídeo era bem utilizada e a biblioteca da escola tinha dois andares e funcionava normalmente.

A relação dos estudantes com os professores era boa, bem como a relação desses profissionais com o grêmio estudantil da escola, sendo que eles chegaram a ajudar a ocupação com doações e aulas voluntárias. A entrevistada destacou que o professor de filosofia costumava utilizar outros espaços da escola para realizar debates e isso serviu para que os discentes tivessem a ideia de que as aulas poderiam ocorrer fora das salas. Além disso, estudantes e grêmio estudantil também tinham boa relação com a gestão e com os demais funcionários da escola, tendo como ressalva somente o fato de o diretor não ter tanto contato com os alunos (Liderança 03).

Na escola, a principal forma de organização estudantil o grêmio estudantil, que foi reorganizado em 2015. O grêmio era composto por 10 diretores e a entrevistada foi presidente por duas gestões consecutivas. Ao final de cada ano, havia uma avaliação da gestão e era organizada uma comissão eleitoral para o processo de escolha da nova diretoria. Além disso, o grêmio era filiado à Ubes, participando com delegados em congressos e realizando debates propostos pela entidade sobre diversos temas relativos à educação como projetos de lei em tramitação. “[...] a gente também fazia o debate dentro da escola para informar o aluno sobre o

que estava acontecendo, sempre pautas relacionadas à educação, referente a melhorias e coisas que não fossem beneficiar a gente né, como retirada de investimentos” (Liderança 03).

O grêmio fazia eventos na escola, como Dia do Estudante, Consciência Negra, e participava de atividades da Ubes, de reuniões com a direção para tratar da formatura e de reuniões quinzenais com a pedagoga para participar do plano de gestão da escola. Travou embates na escola para possibilitar que os estudantes pudessem repetir a merenda, posto que, segundo a entrevistada, “[...] alguns alunos iam pra escola sem comer, sem almoçar, ou sem tomar café, e aí contava com a merenda da escola pra poder seguir o dia” (Liderança 03). Em contrapartida, realizaram um processo de conscientização para evitar o desperdício de comida e conseguiram uma sala com micro-ondas, para que os estudantes trabalhadores pudessem esquentar sua comida. Também lutaram para que as meninas pudessem utilizar calças *leggings* em vez de somente a calça *jeans*, isso devido à “[...] questão da saúde da mulher e usar calça todos os dias, porque apertada, machuca, é questão de saúde” (Liderança 03).

Outro problema recorrente era o horário de entrada na escola, pois muitos alunos moravam longe da escola e dependiam do transporte público para chegar ao colégio, que é referência estadual e, por isso, atraía estudantes de outros municípios. “Às vezes, alguns alunos atrasavam um pouco e aí não podiam entrar na segunda aula, e aí toda aquela coisa. Às vezes ia chamar alguém do Grêmio e esse alguém do grêmio também tava estudando, muito, muito difícil tudo isso” (Liderança 03). Também conseguiram flexibilizar o horário de entrada para que os alunos que trabalhavam ou faziam algum curso no contraturno pudessem ficar dentro da escola quando chegassem mais cedo que o horário de entrada. Assim, a entrevistada reconhece que, mesmo havendo muitos enfrentamentos com a direção da escola, “[...] a gente tinha uma relação muito boa porque, apesar desses pesares, a gente conseguia dialogar. A gente conseguia, eles davam abertura pra gente debater sobre os temas, falar qual era a nossa opinião, tentar o processo de convencimento, né” (Liderança 03).

Para além dos embates internos da escola, a gestão do grêmio também enfrentou a tentativa de implementação do PEV na escola, por parte do governo estadual. Durante três meses eles chegaram mais cedo para dialogar com os alunos na entrada e convencê-los a ir à Ales para impedir que as mudanças ocorressem, demanda que foi conquistada pelos estudantes (Liderança 03). Logo, houve um processo anterior de embate dos estudantes do estadual com projetos e programas governamentais que tratam de iniciativas de reforma educacional vocacionada para o mercado. Na escola também havia Conselho de Escola e líderes de turma.

Os representantes participavam de forma efetiva do Conselho de Escola, tendo voz e voto, mas “[...] os alunos não se interessavam tanto por essas questões, existia essa questão de ser muito burocrático para eles” (Liderança 03), mesmo havendo repasses das reuniões. Houve mudanças na forma de escolha dos líderes de turma nos dois anos em que ela foi presidente do grêmio. No primeiro, o líder era definido para o ano inteiro. No segundo ano, eles passaram a ter avaliação trimestral para saber se a turma continuaria com a liderança escolhida ou se trocava de representante. Assim, eles passaram a focar em líderes que cumprissem o papel de ser ponte entre a turma e os comunicados do grêmio e da escola, destacando o perfil de “[...] ter seriedade, tem que ter assiduidade na escola, tem que ter boas notas, para além de ser conhecido” (Liderança 03). Isso posto, vemos, mais uma vez, que a existência de um grêmio estudantil organizado e atuante resulta em mudança de qualidade na representação estudantil em outras esferas existentes na escola.

Quando começaram as ocupações, os estudantes do Colégio Estadual focaram em um conjunto de pautas, como a não aprovação da PEC nº 241/2016 e da MP nº 746/2016, contra a retirada do investimento proveniente do pré-sal na educação, pela criação de uma Universidade Estadual e, principalmente, a eleição para diretor. Assim, o Ocupa Estadual deu centralidade a uma pauta local, mas não excluíram as reivindicações nacionais da pauta de reivindicações (Liderança 03). Localmente, eles também aproveitaram a ocupação para protestar contra o PEV, “[...] um projeto que a gente considera neoliberal, né. Financiado por grandes empresários aqui do Espírito Santo” (Liderança 03).

Além disso, a entrevistada mostra ter consciência de que o Ocupa Estadual não teve pautas locais relacionadas à estrutura da escola porque o Colégio Estadual tem uma infraestrutura melhor que a existente na maioria das escolas da rede estadual.

[...] era escola sem banheiro, era escola que não tinha biblioteca, que não tinha laboratório, era escola, lá na Serra, que funcionava dentro de container. Então, [...] no Estadual em si, a gente por sorte e por privilégio não tinha esse tipo de coisa, né. A estrutura da escola era muito boa, tem quadra, tem laboratório, por mais que não funcionasse da forma como deveria, com frequência e tudo mais, mas ainda assim tinha (Liderança 03).

A primeira reunião ocorrida na escola sobre a ocupação não foi iniciativa do grêmio com os estudantes, mas uma conversa da direção com o grêmio para tentar impedir que ocorresse ocupação na escola, “[...] falando que ele não iria aceitar, que ele não queria que a gente ocupasse, que não era para gente nem cogitar essa possibilidade” (Liderança 03). O grêmio respondeu que ainda não haviam conversado sobre o tema com os estudantes e que

reportariam à direção qualquer novidade. Isso mostra que a direção já estava preocupada com a possibilidade de ocupação na unidade escolar e tentou agir preventivamente, impedindo a articulação e mobilização estudantil.

Não houve um processo de mobilização e conscientização dos alunos especificamente voltado para a ocupação, mas, ainda assim, vale lembrar que o grêmio promovia constantemente debates e lutas sobre diversos temas, incluindo os projetos para a educação em nível nacional e estadual. Assim, a ocupação foi definida em uma assembleia, com cerca de 250 alunos do Colégio Estadual, puxada pelo grêmio durante uma manifestação de rua, que reuniu mais de 5 mil estudantes de diversas escolas e do Ifes para protestar contra as medidas propostas pelo governo federal para a educação. Como o trajeto da manifestação passava na frente da escola, eles saíram da manifestação e ocuparam o Estadual.

Uma vez que a escola foi ocupada, os estudantes passaram imediatamente para a criação da página do *Facebook*, com o intuito de publicizar a ocupação, e das comissões, para organizar a ocupação e criar um sentimento de pertencimento entre os estudantes. Depois, passaram a realizar o processo de conscientização dos alunos sobre a importância da ocupação, “[...] de explicar o porquê que a gente tava ocupando, quais eram as pautas e, aí, eles entenderam, né. [...] e aí eles super apoiaram a ocupação” (Liderança 03). Dessa forma, eles chegaram a ter entre 100 e 150 estudantes dormindo na ocupação. A entrevistada destaca que, para que esse número de alunos conseguisse dormir na escola, eles precisavam ter o conhecimento necessário para convencer os pais sobre a seriedade e a importância do movimento e assim conseguir a autorização para participar.

A entrevistada destaca que o perfil dos ocupantes era bem diverso e isso se deve ao amplo trabalho de debate e mobilização realizado pelo grêmio antes mesmo de surgir o tema da ocupação. Segundo ela, foi o diálogo com a gestão da escola que possibilitou fazer esse trabalho mais livremente. “[...] esse diálogo com a gestão da escola, ter essa abertura pra trazer debates polêmicos pros estudantes, pra gente dialogar e discutir, né. Isso foi crucial pra [...] conseguir fazer com que eles [alunos] entendessem a importância da ocupação” (Liderança 03). Isso confirma a importância da ampliação da gestão democrática para que os estudantes possam ampliar o protagonismo juvenil, sua capacidade organizativa e de mobilização.

Sobre a organicidade da ocupação, a entrevistada afirma que as principais comissões criadas foram as de limpeza, comida, mobilização, organização, imprensa, redes sociais e

segurança. As assembleias ocorriam diariamente, no período noturno, e serviam para avaliar o dia e planejar o dia seguinte. A comissão de organização era responsável por resolver os problemas urgentes que acontecessem durante o dia, evitando demasiadas reuniões da assembleia. “[...] caso fosse urgente, né, alguma coisa durante o dia ou algo que surgisse do nada, aí se conversava com a comissão de organização, que seria como se fosse as pessoas responsáveis por tudo na ocupação, né, e inclusive [...] por resolver os pepinos” (Liderança 03). A entrevistada não estava em nenhuma comissão, mas ajudava em todas as tarefas que fossem necessárias e era responsável por dar entrevistas e participar de reuniões fora da escola.

Ela destacou o desempenho das comissões no cumprimento de suas atribuições e afirmou que “[...] a ocupação, ela só deu certo por conta das comissões” (Liderança 03), seja pelo controle realizado pela comissão de segurança, evitando problemas com pessoas de dentro e de fora da ocupação; seja pela comissão de alimentação, que conseguiu uma grande quantidade de doações e fazia comida todos os dias; ou da comissão de limpeza, que além de manter a escola limpa, limpou pichações já existentes na escola; a comissão de organização, que se destacou na resolução de problemas diversos. “[...] esses pequenos atos que a gente pensou e fez foram extremamente importantes” (Liderança 03).

As principais atividades da ocupação eram a realização de aulas e o convencimento da população em geral sobre as pautas da luta, mostrando que a ocupação também era um processo de aprendizagem. Assim, a Liderança 3 destacou que, além das aulas que já ocorriam regularmente na escola, eles tiveram aulas de fotografia utilizando o celular, em que aprenderam diversas técnicas e a manusear vários recursos, aulas de dança e teatro, aulas intensivas para o Enem, programação de esportes diversos, que possibilitou aproximar os alunos que faziam parte do time da escola de outros alunos que gostariam de entrar para o time, e a utilização da sala de música para projetar e qualificar os alunos que já tinham habilidades musicais e ensinar aos que se interessavam em aprender.

Por outro lado, eles proibiram o uso da piscina da escola, por questão de segurança. A entrevistada destacou que uma das professoras voluntárias foi impedida de entrar na escola pelo vigilante e deu aula no portão da escola “[...] ela deu aula de lá de fora mesmo, com carro e caminhão passando do lado de fora” (Liderança 03). Isso mostra o empenho dos voluntários que apoiaram a ocupação oferecendo oficinas, palestras e aulas, demonstrando ainda mais a importância do movimento.

A entrevistada afirma que houve boa articulação e atuação conjunta das ocupações, que teve seu ponto alto na ocupação da Sedu. Afirma, assim como as demais pessoas entrevistadas, que a comunicação entre as ocupações era feita primordialmente pela página do *Facebook* da ocupação e do contato pessoal das pessoas que estavam cumprindo essa tarefa na ocupação, podendo ser lideranças formais, como presidentes de grêmios, líderes de turma ou pessoas que receberam uma tarefa de articulação ou comunicação. A entrevistada afirma que, através desse contato com as demais ocupações, eles conseguiram organizar uma assembleia com representantes de todas as ocupações da Grande Vitória e de algumas ocupações do interior, com destaque para Linhares e São Mateus. Essa assembleia ocorreu dentro do Colégio Estadual e contou com cerca de 300 pessoas. Participaram

[...] mais ou menos de duas a três pessoas por escola, né. Porque tinha escola que tinha grêmio, tinha escola que era só líder, e aí os líderes eram todos os líderes de salas, e aí a gente tinha que abrir, né, para vir mais pessoas de determinada escola ou poucas de outra. Enfim, aí, no fim deu bastante gente, foi muito legal a assembleia (Liderança 03).

Ela disse que em meados de novembro, eles viram a necessidade de convocar uma assembleia com representantes de todas as ocupações para cumprir dois objetivos: socializar as experiências das ocupações e, assim, superar os problemas encontrados; e pensar o próximo passo coletivo, visto que as movimentações do judiciário e do executivo davam sinais da iminência de uma ofensiva contra as ocupações e que poderia levar ao seu fim. Assim, os estudantes socializaram como funcionavam “[...] as comissões, de que forma que a gente estava se organizando, como que a gente tava conseguindo alimentação, doação de alimentos, [...] e as dificuldades contra o governo do estado, se foi alguém dos Direitos Humanos” (Liderança 03).

Após essa parte com informes sobre a situação das ocupações e alguns debates sobre como superar os problemas diagnosticados, a assembleia passou para o último ponto, pensando nos próximos passos do movimento.

[...] foi mais assim, uma assembleia de informes, dizendo o que estava acontecendo em todas as ocupações e também uma puxada para um segundo passo, porque uma hora ou outra a gente teria que desocupar as escolas e o quê que a gente faria após essa desocupação? E a gente tinha duas pautas em mente, que seria ocupar a Secretaria de Educação, né, a Sedu, ou se a gente ocuparia a Assembleia Legislativa. E aí, a gente optou pela Sedu, então logo depois que a gente desocupou as escolas a gente ocupou a Sedu (Liderança 03).

Portanto, podemos analisar alguns elementos desse processo assemblear. Em primeiro lugar, houve uma assembleia representativa que tentou dar unidade às ocupações. Segundo, conforme podemos ver nos relatos dos demais entrevistado, essa assembleia não conseguiu ter

100% de adesão, embora tenha conseguido uma mobilização massiva de ocupações. Terceiro, as ocupações apresentaram diversas formas de organização interna e de definição de representação. Quarto, os estudantes conseguiram analisar as movimentações realizadas pelo governo, e sabiam que a ocupação das escolas não era um fim em si mesmo e nem poderia se manter indefinidamente, conseguindo se organizar para pensar qual seria o próximo passo do movimento. E quinto, as opções de próximo passo, possivelmente, traziam a memória da ocupação realizada na Sedu pelo MST e outros movimentos sociais em março daquele ano e a ocupação realizada na Ales durante as manifestações de 2013¹⁰¹.

A ocupação recebeu apoio de entidades como Ubes e Ueses, que foram à escola manifestar apoio e levar informes sobre o desenvolvimento da luta em nível nacional; de sindicatos; de moradores da região e de outros bairros de Vitória; de estudantes e professores da Ufes e do Ifes, bem como de outros alunos da escola e professores, que fizeram doações de alimentos e materiais diversos para a ocupação.

Entre os sindicatos, a entrevistada destacou o papel do Sindiupes, posto que representa os profissionais da educação pública básica de todo o estado. Ela assinalou que o apoio dos sindicatos “[...]foi muito palpável, muito real” (Liderança 03). Além disso, assim como muitos professores e organizações apoiadoras ofereceram aulas e palestras, muitas pessoas iam até a escola para oferecer apoio, bem como a realização de entrevistas e trabalhos acadêmicos com o intuito de difundir a experiência das ocupações. Ela afirma que esse apoio foi primordial. Sem esse apoio “[...] a gente não conseguiria manter as ocupações, a gente não conseguiria comer, beber” (Liderança 03). Além disso, foram importantes as palavras de apoio e encorajamento, pois “[...] quando a gente é mais novo a gente sente as coisas muito à flor da pele. Então, acho que isso aí foi extremamente importante, de não sentir que a gente tava sozinho na luta e que a gente não tava fazendo uma baderna, mas que sim, a gente tava fazendo a coisa certa” (Liderança 03). Além disso, a entrevistada destacou o rápido apoio que receberam com a montagem de uma cozinha para a ocupação, com a doação de um fogão, um botijão de gás e uma geladeira para os ocupantes. Outro elemento importante foi contribuição do Mídia Ninja, que enviou duas pessoas para cumprirem a tarefa de comunicação dentro do Ocupa Estadual. Sobre o apoio do Mídia Ninja e do Século Diário, ela relatou:

¹⁰¹ Em Julho de 2013, durante as manifestações ocorridas em todo o Brasil, naquele ano, cerca de 50 jovens ocuparam a Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo contra a não votação de decreto que previa o fim do pedágio na Terceira Ponte, que liga Vitória a Vila Velha (NOSSA, 2013).

[...] umas duas pessoas do Mídia Ninja ficaram dentro da ocupação, dormiram dentro da ocupação, deram todo o suporte midiático que a gente precisava, né, para conseguir inclusive as doações, né, ou a questão da própria rede social. Enfim, desse tipo de coisa, foto, fazer vídeo, eles deram todo esse suporte e o Século Diário também, acho que não ficaram na ocupação, mas sempre tinha um lá, sempre retratavam o que tava acontecendo de forma correta, sempre passavam uma informação verdadeira, né (Liderança 03).

Os integrantes do Ocupa Estadual também tiveram de lidar com repercussões negativas na mídia tradicional. Nos primeiros dias, eles decidiram por não dar entrevistas à mídia tradicional até que se consolidasse a ocupação e depois definiram que a entrevistada seria a porta-voz do movimento nesses momentos.

[...] a gente conversou muito com estudantes no sentido de tomar muito cuidado com que falasse, porque tava acontecendo de pegarem determinadas coisas que a gente falava, colocava na internet e aí vinha aquela chuva de pessoas que eram contra a ocupação, distorcendo o que a gente falava e isso tomou uma proporção ainda maior quando, na mídia, né. A Gazeta, Rede TV, enfim. Por isso mesmo, a questão de ter somente uma pessoa para falar, com algo já em mente e alguém que soubesse, né, sobre todos os âmbitos da ocupação e pudesse falar com tranquilidade, com clareza sobre o assunto (Liderança 03).

Portanto, a forma encontrada para superar as distorções realizadas pela mídia foi a definição de uma referência considerada capacitada para conceder as entrevistas. A entrevistada avalia que ocorreram tentativas na mídia de deslegitimar o movimento, mas foram “[...] poucos casos que usaram de má fé” (Liderança 03) e, na maioria das vezes, os repórteres eram “[...] extremamente profissionais, acho que até demais” (Liderança 03). Para ela, o debate criado sobre dar ou não entrevistas para os meios de comunicação foi prejudicial ao movimento, “[...] porque eu acho que, se a nossa ideia era propagar, né, informar para as pessoas o que a gente tá fazendo, como que a gente tava fazendo e como tava funcionando, eu acho que a gente tinha que conversar com todo mundo” (Liderança 03). Isso mostra uma posição diferente sobre o tema das entrevistas, mostrando que, também nesse ponto, não havia uma posição única do movimento no estado. Além disso, os ocupantes foram alvo de agressões de diversos setores que atuaram em oposição ao movimento. Essas agressões foram realizadas por pessoas desconhecidas na *internet*, por organizações como o MBL, pela PM, pela direção escolar, pela Sedu e pelo governo do estado, além da já mencionada atuação de parcela da mídia.

Muitas pessoas entravam nas redes sociais da ocupação para convencer os estudantes a desocuparem ou, simplesmente, para realizar agressões verbais. Além disso, o MBL, que ameaçou utilizar a força para retirar os estudantes da escola, “[...] por diversas vezes mandou mensagem para gente falando que se a gente não desocupasse eles iriam invadir a escola, iriam bater na gente, iriam tirar a gente na base de paulada” (Liderança 03). As ameaças não foram

concretizadas, embora tenham servido para criar uma atmosfera de tensão e medo entre os ocupantes.

O diretor escolar ameaçou diversas vezes cortar a luz e a água da escola. Da mesma forma, o vigilante da unidade tinha o controle das chaves e foi preciso realizar enfrentamentos para conseguir acesso a alguns espaços dentro da escola. Assim, por mais que a relação entre o grêmio estudantil e a direção escolar fosse boa antes da ocupação, a direção realizou ameaças e tentou debelar o movimento, gerando medo de represálias e perseguição aos estudantes após o fim das ocupações, por parte da direção ou da Sedu.

Da mesma forma, a PM entrou na escola em uma madrugada, gerando transtorno e medo nos estudantes. “[...] de noite a gente dormia meio mal, com medo de sofrer alguma coisa, de ter polícia ou de ter algum problema mais sério, mais grave” (Liderança 03). Assim, fica exposta a pressão psicológica que era realizada sobre os ocupantes. “[...] todos os dias com medo de polícia entrar lá e bater na gente, enfim, esse tipo de desgaste” (Liderança 03). Além disso, para a entrevistada, o governo do estado foi opositor que mais prejudicou as ocupações. Haroldo Rocha, secretário de educação, e Paulo Hartung, governador na época, fizeram diversas reuniões com os estudantes com o objetivo de convencê-los a desocupar as escolas. Nessas reuniões, o governo colocava sua posição e não se dispunha a negociar com os estudantes, deixando a reunião ao menor sinal de descontentamento por parte dos estudantes.

A gente foi, na verdade, para ouvir eles falarem. E aí, quando eles acabaram de falar, se algum de nós falasse, demonstrasse que não era aquilo, que a gente não concordava e começasse a falar, ele simplesmente deixava a reunião e ia embora. Deixava a gente sem resposta (Liderança 03).

Isso contradiz a afirmação do governo estadual, que dizia ser democrático e dialogar com os estudantes. O governo não ouviu as reivindicações estudantis e nem tentou resolver o impasse a partir do diálogo e da negociação. “A única preocupação do governo foi de tirar os alunos de dentro da escola porque não tava funcionando da forma como deveria, né, como era o padrão” (Liderança 03). Assim, o governo estadual impôs a desocupação quando a justiça atendeu seu pedido de reintegração de posse. Nesse momento, os estudantes desocuparam a escola para cumprir o mandado judicial, levando ao fim do Ocupa Estadual. Sobre a decisão da justiça, a entrevistada falou que “[...] a gente achou errada, né. Não concordamos, mas cumprimos por ser uma determinação de lei, né, a desocupação” (Liderança 03). Advogados parceiros alertaram que a justiça poderia emitir essa decisão a qualquer momento, por isso eles se mobilizaram para realizar a assembleia que definiu pela ocupação da Sedu.

Na desocupação, os estudantes fizeram uma despedida com bolo e suco, dialogaram com os estudantes da escola e gravaram vídeos analisando e informando os apoiadores sobre os motivos que levaram ao fim da ocupação. “[...] a gente só fez uma despedida mesmo, entre as pessoas que estavam presentes, e saiu da escola, porque a gente já tinha em mente que a gente ocuparia a Sedu logo depois” (Liderança 03). A ocupação da Sedu começou cerca de três dias depois da desocupação do Colégio Estadual e a ideia era reunir os estudantes das escolas que foram desocupadas na Sedu. Os estudantes foram até a ocupação da EEEFM Desembargador Carlos Xavier Paes Barreto e realizaram uma atividade que recebeu o nome de “aula de forró” para não levantar suspeitas. Essa escola é anexa à Secretaria de Educação e tem acesso ao seu pátio, e foi por esse acesso que a Sedu foi ocupada. Os estudantes continuaram se mantendo a partir de doações de moradores da região, de pessoas que passavam pelo local e paravam para conversar com os ocupantes, de alunos das escolas que foram desocupadas e de sindicatos diversos. Porém, a reação do governo foi diferente daquela que ocorreu com as ocupações das escolas.

Os estudantes não conseguiram entrar no prédio e acamparam no pátio da escola, necessitando de barracas para se manter no espaço. Sem acesso ao prédio, ao banheiro e à água potável, e convivendo com ameaças constantes da PM, “[...] sobrevivemos a partir de marmitta, não tinha banheiro químico, não quiseram colocar banheiro químico, não quiseram ajudar de forma alguma, o tempo inteiro com polícia lá dentro ameaçando a gente, a bater, a forçar a saída de forma agressiva” (Liderança 03). Depois disso, a entrevistada relata o evento em que os estudantes foram acometidos por fortes chuvas, quando alguns estudantes ficaram doentes e, ainda assim, a PM omitiu o socorro aos estudantes.

[...] teve um dia que choveu muito, muito mesmo, muito, muito. Ventando muito, chegou a destruir algumas barracas, né, que a gente tinha montado do lado de fora. E aí, a partir disso, a gente resolveu entrar no prédio. A gente achou uma janela aberta e a gente entrou no prédio para sair da chuva, para se proteger. Muita gente ficou com hipotermia, né, passou mal. Os policiais que estavam presentes não quiseram ajudar, não cederam ajuda, simplesmente queriam que a gente saísse de lá. Aí, enfim, diversos amigos meus que passaram mal foram parar no hospital e só conseguiram sair porque a gente começou a gritar, implorar muito pros guardas abrirem o portão, até mesmo para a gente poder sair e levar para o hospital, porque se a gente não tivesse feito escândalo, não tivesse feito esse tipo de coisa, acho que a menina tinha até morrido lá (Liderança 03).

Após esses graves atentados contra os direitos humanos dos estudantes, eles não conseguiram mais manter a ocupação da Sedu e dar prosseguimento ao movimento reivindicatório. Nesse momento, a PM ameaçou utilizar a força para obrigar os estudantes a finalizar o Ocupa Sedu, mesmo sem mandado judicial ordenando a reintegração de posse.

[...] a polícia chegou lá de noite e mandou todo mundo sair. E se não sáisse eles iam bater mesmo, eles tavam vindo para cima da gente e aí a gente viu que era verdade mesmo, que eles realmente iam bater, que não era só ameaça e a gente resolveu sair para que nada de pior acontecesse, né. Porque na noite anterior já tinha acontecido de muitas pessoas passarem mal e estar no hospital e aí a gente resolveu desocupar (Liderança 03).

Com isso, as ocupações foram finalizadas, mas os estudantes mantiveram alguns atos e protestos de rua, que foram sendo esvaziados porque “[...] as pessoas foram trabalhar, estudar, enfim, cuidar da própria vida” (Liderança 03).

Após o fim da ocupação, a organização estudantil foi coibida na escola. Os membros do grêmio perderam a liberdade de poder transitar pelos corredores e de dialogar com a coordenação em qualquer horário e os alunos foram proibidos de sair de sala quando houvesse aulas vagas. O diretor cortou o diálogo com o grêmio, porém, não promoveu nenhum tipo de perseguição aos estudantes. Dessa forma, a escola agiu para diminuir o protagonismo estudantil e as possibilidades de gestão democrática em seu interior, pretendendo impedir que a ampliação da organização estudantil significasse o aumento do poder dos alunos. “[...] eles ficaram com medo de que, qualquer brecha que eles deixassem, talvez a gente voltasse a ocupar. Eu acho que eles ficaram com esse medo, então eles prenderam a gente um pouco mais, se tornaram mais rigorosos” (Liderança 03).

Por outro lado, não houve iniciativas do grêmio após o fim das ocupações porque o calendário de reposições de aulas impôs que os alunos tivessem que se concentrar integralmente nas aulas e nas notas. Segundo ela, “[...] se tivesse iniciativa dos estudantes do grêmio eles não deixariam. E também houve a questão de que era final de ano já. Já era final do ano letivo, então não teve nem tempo, não teria nem tempo de alguma ação” (Liderança 03). No ano seguinte, muitos dos envolvidos tinham passado no Ifes e na Ufes e seguiram atuando no movimento estudantil nesses novos espaços.

A entrevistada analisa que, embora não tenham conseguido sucesso em nenhuma das pautas reivindicadas, eles conseguiram mostrar que as ocupações eram produtivas, que é possível fazer aulas diferentes com conteúdo e métodos distintos e que a escola pode ser mais dinâmica. Ela afirma que as ocupações aumentaram o nível organizativo estadual do movimento estudantil secundarista e serviram para colocar outros secundaristas na luta e aumentar sua compreensão política. Além disso, mudou a percepção que a direção escolar, os professores e outros sujeitos têm dos estudantes, legitimando o papel de representatividade do grêmio estudantil.

[...] por mais que a gente tivesse diálogo dentro da escola, né, com a gestão e tudo mais, ainda assim faltava algo que provasse que a gente tinha responsabilidade. Que, por mais que a gente fosse jovem, né, a gente fizesse as coisas de forma certa, né, séria. Eu acho que a ocupação trouxe isso, trouxe esse sentimento, tanto para a gente, quanto para a gestão [...]. Então, trouxe a importância do que é o Grêmio dentro das escolas né, que de fato representa os estudantes, que de fato está ali para dialogar sobre a política para os estudantes, uma política de melhoria né, de representatividade, eu acho que trouxe isso. (Liderança 03).

Portanto, podemos concluir que as ocupações aumentaram a legitimidade dos grêmios estudantis e demais formas organizativas autônomas dos estudantes, mas, para além disso, podemos indicar que houve um processo de reconhecimento do interesse estudantil por temas políticos, coletivos e sobre o seu futuro, contradizendo a fala recorrente que coloca o jovem como apático e desinteressado por esses temas. É patente ressaltar que, muitos que culpavam os jovens por sua aparente apatia política foram os mesmos que os acusaram de estarem sendo manipulados por terceiros, quando esses se mobilizaram nas ocupações.

Como algumas das vitórias conseguidas pelos estudantes, podemos citar a mudança de postura de alguns professores, que passaram a dialogar e dar mais voz aos estudantes em suas aulas, o aumento do senso crítico dos estudantes, bem como do seu interesse pelo grêmio estudantil. Da mesma forma, a entrevistada destacou a importância da ocupação para o aumento da identidade do estudante com o espaço escolar. Ela relatou sobre um jovem que jogava papel de bala no chão e participou da comissão de limpeza, que fez com que ele mudasse de postura e passasse a conscientizar as pessoas sobre a necessidade de manter a escola limpa.

[...] eu acho que a gente entendia a escola como se fosse só um local onde a gente estudava, né. Tirava nota boa ou ruim e acabou. Como se a gente não fizesse parte dela, como se a gente não pudesse mudá-la, né, pra torná-la algo melhor ainda do que já era [...]. Enfim, acho que a gente se entendeu como parte da escola também e pessoas que pudessem trazer as mudanças, né, que pudessem trazer pelo menos o debate sobre isso (Liderança 03).

Assim, a autogestão e a auto-organização estudantil levaram a um processo de tomada de consciência, de engajamento com o futuro coletivo e individual e de compromisso com a escola e com a educação. Ou seja, num processo de resistência a reformas propostas pelo governo e baseado em perspectivas privatistas da educação, vemos, sob outro prisma, o desenvolvimento da tão apregoada corresponsabilidade e do protagonismo estudantil.

Podemos concluir que a experiência do Ocupa Estadual ocorre como parte do processo de avanço da organização e da reivindicação estudantil na unidade escolar, partindo da reativação do grêmio, passando pela luta contra o PEV, até a ocupação da escola contra o pacote de mudanças neoliberais na educação defendidas pelo governo Temer. Os ocupantes receberam

muito apoio, mas tiveram de conviver com a violência psicológica do governo, da direção escolar, da PM e de grupos como o MBL, durante a ocupação, e também com estratégias para desmobilizar os estudantes após a ocupação. Mesmo assim, muitos jovens continuaram engajados e atuantes, envolvidos com o movimento estudantil e conseguiram mudar parte da percepção de professores e gestores da escola sobre a capacidade e a seriedade dos jovens e do grêmio como forma legítima de representação.

6.4. OCUPA ABL

Chegamos agora à última entrevista, realizada com uma aluna que denominaremos de Liderança 04, para compreender o processo de ocupação da EEEFM Aristóbulo Barbosa Leão (ABL), em jardim Limoeiro, no município de Serra. A Liderança 04 é branca, tem renda familiar de dois salários-mínimos mensais, mora no bairro Valparaíso, em Serra, ia andando para a escola, demorando cerca de 30 minutos no trajeto e tinha 17 anos durante a ocupação. Ela estava no terceiro ano do ensino médio e tinha estagiado em uma empresa de contabilidade no primeiro semestre de 2016 (Liderança 04).

O ABL era a maior escola do estado em número de matrículas e funcionava nos turnos matutino, vespertino e noturno. O terreno original da escola, localizado em Laranjeiras, está em reforma desde 2012, passando por diversas reformulações de projeto e paralisações das obras, que deveriam ter sido concluídas em 2014. Em 2018, o prédio original foi demolido, quando os gastos em reforma já somavam mais de R\$ 6 milhões e a reconstrução da escola foi retomada em 2020, com previsão de término em 2023, portanto, 11 anos após o início da reforma e com o investimento de mais R\$ 12,3 milhões (ARRUDA, 2020). Essa reforma malsucedida tornou-se a principal contradição vivenciada pelos estudantes, e sua conclusão, a principal reivindicação estudantil.

[...] a gente pressionou muito para que a reforma da nossa escola mesmo, em Laranjeiras, acontecesse e [...] foi divulgado nesse ano que seria cedido ali metade do terreno da escola para uma outra empresa, então a gente ficou bem pê da vida [...]. Então era uma coisa que a gente já dialogava muito, inclusive a gente fez uma série de protestos na norte-sul. A gente era “ABL na Rua, Governador a culpa é sua”, para que a nossa escola fosse de fato reformada (Liderança 04).

Essa entrevistada fez uma reflexão que pode esclarecer um dos motivos da morosidade da reforma da escola. Segundo ela, havia atritos entre os comerciantes de Laranjeiras e os estudantes, posto que a escola reunia jovens moradores dos bairros periféricos próximos àquela

região. Assim, é possível que, por a escola estar localizada em uma das principais avenidas do maior centro comercial do município e em frente a um *shopping center*, a especulação imobiliária tenha influenciado, de alguma forma, nesse atraso. De acordo com essa análise, a entrevistada afirma que houve um processo de gentrificação e “[...] a gente foi meio que jogado de escanteio para Norte Sul, “[...] para uma avenida totalmente isolada, inclusive, aconteceu vários casos, inclusive de estupro de alunas indo para escola, nos valões e nos terrenos baldios” (Liderança 04).

Arruda (2020), afirma que o prédio onde hoje estudam os alunos do ABL é alugado pela quantia de R\$ 80.000,00 mensais. Esse prédio tem quatro pavimentos, localiza-se entre duas das mais movimentadas rodovias do município e contém diversos problemas infraestruturais, como revela nossa entrevistada.

[...] era um prédio alugado, um prédio num cruzamento extremamente perigoso, principalmente para pessoas que estudavam no noturno. Uma relação bem estranha com tráfico também, ali de São Diogo, Jardim Limoeiro. Enfim, a própria infraestrutura da escola era muito ruim, ventilador pegava fogo, teto caía, se chovia alagava, bebedouro que quebrava, a própria quadra de educação física, que muitos alunos não faziam a aula de educação física porque era extremamente quente [...] era num galpão fechado (Liderança 04).

Essa afirmação mostra um prédio com condições precárias e com um alto custo mensal. Em relação a infraestrutura, a escola tinha sala de informática, que era pouco utilizada pela falta de estagiário e pela contínua oscilação do sinal, além de ter ficado um semestre sem funcionar, pois, os computadores só podiam ser ligados com o ar-condicionado ligado e o aparelho de ar-condicionado havia quebrado e demorou para ser consertado. A quadra era improvisada em um galpão, junto com o estacionamento, e não havia laboratórios na escola, embora houvesse auditório e uma biblioteca funcional. “[...] uma das pautas que era muito importante pra gente, era a própria infraestrutura da escola” (Liderança 04). Essa entrevistada relembra também que na escola não ocorriam atividades extraclasse ou interdisciplinares. Os debates que ocorriam sobre religião, sexualidade, racismo e feminismo estavam limitados às aulas de sociologia. Contudo, no terceiro ano havia a opção de escolher entre fazer aulas de espanhol ou de “projeto”. Segundo ela:

Projeto era uma coisa meio ampla, até hoje eu não sei explicar bem o que era. Mas a galera que fazia parte da ocupação e que fez parte também da rádio, anteriormente, fazia aula de projeto. Nessas aulas de projeto, a gente tinha até debates. E aí, a partir de alguns debates que a gente tinha nessa disciplina de projeto, a gente levava também pra rádio. Como, por exemplo, o próprio golpe da Dilma, que a gente discutiu. Alguns projetos de lei que passavam. A gente, inclusive, começou a discutir a PEC do Teto de Gastos na aula de projeto e comentou, com pessoas a favor e pessoas contra, na rádio. E debatia muito racismo também, era um ponto bem latente (Liderança 04).

Portanto, essa disciplina abriu espaço para a discussão política de temas atuais, com protagonismo dos alunos e foi utilizada para balizar os debates na rádio escola, tendo, portanto, amplo alcance entre alunos do ABL. Ela ressalta que, mesmo sendo parte da disciplina o debate de temas atuais, a professora responsável foi importante porque “[...] ela fazia questão de proporcionar aos alunos esses debates né, poder debater em sala de aula” (Liderança 04). Inclusive, os estudantes discutiram nessa disciplina sobre a ocupação de escolas durante as ocupações que ocorreram em São Paulo no ano anterior.

A entrevistada afirma que os professores foram importantes no processo anterior à ocupação, não para incentivar os alunos a ocupar, mas com as discussões sobre temas atuais e políticos a partir de um viés crítico. “[...] a gente teve bons professores, progressistas, que, proporcionaram pra gente ter esse debate. Inclusive a reconhecer os alunos, né, que quando você dá sua opinião, você sabe quem concorda e quem discorda, quem vai tocar junto, organizar etc.” (Liderança 04). Assim, essa entrevistada afirma ver um papel ativo dos professores na formação de uma consciência crítica e questionadora nos alunos. Dessa forma, os estudantes da escola se organizavam a partir da rádio escola. “[...] o rádio meio que aglomerou esses estudantes que eram mobilizados ali em prol da escola” (Liderança 04). Os estudantes reivindicaram o espaço destinado à organização do grêmio estudantil para viabilizar a rádio, que funcionava durante o recreio nos turnos matutino e vespertino, tendo maior distanciamento do noturno. “[...] a gente passava as nossas músicas, fazia alguns debates através desse rádio, entendeu. E aí essa era nossa organização” (Liderança 04). Assim, a rádio tentava dar visibilidade para estudantes que eram artistas ou músicos.

A relação da rádio com a direção escolar era de enfrentamento, pois os estudantes utilizavam-na para questionar o autoritarismo explícito em casos de assédio do diretor e de alguns professores com alunos e a rigidez no uso do uniforme, expresso na proibição do uso de bonés e de calças rasgadas. “[...] a gente sempre pressionava muito, então ele deixava a gente fazer algumas coisas, sabe, pra não criar um rebuliço na escola” (Liderança 04).

A entrevistada relata que o grupo de estudantes organizados na rádio tinha uma boa relação com os funcionários da escola e com os professores, embora alguns destes achassem que “[...] algumas das nossas pautas era demais” (Liderança 04). Assim, fica mais evidente que a relação de enfrentamento dentro da escola era principalmente com o diretor. Segundo a entrevistada,

Todo mundo tinha uma relação bem parecida com o diretor. Assim, ele tinha acabado de assumir lá, [...] então, ele meio que passava de bonzinho, assim, mas ainda era muito rígido com tudo, sabe. Então era isso, a gente não amava o diretor e não odiava o diretor, a gente discordava de umas regras gerais da escola e de posturas dele, que ele às vezes era muito, né, de assédio mesmo, em cima de estudantes, mas isso veio depois (Liderança 04).

A partir disso, temos um indicativo para entender por que não havia formas de organização e participação estudantil mais institucionalizadas, em uma escola com estudantes mobilizados por pautas concretas e que contava com professores que proporcionavam um ensino considerado crítico pela entrevistada. Ela afirma que na escola não existia grêmio estudantil, líder de turma e nem um Conselho de Escola. Que os estudantes tentaram reativar o grêmio da escola, mas foram impedidos pelo diretor que “[...] impossibilitava de todas as maneiras, assim, até a gente de fazer as assembleias estudantis, né, e da gente precisar ali, de algum tempo da aula” (Liderança 04) para passar em salas e convocar ou debater com os estudantes. Além disso, “[...] a gente não tinha acesso ao estatuto que, teoricamente, estava com ele” (Liderança 04). Dessa forma, o diretor atuou de forma direta para impedir a organização estudantil dentro da escola, antes mesmo da ocupação. Da mesma forma, ela afirma que os líderes de turma e o Conselho de Escola foram dissolvidos entre o final de 2015 e início de 2016 (Liderança 04). Não negamos que em muitas escolas essas instâncias são tuteladas pelo diretor escolar e não significam participação de fato, porém, sua inexistência explícita um autoritarismo sem disfarces.

Esses elementos mostram que, mesmo em um lugar com professores progressistas, diversas pautas concretas e forte mobilização estudantil, a ausência de gestão democrática na escola e de representação estudantil institucionalizada prejudicam o processo reivindicatório e decisório, sabotando o protagonismo e a participação estudantil. Por outro lado, a ausência dessas formas mais institucionalizadas de representação estudantil não impede a auto-organização dos estudantes e o processo reivindicativo e de luta, que na escola em questão, ocorreu através da rádio estudantil, mas poderia ocorrer em outros espaços dentro da escola.

Essa entrevistada relata que os estudantes se mobilizaram para ocupar a escola por indignação com a política nacional e estadual de educação, principalmente com a PEC do teto dos gastos, a reforma do ensino médio, o Escola Sem Partido e, no Espírito Santo, o Escola Viva. Além disso, o próprio movimento de ocupações nas outras escolas do Brasil serviu de influência e motivação, no sentido de tomar posição sobre algo que estava ocorrendo em todo o país e que precisava de posicionamento rápido.

E quando a gente conseguiu *linkar* que a tal da PEC, né, dos gastos [...] ia influenciar diretamente com os gastos ou investimentos nas escolas, na educação pública, aí que a gente viu: se a gente já tá ferrado com o tanto de verba que a gente recebe, ou com tanto de investimento que é destinado à escola, se a gente não tiver isso, tiver menos que isso, o que que a gente vai virar? O quê que a educação pública vai ser? (Liderança 04).

Além das pautas nacionais, que unificavam o movimento e “[...] faziam as ocupações serem a Primavera Secundarista” (Liderança 04), os estudantes também se mobilizaram por pautas locais. A principal delas era o término da reforma da escola, junto com o repúdio ao PEV e a criação de uma universidade estadual, que era uma reivindicação das entidades estudantis do estado. Também reivindicavam melhorias na infraestrutura do prédio em que eles estudavam. “[...] ventilador já caiu em cima de aluno. A fiação, tinha muito problema elétrico, então pegava fogo em alguns pontos da escola. O teto, calor insuportável que era” (Liderança 04), além da permissão para usar boné e para que as meninas pudessem usar bermuda. “[...] inclusive, os meninos usavam bermudas acima do joelho e por que que as meninas não podiam usar?” (Liderança 04).

Ela afirma que os ocupantes não conseguiram sistematizar um projeto, uma proposta de educação, mas conseguiram, com suas reivindicações, criticar e fazer um contraponto ao modelo hierárquico e autoritário estabelecido. “[...] a gente conseguia pensar era nessas normas da escola e da infraestrutura, que eu acho que são questões super básicas, né, tipo assim, não suar de calor dentro da sala, [...] quadra decente etc., poder ter um grêmio estudantil” (Liderança 04).

O início da ocupação se deu com base na experiência do Ocupa Almirante. Eles começaram a juntar jovens progressistas dos três turnos da escola para discutir; alguns estudantes do ABL foram à EEEM Almirante Barroso para saber como a ocupação era organizada; a própria entrevistada participou durante algum tempo do Ocupa Almirante e “[...] quando eu ia para a escola a gente discutia sobre isso com esse grupo” (Liderança 04). Depois disso, eles tiveram acesso a uma cartilha da Ubes nacional que orientava o funcionamento de uma ocupação e uma estudante da escola, que fazia parte de uma entidade estudantil municipal (provavelmente a Umes), entrou em contato com eles para colocar em prática a ocupação. Com isso, eles passaram nas salas dos três turnos, fizeram uma assembleia no intervalo das aulas com cerca de 15 alunos e “[...] ali a gente tirou como que ia ser, mais ou menos, o formato da ocupação e que a gente ia ocupar” (Liderança 04). Assim, organizaram uma manifestação entre os turnos vespertino e noturno com o intuito de ocupar a escola, entraram no ABL, comunicaram à pedagoga e ao diretor que estavam iniciando a ocupação e, após discussões,

tomaram as chaves da escola, tocaram o sinal “[...] e expulsamos todo mundo” (Liderança 04). Logo em seguida chegou uma viatura da PM e o outros alunos que foram chegando para somar forças à ocupação tiveram que pular o muro para entrar. Eles utilizaram colchonetes da educação física para dormir e, no outro dia, realizaram uma assembleia na escola para consolidar a ocupação. Segundo a entrevistada, eles chegaram a ter 30 estudantes participando efetivamente da ocupação, sendo a maioria negra, mulher, LGBT, pobre e estudantes que trabalhavam ou estagiavam no contraturno.

Na ocupação, eles decidiram isolar os dois últimos andares da escola, dividir as pessoas em equipes que mudariam de tarefa semanalmente e colocar essa escala em um quadro. Isso ocorreu com as equipes de limpeza e alimentação, mas não ocorreu com as de debate, comunicação e articulação, que precisavam de pessoas mais fixas, principalmente com relação à articulação porque “[...] depois que explodiu, várias ocupações, a gente tinha várias reuniões, todo mundo queria falar com a gente [...]. Então a gente meio que tirou quem seria, assim, as figuras públicas” (Liderança 04).

As decisões eram tomadas em assembleias ou em reuniões que normalmente ocorriam durante o almoço ou o jantar. “[...] a gente se reunia quase todo dia e era muito, tipo assim, a gente almoçava todo mundo junto, então a gente dialogava” (Liderança 04). Nessas reuniões, os ocupantes discutiam temas mais ligados à manutenção e ao cotidiano da ocupação, envolvendo temas mais pragmáticos e a relação com outras ocupações. Portanto, não havia um momento específico na programação que seria reservado para a realização de uma assembleia.

Segundo ela, “[...] esse modelo assim, de assembleia mesmo, a gente só fazia quando acontecia algum problema” (Liderança 04). Então, a assembleia discutia coisas como “[...] as questões políticas. Tipo, falar com alguém, falar com a polícia ou não, deixar alguém entrar, se a gente vai dar entrevista, se a gente vai lá conversar com o governador que tá chamando a gente, aí a gente fazia assembleia” (Liderança 04).

Durante a ocupação, além das atividades de manutenção da ocupação, os jovens organizaram e realizaram atividades culturais, físicas e de estudo e debate, abordando os temas definidos pela ocupação e fazendo a preparação para o Enem.

A gente fazia muito sarau, jogava vôlei, fazia atividades físicas, batalha de rap, roda de conversa, a gente tinha rodas de conversas mais externas, assim, né, tipo assim, iam convidados falar e não sei o quê, mas também tinha rodas que eram internas assim, que a gente mesmo produzia e fazia. A gente tinha de três em três dias alguma coisa assim, o que a gente chamava de boletim e esse boletim era tipo uma análise de

conjuntura, assim, bem entre aspas. Era tipo, o que que tá acontecendo? Como que tá? O que tá acontecendo com a PEC? Onde ela tá? Se ela já foi aprovada e qual tá sendo a discussão política do momento. Como que eles tão retratando as ocupações? Essas coisas. Então, todos os dias tinha uma atividade física, né, que a gente fazia, inclusive de lazer, esporte e lazer, e uma de debate (Liderança 04).

Com relação à articulação com as demais ocupações, essa entrevistada reafirma a importância das redes sociais, principalmente do *WhatsApp* e das páginas do *Facebook*. Além disso, ela lembra que havia uma comissão, que ela fazia parte, que era responsável por se reunir com os representantes do governo estadual, no caso, com o secretário de educação e o de direitos humanos, e isso possibilitou a formação de um grupo com representantes das ocupações, sendo um de Serra, um de Vitória, um de Vila Velha e um de Cariacica. Mesmo assim, nas reuniões, eles deixavam exposto que não poderiam representar todas as ocupações de seus respectivos municípios, posta a ausência de uma estrutura de organização municipal para unificar as ocupações numa mesma organicidade.

Segundo a Liderança 04, em uma dessas reuniões, Haroldo Rocha e Júlio Pompeu falaram que não iriam afetar as ocupações que já existem para realizar as eleições e o Enem, mas exigiram que os estudantes assegurassem que outras escolas não fossem ocupadas. Os estudantes assinaram, mas não pretendiam impedir nenhuma ocupação de ocorrer. “[...] eu não vou impedir nenhuma escola de ocupar, inclusive isso não faz nenhum sentido, a gente quer que as escolas ocupem mesmo e caos” (Liderança 04). Assim, dois dias após assinarem o documento, houve a ocupação da EEEM Clotilde Rato, em Bairro de Fátima, em Serra, e os estudantes foram pressionados a impedir a ocupação de continuar. Essa entrevistada relata que os estudantes da comissão foram à escola ocupada, mas para apoiar os estudantes em vez de convencê-los a desocupar. Da mesma forma ocorreu em outros lugares, utilizando o nome da comissão e até mesmo carros disponibilizados pelo governo para ajudar a consolidar e articular ocupações. “[...] ficou meio que um acordo aqui na Serra, qualquer escola que recebesse reintegração de posse e que a escola decidisse não desocupar, a gente ia liberar algumas pessoas pra tá junto com eles lá” (Liderança 04).

O Ocupa ABL também recebeu apoio de diversos setores sociais. Receberam apoio através da doação de comida, materiais de higiene, de limpeza, de secretaria e para a formação política, palestras e debates, articulações, entre outros. Assim, eles receberam muitas doações de sindicatos, principalmente dos filiados à CUT, de entidades estudantis, do movimento negro, de movimentos de juventude, de professores, pais e alunos da própria escola, da defensoria pública e do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Serra (Liderança 04). Entretanto, a

Liderança 04 afirma que faltou comida em sua escola e em outras do mesmo município, tanto que essa foi identificada como a maior dificuldade encontrada pelos ocupantes. Segundo ela, as doações acabavam ficando concentradas em Vitória, principalmente na EEEM Almirante Barroso e no Colégio Estadual. “[...] eles tiveram que doar comida pra outras escolas, porque recebia. Era um polo ali, né, inclusive político, então tinha tudo lá. Então a gente fazia essas articulações entre as escolas pra ver quem tinha o que, quem podia doar” (Liderança 04). Para resolver esse problema, os estudantes tiveram de racionar a comida e realizar um grande embate interno para decidir se iriam ocupar a cozinha da escola e utilizar os alimentos de lá ou não. Isso porque eles teriam de arrombar a porta e, segundo ela, a comida não pertencia ao Estado. Posteriormente, eles ocuparam a cozinha “[...] porque muitas comidas, inclusive, estavam prestes a ser estragadas” (Liderança 04) e se alimentaram de carne, leite e biscoitos, cuja data de validade estava próxima de vencer. Além disso, eles dependeram durante algum tempo das doações de professores, pais e alunos. Para conseguir essas doações, foi importante a utilização da página da ocupação no *Facebook* e do grupo de alunos na mesma rede social, em que eram compartilhados vídeos, fotos, atividades, as pautas e as demandas da ocupação para sua manutenção diária. Combinaram com isso o estabelecimento de um ponto de doações e chegaram a ir em casa pegar comida. “[...] às vezes a gente ia para casa e pegava as coisas de casa e voltava” (Liderança 04). Além disso, as doações de sindicatos e de entidades estudantis foram importantes para aumentar a quantidade de alimentos, como podemos aferir em seu relato “[...] suco de caixinha, salsicha, macarrão, era isso que a gente comia” (Liderança 04). E nesse momento começou a ocorrer a troca de comida entre escolas de Serra.

O apoio de veículos de imprensa alternativos, como o *Século Diário* e a *Mídia Ninja*, também estava mais focada em Vitória, não sendo tão presente em Serra e em sua escola, especificamente; mesmo assim, ela relata que as matérias veiculadas eram muito boas. A Liderança 04 destaca que o movimento negro apoiou muito a ocupação com articulação, principalmente com advogados, e com o debate racial. Além disso, ela já participava do Levante Popular da Juventude e havia uma estudante que era representante de uma entidade estudantil municipal, que a entrevistada acredita ser a Umes, e fazia parte da Juventude Socialista Brasileira (JSB), órgão de juventude do PSB. Assim, o Levante Popular da Juventude contribuiu com palestras e formações e a entidade estudantil dirigida pela JSB contribuiu com articulações para conseguir comida.

Ela relata que na escola não houve problemas com relação à participação dessas organizações estudantis, primeiramente porque as pessoas organizadas já faziam parte da escola

e da ocupação desde o início e em segundo lugar porque elas não tentaram demarcar território colocando bandeira. Ela afirma que o problema não era a participação da representação estudantil na ocupação, mas sim sua ausência no período anterior.

[...] muitos dos problemas que a gente teve aqui no estado foi por falta de uma organização estudantil secundarista forte, inclusive, esse problema da representação, sabe, que a gente, que muitas escolas e ocupações ficavam negando as representações, negando os movimentos e tals, isso não foi por acaso, isso foi porque a gente sempre teve um déficit dessas entidades presentes na vida cotidiana dos estudantes, então fica fácil, né. Quando a gente já montou, já dialogou o trabalhinho ali com os estudantes, quando já tá tudo pronto, aí vai lá e coloca sua bandeira, inclusive a gente tinha todo respeito à bandeira das entidades, a gente seguia a cartilha da UBES, a gente não tinha problema nenhum com uma representação que de fato representasse os estudantes secundaristas, a gente só não entendia por que eles nunca estiveram do nosso lado, porque eles nunca estiveram presentes [...]. É um pouco disso, assim, a gente não tinha nenhum problema de fato com essa representação, mas sim pela falta que ela fez, né. Tipo isso, como você tá na escola que tem uma representante secundarista e você não sabe? A gente foi descobrir que tinha isso na ocupação, sacou? (Liderança 04).

Portanto, fica claro que o problema com a representação estudantil tradicional decorre de sua baixa representatividade e incidência no movimento estudantil secundarista, posto que uma direção mais próxima da realidade das escolas poderia qualificar e facilitar o processo de luta e reivindicação.

Com relação às forças opostas à ocupação, essa entrevistada afirma que houve a atuação de diversas forças atuando de formas diversas. O Estado, através do governo, do judiciário, da PM e da direção escolar, o Conselho Tutelar, o tráfico de drogas do bairro, o Desocupa ES, que conseguiu mobilizar estudantes do noturno, e a mídia tradicional atuaram contra a ocupação através da violência física e moral, do assédio, da ameaça, da luta ideológica e da utilização da lei contra o movimento. A mídia, embora tenha cumprido um papel central em nível estadual, não foi tão fundamental no Ocupa ABL, posto que a mídia atuava mais nas ocupações de Vitória, o centro político do estado. Mesmo assim, ela relata que no início da ocupação eles concordaram em não dar entrevistas; depois começaram a soltar boletins e a dar entrevistas por telefone. Nesse momento, ficou claro como a mídia tratava os estudantes, ocorrendo casos “[...] da gente falar uma coisa e chegar na hora da entrevista eles não colocarem nada a ver com nada, sabe. Cortaram várias partes, para parecer que é uma outra coisa, né, para colocar outra narrativa” (Liderança 04). Assim, a mídia mostrava uma perspectiva negativa das ocupações, colocando como se “[...] a gente era só um bando de estudantes que não faz nada” (Liderança 04). Fica mais claro o papel ideológico da mídia para tentar combater as ocupações. Por outro lado, essa entrevistada afirma que, em alguns momentos, a mídia mostrou coisas positivas sobre as ocupações, quando isso era interessante para pressionar o governo estadual a atender alguns de

seus interesses específicos. Isso indica que, mesmo com a unidade do bloco no poder, possivelmente alguns setores econômicos utilizaram as ocupações para ficarem melhor posicionados dentro desse bloco.

Os problemas com o tráfico de drogas existente no bairro ocorreram porque havia uma boca-de-fumo nas imediações da escola. Os traficantes ficaram incomodados com o aumento da circulação de viaturas da PM no local e passaram a jogar rojões dentro da escola para intimidar os alunos. Contudo, os próprios ocupantes procuraram os traficantes da região para conversar e pedir o fim das agressões com o seguinte discurso: “[...] olha, a gente tá ocupando aqui e tals, tamo de boa, não temos problema nenhum de vocês e a gente também não gosta de polícia, não sei o quê, como que a gente pode, né, se respeitar ali e vocês não jogarem rojão dentro da escola?” (Liderança 04).

A Polícia Militar ficava 24 horas por dia em frente à ocupação e ligava a sirene durante a noite para atrapalhar os estudantes a dormirem, prática considerada uma forma de abalar psicologicamente e quebrar a resistência dos estudantes. Isso resultou em diversas discussões com os policiais, que também revistavam pessoas que iam prestar solidariedade à ocupação ou entrar na escola, tentando coagir os apoiadores.

O Conselho Tutelar de Serra, por sua vez, ligou para os familiares dos alunos para pressionar as famílias. “Chegaram a ligar pra minha mãe falando que eu ia me ferrar na escola, que eu já tava reprovada, que eu tava lá fazendo baderna na escola [...]. Eles tiveram um papel [...] de amedrontar, assim, de enfraquecer o vínculo que a gente tinha com as próprias famílias” (Liderança 04).

O diretor escolar tentava convencê-los a desocupar utilizando o argumento de que ele seria demitido, por ser o primeiro ano dele como diretor da unidade; também ameaçou processar os estudantes pela utilização da cozinha e tentou pegar as chaves da escola à força. Segundo a Liderança 04, houve uma reunião entre todos os diretores das escolas ocupadas, com os ocupantes e o secretário de educação, em que foram usados argumentos autoritários contra os alunos e a reunião acabou em discussão e sem deliberações.

O TRE-ES também foi à escola para tentar realizar as eleições mediante a desocupação total da escola, que não foi aceita pelos estudantes. Depois, o tribunal fez uma contraproposta, que foi aceita pelos estudantes. Assim, os estudantes ficaram nos andares de cima da escola em um grupo máximo de dez pessoas enquanto os andares de baixo foram usados para as eleições;

foram retirados os cartazes e os estudantes não puderam distribuir panfletos aos eleitores. Dessa forma, não categorizamos a atuação do TRE como de oposição à ocupação. Diferentemente, as conversas sobre a realização do Enem foram tensionadas, “[...] eles pressionaram, pressionaram como um todo as escolas, mas acabou que eles pegaram uma outra escola pra fazer” (Liderança 04), posto que os estudantes não desocuparam a escola para a realização da prova.

Quando a justiça determinou o retorno das aulas, mesmo com a continuidade da ocupação e definiu uma multa para os pais dos estudantes que impedissem as aulas de acontecer, os estudantes do Ocupa ABL realizaram uma assembleia e concluíram que não deveriam desocupar e nem reabrir a escola para evitar que a desmobilização se espalhasse pelas ocupações de Serra, posto que o ABL era uma referência para as ocupações desse município.

[...] a gente ia se guiando muito pelo todo das ocupações e não só uma escola. Então, todas as escolas, meio que, quando iam desistindo, influenciava, né. Então era um momento que várias escolas já tinham desocupado e que a gente tinha um peso muito grande como ABL. Tipo, a gente é a maior escola, a gente foi a primeira escola da Serra, tipo uma referência e tals, se a gente desocupar, meio que vai desandar tudo, né (Liderança 04).

Essa decisão foi baseada na orientação de advogados e da defensoria pública, que garantiram que nenhum estudante receberia multa. Assim, eles tiveram de convencer os pais e responsáveis de que não haveria multa. “Inclusive, muitas pessoas de nós tiveram que se retirar por conta da família, algumas pessoas foram expulsas de casa por causa disso também” (Liderança 04). A decisão da justiça e o seu não cumprimento por parte dos ocupantes incentivou os estudantes do noturno a se articularem com o Desocupa ES para retirar os ocupantes de dentro da escola. Os discentes do turno noturno da escola, que funcionava na modalidade de educação de jovens e adultos (EJA), queriam a volta às aulas para poderem terminar o ano letivo. Com isso, alguns dos alunos desse turno passaram a participar do Desocupa ES e a realizar ações contra a ocupação, não só nas redes sociais, mas também jogando rojões na escola.

Após a determinação da justiça e a recusa dos ocupantes em abrir a escola, eles se articularam para acabar com a ocupação usando a violência física. Eles escolheram o dia em que houve uma manifestação de todas as ocupações em frente ao Ifes de manhã, cujo tema era “hoje a aula é na rua”, para mobilizar pessoas e acabar com a ocupação, e postaram nas redes sociais da escola que “[...] hoje tem aula sim” (Liderança 04).

Dessa forma conseguiram mobilizar também pessoas que não são ligadas à escola, mas que se somaram pela relevância política da escola no cenário serrano.

[...] a gente achou que não ia acontecer nada, então a gente tava tipo, assim, de boas na escola fazendo nossas coisas, [...] e aí eles chegaram e começaram a balançar o portão, [...] e falar “desocupa, desocupa, seu bando de vagabundo, desgraçado, não quer estudar” e a gente tipo assim, “vamo com calma, aí” e a polícia tava lá só olhando eles quebrando a grade e aí a gente começou a xingar a polícia também, aí ligamos pro diretor, aí o diretor já tava lá, [...] aí o diretor “não, não posso fazer nada, né, os meninos querem estudar é direito deles também, que não sei o quê” [...]. Aí eles abriram, quebraram a corrente, abriram e aí todo mundo saiu correndo pra dentro da escola, nós, né. Então nós saímos correndo pra dentro da escola, trancamos todos os lugares que a gente podia trancar, mas eles estavam com aquele alicatezão que quebra corrente, e a gente começou a pegar várias correntes, que era uma das coisas que a gente tinha adquirido também, aí pegamos várias correntes e amarramos em tudo e fomos subindo pro mezanino, e aí eles quebraram tudo, [...] e aí começou de fato a invasão, [...] e aí a gente fez uma corrente humana, que era melhor nem ter feito, aí tentamos barrar eles de subirem no mezanino para ir pro primeiro andar, aí eles socaram a gente, agrediram a gente, empurraram a gente da escada, uma menina levou um soco no olho e fomos pra delegacia (Liderança 04).

Portanto, o processo de desocupação foi violento e contou com o apoio tácito da direção escolar e da PM, que estavam presentes, viram tudo e não intervieram para resguardar a integridade física dos estudantes adolescentes que estavam ocupando. O desrespeito aos direitos humanos dos ocupantes se torna mais grave quando vemos que o público do noturno é, obrigatoriamente, adulto. Logo, adultos estavam agredindo adolescentes na escola com a anuência da direção e da PM. Por outro lado, vemos que os ocupantes subestimaram a capacidade de mobilização e a seriedade do Desocupa ES. Caso contrário, o Ocupa ABL poderia mobilizar apoiadores para impedir a desocupação, a violência e garantir a continuidade do movimento.

Depois da agressão, houve o retorno das aulas, mas a ocupação também continuou. Os estudantes ocuparam os andares superiores da escola, enquanto nas demais havia aulas. Com isso, aconteciam embates e discussões, principalmente com pessoas do noturno, assim, os ocupantes passaram a evitar o contato com as pessoas desse turno, saindo dos espaços da ocupação somente quando era necessário comer. “A gente ficava puto da vida, assim, de ver os agressores lá, mas sobretudo a gente tentava se isolar e evitar isso, a gente ficava em outros andares” (Liderança 04). Por outro lado, alguns professores liberaram suas aulas para que os ocupantes debatessem com os alunos e isso facilitou o contato com os estudantes, o debate de ideias e o processo de convencimento. Ela afirma que o retorno dos estudantes às aulas foi muito mais positivo que negativo e que o debate acabava sendo ampliado pelas turmas.

Conseguimos, inclusive, entrar em assuntos, assim, diversos, sabe? A gente não ficava também só presos na PEC. Todas as conversas iniciais foram sobre isso e depois a turma foi conversando sobre outra coisa, muito sobre o feminismo, sobre a questão racial, homofobia, não sei o quê, educação, extermínio da juventude, esses assuntos assim (Liderança 04).

Portanto, ao não desistirem da ocupação após o episódio de violência protagonizado pelos estudantes do noturno organizados no Desocupa ES, os ocupantes conseguiram ampliar o debate com os demais estudantes da escola, angariando apoio e mostrando que a oposição ao movimento não era tão grande dentro da escola. Atitude importante para desconstruir a narrativa apregoada pela direção de que a maioria dos estudantes da escola, querendo estudar, acabaram com a ocupação protagonizada por uma minoria radicalizada. Mesmo assim, a volta às aulas desencorajou a continuidade da ocupação. Assim como em outras escolas, os estudantes não conseguiram negociar as condições do retorno às aulas, perdendo o controle sobre o ambiente escolar e seu funcionamento. Com isso, os estudantes foram obrigados a participar das aulas regulares e proibidos de realizar as atividades culturais, físicas, de debates e de limpeza e manutenção da escola, que caracterizavam a ocupação. Sem esses elementos, eles não viram sentido em continuar com a ocupação e resolveram finalizá-la após o Enem.

[...] na prática, a gente também teria que voltar para as aulas, se não a gente ia levar falta e tal, ia reprovar, nãñã. Então foi uma pressão, assim, né. E a gente já não tinha mais o ambiente escolar para isso, então ficava meio que uma coisa sem sentido, a gente tá lá na escola, entendeu? manhã, tarde, noite e dormir, sendo que tava tendo aula, a gente não tinha o espaço para fazer as coisas que a gente queria fazer. [...] a gente jogava vôlei, a gente fazia sarau, a gente fazia roda de conversa, depois que a escola abriu a gente perdeu isso tudo. A gente já não limpava mais, a gente não fazia a nossa comida (Liderança 04).

Após a ocupação, ainda em 2016, a relação dos estudantes com o diretor da unidade teve grande piora e os participantes tiveram medo de represálias, como a reprovação, que não ocorreu de fato. Mesmo assim, a entrevistada afirma que houve vitórias pontuais dentro da escola, posto que a experiência adquirida pelos estudantes fez com que eles conseguissem ter maior capacidade de negociação e força para pautar as demandas estudantis. “[...] a gente conseguiu dialogar muito mais e a gente conseguiu umas pequenas vitórias ali dentro da escola, inclusive se empoderar no sentido de conseguir discutir, debater mais firmemente com a direção da escola” (Liderança 04). Assim, após a ocupação, eles conseguiram flexibilizar o uso do uniforme; a reforma do banheiro; a troca da fiação da escola; a pintura das salas; e o conserto do teto, melhorando a infraestrutura da escola provisória.

[...] poder, tipo assim, cuidar da escola, limpar, se construindo enquanto um indivíduo naquele espaço, ampliou muito a visão do que é de fato o cuidado da escola, entender que muitas das coisas que a gente reclamava e que falavam que “ah, vocês são revoltados”, na verdade não era isso. É que de fato existia um descaso com a escola e

que a gente só tava tentando melhorar um espaço que a gente vivia, né, cinco horas ou mais da nossa vida [...]. Eu acho que mudou muito a visão do que é cuidar da escola e olhar com um olhar político do que é pertencer àquele espaço, sabe. Quando você pertence, você consegue reivindicar porque você tem esse sentimento, você sabe que é um espaço de direito seu, você reivindica muito mais ele, inclusive melhorias, né (Liderança 04).

Portanto, realizar a manutenção e gerir a escola durante um processo de luta pela educação possibilitou o desenvolvimento de um sentimento de pertencimento, bem como do protagonismo e do engajamento, que resultou em melhorias e mudanças concretas no cotidiano escolar. Contudo, os estudantes não conseguiram organizar o grêmio estudantil, que era o grande objetivo após a ocupação, e muitos dos envolvidos na ocupação se formaram, por estarem no terceiro ano. No ano seguinte, a direção ficou mais rígida. Os profissionais de coordenação e pedagogia foram trocados e os avanços que os alunos conseguiram, como a possibilidade do uso do boné e de bermudas pelas meninas, foram revertidas. Isso porque a direção e alguns professores defendiam que a ocupação ocorreu por excesso de liberdade para os estudantes. Houve então, “[...] esse retrocesso, essa reação conservadora” (Liderança 04).

A entrevistada considera que o insucesso em construir e consolidar grêmios estudantis em todo o estado após as ocupações ocorreu pela baixa capacidade de direção e intencionalidade das representações estudantis secundaristas, que não acompanharam e nem orientaram os estudantes nesse processo, resultando na perda de uma oportunidade de ter um grande saldo político e organizativo do movimento estudantil secundarista. Segundo ela, o maior ganho que as ocupações tiveram foi o engajamento dos envolvidos em movimentos sociais, estudantis e organizações políticas e sociais, graças a conscientização advinda da luta. “[...] a gente ganhou muito mais força política dentro da escola e de organização, que a maioria dos estudantes que ocuparam, que não faziam parte de nenhum processo organizativo, hoje ou estão organizados em movimento ou participam do movimento estudantil” (Liderança 04). A entrevistada afirma que a ocupação foi fundamental para que as pessoas passassem a compreender como as decisões políticas influenciam no cotidiano e nas condições de vida das pessoas. Além disso, o trabalho coletivo, as relações estabelecidas com sindicatos e movimentos sociais e as aulas e debates foram centrais para conformar uma visão de mundo que prioriza a organização popular na luta de classes, que está ligada às lutas antirracista e feminista. “A ocupação foi uma chave pra acreditar na organização popular, na organização dos trabalhadores, que a gente teve muito vínculo, né, como eu falei, com os sindicatos, com outros movimentos, então a organização, a luta muda a vida mesmo” (Liderança 04).

Podemos concluir que o Ocupa ABL foi marcado pela violência física e psicológica de opositores, pelas dificuldades com a alimentação e pela inventividade dos estudantes para superar as adversidades. O fato de a escola ser temporária e haver uma luta constante pelo término das obras na escola original, junto com uma formação crítica fornecida pelos professores e potencializada na rádio escolar possibilitaram o surgimento de um forte ativismo na escola, que desaguou na ocupação. A ocupação funcionou em uma dinâmica própria, adaptando o funcionamento das comissões e da assembleia às necessidades locais. Aqui se destacou a oposição do tráfico de drogas, da Polícia Militar, do Conselho Tutelar e a ação do Desocupa ES, junto com estudantes do turno noturno para realizar a desocupação de forma truculenta e violenta. Vale ressaltar que o noturno era o turno em que havia menor incidência da rádio escolar e, portanto, menor capacidade de diálogo e de construção de uma posição coletiva de defesa da educação. Por outro lado, a continuidade da ocupação, mesmo após essa ação, demonstrou resiliência dos estudantes e foi crucial para debater e conquistar estudantes para a pauta.

No término da ocupação, fica claro o aumento da capacidade de negociação dos estudantes, junto com um movimento de reação por parte da direção escolar e de professores conservadores. Essa reação, junto com a falta de liderança e de intencionalidade do movimento estudantil organizado no estado, inviabilizou a organização do grêmio na unidade escolar.

6.5. AS OCUPAÇÕES DE ESCOLAS CAPIXABAS

Para uma síntese das ocupações aqui descritas, com base nos relatos de alguns de seus protagonistas, faz-se necessário eleger determinados aspectos que sejam comuns e que nos permitam gerar alguma categorização do presente objeto de pesquisa. No contexto dos quatro relatos sobre as ocupações, nessas importantes unidades escolares, podemos destacar, a partir das falas dos sujeitos, que:

1 – O perfil dos entrevistados reflete a situação de classe dos partícipes das ocupações como um todo, sendo jovens trabalhadores em situação de exclusão de direitos e com empregos precarizados ou mal remunerados. Por outro lado, esses jovens constituíram-se destacadas lideranças nas ocupações de suas escolas e continuaram atuando de forma ativa após o término dessas;

2 – As unidades de ensino nas quais houve forte ocupação eram escolas referência em suas cidades e regiões, congregando alunos para além de seus bairros e com forte procura por matrícula;

3 – As ocupações se deram em espaços educativos nos quais existiam projetos desenvolvidos por professores críticos, fomentando a formação de uma consciência política dos estudantes, e havia busca pela formação de grêmios ou eles já existiam. Portanto, a ocupação decorreu da existência de alguma organização estudantil pré-existente, fundamental tanto para o processo de conscientização, quanto para o processo de mobilização e organização das ocupações, contribuindo para o protagonismo dessas escolas nas ocupações no estado;

4 – Os estudantes se mobilizaram para ocupar em função de demandas nacionais e locais, dialeticamente articuladas num contexto de precarização e inculcação ideológica neoliberal. Essas ocupações foram fruto de um processo anterior de mobilização estudantil, que não eclodiu de forma espontânea e gratuita, mas contou com preparação, planejamento e debate específico;

5 – As ocupações mobilizaram boa quantidade de estudantes, mas existiu quase sempre um grupo menor e mais coeso que mantinham a ocupação, ficando praticamente 24 horas por dia nela, enquanto os demais circulavam na escola durante dia;

6 – A comunicação foi fundamental para manter e para atacar o movimento. Ou seja, internamente o movimento se beneficiou das redes sociais que, por meio da capilaridade e velocidade do uso do *Facebook* e o do *WhatsApp*, permitiram uma ampla articulação e mobilização dos estudantes. Mas, por outro lado, a grande mídia e o movimento reacionário nas redes sociais fizeram forte oposição ao movimento, editando entrevistas para mudar a mensagem passada pelos ocupantes, passando uma imagem de que eram jovens inconsequentes e desocupados, realizando forte disputa do consenso popular sobre o tema;

7 – As ocupações se nutriram do apoio externo e foram também fortemente pressionadas por ataques ao movimento. Ou seja, as ocupações tiveram amplo apoio com sindicatos, centrais sindicais, partidos de esquerda, movimentos sociais, entidades estudantis, defensoria pública, o Conselho Tutelar de Vitória, providenciando alimentação, limpeza e higiene, bem como oficinas, atividades culturais, palestras, debates e aulas. Mas também houve forte e sistemática movimentação de forças opostas à ocupação. Direção escolar, secretarias de educação e de direitos humanos, o governador do estado, Polícia Militar, Conselho Tutelar de Serra, MBL, Movimento Desocupa ES, tráfico de drogas, pessoas e páginas na *internet* e a justiça estadual

atuaram de diversas formas para debelar as ocupações, com ações que passavam pela divulgação de *fake News*, acusações para as famílias e para a população em geral, ameaças, uso de violência física e psicológica, tentativas de inviabilizar a continuidade da ocupação.

8 – O recrudescimento da repressão, com as reintegrações de posse e ações de violência moral, psicológica e física, levou à desocupação de várias escolas e à construção unitária e planejada da ocupação da Sedu, como resposta estudantil para viabilizar a continuidade do movimento. Contudo, o governo respondeu intensificando ainda mais a repressão, o que levou ao término do movimento. Essa intensificação da violência mostra que o governo e o campo contrário às ocupações foram derrotados no debate ideológico, sendo incapazes de exercer o convencimento da sociedade e formar um consenso popular. Assim, a violência se tornou o método principal para sufocar o movimento.

9 – Muitas foram as conquistas do movimento que vão do âmbito pessoal das vivências dos sujeitos, passam ao processo de luta no interior da escola e chegam ao questionamento público da legitimidade dos governos local e nacional, abalando a viabilidade dos projetos educacionais hegemônicos. Assim, após o término das ocupações, ocorreu um movimento duplo de aumento da capacidade de diálogo e reivindicação estudantil, junto com um processo de endurecimento da direção escolar, cortando canais de diálogo e boicotando a organização estudantil. Também houve um processo de organização estudantil que não conseguiu avançar para a consolidação de grêmios estudantis, pois os diretores escolares são prepostos do governo estadual e atuaram para impedir a auto-organização estudantil e a ampliação da gestão democrática. Por outro lado, as ocupações produziram algumas mudanças estruturais dentro das escolas, mas podemos constatar que o foi o engajamento e a conscientização dos partícipes das ocupações que mais fortaleceu a luta contra a hegemonia neoliberal. Com essas afirmações feitas, podemos, agora, seguir para as considerações finais deste trabalho.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando ao término desta dissertação, expomos algumas conclusões que decorrem do próprio desenvolvimento deste trabalho.

As ocupações estudantis do período de 2015 e 2016 expressaram a resistência da juventude da classe trabalhadora às reformas educacionais neoliberais, bem como ao golpe jurídico-parlamentar-midiático e à ofensiva neoliberal em âmbito global, que coloca em xeque o futuro dessa juventude por impor uma educação que forma jovens aptos ao trabalho precarizado e informal, mas também defensora da reestruturação produtiva e impedida de refletir criticamente sobre sua realidade.

Assim, a reforma do ensino médio aprovada na Lei nº 13.415/2017 e a Emenda Constitucional nº 95/2016 foram as primeiras grandes medidas do governo neoliberal encabeçado por Michel Temer para ampliar o neoliberalismo na educação brasileira, implementando os interesses econômicos e políticos do bloco no poder para a educação. O governo Temer também realizou agressivos cortes de verba na educação, que foram aprofundados no governo de seu sucessor, Jair Messias Bolsonaro, eleito em 2018 pelo PSL, hoje sem partido. Outros ataques à educação foram realizados com a aprovação, em diversos municípios, de projetos de lei similares ao Escola Sem Partido, com a criação das escolas cívico-militares e com o avanço da pauta do *homeschooling* (estudo domiciliar). Além disso, são diversos os casos de agressão e coação a professores que deram aulas questionadoras do *status quo* e do conservadorismo moral e político. Medidas como essas revelam o aprofundamento dos ataques ao pensamento crítico como ampliação da tentativa de controle e inculcação ideológica dentro das escolas, com vistas a impedir o surgimento de vozes dissonantes e formar uma massa trabalhadora adaptada ao trabalho informal e precarizado.

O discurso ideológico utilizado para ganhar apoio da população para as reformas educacionais de Temer não teve êxito, sendo incapaz de impedir o advento das ocupações e de dissuadir o movimento de resistência. A derrota no campo discursivo e a combinação de diversas ações, cada vez mais repressivas, contra as ocupações, significou a consagração de um *modus operandi* mais repressivo pelas forças neoliberais, utilizando a judicialização da política e a violência física, psicológica e moral contra os movimentos sociais e de resistência. Essa forma de atuação mais radicalizada levou, em 2018, ao assassinato da vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco (PSOL) e à condenação do ex-presidente Luíz Inácio Lula da Silva

(PT), maior liderança política de esquerda do país, impossibilitando-o de disputar as eleições daquele ano. Além disso, essa movimentação foi determinante para a eleição do candidato neofascista Jair Bolsonaro (sem partido), como presidente da república. Na mesma esteira, vimos, após as eleições, a facilitação da posse e do porte de armas de fogo para civis, a organização de manifestações massivas e de grupos neofascistas com estrutura e disciplina militarizada reivindicando abertamente o fechamento do STF e do Congresso Nacional, a ocupação de diversos cargos políticos por militares da reserva e da ativa e a democracia sendo tutelada pelos militares, com diversas ameaças de intervenção militar feitas pelos próprios comandantes das forças armadas. Isso mostra, para além de um processo de recrudescimento da repressão aos partidos de esquerda e aos movimentos sociais e de resistência, um processo de esvaziamento das margens democráticas de disputa da institucionalidade e a própria ameaça ao Estado democrático de direito.

Dessa forma, as ocupações aparecem como primeira grande manifestação de resistência à aplicação do receituário neoliberal após o golpe de 2016, dando a tônica do que seria o processo de resistência a partir de então. Após um breve hiato em 2017, a juventude voltou às ruas ainda durante o processo eleitoral, liderada por jovens mulheres, na luta contra a eleição do candidato neofascista, nos atos denominados “Ele não”. A partir de 2019 vimos a retomada das ruas em manifestações massivas com os chamados “tsunamis da educação”, liderados por jovens estudantes universitários, sendo muitos deles remanescentes das ocupações de 2016, agora na luta contra os cortes de verbas nas universidades e contra as intervenções do presidente na nomeação de reitores. Em 2021, a retomada das manifestações estudantis ocorre pela má gestão da pandemia, reivindicando vacina e auxílio emergencial de R\$ 600,00 para a população, o que demonstra uma ampliação das pautas para além dos temas educacionais. Portanto, o Brasil segue num processo de retomada das lutas estudantis, mostrando a capilaridade e a capacidade de mobilização a partir de pautas educacionais, que interessam a amplas parcelas da população, dada a sua obrigatoriedade e a difusão da ideia de que a educação abre as portas para um futuro melhor para os jovens trabalhadores. Contudo, essas novas lutas são feitas com maior utilização de protestos e manifestações de rua e com baixa incidência de ocupações de prédios públicos, além de ter baixo protagonismo de estudantes secundaristas.

A experiência das ocupações, com sua forma organizativa, a divisão de tarefas e responsabilidades, a autogestão e auto-organização estudantil levaram a um processo de conscientização e engajamento pouco visto, mesmo com o baixo desdobramento no sentido de construção de grêmios estudantis no Espírito Santo. Com isso, a utilização desses princípios

organizativos pode significar a construção de experiências educativas exitosas no sentido da formação de jovens trabalhadores engajados e conscientes de seus interesses econômicos e políticos e de seus objetivos históricos de classe, podendo ser utilizada em diversos locais, de forma intencional, para promover a organização de base, com capilaridade e inserção social. Pode-se dizer que houve o aumento de iniciativas com esse intuito após as ocupações, principalmente com a atual pandemia, visando o combate à fome, ao desemprego, à falta de renda, acesso à saúde, à educação e à moradia, através da organização popular. Contudo, são iniciativas ainda muito tímidas e pouco articuladas frente o desafio imposto pela realidade e, levando em consideração as capacidades das forças populares e de esquerda. Além disso, desde o fim das ocupações, os movimentos sociais e de resistência têm dado prioridade à organização de protestos e manifestações massivas, em que os princípios da autogestão e auto-organização têm pouca relevância prática, sendo mais visível a relação direta entre os quadros políticos e as massas. Portanto, um dos desafios dos movimentos populares e da classe trabalhadora é a construção de mediações organizativas no plano local, que se articulem com as tarefas políticas no plano macropolítico, incentivando o engajamento popular e a formação de uma nova geração de militantes e quadros políticos.

O êxito das ocupações na utilização das redes sociais para a disputa ideológica, a divulgação e a organização das ocupações demonstraram a importância dessas ferramentas para a luta política atual. Isso porque a utilização das redes pelos estudantes foi capaz de romper o isolamento imposto pelas forças neoliberais, em especial pela mídia tradicional, e impor derrotas ao discurso oficial, angariando amplo apoio popular às manifestações. O uso intencional das redes sociais foi verificado nas eleições de 2018, no “Tsunami da Educação”, em 2019 e nas lutas contra o governo Bolsonaro realizadas durante todo o seu governo. Vale destacar que o isolamento social exigido pela pandemia do novo coronavírus serviu como propulsor para uma imensa quantidade de *lives*, reuniões e cursos *on-line*, surgimento de influenciadores digitais e páginas de esquerda, entre outras iniciativas que utilizam as redes sociais para disputar a hegemonia. Dessa forma, as ocupações foram, junto com outras experiências anteriores e posteriores, importantes para o desenvolvimento das habilidades e da expertise necessárias para realizar uma comunicação efetiva nas redes sociais durante a pandemia, sendo uma ferramenta importante para abalar o apoio ao presidente neofascista e fomentar a organização de uma ampla oposição ao governo federal.

Por outro lado, a esquerda e os movimentos sociais e de resistência parecem não ter desenvolvido nenhuma forma efetiva de enfrentar a escalada repressiva, seja do ponto de vista

jurídico ou militar. Durante o processo eleitoral de 2018 e durante o governo Bolsonaro (sem partido) foram poucas as iniciativas para impedir ou dificultar a organização de manifestações ou agrupamentos neofascistas, que só foram investigadas pelo STF. Da mesma forma, a reversão da condenação ex-presidente Lula da Silva e a suspeição do ex-juiz Sérgio Moro no caso não se deu pela pressão ou capacidade de articulação das forças populares e de esquerda, mas por fatores exógenos. Em ambos os casos vemos uma resposta do STF à ofensiva das forças neofascistas contra as instituições democrática, principalmente contra o próprio STF. A baixa capacidade de estabelecer formas efetivas de enfrentar a escalada repressiva, militar e neofascista fica clara com a escolha do caminho para derrotar o bolsonarismo.

Com o retorno de Lula da Silva para o cenário eleitoral, parte hegemônica da esquerda parece apostar todas as fichas nas eleições de 2022. Parcela majoritária da esquerda aposta na construção de uma frente ampla, com participação de forças políticas que romperam com o bolsonarismo e de forças que participaram do golpe de 2016, incluindo, portanto, seus interesses econômicos e políticos ao não pautar a reversão das reformas neoliberais ocorridas desde o golpe de 2016 até o presente momento. Essas forças foram contrárias à convocação de manifestações massivas contra o governo, mas com a grande relevância alcançada por estas, mudaram seu discurso para atribuir às manifestações um papel secundário, de desgaste a longo prazo da imagem de Jair Bolsonaro, mas sem inviabilizar sua candidatura, vista como sendo mais facilmente derrotada pelo candidato petista. Portanto, essas forças apostam na estabilidade das instituições democráticas, na impossibilidade de um golpe promovido pelo atual presidente ou pelas forças armadas e na reedição de um pacto neodesenvolvimentista com as mesmas classes e frações de classe que apoiaram os governos petistas anteriores e foram responsáveis pelo golpe de 2016.

Por outro lado, existem algumas poucas forças que apostam na criação de uma nova organização de esquerda que substitua o PT como forma de organização popular e de esquerda, visando a construção de um programa socialista. Essas forças apostam na criação de uma frente política independente, não vinculada às já existentes Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo. Essas forças ou não apostam na saída eleitoral ou pretendem a construção de uma alternativa à candidatura de Lula da Silva e carecem de força social.

Por fim, existem forças que esquerda que apostam na construção de uma frente de esquerda, apoiada nas massas populares e nas organizações populares e de esquerda, com um programa que reverta as reformas neoliberais promovidas desde o golpe de 2016 e avance para

reformas estruturais de base, tendo Lula da Silva como candidato em 2022. Estes apostam nas manifestações massivas como forma de inviabilizar o governo Bolsonaro e impor o *impeachment* do presidente, sendo inviável esperar as eleições de 2022 para isso, da mesma forma, essa força social construída nas ruas deve servir como base de sustentação para a implementação do programa de reformas estruturais pretendido. Portanto, essas forças políticas apostam na criação de um novo rumo, mais próximo das experiências em que a esquerda seguiu um rumo para a refundação nacional.

Posto isso, vemos que a EC nº 95/2016 e a Lei nº 13.415/2017 seguem sendo implementadas mesmo durante a pandemia, sendo que a segunda está sendo implantada da mesma forma que foi proposta e aprovada, sem diálogo com a comunidade escolar e amplamente assessorada por grupos empresariais interessados política e economicamente na reforma. Dessa forma, o enfrentamento a essas reformas educacionais neoliberais depende da ampla articulação e construção de um projeto de educação popular, que envolva estudantes, professores, pais, pesquisadores da educação, movimentos em defesa da educação e organizações políticas e sociais na defesa dos interesses políticos e ideológicos das classes dominadas, articulado com um projeto de nação soberano e popular, com o objetivo de reverter os diversos ataques neoliberais e ampliar as conquistas populares com um conjunto de reformas estruturais capazes de lançar o país em um novo patamar civilizatório e de desenvolvimento econômico, político e social.

A construção de um projeto de educação como esse depende da articulação dos setores populares para lutar por seus interesses, enfrentar a aplicação desses projetos, mas também de estudo, debate e formulação ampla, articulando e aproximando diversos sujeitos e organizações das classes trabalhadoras e camadas médias democráticas, enfrentando os interesses do bloco no poder e das classes e frações de classe defensoras e interessadas nas políticas neoliberais em curso. Em outras palavras, o combate às políticas educacionais neoliberais está atrelado à construção de uma frente de esquerda unitária, apoiada na organização popular das massas e com um projeto político autônomo das classes populares para enfrentar a ofensiva neoliberal e neoconservadora no Brasil e derrotar as forças promotoras do golpe de 2016 e o bolsonarismo.

8. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. B.; MARTINS, M. F. As ocupações das escolas no Paraná: elementos para a retomada da grande política e dos novos projetos societários. In: COSTA, A. A. F.; GROppo, L. A. (Orgs.). **O movimento de ocupações estudantis no Brasil**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018. p. 175-200. Disponível em: <https://pedroejoaoeditores.com/2019/06/21/o-movimento-de-ocupacoes-estudantis-no-brasil/>. Acesso em: 21 fev. 2020.

ALVARO, B., MELO, D. Donald Trump é fascista? In: ALMEIDA, R.; TONIOL, R. (Orgs.). **Conservadorismos, fascismos e fundamentalismo** – análises conjunturais. Campinas: Unicamp, 2018. p. 67-86.

ANJOS, Ricardo Eleutério dos. **O desenvolvimento psíquico na idade de transição e a formação da individualidade para-si**: aportes teóricos para a educação escolar de adolescentes. 2013. 167 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/97430>. Acesso em: 23 jun. 2021.

ARELARO, L. R. G., JACOMINI, M. A.; CARNEIRO, S. R. G. Limitações da participação e gestão “democrática” na rede estadual paulista. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1143-1158, dez. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302016000401143&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 01 jun. 2020.

BALDINO, José Maria; FREITAS, Felipe Silva de. Movimento de ocupação de escolas públicas-jovens estudantes contra a gestão da escola pública por organizações sociais. **Revista Educativa - Revista de Educação**, Goiânia, v. 19, n. 3, p. 902-926, fev. 2017. ISSN 1983-7771. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/5457>. Acesso em: 07 maio 2021.

BAQUERO, M.; BAQUERO, R.V.A.; MORAIS, J. Socialização política e internet na construção de uma cultura política juvenil no sul do Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, n. 137, p. 989-1008, dez. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302016000400989&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 01 jun. 2020.

BERRINGER, T. **Bloco no Poder e Política Externa nos Governos FHC e Lula**. Campinas, SP: [S.N.], 2014.

BOITO JR., A. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. Fórum Econômico da FGV-SP. 2012.

BOITO JR., A. A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia. **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 42, p. 155-163, 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.unifai.edu.br/index.php/lumen/article/view/45/0>. Acesso em: 20 abr. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 abr. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 20 abr. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 20 abr. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 17/2/2017, Página 1 (Publicação Original). Brasília, DF, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: 20 abr. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Decreto-Lei nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jul. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 20 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar 2017**: notas estatísticas. Brasília, DF, 2018. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2018/notas_estatisticas_Censo_Escolar_2017.pdf. Acesso em: 20 abr. 2020.

BUGIATO, C. **A cadeia imperialista das relações interestatais**: a teoria do imperialismo de Nicos Poulantzas. III Jornada Nicos Poulantzas. CEMARX/IFCH/UNICAMP. 16 a 18 nov. 2016. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/0B6_Gd88-1H6caWVOMjd6SZNhZjQ. Acesso em: 01 mar. 2020.

BURITY, J. A Onda Conservadora na Política Brasileira traz o Fundamentalismo ao Poder? In: ALMEIDA, R.; TONIOL, R. (Orgs.). **Conservadorismos, fascismos e fundamentalismo** – análises conjunturais. Campinas: Unicamp, 2018. p. 15-66.

CARDOSO, M. L. Capitalismo dependente, autocracia burguesa e revolução social em Florestan Fernandes. São Paulo, **Instituto de Estudos Avançados/USP**, n. 6, jul. (Coleção Documentos – Série História Cultural) Republicado na Revista Ideias – Revista do Instituto de Filosofia e Ciências (IFCH)/Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, ano 4, n. 1/2, jan./dez 1997.

CARNOY, M. **Estado e Teoria Política**. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1988.

CASSIO, F. L.; CROCHIK, L.; DI PIERRO, M. C.; STOCO, S. Demanda social, planejamento e direito à educação básica: uma análise da Rede Estadual de Ensino Paulista na transição 2015-2016. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1089-1119, dez. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302016000401089&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 maio 2020.

CASTRO, L. R.; GRISOLIA, F. S. Subjetivação pública ou socialização política? Sobre as articulações entre o político e a infância. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, n. 137, p. 971-988, out./dez., 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302016000400971&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 jun. 2020.

CATINI, C. R.; MELLO, G. M. C. Escolas de luta, educação política. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1177-1202, out./dez., 2016. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302016000401177&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 06 jun. 2020.

CHAUÍ, M. A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo. In: CLETO, M.; DORIA, K.; JINKINGS, I. (Orgs.). **Por que gritamos golpe?:** para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

CORTI, A. P. O.; CORROCHANO, M. C.; DA SILVA, J. A. “Ocupar e Resistir”: a insurreição dos estudantes paulistas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1159-1176, out./dez., 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302016000401159&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 jun. 2020.

CUNHA, L. A. Ensino médio: atalho para o passado. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 373-384, abr./jun., 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302017000200373&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 04 jun. 2020.

CUNHA, C. Z.; MACHADO, V. O.; MARSIGLIA, A. C. G. A formação da consciência de classe dos sem-teto mediada pela experiência nas ocupações por moradia. **Cadernos de Pesquisa em Educação** – PPGE/Ufes, Vitória, ano 14, v. 19, n. 46, p. 150-170, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/educacao/article/view/19396>. Acesso em: 28 fev. 2020.

DA SILVA, F. P. Da onda rosa à era progressista: a hora do balanço. **Revista SURES** - UNILA, n. 5, p. 67-94, fev. 2015. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/sures/article/view/295>. Acesso em: 28 fev. 2020.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Balanço das Greves de 2016. **Estudos & Pesquisas**, São Paulo, n. 84, ago. 2017. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2016/estPesq84balancogreves2016.html>. Acesso em: 28 fev. 2020.

DWECK, E.; OLIVEIRA, A. L. M.; ROSSI, P. (Orgs.). **Austeridade e retrocesso:** impactos sociais da política fiscal no Brasil. São Paulo: Brasil Debate e Fundação Friedrich Ebert, ago. 2018. Disponível em: https://brasildebate.com.br/wp-content/uploads/DOC-AUSTERIDADE_doc3-_L9.pdf. Acesso em: 13 maio 2020.

ENGELS, F. **Carta a Bloch**. 21-22 set. 1890. Karl Marx e Friedrich Engels, Obras Escolhidas. São Paulo: Alfa-Ômega, 1998.

ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO. **Educação**: Construindo um futuro promissor. Atividades do Programa Escola em Tempo Integral 2014/2017. Disponível em: http://es-acao.org.br/wp-content/uploads/2018/03/Relat%C3%B3rio-Gest%C3%A3o-ES-EM-A%C3%87%C3%83O-2017_280x220mm-media-qualidade.pdf. Acesso em: 20 dez. 2017.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981a.

FERNANDES, F. **O que é revolução?** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981b.

FERNANDES, F. Movimentos socialistas e partidos políticos. In: BOGO, A. (org.). **Teoria da Organização Política III**: escritos de Sun Tzu, Maquiavel, Clausewitz, Trotsky, Giap, Fidel Castro, Carlos Fonseca e Florestan Fernandes. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 385-435.

FERREIRA, E. B. Ensino médio no Brasil: os desafios das políticas de garantia do direito a sua universalização. **Linhas Críticas**, [S. l.], v. 17, n. 34, p. 507–525, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3827>. Acesso em: 6 maio. 2021.

FERREIRA, E. B. A contrarreforma do Ensino Médio no contexto da nova ordem e progresso. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 293-308, abr./jun., 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302017000200293&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 02 jun. 2020.

FERREIRA, E. B.; POCHMANN, M. Escolarização de jovens e igualdade no exercício do direito à educação no Brasil: embates do início do século XXI. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1241-1267, out./dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v37n137/1678-4626-es-37-137-01241.pdf>. Acesso em: 6 maio. 2021.

FILGUEIRAS, L; GONÇALVES, R. Desestruturação do trabalho e política social. In: PEREIRA, P. A. *et al* (Orgs.). **Política Social, Trabalho e Democracia em Questão**. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Política Social, p. 97-118, 2009.

FILHO, L. M. F.; NASCIMENTO, C. V.; SANTOS, M. L. (Orgs.). **Reformas Educacionais no Brasil: democratização e qualidade da escola pública**. Coleção Pensar a Educar, Pensar o Brasil. Editora Mazza, 2008.

FRATESCHI, Y. Antiliberarianismo à Brasileira, In: ALMEIDA, R.; TONIOL, R. (Orgs.). **Conservadorismos, Fascismos e Fundamentalismo** – análises conjunturais. Campinas, Unicamp, 2018. p. 143-162.

FRIGOTTO, G. [s.n.]. **Portal de Periódicos Fiocruz**, Rio de Janeiro, 30 set. 2016. Entrevista concedida a Marise Ramos pelo editor associado da Revista Trabalho, Educação e Saúde e professor do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Uerj. Disponível em: <https://periodicos.fiocruz.br/pt-br/content/gaudencio-frigotto>. Acesso em: 21 fev. 2020.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Perspectivas sociais e políticas da formação de nível médio: avanços e entraves nas suas modalidades. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 116, p. 619-638, jul./set. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v32n116/a02v32n116.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2020.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, Especial – out. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a17.pdf>. Acesso em: 13 maio 2019.

GIROTTTO, E. D. A dimensão espacial da escola pública: leituras sobre a reorganização da rede estadual de São Paulo. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n. 137, p. 1121-1141, dez. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302016000401121&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 out. 2020.

GOHN, M. G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. v. 16, n. 47, p. 333-361, maio/ago. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>. Acesso em: 28 maio 2020.

GOMES, C. Por que o golpe acontece? In: CLETO, M.; DORIA, K.; JINKINGS, I. (Orgs.). **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GOMES, L. A. O. **Jovens trabalhadores-estudantes: a construção da vontade coletiva em experiências de ocupação de escolas.** 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense – Rio de Janeiro, Niterói, 2018.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/panorama>. Acesso em: 21 jul. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (IFES). **Institucional.** Disponível em: <https://ifes.edu.br/o-ifes>. Acesso em: 16 jun. 2020.

INSTITUTO Federal do ES é ocupado por estudantes em Vitória. **G1 ES**, Vitória, 31 out. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/10/instituto-federal-do-es-e-ocupado-por-estudantes-em-vitoria.html>. Acesso em: 15 maio 2020.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). **Relatório de acompanhamento do Plano Estadual de Educação.** Vitória, ES: IJSN, 2017. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/component/attachments/download/5737>. Acesso em: 16 jun. 2020.

LIGUORI, G.; VOZA, P. **Dicionário gramsciano.** São Paulo: Boitempo, 2017.

LIMA, G. S. C.; GIL, A. D. A operacionalização dos conceitos de hegemonia política e de bloco no poder: elementos teóricos para uma redefinição teórica. **III Jornada Nicos Poulantzas.** CEMARX/IFCH/ UNICAMP. 16-18 nov. 2016.

LOMBARDI, J. C. Educação e ensino em Marx e Engels. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Londrina, v. 2, n. 2, p. 20-42. Ago. 2010.

LOWY, M. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. *In*: CLETO, M.; DORIA, K.; JINKINGS, I. (Orgs.). **Por que gritamos golpe?:** para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

MARTINS, E. M. **Todos Pela Educação?** Como os empresários estão determinando a política educacional brasileira. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.

MARX, K. **Prefácio de contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASCARENHAS, A. C. B.; ANTUNES, C.; SILVA, G. B.; DA SILVA, H. L. F.; DOS SANTOS, J. D. A.; DIAS JÚNIOR, M. J.; LINHARES, R.; DE SOUZA, S. M. Ocupação, Resistência e a luta pela escola pública. **Cadernos de Pesquisa em Educação – PPGE/Ufes**. Vitória, a. 14, v. 19, n. 46, p. 48-67, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/educacao/article/view/19331>. Acesso em: 15 maio 2020.

MELO, A. A. S.; SOUSA, F. B. A agenda do mercado e a educação do governo Temer. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 14-24, abr. 2017.

MIGUEL, L. F. A democracia na encruzilhada. *In*: CLETO, M.; DORIA, K.; JINKINGS, I. (Orgs.). **Por que gritamos golpe?**: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social**: Teoria, Método e Criatividade. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MORAES, C. S. V.; XIMENES, S. B. Políticas educacionais e a resistência estudantil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1079-1087, dez., 2016. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302016000401079&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 maio 2021.

MORAIS, S. P.; SORDI, D. N.; FÁVERO, D. G. Ocupação e contra ocupação de escolas públicas: o caráter político-educativo da mobilização coletiva. **Revista Trabalho Necessário**, v. 17, n. 33, p. 138-161, 4 jul. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/29372/17089>. Acesso em: 15 jun. 2020.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **A educação emancipadora como projeto de sociedade**. 11 fev. 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/02/11/a-educacao-emancipadora-como-projeto-de-sociedade/>. Acesso em: 15 jun. 2020.

NERI, M. Qual foi o impacto da crise sobre a pobreza e distribuição de renda? **FGV Social**, 2018. Disponível em: <https://portal.fgv.br/think-tank/qual-foi-impacto-crise-sobre-pobreza-e-distribuicao-renda>. Acesso em: 23 nov. 2018.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OBSERVATÓRIO da Criança e do Adolescente. **Taxa de escolarização bruta e líquida no ensino médio**. Disponível em: <https://observatoriocrianca.org.br/cenario-infancia/temas/ensino-medio/565-taxa-de-escolarizacao-bruta-e-liquida-no-ensino-medio?filters=1,134;24,135>. Acesso em: 21 jul. 2020.

OLIVEIRA, F. **Brasil: uma biografia não autorizada**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ORTELLADO, P. GALLEGO, E. S.; RIBEIRO, M. M. Uma sociedade polarizada. *In*: CLETO, M.; DORIA, K.; JINKINGS, I. (Orgs.). **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2016.

PAULANI, L. M. Capitalismo financeiro, estado de emergência econômico e hegemonia às avessas no Brasil. *In*: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. **Hegemonia às avessas**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 109-134.

PEREIRA, A. C. C. **Notas para uma discussão sobre o estado burguês**. III Jornada Nicos Poulantzas. CEMARX/IFCH/UNICAMP. 16 a 18 nov. 2016. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/0B6_Gd88-1H6caWVOMjd6SzNhZjQ. Acesso em: 01 mar. 2020.

PETERLE, T. G. S. **A política estadual de educação no Espírito Santo: o papel do projeto “Escola Viva” no direito social à educação básica e profissional**. 2016. 247 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/handle/10/8595>. Acesso em: 08 maio 2020.

PINHEIRO, J. **Explorando Poder Político e Classes Sociais**. III Jornada Nicos Poulantzas. CEMARX/IFCH/Unicamp. 16 a 18 nov. 2016. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/0B6_Gd88-1H6caWVOMjd6SzNhZjQ. Acesso em: 01 mar. 2020.

POCHMANN, M. Estado e capitalismo no Brasil: a inflexão atual no padrão das políticas públicas do ciclo político da Nova República. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 309-330, abr./jun., 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302017000200309&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 03 jun. 2020.

POULANTZAS, N. A Propósito do Impacte Popular do Fascismo. In: MACCIOCCHI, M. A. **Elementos para uma análise do fascismo**. Bertrand, SP, 1977a. p. 59-69.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1977b.

POULANTZAS, N. **O estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

QEDU. **São Paulo**: censo - matrículas e infraestrutura. Disponível em: https://www.qedu.org.br/estado/125-sao-paulo/censo-escolar?year=2018&dependence=0&localization=0&education_stage=0&item=. Acesso em: 21 jul. 2020.

QEDU. **Espírito Santo**: censo - matrículas e infraestrutura. Disponível em: https://www.qedu.org.br/estado/108-espírito-santo/censo-escolar?year=2018&dependence=0&localization=0&education_stage=0&item=. Acesso em: 28 maio 2020.

RAMOS, M. N.; FRIGOTTO, G. Resistir é preciso, fazer não é preciso: as contrarreformas do ensino médio no Brasil. **Cadernos de Pesquisa em Educação**, PPGE/UFES, Vitória, a. 14, v. 19, n. 46, p. 26-47, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/educacao/article/view/19329>. Acesso em: 22 abr. 2019.

RAMOS, M. N.; FRIGOTTO, G. Medida Provisória 746/2016: a contra-reforma do ensino médio do golpe de Estado de 31 de agosto de 2016. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 16, n. 70, p. 30-48, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8649207/15754>. Acesso em: 23 set. 2019.

SA-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Ano I, n. 1, jul. 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351/0>. Acesso em: 06 jun. 2018.

SANTOS JÚNIOR, C. L.; LAVOURA, T. N. As mediações entre a luta política e a educação escolar: o papel do sindicalismo na educação. **Cadernos de Pesquisa em Educação** – PPGE/Ufes. Vitória, a. 14, v. 19, n. 46, p. 89-106, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/educacao/article/view/19392>. Acesso em: 15 maio 2020.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 42. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, D. Escola sem partido é uma aberração (entrevista). **Princípios**, São Paulo, v. 143, jul./ago. 2016. Disponível em: <http://www.revistaprincipios.com.br/artigos/143/brasil/208/entrevista-dermeval-saviani.html>. Acesso em: 15 maio 2020.

SEDU. **Competências**. Disponível em: <https://sedu.es.gov.br/competencias>. Acesso em: 10 dez. 2020.

SILVA, D. Estudantes fazem movimento para ocupar escola viva em Vitória. **G1 ES**, Vitória, 01 nov. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/espirito-santo/educacao/noticia/2016/11/estudantes-fazem-movimento-para-ocupar-escola-viva-em-vitoria.html>. Acesso em: 16 maio 2020.

SILVA, M. R.; KRAWCZYK, N. A Reforma do Ensino Médio com a Lei 13.415/17: percursos das redes estaduais e da rede federal de Ensino Médio – **EM pesquisa**, Curitiba, 2016. Disponível em: <http://observatoriodoensinomedio.ufpr.br/>. Acesso em: 03 jun. 2019.

SOARES, S. S. D. O ritmo na queda da desigualdade no Brasil é aceitável? **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 3, p. 364-380, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572010000300001&script=sci_abstract. Acesso em: 18 nov. 2018.

SPERANDIO, R. S. **Processo de institucionalização da reforma do ensino médio: análise das disputas envolvidas na configuração final da lei nº 13.415/2017 no Congresso Nacional**. 2019. 304 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Vitória, 2019. Disponível em:

http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_13800_Renan%20Disserta%E7%E3o%20FINAL%2021092019.pdf. Acesso em: 23 jun. 2020.

STREMEL, S. **A constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil**. Ponta Grossa: tese de doutoramento, PPGE-UEPG, 2016.

TATAGIBA, L. Os protestos e a crise brasileira: um inventário inicial das direitas em movimento (2011-2016). In: ALMEIDA, R.; TONIOL, R. (Orgs.). **Conservadorismos, fascismos e fundamentalismo** – análises conjunturais. Campinas, Unicamp, 2018. p. 87-116.

TAVARES, F. M. M.; VELOSO, E. R. “A gente ainda nem começou”: repertórios de confronto político nas escolas ocupadas em Goiânia (2015). **10º Encontro da ABCP: “Ciência Política e Política: Memória e Futuro”**. Área temática: participação política. Belo Horizonte, 30 ago. a 02 set. 2016. Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017/04/gente-ainda-nem-comecou-repertorios-confronto-politico-nas.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2020.

TEIXEIRA, M. O.; GALVÃO, A.; KREIN, J. D.; BIAVASCHI, M.; ALMEIDA, P. F.; ANDRADE, H. D. (Orgs.). **Contribuição Crítica à Reforma Trabalhista**. Campinas: UNICAMP/IE/CESIT, 2017.

UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS (UBES). **História**. 2019. Disponível em: <http://ubes.org.br/memoria/historia/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES). **A instituição**. Disponível em: <http://ufes.br/institui%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 16 jun. 2020.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (UNE). **História**. 2019. Disponível em: <https://une.org.br/memoria/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

XIMENES, S. B.; BRAZ, M. A.; RIBEIRO, D. S.; SENA, K. E. M.; ABREU, L. R.; ARAUJO, F. C. “Ao vivo é muito pior”: direitos, resistência e repressão aos estudantes nas ocupações de escolas do Ceará. In: COSTA, A. A. F.; GROppo, L. A. (Orgs.). **O movimento de ocupações estudantis no Brasil**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018. p. 145-174.

ANEXO 1: FONTES

ADOLESCENTE é encontrado morto dentro de colégio estadual ocupado. **G1 PR**, Curitiba, 24 out. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/10/adolescente-e-encontrado-morto-dentro-de-colegio-estadual-ocupado.html>. Acesso em: 21 fev. 2020.

AGUIAR, J. Ocupação é nossa ferramenta de luta. **Brasil de Fato**, Rio de Janeiro, 02 dez. 2016. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/12/02/artigo-ocupacao-e-nossa-ferramenta-de-luta/>. Acesso em: 28 fev. 2020.

ALESSI, G. Secundaristas no Paraná ocupam 300 escolas e põem governador sob pressão. **El País**, São Paulo, 18 out. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/13/politica/1476391382_358234.html. Acesso em: 21 fev. 2020.

ALUNOS protestam contra a falta de professores em escola de Viana, ES. **G1 ES**, Vitória, 01 abr. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2015/04/alunos-protestam-contrafalta-de-professores-em-escola-de-viana-es.html>. Acesso em: 05 maio 2020.

ALVES, M.; CARAZZAI, E. H. Manifestantes e MBL tentam desocupar escola no Paraná. **Folha de São Paulo**, São Paulo e Curitiba, 28 out. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/10/1827131-manifestantes-e-mbl-tentam-desocupar-escola-parana.shtml>. Acesso em: 22 fev. 2020.

ANISTIA condena repressão às manifestações de estudantes em SP. **Estadão**, São Paulo, 04 dez. 2015. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/agencia-estado/2015/12/04/anistia-condena-repressao-as-manifestacoes-de-estudantes-em-sp.htm>. Acesso em: 01 jun. 2020.

ARPINI, N. Justiça exige a reabertura de escolas, mas governo do ES nega fechamento. **G1 ES**, Vitória, 10 mar. 2016a. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/03/justica-exige-reabertura-de-escolas-mas-governo-do-es-nega-fechamento.html>. Acesso em: 13 maio 2020.

ARPINI, N. Fórum teme fechamento do EJA no ES, mas Sedu nega fim de turmas. **G1 ES**, Vitória, 28 jun. 2016b. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/06/28/forum-teme-fechamento-do-eja-no-es-mas-sedu-nega-fim-de-turmas.html>. Acesso em: 28 jun. 2020.

santo/noticia/2016/06/forum-teme-fechamento-do-eja-no-es-mas-sedu-nega-fim-de-turmas.html. Acesso em: 13 maio 2020.

ARPINI, N. Ocupada, Rádio Universitária da Ufes está fora do ar há quase um mês. **G1 ES**, Vitória, 01 dez. 2016c. Disponível em: <http://g1.globo.com/espirito-santo/educacao/noticia/2016/12/ocupada-radio-universitaria-da-ufes-esta-fora-do-ar-ha-quase-um-mes.html>. Acesso em: 18 maio 2020.

ARPINI, N. Retrospectiva: veja os fatos que marcaram o ano de 2016 no ES. **G1 ES**, Vitória, 30 dez. 2016d. Disponível em: <http://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/2016/12/retrospectiva-reveja-os-fatos-quer-marcaram-o-ano-de-2016-no-es.html>. Acesso em: 18 maio 2020.

ARPINI, N.; FELIX, J. Estudantes do ES protestam contra aprovação do Escola Viva. **G1 ES**, Vitória, 10 jun. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/2015/06/estudantes-do-es-protestam-contraprovaçao-do-escola-viva.html>. Acesso em: 07 maio 2020.

ARPINI, N.; CARVALHO, M.; RADAELLI, E. Sede do governo do ES é ocupada pela CUT, MST, MPA e feministas. **G1 ES**, Vitória, 08 mar. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/2016/03/sede-do-governo-do-es-e-ocupada-pela-cut-mst-e-professores.html>. Acesso em 13 maio 2020.

ARPINI, N.; FRIEDRICH, M. Estudantes fazem novas ocupações em escola estadual e na Ufes. **G1 ES**, Vitória, 25 out. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/espirito-santo/educacao/noticia/2016/10/mais-uma-escola-do-es-e-ocupada-por-alunos-contrape-241.html>. Acesso em: 15 maio 2020.

ARRUDA, I. Agora vai? Após oito anos, obras em escola da Serra recomeçam. **A Gazeta**. Vitória, ES. 03 ago. 2020. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/agora-vai-apos-oito-anos-obras-em-escola-da-serra-recomecam-0820>. Acesso em 15 mar. 2021.

A TRAJETÓRIA de Luiz Fernando Pezão, governador do RJ preso. **G1 Rio**, Rio de Janeiro, 29 nov. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/11/29/a-trajetoria-de-luiz-fernando-pezaogovernador-do-rj-presona-lava-jato.ghtml>. Acesso em: 01 jun. 2020.

BALANÇO da gestão Richa (PSDB) no governo do Paraná. **Brasil de fato**, Curitiba, 06 abr. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/especiais/balanco-da-gestao-richa-psdb-no-governo-do-parana>. Acesso em: 06 jun. 2020.

BARBOSA, H. Bolacha, suco e cadeia: a repressão aos secundaristas no Ceará. **Brasil de Fato**, Fortaleza, 25 ago. 2016. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/08/25/bolacha-suco-e-cadeia-a-repressao-dos-secundaristas-do-ceara>. Acesso em: 02 jun. 2020.

BASILIO, A. L. Um ano pós-ocupações: avançamos com a participação juvenil? **Carta Capital**, São Paulo, 31 out. 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/um-ano-pos-ocupacoes-avancamos-com-participacao-juvenil/>. Acesso em: 01 mar. 2020.

BETO Richa diz que alunos não sabem por que estão protestando no Paraná. **G1 PR**, Curitiba, 08 out. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/10/estao-protestando-nao-sabem-nem-o-que-diz-richa-ocupacao-de-escolas.html>. Acesso em: 21 fev. 2020.

BLUME, B. A. Ocupações das Escolas: Entenda. **Politize**, Curitiba, 03 nov. 2016. Disponível em: <https://www.politize.com.br/ocupacoes-de-escolas-entenda/>. Acesso em: 28 fev. 2020.

BORGES, J. Alunos do IFES protestam contra a PEC241 e MP do ensino médio. **G1 ES**, Vitória, 24 out. 2016a. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/10/alunos-do-ifes-protestam-contrapec-241-e-mp-do-ensino-medio.html>. Acesso em: 14 maio 2020.

BORGES, J. ES tem 30 escolas ocupadas, um IFES e 11 prédios na UFES. **G1 ES**, Vitória, 27 out. 2016b. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/10/es-tem-30-escolas-ocupadas-um-ifes-e-11-predios-na-ufes.html>. Acesso em: 15 maio 2020.

BORGES, J. ES tem 43 escolas ocupadas, diz governo; secundaristas dizem 47. **G1 ES**, Vitória, 29 out. 2016c. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/10/es-tem-43-escolas-ocupadas-diz-governo-secundaristas-dizem-47.html>. Acesso em: 15 maio 2020.

BORGES, J. Onze escolas são desocupadas no ES após decisão da Justiça. **G1 ES**, Vitória, 29 out. 2016d. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/11/onze-escolas-sao-desocupadas-no-es-apos-decisao-da-justica.html>. Acesso em: 16 maio 2020.

BORGES, J.; REZENDE, R. ES tem 15 escolas ocupadas, um Ifes e 10 prédios na Ufes. **G1 ES**, Vitória, 26 out. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/espirito-santo/educacao/noticia/2016/10/novas-escolas-sao-ocupadas-no-es-em-protesto-contra-pec-241.html>. Acesso em: 15 maio 2020.

CARAZZAI, E. H. Protesto em escola ocupada do Paraná tem tensão, apitaco e xingamentos. **Folha de São Paulo**, Curitiba, 25 out. 2016a. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/10/1826273-protesto-em-escola-ocupada-do-parana-tem-tensao-apitaco-e-xingamentos.shtml?origin=folha>. Acesso em: 22 fev. 2020.

CARAZZAI, E. H. Estudante que ‘encarou’ deputados do Paraná defende ocupações de escolas. **Folha de São Paulo**, Curitiba, 27 out. 2016b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/10/1827021-estudante-que-encarou-deputados-do-parana-defende-ocupacoes-de-escolas.shtml>. Acesso em: 22 fev. 2020.

CARAZZAI, E. H. Governo faz acordo com estudantes e adia desocupação de colégios no PR. **Folha de São Paulo**, Curitiba, 28 out. 2016c. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/10/1827222-justica-da-ordem-para-estudantes-desocuparem-25-colegios-no-parana.shtml>. Acesso em: 22 fev. 2020.

CARAZZAI, E. H. Sindicatos, partidos e MBL inflamam tensão em ocupação de escolas no PR. **Folha de São Paulo**, Curitiba, 29 out. 2016d. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/10/1827500-sindicatos-partidos-e-mbl-inflamam-tensao-em-ocupacao-de-escolas-no-pr.shtml>. Acesso em: 26 fev. 2020.

CARAZZAI, E. H. Estudantes do Paraná ocupam mais um prédio público em Curitiba. **Folha de São Paulo**, Curitiba, 31 out. 2016e. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/10/1828059-estudantes-do-parana-ocupam-mais-um-predio-publico-em-curitiba.shtml>. Acesso em: 26 fev. 2020.

CARAZZAI, E. H. Ocupação de escolas murcha no PR em meio a protestos e ações judiciais. **Folha de São Paulo**, Curitiba, 01 nov. 2016f. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/11/1828305-ocupacao-de-escolas-murcha-no-pr-em-meio-a-protestos-e-acoes-judiciais.shtml>. Acesso em: 27 fev. 2020.

CARLA, D. Por escola, estudantes da rede estadual fazem protesto na Serra. **G1 ES**, Vitória, 11 abr. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/04/por-escola-estudantes-da-rede-estadual-fazem-protesto-na-serra.html>. Acesso em: 13 maio 2020.

CARVALHO, M. Alunos e pais protestam contra Escola Viva no interior do ES. **G1 ES**, Vitória, 11 dez. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2015/12/alunos-e-pais-protestam-contr-escola-viva-no-interior-do-es.html>. Acesso em: 11 maio 2020.

CARVALHO, M. Mulheres protestam por direitos iguais no dia 8 de março, em Vitória. **G1 ES**, Vitória, 08 mar. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2016/03/mulheres-protestam-por-direitos-iguais-no-dia-da-mulher-em-vitoria.html>. Acesso em: 13 maio 2020

CASTRO, F.; DIONÍSIO, B. Beto Richa, do PSDB, é reeleito governador do Paraná. **G1 PR**. Curitiba, 05 out. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/eleicoes/2014/noticia/2014/10/beto-richa-do-psdb-e-reeleito-governador-do-parana.html>. Acesso em: 06 jun. 2020.

CENTRAIS sindicais fazem protesto contra PEC55 em Vitória. **G1 ES**, Vitória, 25 nov. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2016/11/centrais-sindicais-fazem-protesto-contr-pec-55-em-vitoria.html>. Acesso em: 18 maio 2020.

CINCO colégios eleitorais são transferidos em Vitória e Serra. **G1 ES**, Vitória, 27 out. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/eleicoes/2016/noticia/2016/10/cinco-colegios-eleitorais-sao-transferidos-em-vitoria-e-serra.html>. Acesso em: 15 maio 2020.

COM ESCOLAS desocupadas, alunos voltam às salas de aulas no Paraná. **G1 PR**, Curitiba, 07 nov. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/educacao/noticia/2016/11/com-escolas-desocupadas-alunos-voltam-salas-de-aulas-no-parana.html>. Acesso em: 28 fev. 2020.

COM PROMESSAS não cumpridas, saúde pública do Paraná está doente. **Brasil de fato**, Curitiba, 06 abr. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefatopr.com.br/2018/04/06/com-promessas-nao-cumpridas-saude-publica-do-parana-esta-doente>. Acesso em: 06 jun. 2020.

CURITIBA tem liberada a última escola ocupada por estudantes, diz Justiça. Curitiba, **G1 PR**, 09 nov. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/11/curitiba-tem-liberada-ultima-escola-ocupada-por-estudantes-diz-justica.html>. Acesso em: 28 fev. 2020.

DEFENSORIA do ES entra com ação a favor de alunos que ocupam a Sedu. **G1 ES**, Vitória, 22 nov. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/11/defensoria-do-es-entra-com-acao-favor-de-alunos-que-ocupam-sedu.html>. Acesso em: 18 maio 2020.

DEZ COLÉGIOS eleitorais são transferidos na Grande Vitória. **G1 ES**, Vitória, 28 out. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/eleicoes/2016/noticia/2016/10/dez-colegios-eleitorais-sao-transferidos-na-grande-vitoria.html>. Acesso em: 15 maio 2020.

DEZ MIL ESTUDANTES voltaram às aulas nesta segunda (14), diz Sedu. **G1 ES**, Vitória, 14 nov. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2016/11/10-mil-estudantes-voltaram-aulas-nesta-segunda-14-diz-sedu.html>. Acesso em: 17 maio 2020.

DINIZ, I. Movimentos sociais deixam prédio da Secretaria de Educação do ES. **G1 ES**, Vitória, 11 mar. 2016a. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2016/03/movimentos-sociais-deixam-predio-da-secretaria-de-educacao-do-es.html>. Acesso em 13 maio 2020.

DINIZ, I. Alunos de escolas ocupadas do ES terão aulas nas férias. **G1 ES**, Vitória, 11 nov. 2016b. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/11/alunos-de-escolas-ocupadas-do-es-terao-aulas-nas-ferias.html>. Acesso em: 13 maio 2020.

DUAS ESCOLAS seguem totalmente ocupadas no ES. **TV Gazeta**, Vitória, 22 nov. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/11/duas-escolas-seguem-totalmente-ocupadas-no-es.html>. Acesso em: 18 out. 2020.

ESCOLA DO ES nega acordo e ocupantes bloqueiam professores. **G1 ES; TV Gazeta**, Vitória, 07 nov. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/11/escola-do-es-nega-acordo-e-ocupantes-bloqueiam-professores.html>. Acesso em: 17 maio 2020.

ESCOLA Viva é colocada em votação e alunos protestam no ES. **G1 ES**, Vitória, 10 jun. 2015g. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2015/06/escola-viva-e-colocado-em-votacao-e-alunos-protestam-no-es.html>. Acesso em: 07 maio 2020.

ESQUERDA Diário. **Retrospectiva 2016**: as ocupações estudantis que sacudiram o Brasil. São Paulo, 29 dez. 2016. Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/Retrospectiva-2016-As-ocupacoes-estudantis-que-sacudiram-o-Brasil>. Acesso em: 28 fev. 2020.

ES TEM 62 ESCOLAS ocupadas, diz governo. **G1 ES**, Vitória, 02 nov. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/11/es-tem-62-escolas-ocupadas-diz-governo.html>. Acesso em: 15 maio 2020.

ES TEM 22 ESCOLAS estaduais totalmente ocupadas, diz governo. **G1 ES**, Vitória, 07 nov. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/11/es-tem-21-escolas-estaduais-totalmente-ocupadas-diz-governo.html>. Acesso em: 17 maio 2020.

ESTUDANTES protestam e bloqueiam vias em Serra, ES. **G1 ES**, Vitória, 10 abr. 2015a, Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2015/04/estudantes-protestam-e-bloqueiam-vias-na-serra-es.html>. Acesso em: 05 maio 2020.

ESTUDANTES de escola da Serra, ES, protestam contra o Escola Viva. **G1 ES**, Vitória, 19 mar. 2015b. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2015/03/estudantes-de-escola-da-serra-es-protestam-contr-o-escola-viva.html>. Acesso em: 07 maio 2020.

ESTUDANTES voltam a protestar contra o Escola Viva. **G1 ES**, Vitória, 20 mar. 2015c. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2015/03/estudantes-voltam-protestar-contr-o-escola-viva-no-es.html>. Acesso em: 07 maio 2020.

ESTUDANTES protestam em Vitória contra o Escola Viva. **G1 ES**, Vitória, 03 jun. 2015d. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2015/06/estudantes-protestam-em-vitoria-contr-o-projeto-escola-viva.html>. Acesso em: 07 maio 2020.

ESTUDANTES ocupam prédios da Ufes em atos contra a PEC 241. **G1 ES**, Vitória, 24 out. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/10/reitoria-da-ufes-e-ocupada-por-estudantes-em-vitoria.html>. Acesso em: 14 maio 2020.

ESTUDANTES mantêm ocupação no pátio da Sedu no ES. **G1 ES**, Vitória, 18 nov. 2016b. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/11/estudantes-mantem-ocupacao-no-patio-da-sedu-no-es.html>. Acesso em: 17 maio 2020.

FALCÃO, A. Sedu envia à Justiça lista de alunos que impedem aulas no ES. **TV Gazeta**, Vitória, 11 nov. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/11/sedu-envia-justica-lista-de-alunos-que-impedem-aulas-no-es.html>. Acesso em: 17 maio 2020.

FARAH, T. Ocupações se espalham e chegam à maior universidade do Sul. **BuzzFeed News**, Brasil, 01 nov. 2016. Disponível em: <https://www.buzzfeed.com/br/tatianafarah/ocupacoes-se-espalham-e-chegam-a-maior-universidade-do-sul>. Acesso em: 27 jun. 2020.

FERNANDES, S. Um ano após primeira ocupação em SP, crescem a consciência e a participação. **Rede Brasil Atual**. São Paulo, 09 nov. 2016. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2016/11/um-ano-apos-inicio-de-ocupacao-de-escolas-em-sp-alunos-crescem-em-consciencia-e-participacao-7852/>. Acesso em: 28 fev. 2020.

GAMA, A. CE: Pais se revezam em escolas ocupadas e cobram por melhorias na educação. **UOL**. Maceió, 18 mai. 2016a. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2016/05/18/ce-pais-se-revezam-em-ocupacoes-de-escolas-e-cobram-melhorias-na-educacao.htm>. Acesso em: 21 fev. 2020.

GAMA, A. Sem acordo, estudantes decidem manter ocupação de 54 escolas no Ceará. **UOL**, Maceió, 25 mai. 2016b. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2016/05/25/sem-acordo-estudantes-decidem-manter-ocupacao-de-54-escolas-no-ceara.htm>. Acesso em: 21 fev. 2020.

GISHI, E. Ocupações de escolas dão visibilidade a desvios na Educação no Paraná. **Brasil de Fato**, Curitiba, 24 out. 2016. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/10/24/ocupacoes-de-escolas-dao-visibilidade-a-desvios-na-educacao-no-parana/>. Acesso em: 21 fev. 2020.

GOETTEN, C. PR: Um ano da Primavera Secundarista e de escolas que nunca mais foram as mesmas. **Brasil de Fato**, Curitiba, 03 out. 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/10/03/pr-um-ano-da-primavera-secundarista-e-de-escolas-que-nunca-mais-foram-as-mesmas/>. Acesso em: 01 mar. 2020.

GONÇALVES, J. Da merenda ao metrô: os escândalos de Alckmin que nunca deram em nada. **Brasil de Fato**, São Paulo, 24 ago. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/08/24/da-merenda-ao-metro-os-escandalos-de-alckmin-que-nunca-deram-em-nada>. Acesso em: 28 maio 2020.

GRUPOS protestam contra medidas do governo federal em Vitória. **G1 ES**, Vitória, 11 nov. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2016/11/grupos-protestam-contra-medidas-do-governo-federal-em-vitoria.html>. Acesso em: 17 maio 2020.

GUERRA, L. F. Decisão impede que alunos durmam em escolas ocupadas em Vitória. **G1 ES**, Vitória, 11 nov. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/11/decisao-impede-que-alunos-durmam-em-escolas-ocupadas-em-vitoria.html>. Acesso em: 17 maio 2020.

HOSHINO, C. Após ocupações, escolas nunca mais serão as mesmas. **Brasil de Fato**, Curitiba, 01 nov. 2016. Disponível em: <https://www.brasildefatopr.com.br/2016/11/01/apos-ocupacoes-escolas-nunca-mais-serao-as-mesmas>. Acesso em: 27 fev. 2020.

JORNAL Nacional. Ocupação de escolas adia prova do Enem para mais de 190 mil alunos. **G1 RJ**, Rio de Janeiro (RJ), 01 nov. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/11/ocupacao-de-escolas-adia-prova-do-enem-para-mais-de-190-mil-alunos.html>. Acesso em: 27 fev. 2020.

JUIZ nega pedido de pagamento de multa diária pela Sedu no ES. **A Gazeta**, Vitória, 12 nov. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/11/juiz-nega-pedido-de-pagamento-de-multa-diaria-pela-sedu-no-es.html>. Acesso em: 17 out. 2020.

JUSTIÇA FEDERAL determina que IFES de Cachoeiro seja desocupado. **G1 ES**, Vitória, 26 out. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/10/justica-federal-determina-que-ifes-de-cachoeiro-seja-desocupado.html>. Acesso em: 15 maio 2020.

JUSTIÇA DO ES exige desocupação da Escola Conde de Linhares no ES. **G1 ES**, Vitória, 03 nov. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/11/justica-do-es-exige-desocupacao-da-escola-conde-de-linhares-no-es.html>. Acesso em: 16 maio 2020.

LINHARES, F. Governo do ES vai à Justiça para garantir aulas em escolas ocupadas. **G1 ES**, Vitória, 01 nov. 2016a. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/11/governo-do-es-vai-justica-para-garantir-aulas-em-escolas-ocupadas.html>. Acesso em: 16 maio 2020.

LINHARES, F. Justiça do ES determina retomada das aulas em escolas ocupadas. **G1 ES**, Vitória, 02 nov. 2016b. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/11/justica-do-es-determina-retomada-das-aulas-em-escolas-ocupadas.html>. Acesso em: 16 maio 2020.

LINHARES, F. Confusão em escola parcialmente ocupada na Serra deixa aluno ferido. **G1 ES**, Vitória, 09 nov. 2016c. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/11/confusao-em-escola-parcialmente-ocupada-na-serra-deixa-aluno-ferido.html>. Acesso em: 17 maio 2020.

LINHARES, F. Nove escolas seguem ocupadas e sem aulas no ES. **TV Gazeta**, Vitória, 16 nov. 2016d. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/11/nove-escolas-seguem-ocupadas-e-sem-aulas-no-es.html>. Acesso em: 17 maio 2020.

LUTE como uma menina! Direção: Flávio Colombini; Beatriz Alonso. **YouTube**, 9 nov. 2016. (76min18s). São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8OCUMGHm2oA>. Acesso em: 02 jun. 2020.

MACHADO, V. Alunos ocupam colégio em protesto contra o Escola Viva em Colatina. **G1 ES**, Vitória, 11 dez. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2015/12/alunos-fazem-ocupacao-na-escola-conde-de-linhares-em-colatina-es.html>. Acesso em: 10 maio 2020.

MACHADO, V. Alunos ocupam escolas contra a PEC 241 e reforma no ensino médio no ES. **G1 ES**, Vitória, 24 out. 2016a. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/10/alunos-ocupam-escolas-contrapec-241-e-reforma-no-ensino-no-es.html>. Acesso em: 14 maio 2020.

MACHADO, V. ES tem ocupações contra a PEC 241 em escolas estaduais, IFES e UFES. **G1 ES**, Vitória, 26 out. 2016b. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/10/es-tem-ocupacoes-contrapec-241-em-escolas-estaduais-ifes-ufes.html>. Acesso em: 15 maio 2020.

MACHADO, V.; BRAGA, T. Estudantes acampam em frente à Secretaria de Educação do ES. **G1 ES**, Vitória, 12 jun. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/2015/06/estudantes-acampam-em-frente-secretaria-de-educacao-do-es.html>.

Acesso em: 07 maio 2020.

MACHADO, V.; BORGES, J.; FRIEDRICH, M; REZENDE, R. ES tem passeatas de estudantes e ocupações contra a PEC 241. **G1 ES**, Vitória, 24 out. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/espirito-santo/educacao/noticia/2016/10/es-tem-passeatas-de-estudantes-e-ocupacoes-de-contrapec-241.html>. Acesso em: 15 maio 2020.

MANIFESTANTES desocupam a sede do governo do ES. **G1 ES**, Vitória, 09 mar. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/2016/03/manifestantes-desocupam-sede-do-governo-do-es.html>. Acesso em: 13 maio 2020.

MARTÍN, M. Escolas ocupadas já são 65 no Rio e Estado enfrenta impasse na negociação. **El País**, Rio de Janeiro, 02 maio 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/29/politica/1461955632_442061.html. Acesso em: 21 fev. 2016.

MST FECHA portões da Secretaria de Educação do ES em protesto. **G1 ES**, Vitória, 16 fev. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/2016/02/mst-fecha-portoes-da-secretaria-de-educacao-do-es-em-protesto.html>. Acesso em: 13 maio 2020.

NITAHARA, A. Ocupação de escolas é amadurecimento das Jornadas de Junho de 2013. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 10 abr. 2016a. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-04/ocupacao-de-escolas-e-amadurecimento-das-jornadas-de-junho-de-2013>. Acesso em: 21 fev. 2020.

NITAHARA, A. Ocupações de escolas no Rio gera rede de solidariedade aos estudantes. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 04 mai. 2016b. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-05/ocupacao-de-escolas-no-rio-gera-rede-de-solidariedade-aos-estudantes>. Acesso em: 21 fev. 2020.

NITAHARA, A. Ocupação de escolas é amadurecimento das Jornadas de Junho de 2013. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 10 abr. 2016c. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-04/ocupacao-de-escolas-e-amadurecimento-das-jornadas-de-junho-de-2013>. Acesso em: 28 fev. 2020.

NOSSA, L. Sem ‘fim do pedágio’, grupo ocupa Assembleia Legislativa do ES. **G1 ES**, Vitória, ES, 02 jul. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2013/07/sem-fim-do-pedagio-grupo-ocupa-assembleia-legislativa-do-es.html>. Acesso em: 06 mar. 2021.

Nº DE ESCOLAS ocupadas no PR contra reforma do ensino médio passa de 15. **G1 PR**, Curitiba, 06 out. 2016a. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/educacao/noticia/2016/10/n-de-escolas-ocupadas-no-pr-contrareforma-do-ensino-medio-passa-de-15.html>. Acesso em: 21 fev. 2020.

O QUE RESTOU das ocupações nas escolas em São Paulo. **Carta Capital**, São Paulo, 01 fev. 2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/o-que-restou-das-ocupacoes-nas-escolas-em-sao-paulo/>. Acesso em: 18 fev. 2020.

OSHIMA, F. Y. Retrospectiva 2016: O ano em que alunos tomaram as escolas. **Época**, Rio de Janeiro, 25 dez. 2016. Disponível em: <https://epoca.globo.com/educacao/noticia/2017/02/o-legado-das-ocupacoes-nas-escolas.html>. Acesso em: 01 mar. 2020.

OSHIMA, F. Y.; MORRONE, B. O legado das ocupações nas escolas. **Época**, Rio de Janeiro, 06 fev. 2017. Disponível em: <https://epoca.globo.com/educacao/noticia/2016/12/retrospectiva-2016-o-ano-em-que-alunos-tomaram-escolas.html>. Acesso em: 28 fev. 2020.

PAIS PROTESTAM contra fechamento de escola em Cachoeiro, ES. **G1 ES**, Vitória, 30 abr. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2015/10/pais-protestam-contrafechamento-de-escola-em-cachoeiro-es.html>. Acesso em: 05 maio 2020.

PÁTIO da Secretaria de Educação do ES tem 25 manifestantes, diz Sedu. **G1 ES**, Vitória, 18 nov. 2016s. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/11/patio-de-secretaria-de-educacao-do-es-tem-25-manifestantes-diz-sedu.html>. Acesso em: 17 maio 2020.

PAULA, F. Estudantes protestam e pedem volta de aulas em escolas do ES. **G1 ES**, Vitória, 08 nov. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/11/estudantes-protestam-e-pedem-volta-de-aulas-em-escola-do-es.html>. Acesso em: 17 maio 2020.

PESCIOTTA, N. “Ocupações nas escolas são o movimento mais revolucionário hoje”, diz Tico Santa Cruz. **Ubes**, Fortaleza, 01 fev. 2017. Disponível em: <http://ubes.org.br/2017/ocupacoes->

nas-escolas-sao-o-movimento-mais-revolucionario-hoje-diz-tico-santa-cruz/. Acesso em: 01 mar. 2020.

PITASSE, M. Servidores do Rio de Janeiro passam por necessidade com salários atrasados. **Brasil de Fato**, Rio de Janeiro, 26 maio 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/05/26/servidores-do-rio-de-janeiro-passam-por-necessidades-com-salarios-atrasados>. Acesso em: 01 jun. 2020.

PRESIDENTE da OAB no ES pede diálogo com alunos de ocupações. **G1 ES**, Vitória, 11 nov. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2016/11/presidente-da-oab-no-es-pede-dialogo-com-alunos-de-ocupacoes.html>. Acesso em: 17 maio 2020.

PRESIDENTE DO TRE-ES diz que apoia ocupações de escolas. **A Gazeta**, Vitória, 29 out. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/eleicoes/2016/noticia/2016/10/presidente-do-tre-es-diz-que-apoia-ocupacao-de-escolas.html>. Acesso em: 15 out. 2020.

RIBEIRO, A.; GHISI, E. Privatização ronda as empresas públicas paranaenses. **Brasil de Fato**, Curitiba, 06 abr. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefatopr.com.br/2018/04/06/privatizacao-ronda-as-empresas-publicas-paranaenses>. Acesso em: 06 jun. 2020.

RJ TEM 14 ESCOLAS ocupadas, diz secretaria de educação. **G1 Rio**, Rio de Janeiro, 09 abr. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/04/rj-tem-14-escolas-ocupadas-diz-secretaria-de-educacao.html>. Acesso em: 21 jul. 2020.

RODRIGUES, F. Falta de investimento e má administração geram caos na saúde do Rio. **Brasil de Fato**, Rio de Janeiro, 10 maio 2016a. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/05/10/falta-de-investimento-e-ma-administracao-geram-caos-na-saude-do-rio>. Acesso em: 01 jun. 2020.

RODRIGUES, F. Seis medidas do pacote de maldades de Pezão vão afetar famílias de baixa renda. **Brasil de Fato**, Rio de Janeiro, 16 nov. 2016b. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/11/16/seis-medidas-do-pacote-de-maldades-do-pezaovao-afetar-familias-de-baixa-renda>. Acesso em: 01 jun. 2020.

RODRIGUES, F. Rio de Janeiro: Governo Pezão está fechando turmas em dezenas de escolas. **Brasil de Fato**, Rio de Janeiro, 07 ago. 2017a. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/08/07/rio-de-janeiro-governo-peza0-esta-fechando-turmas-em-dezenas-de-escolas>. Acesso em: 01 jun. 2020.

RODRIGUES, F. Rio de Janeiro: oposição quer impeachment do governador Luiz Fernando Pezão. **Brasil de Fato**, Rio de Janeiro, 23 jun. 2017b. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/06/23/rio-de-janeiro-oposicao-quer-impeachment-do-governador-luiz-fernando-peza0>. Acesso em: 01 jun. 2020.

ROSSI, M. Após morte em escola ocupada de Curitiba, governador pressiona pelo fim do protesto. **El País**, São Paulo, 27 out. 2016a. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/25/politica/1477412784_340839.html. Acesso em: 22 fev. 2020.

ROSSI, M. PEC 241: Com quase 1.000 escolas ocupadas no país, ato de estudantes chega a SP. **El País**, São Paulo, 27 out. 2016b. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/24/politica/1477327658_698523.html. Acesso em: 22 fev. 2020.

ROSSI, M. MBL monta contraofensiva para desocupar escolas no Paraná. **El País**, Curitiba, 31 out. 2016c. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/29/politica/1477698231_566717.html. Acesso em: 26 fev. 2020.

ROSSI, M. Ana Júlia e o emotivo discurso que explica os protestos nas escolas ocupadas. **El País**, Curitiba, 31 out. 2016d. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/27/politica/1477567372_486778.html. Acesso em: 26 fev. 2020.

ROSSI, M. Ocupações diminuem no Paraná, mas aumentam em escolas de outros Estados. **El País**, São Paulo, 04 nov. 2016e. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/02/politica/1478102466_461878.html. Acesso em: 28 fev. 2020.

ROSSI, M. Reforma do ensino médio reacende mobilização um ano após ocupações em São Paulo. **El País**, São Paulo, 09 dez. 2016f. Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/14/politica/1476476414_549165.html. Acesso em: 28 fev. 2020.

SALDAÑA, P.; LAZZERI, T. Ocupações de escolas opõem pais e alunos em SP, diz pesquisa Datafolha. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 dez. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/12/1841586-ocupacoes-de-escolas-opoem-pais-e-alunos-em-sp-diz-pesquisa-datafolha.shtml>. Acesso em: 28 fev. 2020.

SCALZER, P. Mais de 20 mil estudantes do ES podem ficar sem fazer o Enem. **G1 ES**, Vitória, 31 out. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/espirito-santo/educacao/noticia/2016/10/mais-de-20-mil-estudantes-do-es-podem-ficar-sem-fazer-o-enem.html>. Acesso em: 15 maio 2020.

SEDU ESPERA que 10 mil alunos voltem às aulas na segunda (14). **G1 ES**, Vitória, 12 nov. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/espirito-santo/educacao/noticia/2016/11/sedu-espera-que-10-mil-alunos-voltem-aulas-na-segunda-14.html>. Acesso em: 17 maio 2020.

TOKARNIA, M. Contrários a novo modelo de gestão, estudantes ocupam 27 escolas em Goiás. **Agência Brasil**, Goiânia e Anápolis, 25 jan. 2016a. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-01/contrarios-novo-modelo-de-gestao-estudantes-ocupam-27-escolas-em-goias>. Acesso em: 18 fev. 2020.

TOKARNIA, M. Mais de mil escolas do país estão ocupadas em protesto; entenda o movimento. **Agência Brasil**, Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, 25 out. 2016b. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-10/mais-de-mil-escolas-do-pais-estao-ocupadas-em-protesto-entenda-o-movimento>. Acesso em: 22 fev. 2020.

TOKARNIA, M. Ocupações de escolas mostram necessidade de rever relação com a comunidade. **Agência Brasil**, Brasília, 13 jun. 2016c. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-06/ocupacoes-apontam-necessidade-de-governos-reverem-relacao-com-comunidade>. Acesso em: 28 fev. 2020.

TRE-ES NÃO DESCARTAM novas mudanças em locais de votação. **G1 ES**, Vitória, 29 out. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/espirito-santo/eleicoes/2016/noticia/2016/10/tre-es-nao-descarta-novas-mudancas-em-locais-de-votacao.html>. Acesso em: 15 maio 2020.

UFES TEM mais dois prédios ocupados em Vitória. **G1 ES**, Vitória, 08 nov. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/11/ufes-tem-mais-dois-predios-ocupados-em-vitoria.html>. Acesso em: 17 maio 2020.

VAREJÃO, V. Protesto contra Escola Viva reúne alunos, pais e professores no ES. **G1 ES**, Vitória, 25 mar. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2015/03/protesto-contr-escola-viva-reune-alunos-pais-e-professores-no-es.html>. Acesso em: 08 maio 2020.

VAREJÃO, V. ES tem 25 escolas ocupadas, segundo secundaristas. **G1 ES**, Vitória, 27 out. 2016a. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/10/pm-diz-que-regiao-do-bairro-da-penha-esta-pacificada-apos-ataques.html>. Acesso em: 15 maio 2020.

VAREJÃO, V. Sete escolas são desocupadas no ES após decisão da Justiça. **G1 ES**, Vitória, 03 nov. 2016b. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/11/sete-escolas-sao-desocupadas-no-es-apos-decisao-da-justica.html>. Acesso em: 16 maio 2020.

VAREJÃO, V.; SILVA, D. Eleições acontecem domingo em todas as escolas ocupadas no ES. **G1 ES**, Vitória, 27 out. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/eleicoes/2016/noticia/2016/10/eleicoes-acontecem-domingo-em-todas-escolas-ocupadas-no-es.html>. Acesso em: 15 maio 2020.

VASCONCELOS, F. Governo Richa: educação tratada à bala. **Brasil de Fato**, Curitiba, 06 abr. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/04/06/educacao-tratada-a-bala/>. Acesso em: 06 abr. 2020.

VERLI, C. Padre faz vigília a favor de estudante nas ocupações, no ES. **G1 ES**, Vitória, 08 nov. 2016a. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/11/padre-faz-vigilia-favor-de-estudantes-nas-ocupacoes-no-es.html>. Acesso em: 17 maio 2020.

VERLI, C. Justiça do ES determina e alunos desocupam a Secretaria de Educação. **G1 ES**, Vitória, 25 nov. 2016b. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/11/justica-determina-desocupacao-da-secretaria-de-educacao-do-es.html>. Acesso em: 18 maio 2020.

VINTE e nove escolas do ES voltaram a ter atividades normais, diz secretaria. **G1 ES**, Vitória, 04 nov. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/11/vinte-e-nove-escolas-do-es-voltam-ter-atividades-normais-diz-secretaria.html>. Acesso em: 16 maio 2020.

VOLPI, M. Ocupações das escolas: por que devemos ouvir os estudantes. **UOL**, São Paulo, 13 nov. 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/opiniaio/coluna/2016/11/13/ocupacoes-das-escolas-por-que-devemos-ouvir-os-estudantes.htm>. Acesso em: 28 fev. 2020.

ZEIDAN, R. O. Privatização da CEDAE: Temer e Pezão colocam o “bode na sala”. **Brasil de Fato**, Rio de Janeiro, 13 fev. 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/02/13/opiniaio-or-privatizacao-da-cedae-temer-e-pezao-colocam-o-bode-na-sala>. Acesso em: 01 jun. 2020.

ANEXO 2: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ALUNOS

1 – **Perfil do(a) estudante na época da ocupação (2016):** nome? Estado civil? Idade? Gênero? Cor? Número de filhos? Renda familiar aproximada em salários-mínimos? Bairro de residência? Tempo e meio de transporte de deslocamento até a escola? Ocupação e formação fora do espaço-tempo da escola?

2 – **Estrutura da escola na época da ocupação (2016):** número de salas? Número de pavimentos? Número de turnos? Número aproximado de alunos? Número de Salas de informática? Havia Internet para estudantes? A escola possui: Biblioteca? / Quadra coberta? / Laboratórios (ou salas específicas para ensino) de química, música, física, biologia, artes? / Sala de vídeo/multifuncional?

3 – **Gestão da escola antes da ocupação:** havia participação dos alunos nas reuniões da gestão da escola para decidir sobre: cardápio da merenda? Uso de uniformes? Questões disciplinares? Horários de funcionamento da escola? Uso de espaços da escola? Avaliação escolar? Conselho de classe? Eleição de diretor? Currículo da escola? Atividades extraclasse? Organização de grêmio? Reclamação de alunos sobre professores? Violência na escola? Sexualidade e religião na escola?

4 – **Movimento estudantil na escola antes da ocupação:** Na sua escola existia grêmio estudantil antes da ocupação? Qual era sua relação com o grêmio antes da ocupação? Como era a ação do grêmio antes da ocupação? Como era a relação do grêmio com a escola antes da ocupação? Na sua escola existiam líderes de turma antes da ocupação? Qual era a sua relação com os líderes de turma antes da ocupação? Qual era a relação dos líderes de turma com os estudantes antes da ocupação? Qual era a relação dos líderes de turma com a escola antes da ocupação? Existia alguma outra forma de organização estudantil antes da ocupação? Qual era sua relação com ela antes da ocupação? Qual era a relação dela com os estudantes antes da ocupação? Qual era a relação dela com a escola antes da ocupação? Qual era a relação dos professores com os estudantes antes da ocupação? Qual era a relação do corpo técnico-administrativo com os estudantes antes da ocupação? Qual era a relação da direção com os estudantes antes da ocupação?

5 – **Descrição do processo de ocupação:** Já havia ocorrido alguma forma de luta dos alunos dentro e ou fora da escola? Como e quando surgiu a ideia de ocupar sua escola? Quando e como foi deliberada a ocupação? Quando iniciou a ocupação? Houve participação externa nesse processo? O que te motivou a ocupar escola? Qual era o perfil do aluno que participou

diretamente da ocupação? Quais eram as principais pautas da ocupação? Quais eram as pautas internas e ou de manutenção da ocupação? Como vocês se organizaram para ocupar sua escola? O que ocorreu no dia da ocupação? Como vocês se organizaram na primeira semana da ocupação? Quais foram as principais dificuldades e ou conflitos da ocupação na primeira semana? Que ações vocês fizeram para propagandear a ocupação nas primeiras semanas da ocupação? Vocês faziam assembleias diárias da ocupação? O que era tratado durante essas assembleias? Como eram definidas as ações nas assembleias? Como se organizaram as comissões durante as ocupações? Essas comissões se reuniam para debater e avaliar as ações? As comissões tinham autonomia para propor ações e intervenções na ocupação? Como era a comunicação entre as comissões e das comissões com a assembleia? Quais os principais problemas abordados nas comissões que chegavam e eram resolvidos nas assembleias? As comissões resolviam problemas apontados nas assembleias? Como vocês conseguiam alimentos e material de limpeza para a ocupação? Como vocês dividiam as tarefas? Houve conflitos? Quais? Como vocês resolveram os conflitos?

6 - Influência externa positiva: Vocês receberam apoio externo à ocupação? Como? De quem? De que maneira? Por quanto tempo? Quais e quantos atores, setores e ou instituições deram apoio a ocupação? O que eles fizeram para apoiar? O que foi mais importante positivamente? O que foi menos relevante? Vocês tinham articulação e comunicação com outras ocupações? Vocês ajudaram e ou foram ajudados? Foi feita alguma plenária ou assembleia unificada dos estudantes ocupados de todas as escolas? Onde foi? Como ocorreu? Que temas vocês abordaram? Quantas pessoas participaram? O que tiveram de ganho com a realização dessa assembleia?

7 - Influência externa negativa: Vocês foram pressionados a não fazerem ou a desfazerem a ocupação? Como? Por quem? De que maneira? Por quanto tempo? Quais e quantos atores, setores e ou instituições pressionaram pelo fim da ocupação? O que eles fizeram para tentar pôr fim ao movimento? O que mais prejudicou? O que vocês tiveram e ou conseguiram anular e superar para manter o movimento? Como vocês enfrentaram a influência externa negativa contra a ocupação?

8 - Relações com a mídia durante a ocupação: Qual era a relação de vocês com a mídia tradicional? Vocês davam entrevistas para a mídia tradicional? Como a mídia retratava a ocupação? Vocês davam entrevistas para meios de comunicação alternativos? Como ocorreu a relação de vocês com esses meios de comunicação?

9 – Papel da Gestão da escola durante a ocupação: Como foi a relação dos ocupantes com a direção da escola durante o movimento? Como a gestão da escola atuou em relação ao suprimento de água, energia, alimentação e outros durante a ocupação? Como foi a relação da direção da escola com estrutura de gestão da educação estadual (Sedu/superintendência) no contexto da ocupação? Como foi a relação da direção da escola com a polícia / agentes segurança pública / poder do judiciário / conselho tutelar e ou Ministério Público no contexto da ocupação? Como foi a relação de vocês com os professores e outros profissionais da escola durante a ocupação?

10 – Uso da escola durante a ocupação (Eleições e ENEM): Como se deu a relação com o TRE para a definição sobre as eleições municipais na escola? Como foram as reuniões e negociações? O que ficou decidido? Houve eleições na escola? Como funcionou as eleições durante o dia? Como isso afetou a dinâmica da ocupação? Como foram as negociações para a realização do Enem na escola? Alguém foi à escola negociar? Vocês foram chamados para reuniões em outros lugares sobre isso? Qual era o posicionamento de vocês sobre a realização do Enem na escola? O Enem foi adiado na escola? Durante o Enem vocês ainda estavam ocupados? Como o Enem interferiu na organicidade da ocupação? O adiamento do Enem resultou no aumento da oposição à ocupação? Como se deu essa oposição? Manifestação unitária e ocupa Sedu?

11 - Descrição do processo de desocupação: Quando e como colegas desistiram da ocupação? Qual o papel da justiça na continuidade da ocupação? O que vocês fizeram quando a justiça determinou o retorno das aulas junto com as ocupações? Vocês mantiveram a ocupação ou terminaram? Por quê? Qual foi a avaliação de vocês sobre essa decisão? Como se deu a negociação com a direção escolar sobre o retorno das aulas? Como se deu a negociação com o oficial de justiça sobre o retorno das aulas? Se vocês mantiveram a ocupação com o retorno das aulas, como isso afetou a dinâmica da ocupação? Houve conflitos entre os alunos e dos alunos com os profissionais da escola quando as aulas retornaram? Como acabou a ocupação? Por que e como vocês decidiram terminar o movimento de ocupação?

12 - Avaliação sobre as ocupações: Qual foi o sentimento dos ocupantes com o fim da ocupação? O que vocês conquistaram com a ocupação? A ocupação influenciou na melhora ou na piora da relação dos alunos com a direção da escola, os professores e demais profissionais da escola? Os estudantes passaram a ter maior poder de negociação na escola depois da ocupação? Os estudantes se mantiveram organizados de alguma forma depois da ocupação? Com o fim da ocupação, isso influenciou na construção de grêmio estudantil, dos líderes de

turma ou de outras formas de organização estudantil na escola? Como? Melhorou a atuação dessas formas organizativas? Com o fim da ocupação os estudantes passaram a atuar de forma mais ativa no conselho de escola? Houve mudanças na forma de tratamento dos professores com os alunos? Influenciando no andamento das aulas, didática, formas de avaliação etc.? As ocupações levaram a mudanças na infraestrutura da escola? Quais? Depois da ocupação vocês começaram a utilizar outros espaços que antes eram pouco usados na escola? Quais? Vocês mantiveram algumas ações realizadas pelos estudantes durante a ocupação, como os aulões, oficinas e atividades culturais? Quais? Como foram feitas? A didática e as atividades multidisciplinares e interdisciplinares da escola passaram a ter maior participação e protagonismo estudantil após a ocupação? Como? Os alunos passaram a participar de forma mais ativa na gestão do espaço escolar, limpeza e manutenção do espaço? Como a ocupação mudou a perspectiva dos alunos com o cuidado com a escola? Como vocês passaram a entender a escola depois da ocupação? Como você passou a se relacionar com a política brasileira após a ocupação? Qual é a sua perspectiva política hoje? Você participa de alguma forma de organização sindical, popular, estudantil ou política hoje? Qual? Como você vê o cenário político e educacional hoje? O que você visualiza como um projeto de educação e de país que funcione?